Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história

vol. II

Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)

Márcia Motta e
Paulo Zarth (Orgs.)

editora unesp

A Coleção História Social do Campesinato no Brasil apresenta narrativas que escapam da ótica sedimentada pela historiografia tradicional, em que os camponeses são mais conhecidos pelas grandes rebeliões contra os latifundiários do que por sua formação histórica. Resgatando a multiplicidade das muitas realidades que se espalham pelo espaço brasileiro, este livro abre uma nova perspectiva para pensar a questão agrária nacional.

Neste volume, a Era Vargas é vista por novos ângulos, reavaliando-se a historiografia que considera inoperante a atuação dos camponeses no período. Os trabalhos organizados por Márcia Motta e Paulo Zarth mostram como a participação do campesinato na política nacional teve início muito antes do que se pensava e discutem a centralidade do mundo do trabalho urbano nas políticas sociais do Estado Novo.

Outros artigos se voltam para o momento histórico subseqüente, destacando a capacidade de organização dos posseiros diante da ameaça de expulsão da terra por grileiros e a constituição de várias e complexas arenas de luta. São relatados casos de resistência e articulação

ocorridos entre 1945 e 1964 no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná.

Do Rio Grande do Sul é também utilizada a história de colonização e imigração para pensar os projetos de ocupação de terras e a trajetória do campesinato caboclo. E, de Pernambuco, retoma-se o emblemático Engenho de Galiléia para revelar complexas redes de alianças e embates.

Este livro apresenta concepções de justiça que questionam a concentração fundiária e que produzem uma resposta à amnésia social que consagrou – como memória nacional – a noção de passividade do povo brasileiro.

As narrativas reunidas neste volume resgatam a multiplicidade das muitas realidades que se espalham pelo espaço brasileiro, possibilitando ao leitor uma compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Mergulhando nos diversos aspectos do mundo rural, seus autores oferecem o suporte necessário para o debate sobre o direito à terra no Brasil.

Coleção História Social do Campesinato no Brasil

NEAD
ISBN 978-85-60548-48-4

UNESP
ISBN 978-85-7139-943-3

Formas de resistência camponesa – vol. II – Motta e Zarth (Orgs.)

Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história

MÁRCIA MOTTA
PAULO ZARTH
(Orgs.)

Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história

Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)

volume 2

editora
unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da UNESP (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F82
v.2

Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960) / Márcia Motta, Paulo Zarth (orgs.). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.
2v. (352, 261p.): il. – (História social do campesinato brasileiro)

ISBN 978-85-7139-943-3 (Editora UNESP)
ISBN 978-85-60548-48-4 (NEAD)

1. Posse da terra – Brasil – História. 2. Trabalhadores rurais – Brasil – História. 3. Camponeses – Brasil – História. 4. Brasil – Condições rurais. 5. Movimentos sociais rurais – Brasil. 6. Sociologia rural – Brasil. 7. Justiça – Brasil. I. Motta, Márcia. II. Zarth, Paulo Afonso. III. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. IV. Série.

09-3442. CDD: 333.3181
CDU: 332.2.021.8(81)

Editora afiliada:

Sumário

Apresentação à coleção

Por uma recorrente visão linear e evolutiva dos processos históricos, as formas de vida social tendem a ser pensadas se sucedendo no tempo. Em cada etapa consecutiva, apenas são exaltados seus principais protagonistas, isto é, os protagonistas diretos de suas contradições principais. Os demais atores sociais seriam, em conclusão, os que, por alguma razão, se atrasaram para sair de cena. O campesinato foi freqüentemente visto dessa forma, como um resíduo. No caso particular do Brasil, a esta concepção se acrescenta outra que, tendo como modelo as formas camponesas européias medievais, aqui não reconhece a presença histórica do campesinato. A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho.

Ora, nos atuais embates no campo de construção de projetos concorrentes de reordenação social, a condição camponesa vem sendo socialmente reconhecida como uma forma eficaz e legítima de se apropriar de recursos produtivos.

O que entendemos por campesinato?

São diversas as possibilidades de definição conceitual do termo. Cada disciplina tende a acentuar perspectivas específicas e a destacar um ou outro de seus aspectos constitutivos. Da mesma forma, são diversos os contextos históricos nos quais o campesinato está presente nas sociedades. Todavia, há reconhecimento de princípios mínimos que permitem aos que investem, tanto no campo acadêmico quanto no político, dialogar em torno de reflexões capazes de demonstrar a presença da forma ou condição camponesa, sob a variedade de possibilidades de objetivação ou de situações sociais.

Em termos gerais, podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo. Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardadas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados

em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.

O campesinato emerge associadamente ao processo de seu reconhecimento político, ora negativo, ora positivo. Por tais circunstâncias, a questão política, constituída para o reconhecimento social, enquadrou tal segmento de produtores sob a perspectiva de sua capacidade adaptativa a diferentes formas econômicas dominantes, ora pensadas pela permanência, ora por seu imediato ou gradual desaparecimento. Como em muitos outros casos de enquadramento social e político, uma categoria de auto-identificação, portanto contextual, produto de investimentos de grupos específicos, desloca-se, sob empréstimo e (re)semantização, para os campos político e acadêmico e, nesses universos sociais, sob o caráter de signo de comportamentos especialmente hétero-atribuídos ou sob o caráter de conceito, apresenta-se como generalizável.

Vários autores, retratando a coexistência do campesinato em formações socioeconômicas diversas, já destacaram que o reconhecimento dessa nominação, atribuída para efeitos de investimentos políticos ou para reconhecimento de características comuns, só pode ser compreendido como conceito, cujos significados definem princípios gerais abstratos, motivo pelo qual podem iluminar a compreensão de tantos casos particulares. Para que a forma camponesa seja reconhecida, não basta considerar a especificidade da organização interna à unidade de produção e à família trabalhadora e gestora dos meios de produção alocados. Todavia, essa distinção é analiticamente fundamental para diferenciar os modos de existência dos camponeses dos de outros trabalhadores (urbanos e rurais), que não operam produtivamente sob tais princípios. Percebendo-se por essa distinção de modos de existência, muitos deles se encontram mobilizados politicamente para lutar pela objetivação daquela condição de vida e produção (camponesa).

Em quaisquer das alternativas, impõe-se a compreensão mais ampla do mundo cultural, político, econômico e social em que o camponês produz e se reproduz. Da coexistência com outros agentes sociais, o camponês se

constitui como categoria política, reconhecendo-se pela possibilidade de referência identitária e de organização social, isto é, em luta por objetivos comuns ou, mediante a luta, tornados comuns e projetivos. A esse respeito, a construção da história social do campesinato, como de outras categorias socioeconômicas, deve romper com a primazia do econômico e privilegiar os aspectos ligados à cultura. Ao incorporar as múltiplas dimensões da prática dos agentes, destacamos o papel da experiência na compreensão e explicitação política das contradições do processo histórico. Essas contradições revelam conflitos entre normas e regras que referenciam modos distintos de viver, em plano local ou ocupacional, colocando em questão os meios que institucionalizam formas de dominação da sociedade inclusiva. Tais postulados serão demonstrados nos diversos artigos desta coletânea, voltada para registros da história social do campesinato brasileiro.

A prática faz aparecer uma infinidade de possibilidades e arranjos, vividos até mesmo por um mesmo grupo. Quanto mais se avança na pesquisa e no reconhecimento da organização política dos que objetivam a condição camponesa, mais se consolidam a importância e a amplitude do número de agricultores, coletores, extrativistas, ribeirinhos e tantos outros, nessa posição social ou que investem para essa conquista.

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem os recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açaizeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não-capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária.

No caso da formação da sociedade brasileira, formas camponesas coexistem com outros modos de produzir, que mantêm relações de interdependência, fundamentais à reprodução social nas condições hierárquicas dominantes. Assim, a título de exemplo, ao lado ou no interior das grandes fazendas de produção de cana-de-açúcar, algodão e café, havia a incorporação de formas de imobilização de força de trabalho ou de atração de trabalho livre e relativamente autônomo, fundamentadas na imposição técnica do uso de trabalho basicamente manual e de trabalhadores familiares, isto é, membros da família do trabalhador alocado como responsável pela equipe. Esses fundamentais agentes camponeses agricultores apareciam sob designação de colonos, arrendatários, parceiros, agregados, moradores e até sitiantes, termos que não podem ser compreendidos sem a articulação

com a grande produção agroindustrial e pastoril. Se recuarmos um pouco no tempo, veremos que, ao lado de donatários e sesmeiros, apareciam os foreiros, os posseiros ou – designando a condição de coadjuvante menos valorizada nesse sistema de posições hierárquicas – os intrusos ou invasores, os posseiros criminosos etc. Os textos da história geral do Brasil, nos capítulos que exaltam os feitos dos agentes envolvidos nos reconhecidos movimentos de entradas e bandeiras, trazem à tona a formação de pequenos povoados de agricultores relativamente autárquicos. Posteriormente, tais agentes produtivos serão celebrados pelo papel no abastecimento dos tropeiros que deslocavam metais e pedras preciosas, mas também outros produtos passíveis de exportação e de abastecimento da população das cidades ou das vilas portuárias.

Desse modo, o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais.

Para escrever sobre essa história é preciso, portanto, antes de tudo, refletir sobre a impositiva produção dessa "amnésia social" ou dessa perspectiva unidimensional e essencializada, que apaga a presença do campesinato e oculta ou minimiza os movimentos sociais dos camponeses brasileiros, consagrando – com tradição inventada – a noção do caráter cordato e pacífico do homem do campo. Ou fazendo emergir a construção de uma caricatura esgarçada do pobre coitado, isolado em grande solidão e distanciamento da cultura oficial, analfabeto, mal-alimentado. Ora, tais traços aviltantes, para olhares que os tomassem como expressivos da condição de vida e não do sujeito social, revelavam as bases da exploração e da submissão em que viviam, seja como agentes fundamentais ou complementares do processo produtivo da atividade agroindustrial e exportadora.

Estimulados a coexistirem internamente, ao lado ou ao largo da grande produção, os agentes constituídos na condição camponesa não tinham reconhecidas suas formas de apropriação dos recursos produtivos. Assim sendo, são recorrentemente questionados e obrigados a se deslocar para se reconstituir, sob as mesmas condições, em áreas novamente periféricas. Da mesma forma, em outras circunstâncias, são submetidos a regras de coexistência consentidas e por vezes imediatamente questionadas, dada a exacerbação das posições hierarquizadas ou das desigualdades inerentes às condições de coexistência.

A presença dos camponeses é, pois, postulada pela ambigüidade e desqualificação, quando os recursos por eles apropriados se tornavam objeto de cobiça. Entendemos, no entanto, que, sob processos relativamente

equivalentes, esses agentes elaboraram, como traço comum de sua presença social, projetos de existência fundamentados em regras legítimas e legais, princípios fundamentais para a construção de um éthos e de regras éticas, orientadores de seu modo de existência e coexistência. Sob tais circunstâncias, a constituição da condição camponesa torna o agente que lhe corresponde o portador de uma percepção de justiça, entendida aqui não como uma abstração teórica sobre o direito aos recursos produtivos, e sim como uma experiência baseada em modos de coexistência: sob formas de comunidade camponesa; na labuta diária pela sobrevivência; na relação com a natureza; e nas práticas costumeiras para a manutenção e a reprodução de um modo de vida compatível com a ordem social, institucionalizada por aqueles que se colocam socialmente como seus opressores.

Levando em consideração o conjunto de fatores que vimos destacando, podemos caracterizar alguns elementos constitutivos de certa tradição do campesinato brasileiro, isto é, como expressão da existência permitida sob determinadas constrições e provisoriedades e sob certos modos de negociação política. Essa negociação não exclui resistências, imposições contratuais, legais ou consuetudinárias, ou questionamentos jurídicos, que revelam e reafirmam a capacidade de adaptação às condições da produção econômica dominante. Menos do que um campesinato de constituição tradicional, no sentido da profundidade temporal da construção de um patrimônio material e familiar, vemos se institucionalizar, como elemento distintivo, um patrimônio cultural inscrito nas estratégias do aprendizado da mobilidade social e espacial. Estratégias que visam, entre outros objetivos, à busca do acesso aos recursos produtivos para a reprodução familiar e a exploração de alternativas, oferecidas pelas experiências particulares ou oficiais de incorporação de áreas improdutivas ou fracamente integradas aos mercados.

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um "nós" que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais. O modo de vida, assim estilizado para valorizar formas de apropriação, redistribuição e consumo de bens materiais e sociais, se apresenta, de fato, como um valor de referência, moralidade que se contrapõe aos modos de exploração e de desqualificação, que também foram sendo reproduzidos no decorrer da existência da posição camponesa na sociedade brasileira.

As formas exacerbadas de existência sob desigualdades socioeconômicas se expressam, sobretudo, na exploração da força de trabalho coletiva dos membros da família e na submissão aos intermediários da comercialização, que se associam a outros agentes dominantes para produzir um endividamento antecipado e expropriador. Essas formas de subordinação, que põem em questão as possibilidades de reprodução da condição camponesa, contrapõem-se à avaliação de perenizadas experiências positivas de construção da condição camponesa. Um exemplo de experiências positivas é a institucionalizada pelos sitiantes, dotados de autonomia para se agregarem por vida coletiva em bairros rurais.

No contexto de lutas sociais, os trabalhadores foram construindo um sistema de crenças partilhadas e inscritas em seu cotidiano de lutas pela sobrevivência e reprodução social. Essas lutas são orientadas pela definição do acesso aos recursos produtivos, de forma legal e autônoma, como fator fundamental para sua constituição como agente produtivo imediato, isto é, contraposto ao cativo ou subjugado no interior das fazendas e, por tal razão, dispondo de relativa autonomia. Nos termos dessa tradição, a liberdade é um valor para expandir uma potencialidade, ou seja, capacidade para projetar o futuro para os filhos e para socialmente se valorizar como portador de dignidade social. Na construção da formação social brasileira, o modo de existir reconhecido pela forma camponesa, menos que um peso da tradição da estabilidade e de longas genealogias, como ocorre, por exemplo, em formações sociais européias, é uma idéia-valor, orientadora de condutas e de modos de agregação familiar ou grupal. Na qualidade de valor, é um legado transmitido entre gerações, reatualizado e contextualizado a cada nova geração que investe nessa adesão política.

O peso desse legado, quando não compreendido, leva aos estranhamentos muito comuns em relação à persistência da luta pelo acesso aos recursos produtivos e mesmo em relação ao deslocamento de trabalhadores definidos como urbanos, que engrossam movimentos de sua conquista. As possibilidades de existência que a condição camponesa permite vão se contrapor, em parte por equivalência comparativa, às condições de exploração de trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços. Esses traços, sempre presentes porque realimentados como um legado de memórias familiares e coletivas, vão atribuir sentido às constantes mobilidades de trabalhadores. Os deslocamentos justificam-se pela busca de espaços onde haja oportunidade de pôr em prática modos de produzir e de existência, desde que fundamentados pela gestão autônoma dos fatores produtivos, das condições e produtos do trabalho e da orientação produtiva.

Levando em conta tais elementos, definidos como constitutivos de uma tradição e alargando a compreensão da diversidade de situações, reafirmamos a presença do campesinato como constitutiva de toda a história do Brasil. Tais produtores estiveram vinculados à exploração colonial,

integrando-se a mercados locais ou a distância; reafirmaram-se como posição desejada no decorrer da transição do trabalho escravo para o trabalho livre; abasteceram os processos de agroindustrialização de produtos destinados à exportação; e, entre outras tantas situações, por mais de um século, vêm ocupando a Amazônia. Atualmente, apresentam-se como um dos principais atores da cena política, constituída para tornar possível a construção de sociedade erguida sobre bases mais igualitárias, capazes, então, de fundamentar os princípios democráticos de coexistência social e política.

Portanto, as negociações em torno das alternativas de ocupação do espaço físico e social marcaram e impregnaram a proposição de modos de vida orientados por valores cuja elaboração tornou possível a legitimidade da coexistência política e cultural. Modos de vida que também reafirmam o direito à luta pela autonomia, emblematizada pela célebre referência à vida na *fartura*. Ora, tudo isso, relembramos, fora construído no contexto de imposição de formas de dominação objetivadas com base na grande produção. Por esse motivo, a vida segundo a lógica expropriatória objetivada na grande propriedade foi concebida como destruidora da dignidade social. A honra estava (assim e inclusive) pautada pela defesa do acesso à alimentação, todavia em condições socialmente concebidas como adequadas à reprodução saudável do trabalhador e dos membros de sua família.

Dessa forma, no Brasil, os produtores agregados pela forma de organização camponesa estão presentes como atores sociais que participaram e participam da construção da sociedade nacional. Esse reconhecimento não se funda tão-somente em uma dimensão politizada de defesa dessa visibilidade social. Ele também se explica pelos princípios de constituição das formas hegemônicas de organização da produção social. Destacaremos três dimensões desse protagonismo. Em primeiro lugar, o campesinato representa um pólo de uma das mais importantes contradições do capital no Brasil, que consiste em sua incapacidade de se "libertar" da propriedade fundiária. O significado que a propriedade da terra tem até hoje, como um elemento que ao mesmo tempo torna viável e fragiliza a reprodução do capital, gera uma polarização (de classe) entre o proprietário concentrador de terras (terras improdutivas) e aquele que não tem terras suficientes. Desse fato decorrem duas conseqüências principais. Por um lado, essa contradição não é residual na sociedade brasileira, constituindo-se um dos pilares de sua estrutura social; por outro, a principal luta dos camponeses é pela construção de seu patrimônio, condição *sine qua non* de sua existência. Essa luta foi e continua sendo muito forte em diversos momentos e sob as mais variadas formas. Ela tem um caráter eminentemente político e corresponde ao que se costuma chamar o "movimento camponês".

Assim, a luta pela terra e pelo acesso a outros recursos produtivos não assume apenas a dimensão mais visível das lutas camponesas. Ela se processa igualmente em um nível menos perceptível, por outras formas de resistência

que dizem respeito às estratégias implementadas pelos camponeses para trabalhar, mesmo em condições tão adversas, e assegurar a reprodução da família. Essa dimensão tem, de fato, menor reconhecimento pela sociedade e mesmo na academia. Ao se afirmar historicamente essa dimensão, é importante ressaltar a capacidade dos camponeses de formular um projeto de vida, de resistir às circunstâncias nas quais estão inseridos e de construir uma forma de integração à sociedade. Essas são práticas que têm um caráter inovador ou que revelam grande capacidade de adaptação e de conquistas de espaços sociais que lhes são historicamente inacessíveis. Consideramos necessário registrar e reconhecer as vitórias, por mais invisíveis que sejam.

Por último, há uma terceira dimensão, também pouco reconhecida, até mesmo entre os acadêmicos, que consiste na valorização da forma de produzir do camponês. Esta se traduz pela adoção de práticas produtivas (diversificação, intensificação etc.), formas de uso da terra, relações com os recursos naturais etc. Formam-se, assim, os contornos de um saber específico que se produz e se reproduz contextualmente. É claro que o campesinato não se esgota na dimensão de um *métier* profissional, nem a ela corresponde um modelo imutável, incapaz de assimilar mudanças, mas é imprescindível para que se possa compreender seu lugar nas sociedades modernas. Sua competência, na melhor das hipóteses, é um trunfo para o desenvolvimento "de uma outra agricultura" ou para a perseguição da sustentabilidade ambiental e social como valor. E, na pior das hipóteses (para não idealizar a realidade), um potencial que poderia ser estimulado na mesma direção. Não é sem conseqüência que sua existência seja hoje tão exaltada como um dos pilares da luta pela reconstituição dos inerentes princípios de reprodução da natureza, tão subsumidos que estiveram e continuam estando a uma racionalidade técnica, em certos casos exagerada pela crença em uma artificialização dos recursos naturais reproduzidos em laboratórios e empresas industriais. Ora, os princípios de constituição e expansão do capitalismo desconhecem e desqualificam essa competência. Do ponto de vista político, a negação dessa dimensão, tanto à direita (que defende a grande propriedade como a única forma moderna ou modernizável) quanto à esquerda (que terminou enfatizando apenas a dimensão política da luta pela terra), tem como conseqüência a negação do camponês como agricultor. As políticas agrícolas chamadas "compensatórias" só reforçam a visão discriminadora.

Em conclusão, reiteramos, por um lado, a universalidade da presença do campesinato, que abarca os diversos espaços e os diferenciados tempos. E também, por outro, a variedade de existências contextuais, visto que essa variedade só indica a valorizada adaptabilidade dos agentes e dos princípios abrangentes de constituição da forma camponesa. Portanto, mesmo que corresponda à revalorização de uma tradição (patrimônio de valores institucionalizados nas memórias e na projeção social), a reprodução do campesinato nas sociedades contemporâneas é um fato social do mundo

moderno, e não resquício do passado. Por essa perspectiva, ultrapassa-se a velha e surrada concepção unilinear da inexorável decomposição do campesinato. Como os processos históricos têm demonstrado, ela não é tendência geral ou lei inevitável. Em vez dessa concepção, que, reafirmando a substituição das classes fundamentais, augura (e até vaticina) o fim do campesinato, escolhemos pensar e registrar as múltiplas alternativas, resultado de conquistas e resistências de atores sociais que se referenciam a um modo de produzir e viver coexistente com um mundo moderno. Entrementes, é nesse mesmo mundo, cujos analistas vêm acenando (e, por que não, também vaticinando) com o desemprego em massa como princípio de constituição econômica, em que a diversidade cultural é reafirmada para fazer frente a uma vangloriada homogeneização política e cultural, que os camponeses se reorganizam em luta. Por essa conduta clamam exatamente pela manutenção da autonomia relativa, condição que o controle dos fatores de produção e da gestão do trabalho pode oferecer.

Conselho Editorial

Prefácio

Apresentamos aos leitores – especialmente aos militantes camponeses, aos interessados e aos estudiosos da questão camponesa no Brasil – uma obra que é o resultado de um fantástico esforço intelectual e coletivo. A elaboração da História Social do Campesinato no Brasil envolveu grande número de estudiosos e pesquisadores dos mais variados pontos do país, num esforço conjunto, planejado e articulado, que resulta agora na publicação de dez volumes retratando parte da história, resistências, lutas, expressões, diversidades, utopias, teorias explicativas, enfim, as várias faces e a trajetória histórica do campesinato brasileiro.

A idéia de organizar uma História Social do Campesinato no Brasil aflorou no fim de 2003, durante os estudos e os debates para a elaboração de estratégias de desenvolvimento do campesinato no Brasil que vinham sendo realizados desde meados desse ano por iniciativa do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), com envolvimento, em seguida, da Via Campesina Brasil, composta, além de pelo próprio MPA, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pela Pastoral da Juventude Rural (PJR), pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e pela Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (Feab).

Essa idéia foi ganhando corpo quando se envolveram, primeiro, o pesquisador Horácio Martins de Carvalho e os pesquisadores Delma Pessanha Neves, Márcia Maria Menendes Motta e Carlos Walter Porto-Gonçalvez, que decidiram, em reunião nas dependências da Universidade Federal Fluminense (UFF), no início de 2004, com dirigentes da Via Campesina, lançar o desafio a outros tantos que se dedicam ao tema no Brasil. O resultado foi o engajamento de grande número de pesquisadores, todos contribuindo de maneira voluntária.

Foram consultadas cerca de duas centenas de pesquisadores, professores e técnicos para verificar se a pretensão de elaborar uma História Social do

Campesinato no Brasil tinha sentido e pertinência. A idéia foi generosamente aceita, um Conselho Editorial foi constituído, muitas reuniões foram realizadas, os textos foram redigidos e o resultado é a publicação destes dez volumes da Coleção História Social do Campesinato no Brasil.

Nesta Coleção apresentamos diversas leituras sobre a história social do campesinato no Brasil. Nossa preocupação com os estudos sobre o campesinato se explica pelo fato de, na última década, ter havido um avanço dos trabalhos que promoveram os métodos do ajuste estrutural do campo às políticas neoliberais. Nessa perspectiva, a realidade do campo foi parcializada de acordo com os interesses das políticas das agências multilaterais que passaram a financiar fortemente a pesquisa para o desenvolvimento da agricultura.

Esses interesses pautaram, em grande medida, as pesquisas das universidades e determinaram os métodos e as metodologias de pesquisa com base em um referencial teórico de consenso para o desenvolvimento da agricultura capitalista. Desse ponto de vista, o campesinato tornou-se um objeto que necessita se adequar ao ajuste estrutural para que uma pequena parte possa sobreviver ao intenso processo de exploração e expropriação do capitalismo.

Poucos foram os grupos de pesquisa que mantiveram uma conduta autônoma e crítica a essa visão de mundo em que o capitalismo é compreendido como totalidade e fim de todas as coisas. Nesse princípio de século, o conhecimento é ainda mais relevante como condição de resistência, interpretação e explicação dos processos socioterritoriais. Portanto, controlá-lo, determiná-lo, limitá-lo, ajustá-lo e regulá-lo são condições de dominação.

Para criar um espaço em que se possa pensar o campesinato na história a partir de sua diversidade de experiências e lutas, a Via Campesina estendeu o convite a pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Quase uma centena de cientistas responderam positivamente à nossa proposta de criar uma coleção sobre a história do campesinato brasileiro. Igualmente importante foi a resposta positiva da maior parte dos estudiosos convidada para publicar seus artigos, contribuindo com uma leitura do campesinato como sujeito histórico.

O campesinato é um dos principais protagonistas da história da humanidade. Todavia, por numerosas vezes, em diversas situações, foram empreendidos esforços para apagá-lo da história. Esses apagamentos ocorrem de tempos em tempos e de duas maneiras: pela execução de políticas para expropriá-lo de seus territórios e pela formulação de teorias para excluí-lo da história, atribuindo-lhe outros nomes a fim de regular sua rebeldia.

Por tudo isso, ao publicar esta importante obra, em nosso entender, de fôlego e profundidade, queremos fazer quatro singelos convites.

Convite à Leitura

Esta obra merece ser lida pela riqueza de informações, pela abrangência com que aborda o tema e pela importância da história social do campesinato para compreender o Brasil.

Convite ao Estudo

Além da mera leitura, é uma obra que deve ser estudada. É preciso que sobre ela nos debrucemos e reflitamos para conhecer esse tema em profundidade, quer em escolas, seminários, grupos de estudo, quer individualmente. Esta Coleção é um desafio, pois retrata uma realidade que, aqueles que estiverem comprometidos em entender o Brasil para transformá-lo, precisam conhecer profundamente.

Convite à Pesquisa

Esta obra, composta de dez volumes, é fruto e resultado de muita, disciplinada e dedicada pesquisa. É, portanto, desafio a mais investigações e a que outros mais se dediquem a esses temas. Embora uma obra vasta, com certeza mais abre do que encerra perspectivas de novos estudos, sob novos ângulos, sobre aspectos insuficientemente abordados, sobre realidades e histórias não visibilizadas, com enfoques diferenciados. Há muito que desentranhar da rica e variada história social do campesinato brasileiro, e os autores desta obra sentir-se-ão imensamente realizados se muitas, rigorosas, profundas e novas pesquisas surgirem estimuladas por essa sua importante iniciativa.

Convite ao Debate

Esta não é uma obra de doutrina. E mesmo as doutrinas devem ser expostas ao debate e ao contraditório. Quanto mais uma obra sobre a história. Convidamos ao debate dos textos, mas, além disso, ao debate sobre o sujeito social do qual a Coleção se ocupa: o campesinato e sua trajetória ao longo da história do Brasil. E que esse não seja um debate estéril ou esterilizante que se perde nos meandros da polêmica pela polêmica, mas que gere ações na sociedade, nas academias, nos centros de pesquisas e nas políticas de Estado em relação aos camponeses e ao mundo que os circunda e no qual se fazem sujeitos históricos.

A Via Campesina do Brasil reconhece e agradece profundamente o trabalho árduo e voluntário dos membros do Conselho Editorial e de todos os envolvidos no projeto. Sem o desprendimento e o zelo desses professores, sem essa esperança renovada a cada dia pelas mais distintas formas e motivos, sem a acuidade acadêmica, o cuidado político e a generosidade

de todos os envolvidos não teríamos alcançado os resultados previstos. De modo especial nosso reconhecimento ao professor Horácio Martins de Carvalho.

Agradecemos também ao Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (Nead), do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ao promover estudos e pesquisas sobre o universo rural brasileiro o Nead viabilizou, com a Editora da UNESP, a publicação desta Coleção.

A Via Campesina experimenta a satisfação do dever cumprido por ter participado desta importante iniciativa, desejando que se reproduza, se multiplique e gere frutos de consciência, organização e lutas nas bases camponesas em todo o território nacional.

Via Campesina do Brasil
agosto de 2008.

Introdução

> "Dia após dia, os camponeses fazem os economistas suspirarem, os políticos suarem e os estrategistas praguejarem, malogrando seus planos e profecias em todos os lugares do mundo..." (Teodor Shanin, *Peasant and Pesant Societies*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979, p.238)

Os capítulos que compõem o presente volume reúnem os resultados de pesquisas sobre o universo rural brasileiro, produzidas por pesquisadores e doutorandos de universidades de várias regiões do Brasil. Elas são o esforço de desvelar a história recente dos camponeses brasileiros e expressam a preocupação de uma nova geração de estudiosos em contribuir para o conhecimento sobre o passado da luta pela terra, de concepções de injustiça dos pobres do campo; objetos de pesquisa até recentemente negligenciados na academia.

As experiências de lutas camponesas narradas nesta obra contemplam a diversidade do espaço, no que tange aos tipos de lutas, as mediações políticas, as práticas produtivas e culturais dos camponeses brasileiros.

Abrimos o volume com o estudo: "Os camponeses entram em cena: a iniciação da participação política do campesinato paulista", de Clifford Andrew Welch. Neste texto, o autor analisa a história da participação política dos trabalhadores rurais e dos camponeses na cena política brasileira nos anos 30. Sua narrativa é conduzida através da história de um trabalhador rural durante a Revolução Constitucionalista de 1932, quando o personagem percebe que seus chefes "revolucionários" são grandes fazendeiros que lutam contra as propostas do governo Vargas – ainda que tímidas – voltadas para os trabalhadores. O autor questiona a opinião de diversos estudos anteriores sobre o início da participação dos camponeses na política brasileira, revelando que eles entram em cena muitos antes do que se pensava, presente ativamente em movimentos contra os grandes proprietários e participando no campo partidário de esquerda.

O estudo de Vanderlei Vazelesk Ribeiro, “Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra”, reavalia também a historiografia que considera inoperante a atuação dos camponeses durante o governo Vargas. Ao analisar a correspondência enviada ao Poder Executivo, o autor mostra-nos as estratégias dos camponeses ao encaminhar suas queixas diretamente ao governo. Entre as diversas cartas analisadas por Ribeiro, é digno de registro a reclamação de um camponês do Paraná. Sem temer eventuais represálias e com forte senso de justiça, o personagem pede ajuda ao Interventor Federal do Brasil e denuncia: “ao tentar cultivar uma posse que já estava em ponto de começar o plantio; fora expulso com a ajuda de policiais e jagunços. Sua mãe com pneumonia fora arrancada da cama, seus móveis jogados na rua!”.

O governo Vargas também é o tema do texto de Marcus Dezemone: “A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa”, que põe em questão a centralidade do mundo do trabalho urbano nas políticas sociais da época. Ao utilizar as cartas enviadas ao presidente e fontes do judiciário, o autor argumenta que os camponeses se apropriaram da nova legislação social para combater a autoridade dos grandes proprietários, desenvolvendo uma “cultura de direitos” e aprofundando o senso de justiça. Dezemone trava ainda um instigante debate com autores influentes na historiografia sobre o tema e, ao seguir a perspectiva inaugurada por Vazelesk, traz uma contribuição também inovadora.

Dejalma Cremonese, por sua vez, apresenta o trágico episódio ocorrido no centro do Rio Grande do Sul durante o governo Vargas, onde caboclos desarmados foram massacrados pelas autoridades e grupos dominantes locais por temor de uma simples manifestação religiosa. A história dos “Monges Barbudos: resistência e massacre de camponeses no Sul do Brasil” é mais um caso, ainda pouco difundido, das represálias sofridas historicamente pelo campesinato brasileiro quando se recusam a submeter-se aos interesses de outrem. Uma das razões do conflito era a negativa em plantar fumo, contrariando os interesses da produção de cigarros organizada por grandes empresas, representadas na região do conflito por pequenos comerciantes.

As lutas camponesas no Paraná são o tema de dois trabalhos aqui reunidos. O primeiro, “A revolta camponesa de Porecatu”, de Angelo Priori, deslinda a relação entre o Partido Comunista na região e as múltiplas frentes de atuação do movimento. É digno as narrativas que desnudam os percalços e as estratégias utilizadas pelos resistentes dentro da mata. Por sua vez, Lindomar Wessler Boneti, em “Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná”, discute a articulação da produção camponesa com a produção capitalista através do capital comercial, revelando a relação entre comerciantes e colonos na luta contra companhias de colonização que ameaçavam expulsar violentamente os camponeses de suas terras. Registra-se, ainda, a importância e visibilidade que o autor dá à presença dos caboclos na história da região, ofuscada pela entrada de colonos imigrantes do Sul,

analisando também as diferenças e semelhanças entre estes dois tipos de camponeses.

Carlos Leandro da Silva Esteves apresenta, numa perspectiva original, uma das mais conhecidas lutas do movimento camponês do Brasil. Em "Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964", Esteves mostra a capacidade de resistência e de organização da luta dos posseiros diante da ameaça de expulsão da terra por grileiros e a constituição de várias e complexas arenas de luta. A história de Formoso e Trombas revela, em suma, a capacidade de organização do campesinato para impor limites aos grandes proprietários rurais, historicamente ávidos por terra à custa da expropriação dos pobres do campo.

Na cidade do Rio de Janeiro, conhecida na história do Brasil pelas lutas operárias urbanas, os camponeses também se fizeram presentes conforme o leitor verá no estudo de Leonardo Soares dos Santos. No capítulo "O Sertão como um direito: o movimento de luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)", o autor mostra a resistência dos lavradores diante da pressão dos interesses imobiliários com apoio e ações do próprio governo Lacerda. É uma contribuição importante para o estudo da resistência camponesa a partir das brechas legais do estatuto jurídico do país.

A pesquisa de Marluza Marques Harres, "Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do Rio Grande do Sul", trata das lutas camponesas numa época de intensas mobilizações que caracterizaram o período compreendido como de normalidade democrática entre 1945 e 1964. A autora destaca a atuação dos mediadores políticos na organização camponesa, incluindo o Partido Trabalhista Brasileiro e o apoio dos comunistas e socialistas. Destaca-se a ação do PTB na direção do governo do estado do Rio Grande Sul, conquistado em 1958, e seu engajamento na implantação de um plano de reforma agrária em colaboração direta com o MASTER – Movimentos dos Agricultores Sem Terra. Durante o governo Brizola foram realizadas algumas experiências de reforma agrária entre as quais se destaca a do "banhado do colégio", analisada pela autora detalhadamente. O texto aborda ainda os confrontos com as organizações dos grandes proprietários, representados pela FARSUL, e com a Igreja Católica, posicionada no campo conservador e contrária as mobilizações do MASTER.

O texto de Paulo Afonso Zarth, "Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito", analisa a história da colonização e da imigração no Rio Grande do Sul em sua relação com os projeto de ocupação de terras e a trajetória do campesinato caboclo, "condenado" por praticar uma agricultura considerada incompatível com o desenvolvimento do capitalismo. Para o autor, a concepção de modelo exemplar de camponês, construída desde meados do século XIX até meados do século XX nessa região, parece orientar governos recentes e empresários em outras áreas do país, onde as práticas tradicionais camponesas são des-

legitimadas para dar lugar a projetos de ocupação do território com base em grandes propriedades com aporte de capitais e novas tecnologias, não importando o resultado para as populações atingidas.

O último capítulo, "Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida", de Carlos Leandro Esteves e Márcia Motta, revisita o mais importante movimento social do período para deslindar as complexas redes de alianças e embates no Engenho de Galiléia. Ao trazer à luz a perspectiva inaugurada por Maria Socorro Rangel, o texto mostra-nos que a complexidade do fenômeno é ainda um convite à história do passado da luta pela terra no país.

Por fim, e mais uma vez, a obra que agora oferecemos ao leitor tem um objetivo: as sucessões de experiências aqui reunidas foram e são partes do projeto de produzir uma resposta à amnésia social que consagrou – como memória nacional – a noção de passividade do povo brasileiro. Se a memória é um fenômeno socialmente construído – nos lembra Pollack – isso nos permite também afirmar que a memória e a identidade "são valores disputados em conflitos sociais".[1]

Ao nos contrapormos mais uma vez à memória do esquecimento sobre os conflitos de terras ocorridos, desta feita, num passado recente, reafirmamos o engajamento dos historiadores aqui reunidos, que no cruzamento das fontes no diálogo com a produção acadêmica trouxeram à luz histórias de luta pela terra marcadas por redes de alianças, acordos, projetos, e por que não dizer, decepções, desgosto e dor. De todo modo, os personagens dessas histórias marcaram o seu destino numa luta entre forças desiguais, mas compartilharam um forte sentimento de injustiça.

Para terminar, diríamos, conforme B. Moore, "é no mínimo plausível defender que a ira moral e um sentimento de injustiça social devam ser descobertos e que o processo de descobrimento é fundamentalmente histórico".[2] Os autores deste volume traçaram, a nosso ver, os primeiros passos para deslindarmos o sentimento de injustiça que une os camponeses em sua luta pela terra no país.

Márcia Motta & Paulo Zarth

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HOBSBAWM, E. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENEZES, U. B. de. A História, cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, 1992.

---

[1] POLLACK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p.207.

[2] MOORE JR, B. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.35.

MOORE JR, B. *Injustiça. As bases sociais da obediência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

POLLACK, M. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992.

SHANIN,T. *Peasant and Pesant Societies*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979.

1
Os camponeses entram em cena: a iniciação da participação política do campesinato paulista*

Clifford Andrew Welch

INTRODUÇÃO

Irineu Luís de Moraes, um peão de Barretos, no estado de São Paulo, lembra-se de seu envolvimento na Revolução Constitucionalista de 1932 com detalhes vívidos. Ele tinha 21 anos e trabalhava em uma charqueada quando a rebelião começou. Entrevistado em 1988, recordou-se de ter ingressado na revolta não por razões ideológicas, mas porque discutir revolução o animava. "Foi uma coisa pega no ar, assim. E, dada a minha vivacidade e vontade, me alistei de vez, sem registro formal." Transferido para a divisa com Minas Gerais, às margens do rio Mogi-Guaçu, trocou tiros com as tropas do governo e escapou das granadas atiradas dos aviões inimigos. Somente então começou a notar que os oficiais de seu batalhão eram todos fazendeiros e criadores de gado de Barretos.

Ele se lembrou de ter escutado conversas entre os oficiais que o fizeram se voltar contra o movimento:

> Não, mas o Getúlio é comunista – comentou um dos fazendeiros.
> Onde já se viu um governo doido desse – disse outro.
> Onde é que já se viu um trabalhador rural ficar quinze dias parado, e como é que faz? – perguntou um deles.

Moraes espalhou o que havia descoberto entre seus companheiros soldados, aumentando sua consciência: essa é uma revolução contra Vargas! "Então" – disse a eles – "a revolução é contra o Getúlio e inclusive o regime dele. ...". Os fazendeiros

* Traduzido por Melissa Santos Fortes.

> eram contra o Vargas porque ele trouxe a lei trabalhista, trouxe a lei de férias e trouxe, para as mulheres, o voto. O Getúlio trouxe muita coisa que os fazendeiros não queriam. Ouvi eles reclamando da intenção do governo dar [direitos] para trabalhadores nas fazendas. Aos poucos combinei com mais uns vinte soldados para abandonar aquela porcaria.

Logo depois que ele organizou essa deserção, "estavam todos abandonando" a revolta. O movimento todo acabou em dois meses e pouco, ele explicou.

Mais de 55 anos depois da revolta, Moraes se colocou como pivô no desmascaramento do caráter reacionário do movimento e na exposição desse fato às tropas, que então abandonaram o campo de combate, causando o colapso do movimento. Esse episódio, como outros incidentes que ele conta, tem um ar entusiasmado, energético, que transcende os erros de fato.

Como ele afirmou, a luta opunha a velha ordem contra a administração federal de Getúlio Vargas, que representava pequenas reformas progressistas. Mas poucas das medidas mencionadas por Moraes haviam sido legisladas – as mulheres que sabiam ler, por exemplo, só adquiriram o direito de voto depois do fim da rebelião – e a extensão das leis trabalhistas aos camponeses ainda demoraria décadas. Isso levanta questões sobre a importância de tais políticas, tanto para os oficiais fazendeiros quanto para os soldados trabalhadores. Ao contrário do que diz Moraes, a maioria dos historiadores afirma que a revolta tinha mais a ver com a hostilidade paulista com relação às tendências centralizadoras do novo governo, e, quando a paz foi negociada, no fim de setembro, Vargas foi bastante indulgente, responsabilizando poucos líderes e dando maior autonomia a São Paulo. Ainda assim, as memórias de Moraes mostram como o evento foi processado e lembrado pelos militares de base; essa memória – ainda que mítica – viria a formar a luta futura no campo.

Essa não era a primeira vez que Moraes havia demonstrado forte senso de certo e de errado e uma paixão por desafiar a autoridade, e não seria a última. Na verdade, ele havia ajudado na organização de pelo menos duas greves, uma no Frigorífico Anglo, de Barretos, e outra em uma fazenda de gado da região. No fim das contas, estava a ponto de descobrir sua vocação verdadeira: organização política e trabalhista, especialmente entre os camponeses. Um ano depois da revolta, ele se alistou no Partido Comunista do Brasil (PCB) e militou na clandestinidade entre a classe trabalhadora rural até idade avançada. O Brasil, da mesma forma, estava à beira de uma grande mudança. Enquanto a classe dominante brasileira vinha há muito tempo suprimindo revoltas entre os trabalhadores, parte de seus membros estava gradualmente se tornando mais tolerante, até mesmo apoiadora de uma mudança nas relações sociais que prometesse mais liberdade e riqueza material para todas as pessoas. A mudança estava vindo havia um longo tempo

e foi a conseqüência das lutas de muitas pessoas, de peões a presidentes. Ao confrontarem o mundo que os fazendeiros haviam construído à custa da exploração de trabalhadores escravizados, os trabalhadores sobretudo das plantações de café e cana-de-açúcar – os colonos – ajudaram a abrir a fronteira para a plantação das sementes da mobilização política dos camponeses no período pós-Segunda Guerra Mundial. Este capítulo narra a história desse processo.

A intenção da narração que oferecemos aqui é mostrar que existem evidências suficientes para colocar em questão a opinião da maioria dos estudos de participação política dos camponeses (Azevedo, 1982; Queiroz, 1973; Forman, 1975; Martins, 1981; Camargo, 1986; Ricci, 1999). Segundo eles, os camponeses só entraram na cena política a partir do fim dos anos 40, início dos anos 50 do século XX. Para alguns, de fato, a entrada demorou até o fim dos anos 50, início dos 60. A extensão e a intensidade da participação política dos trabalhadores rurais nesse período da Guerra Fria foram, sem dúvida, maiores, mas as origens da formação da classe camponesa, pelo menos no estado de São Paulo, têm de ser procuradas no mesmo período que a classe operária estava em formação nas cidades, na segunda metade da República Velha. Só assim conseguiremos compreender a história social do campesinato no Brasil. Sobre esse, damos nossa contribuição entre um crescente número de estudos recentes, como Cliff Welch (1999), Leonilde Medeiros (1999), Bernardo Mançano Fernandes (2000), Neuri Rossetto (2003) e Paulo Pinheiro Machado (2004).

LUTAS TRABALHISTAS DOS COLONOS DO CAFÉ

Nos estágios iniciais da extraordinária expansão da fronteira do café, os colonos foram se instalar no Oeste do estado de São Paulo, onde deram preferência a empregos no território recém- desmatado. Ali podiam maximizar seus esforços e economias no plantio de lavouras de subsistência nos corredores abertos entre as filas de café que cultivavam. Conseqüentemente, os colonos descobriram que podiam cumprir suas obrigações com o café enquanto cultivavam a lavoura de subsistência que os sustentava. Uma vez que os colonos cuidavam da própria alimentação, os fazendeiros obtiveram assim um sistema de colonato confiável, trabalho dependente que custava pouco para atrair, enquanto obtinham, depois de poucos anos, o produto de milhares de novos cafeeiros, cada um dos quais continuaria a produzir pelo menos por mais outros vinte anos. Por sua vez, o sistema de plantio intercalado fez do colono um camponês, criando outro pólo do campesinato brasileiro no século XX.

A herança maior de escravidão no campo paulista não foi a democracia racial de Gilberto Freyre, mas uma cultura de autoritarismo. Gerações

de fazendeiros se consideraram uma espécie superior aos trabalhadores. Para eles, só a força resolveria os problemas de disciplina nas relações de trabalho nas fazendas. Recrutaram agregados para servir como capangas e para policiar suas propriedades. Estes homens – valentões que gostavam de violência, outros, trabalhadores rurais comuns coagidos a fazer o serviço – eram a polícia do fazendeiro, sempre presente. "Eu sozinho comando minha fazenda", gabava-se em 1908 o fazendeiro de Campinas, Artur Leite. "As casas dos colonos são guardadas por capangas fiéis os quais não permitem tentativas de libertação; estão lá para persuadir os colonos que contra a força a razão não vale." Por volta de 1910, o viajante francês Pierre Denis descreveu o mundo fechado que os fazendeiros comandavam.

> A tarefa do fazendeiro é dupla. Ele emprega a sua atividade com o fim de obter a regularidade do trabalho, mas também para manter a ordem e a paz entre a população heterogênea que ele governa. Executa as funções de policial. A polícia pública, com efeito, não existe para assegurar o respeito pela lei civil, pela pessoa e pela propriedade.

As queixas dos imigrantes italianos, a maior nacionalidade representada entre os imigrantes, inevitavelmente vazaram para a Itália e afetaram o fluxo migratório. Enquanto os italianos compunham 73% do total de imigrantes entre 1887 e 1900, seu percentual caiu de modo considerável após essa data, e sua cota total de imigração se reduziu a 43% para o período compreendido entre 1887 e 1930. Para tomar medidas em relação ao declínio, e talvez revertê-lo, as autoridades de São Paulo criaram em 1911 uma nova agência estatal para forçar o cumprimento dos termos contratuais tanto por colonos como por fazendeiros, o Patronato Agrícola. Para maximizar seu impacto no fluxo de imigrantes, o primeiro artigo da lei a descrevia como uma medida em "defesa dos direitos e interesses dos operários agrícolas".

Em seu momento de maior atividade, na década de 1920, os poucos fiscais do Patronato Agrícola podiam ser encontrados cavalgando pelo campo, resolvendo conflitos pela superação da desconfiança e da animosidade entre fazendeiros e colonos, e persuadindo que cooperassem uns com os outros. Durante a década de 1920, segundo o historiador Francês Rocha, a agência construiu uma reputação de relativa autonomia diante dos proprietários de terras, mas nas disputas entre desiguais ela tinha poucas ferramentas para forçar a aquiescência dos fazendeiros. Nas disputas sobre acordos verbais, tão comuns no mundo de tradições rurais, em especial entre os camaradas e os fazendeiros, os fiscais não tinham autoridade. Entretanto, uma lei de 1913 obrigou as agências de imigração a distribuir a todos os colonos livrinhos de contas (chamados "caderneta agrícola"), para ajudá-los a guardar

um relatório de seus débitos e créditos nas fazendas onde trabalhavam, e isso passou a ser um instrumento de luta.

Muitas vezes, a caderneta foi uma referência importante para os colonos comprovarem suas reivindicações por pagamentos atrasados e outros direitos. Mesmo quando os esforços foram suplementados pelos poucos tribunais rurais introduzidos por volta de 1925, eles se revelaram ineficazes em assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes de acordos fora das especificações dos contratos de trabalho escritos dos colonos. Com a depressão de 1930 houve uma diminuição da imigração européia em massa para São Paulo; da mesma maneira, uma das principais justificativas para a existência do Patronato Agrícola desapareceu. Em 1934, a agência havia sido descontinuada, e suas responsabilidades em prover serviços legais para os trabalhadores rurais foram absorvidas pelo recém-formado Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Armados com cadernetas e promessas de mobilidade social, os camponeses imigrantes europeus continuaram a encontrar modos de resistir aos caprichos dos fazendeiros e às injustiças da vida na fazenda. Os colonos e seus filhos brasileiros aproveitaram a oportunidade apresentada pela época da colheita para negar seus serviços, forçando os fazendeiros a negociar. Essas práticas foram suficientemente disseminadas a ponto de merecerem um comentário de Augusto Ramos, fazendeiro contemporâneo e analista da indústria do café:

> Não causa grande surpresa ver-se no dia mesmo de se iniciar a colheita em uma fazenda, que cada colono, em vez de seguir cedo para o serviço, deixa-se ficar em casa ... Para o fazendeiro essa é a hora crítica ... Cientes dessa situação, os colonos aproveitam para fazer suas imposições, justas ou injustas.

Como Ramos indica, de modo exagerado, o processo de trabalho nas plantações de café criou uma alavanca que auxiliou os colonos a confrontarem o poder dos fazendeiros.

Os colonos protestavam contra os abusos sempre que podiam. Ao menos 70 famílias de colonos da fazenda Iracema, de propriedade do fazendeiro e coronel Francisco Schmidt, em Ribeirão Preto, na região da Alta Mogiana, superaram os obstáculos em maio de 1912, organizando uma greve bem-sucedida de oito dias no início da colheita. De acordo com um observador, conhecido apenas por seu revelador pseudônimo, "Um Socialista", os colonos facilitavam a comunicação e resistiam à repressão formando grupos de quatro ou cinco famílias, sem nenhum líder de destaque. Os representantes desses grupos ou células se uniram em um "Diretório Secreto" e se encontraram pela primeira vez na manhã de 4 de maio, "... resolvidos a empregar todos os expedientes consoantes à razão do livre-pensamento, resistindo até morrer no caso da justiça falhar". Para proteger seus empregos

e fortalecer os grevistas, os colonos trabalhavam clandestinamente para evitar que os trabalhadores das redondezas os substituíssem. Essa estratégia clandestina provou ser eficaz, e a greve terminou com uma vitória parcial quando Schmidt concordou em aumentar seus ganhos em 20%, de 500 para 600 réis por saca de 50 litros de grãos de café colhidos. Como comentou Ramos, a pressão da colheita certamente deu poder a esses colonos. Talvez também uma modesta elevação do preço do café que estava acontecendo na época tenha possibilitado a Schmidt repassar os custos adicionais aos compradores.

As condições estruturais e ideológicas convergiram mais uma vez em abril e maio de 1913. Os preços do café estavam em declínio internacionalmente e os fazendeiros respondiam cortando salários, enquanto mantinham os altos preços das mercadorias vendidas aos colonos nas fazendas. Estes sofreram ainda maior privação ao ter o acesso ao interplantio restringido. Enquanto o preço do café caía, os fazendeiros afirmavam que o plantio entre as fileiras de café danificava o crescimento e a produtividade das árvores, e proibiram a prática, forçando os colonos a produzirem em terras menos desejadas e mais distantes. Frustrados com essas condições, mais de 10 mil colonos escolheram o início da colheita para suspender o trabalho, esperando melhorar seu quinhão, como havia acontecido com os colonos de Iracema. Os grevistas da Alta Mogiana, italianos na maioria, mobilizaram-se contra muitas das maiores fazendas de Ribeirão Preto, incluindo a fazenda Macaúbas, da companhia do coronel Schmidt. Dessa vez, entretanto, os fazendeiros resolveram não ceder. Depois de duas semanas, a greve terminou com a deportação de 137 trabalhadores italianos, tachados de "agitadores" na imprensa.

A historiadora regional Maria Angélica Momenso Garcia afirma que essas greves marcaram um "momento novo" nos movimentos de trabalhadores rurais por causa de sua importância e do reconhecimento que receberam. Infelizmente, estes movimentos não parecem ter levado a um novo despertar dos trabalhadores rurais ou a um nível organizado de resistência entre eles. Ao contrário, as greves dos colonos nos cafezais em 1912 e 1913 provaram ser eventos excepcionais, sem precedentes e com poucas imitações até os anos 1940. Uma equipe de pesquisadores liderados por José Cláudio Barriguelli, examinando dezenas de jornais esquerdistas, não encontrou registros de greves entre 1914 e 1946. Sabemos pelos registros mantidos pelo Patronato Agrícola que os colonos fizeram greves durante esse período, mas a maior parte desses incidentes era pequena, isolada e rapidamente resolvida. Por exemplo, quase metade das 23 greves registradas no ano de 1923 foi associada a colonos que protestavam contra o prolongamento da época da colheita – devido à chuva – porque estavam ansiosos para se mudar para outras fazendas. Assim, o "novo movimento" de 1913 foi breve, mas suficientemente impressionante.

A POLÍTICA DA MOBILIDADE SOCIAL DOS COLONOS

Além da repressão, outros dois processos contribuíram para dificultar a formação da classe e a luta nas fazendas de café em São Paulo. Um foi a mobilidade física no restrito mercado de trabalho rural, pois os colonos estavam constantemente em movimento, em busca de melhores condições de emprego. "No fim de cada ano agrícola", escreveu o fazendeiro Ramos, "há, em quase todas as fazendas, um acentuado movimento no pessoal de trabalho que assim livremente se desloca e se engaja ou desengaja sem o menor obstáculo." Outro desenvolvimento foi o processo gradual de incorporação política. Em 1920, a comunidade étnica italiana já havia dado à luz jornais escritos em italiano, organizações cívicas e de estratificação social. A comunidade formava um novo grupo de eleitores.

O sociólogo Maurício Font uniu essas duas tendências para argumentar que os imigrantes colonos, socialmente móveis, sua descendência aspirante nascida no Brasil e uma economia alternativa que se desenvolveu a partir de suas atividades vieram a ser as principais forças por trás da morte da oligarquia cafeeira tradicional de São Paulo. Da perspectiva dos colonos, a prova para esse argumento se mantém incompleta, mesmo que seja sedutora. Os imigrantes a que Font dá mais atenção, que tinham ou conquistaram sua independência econômica, formaram suas próprias fazendas ou tinham se mudado para áreas urbanas, onde seguiam vocações não-agrícolas. Entretanto, a história política da época tem relevância para nosso estudo do campesinato.

A pedra angular da predominância dos fazendeiros durante a Velha República era o controle das eleições locais, um controle baseado na manipulação dos eleitores nas eleições do município. Enquanto o chefe do grupo local de fazendeiros e negociantes – o coronel – pudesse produzir vitórias para os políticos estaduais e nacionais, podia contar com o Estado e com as autoridades nacionais tanto para deixá-lo em paz quanto para ajudá-lo a administrar as questões locais como ele e seus pares desejassem. O sucesso era assegurado pelo cadastramento eleitoral que admitia somente os homens adultos cuja lealdade pudesse ser contada, inclusive dos trabalhadores rurais fiéis selecionados por fazendeiros e administradores. Na década de 1920, a instituição liderada pelos coronéis era o Partido Republicano Paulista (PRP). Da segunda metade da década de 1910 em diante, entretanto, as pressões socioeconômicas começaram a golpear o sistema, criando facções, deslocando a solidariedade dos chefes do PRP e fraturando a até então monolítica oligarquia dos fazendeiros.

A guerra em si causou um declínio na demanda de café, enfraquecendo o poder econômico dos chefes do café. O declínio também compeliu alguns colonos a se mudarem das fazendas deterioradas, tanto para os mercados de

trabalho urbanos como para terras ainda não ocupadas, ou terras já usadas com o cultivo do café que estavam sendo vendidas para gerar capital. Nos municípios do estado de São Paulo, a manufatura começou gradualmente a se expandir; no campo, pequenos proprietários plantavam alimentos, algodão, cana-de-açúcar e até mesmo café, trazendo diversidade social e de plantio à economia agrária. Na região da Alta Mogiana, onde os pés de café estavam no fim de seu ciclo de vida, a transição foi especialmente notável. Enquanto a região era responsável por 44% da produção de café de São Paulo em 1920, seu percentual diminuiu para 16% em 1934, com a perda da atividade econômica substituída por diversas atividades, desde lavoura de amendoim até fabricação de tecidos e cerveja.

Para Font, a diversificação da economia gradualmente migrou para o centro do poder político, distanciando-se da elite cafeeira tradicional, ameaçando a viabilidade do coronelismo em São Paulo. Dos municípios do interior, como Barretos e Ribeirão Preto, até a capital do estado, o PRP encontrou apoio em um eleitorado cujos interesses e necessidades eram cada vez mais complexos. O partido respondeu com o afastamento gradual do apoio consistente às políticas pró-café, como subsidiar a imigração e manter o preço do café.

Em 1919, as diferenças entre os fazendeiros haviam-se aprofundado o suficiente para inspirar alguns a formarem novas organizações coletivas. Ao passo que a Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) havia servido como um advogado eficiente para os fazendeiros desde 1902, com muitos de seus membros servindo o governo, alguns dos "mais prestigiosos e ricos fazendeiros paulistas" vieram a acreditar que ela não mais representava seus interesses e, em 1919, fundaram a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Em 1921, a SRB era "a campeã dos interesses dos grandes proprietários de terra" tanto no estado quanto no país; em 1930 a SRB tornou-se a única organização de lobistas dos fazendeiros. Para desafiar o PRP localmente, os fazendeiros em oposição organizaram partidos políticos em seus municípios. Esses grupos díspares e opositores finalmente uniram-se no Partido Democrático (PD), o primeiro a desafiar o Partido Republicano. Formado em 1926, o PD foi criado primeiro para se opor às aspirações presidenciais do senador Washington Luís Pereira de Souza, um político oriundo das elites de São Paulo, que desenvolveu sua carreira política no PRP.

Como a mudança, identificada por Font, havia fraturado o poder oligárquico e estimulado o conflito político, os trabalhadores rurais tornaram-se objeto de manobra política pela primeira vez. Washington Luís provou ser uma figura que servia de pivô. Font descreve-o como o típico "novo coronel" do período. Como os coronéis tradicionais, os novos tinham autoridade considerável, mas deles diferiam por terem poucas ligações diretas com a agricultura. O próprio Washington Luís era advogado, cuja única carreira tinha sido a política. Ele tentou equilibrar os interesses dos fazendeiros do

café com os daqueles ligados à crescente diversidade de atividades econômicas. O Patronato Agrícola, criado durante a gestão dele como secretário de Justiça (1906-1912), foi uma dessas medidas. Freqüentemente notado por suas políticas repressivas, Washington Luís foi também um dos primeiros políticos importantes a concorrer pelos votos dos imigrantes, promovendo sua incorporação política.

Aparentemente, Washington Luís apoiava a visão modernista de que a urna era um meio eficiente para suprimir políticas radicais. Contra os protestos de alguns fazendeiros de café, o secretário de Justiça regulamentou que todos os imigrantes que casassem com brasileiros, tendo filhos nascidos no Brasil, ou que fossem donos de terra, deveriam ser considerados brasileiros e, portanto, possuidores dos direitos dos cidadãos natos. O rei do café de Ribeirão Preto, Francisco Schmidt, leal ao PRP, usou dessa lei para registrar o voto de 437 colonos nascidos no exterior que trabalhavam em sua propriedade – ação que foi desafiada, sem sucesso, pelo grupo da frente antiimigrante da SRB, a Liga Nacionalista, em 1920.

Também como governador do estado de São Paulo de 1920 a 1924, Washington Luís ajudou na quebra das fazendas ineficientes, no crescimento de fazendas menores e na diversificação do cultivo. Ele também ampliou a eficácia do Patronato Agrícola, com o aumento do pessoal, profissionalizando o Judiciário (utilizando sua autoridade de fato para indicar juízes locais fora do alcance dos coronéis), instituiu um sistema de tribunais de trabalho rural e tomou posse de todas as terras sem dono (alienando, mais uma vez, os fazendeiros, que reclamavam muitas dessas terras). Eleito presidente da República em 1926, Washington Luís continuou a agir de modo que exacerbasse a fragmentação da oligarquia cafeeira paulista.

A "elite cafeeira" não é facilmente definida. Font refere-se ao grupo cada vez mais alienado de fazendeiros de café que se organizou em torno do PRP como o "Café Grande". Muitos indivíduos mencionados eram donos de fazendas com enormes cafezais, que possuíam de meio milhão até mais de 10 milhões de pés de café em produção. Usando o tamanho como critério principal, Font contrasta esse grupo com os imigrantes que formaram pequenas e médias fazendas, com algo em torno de 5 a 100 mil pés. Para Font, o grupo do Café Grande era veementemente nacionalista, e ocasionalmente antiimigrante.

No entanto, o grupo cafeicultor de oposição não é bem entendido como "tradicional" também, pois entre eles havia alguns da elite mais empreendedora e inovadora de São Paulo, incluindo Antônio Prado e Júlio de Mesquita Filho. Ambos eram fazendeiros, mas Prado também possuía fábricas, e Mesquita havia sido educado na Europa e era o editor do influente jornal diário *O Estado de S. Paulo*. No fim, a principal diferença entre os cafeicultores na oposição e os que compreendiam o partido do governo (situação) era o compromisso anterior com o futuro da agricultura e a tardia ligação

com a industrialização. Para o Café Grande, a agricultura era vista como a "vocação natural" do Brasil, ao passo que a indústria era uma busca artificial. Para a oposição, a cafeicultura só serviu enquanto contribuiu para o desenvolvimento capitalista do país, no setor agrícola e no setor industrial.

A REVOLTA DE 1924: INSPIRAÇÃO À MILITÂNCIA

Com alguns colonos europeus tornando-se proprietários de terras, e os italianos e outros imigrantes redefinindo a identidade paulista, a base do poder do fazendeiro minguou durante a década de 1920, criando oportunidades para a rebelião de vários interesses que buscavam preencher o vácuo deixado pela fragmentação da classe dominante.

Em julho de 1924, o general aposentado do Exército, Isidoro Dias Lopes, liderou uma revolta conspiratória contra o governo nacional do presidente Artur Bernardes, um político mineiro do Partido Republicano (PR). O conflito, que durou um mês, teve início quando as tropas sob o controle do general Lopes ocuparam a capital do estado de São Paulo. Esse evento foi o divisor de águas em um multifacetado e progressivo ataque à oligarquia rural brasileira. Mas o governo do presidente Bernardes realmente representava a oligarquia? Mauricio Font afirma que não e oferece uma desafiadora interpretação alternativa, baseada na leitura sistemática dos jornais publicados no estado de São Paulo. Enquanto alguns rebeldes talvez tenham advogado a industrialização e denunciado os fazendeiros, muitos opositores dos cafeicultores se aliaram aos rebeldes. Eles aproveitaram as oportunidades criadas pelo rompimento da autoridade federal para expulsar governos locais do PRP e estabelecer novos pólos de poder.

Registros policiais mostravam "atos de evidente rebelião", não apenas em São Paulo, mas em 87 municípios do interior do estado, e apoio para a rebelião em outros 37. Em Araras, Campinas, Jaú e outros municípios paulistas, grandes fazendeiros com centenas de milhares de pés de café tomaram a dianteira ao derrubar a estrutura de poder local do PRP e estabelecer juntas rebeldes.

Irineu Luís de Moraes testemunhou a rebelião no interior. Um rapaz com doze anos de idade, ele se lembra da presença de um contingente de "cinqüenta a cem" soldados, comandados pelo tenente-coronel Filogônio Teodoro de Carvalho, que havia ocupado a cidade.

> Quando eu ouvi dizer que o Filogônio tinha tomado a cidade, eu fui lá na delegacia. A revolta era uma coisa que me atraía, que eu gostava de assistir. O tenente tomou Barretos e, como era simpático, o povo foi aplaudi-lo e acompanhá-lo.

Moraes lembra-se do incidente com tantos detalhes que se recorda de diálogos entre Carvalho e o delegado, que ele rendeu, e detalhes específicos

do ataque de Carvalho, assim como de sua fuga de Barretos. O que mais impressiona Moraes, 65 anos depois do evento, foi a habilidade de tomar o poder que tiveram uns poucos homens sob o comando de um líder talentoso.

É interessante a fascinação de Moraes por um homem que parece ter representado a facção da classe dominante de São Paulo mais comprometida com a restauração da ordem social agrária. Filogônio Teodoro de Carvalho merece a admiração de Moraes não por sua ideologia, mas por suas ações dramáticas. Moraes lembra-se mais da bravata da captura do delegado e da fuga desarmada de Barretos de Carvalho. Ele também se lembra de que o tenente-coronel parou os trens e forçou o frigorífico Armour a fechar: "O tenente foi ao frigorífico também e mandou parar a matança dos bichos. Paralisou, e o pessoal gostou de estar parado. Era, como se diz, uma farra total". Moraes, aparentemente, não foi o único trabalhador atraído pela rebelião e confundido por sua política. Ele alega que o mesmo evento iniciou a carreira de ativista de seu amigo de infância, Sebastião Dinarte dos Santos, que mais tarde ingressou no PCB e tornou-se um líder camponês da mesma forma que Moraes.

PRESTES E O BLOCO OPERÁRIO E CAMPONÊS

Carvalho é mencionado nos registros históricos de 1925 por seu serviço como mensageiro entre o general Lopes e o capitão Luís Carlos Prestes. Enquanto a história de Moraes dá algum indício de como a revolta de 1924 inspirou os adolescentes e os trabalhadores em uma cidade sertaneja, a história de Prestes revela como a revolta inspirou a militância do homem que se tornaria dominante no PCB, e moldaria suas políticas camponesas por décadas.

Em julho de 1925, Lopes estava na Argentina, planejando o ressurgimento de seu movimento, e Prestes, um camarada armado e amotinado do estado do Rio Grande do Sul, estava então liderando centenas de soldados e simpatizantes pelo interior de Goiás, a postos para o comando de Lopes. Mesmo que as ordens não tenham chegado, Prestes e sua coluna marcharam por milhares de quilômetros pelos sertões do Brasil central e norte em uma tentativa frustrada de levantar apoio para uma rebelião contra o presidente Bernardes. A marcha, que terminou em 1927, afetou Prestes profundamente: "Conheci a miséria por onde passei", disse ele mais tarde a dois jornalistas.

> Vi homens passando fome, outros sem roupas e muitos sem nenhum remédio para suas doenças. Vi homens ajoelhados no chão esburacando o solo com facas de cozinha sem cabo. Pegavam nas lâminas das facas, ou seja, estavam mais atrasados do que os índios. Esse quadro terrível me convenceu de que não seria a simples substituição de Bernardes por outro que resolveria os nossos problemas.

Prestes fez essa declaração na década de 1980, quase três gerações depois de a coluna ter ido para a Bolívia. A passagem do tempo condensou os eventos em sua memória, como acontece invariavelmente. Claramente, a experiência da marcha imprimiu nele uma preocupação sincera pela pobreza e o desespero dos pobres rurais, e o motivou a fazer algo sobre a questão. A citação sugere que ele rapidamente abraçou o comunismo revolucionário, mas a informação de outras fontes revela um desenvolvimento mais gradual de sua ideologia. A transformação de Prestes é a história de como o embrião do PCB iniciou sua campanha entre os trabalhadores rurais.

Julgado e condenado, Prestes fugiu para a Argentina, onde aparentemente teve seu primeiro contato com Marx. Mas ocupou muito desse tempo em Buenos Aires com esforços para influir na política brasileira a distância. A marcha e a versão dos acontecimentos contada pela imprensa majoritária e comunista fizeram com que ele se tornasse um herói popular de proporções míticas, conhecido por todos como o "Cavaleiro da Esperança". Enquanto o predominante Partido Republicano (PR) buscava manchar seu nome, aqueles que se opunham ao PR ansiavam por associar-se a Prestes, aumentando assim sua popularidade. Incerto de sua própria política, Prestes flertou com visitas de pretendentes dos dois extremos do espectro da oposição: o Partido Democrático e o Bloco Operário e Camponês (BOC), a aliança política de frente unida do PCB.

Embora o PD e o BOC representassem fins diferentes do espectro da classe, as duas organizações cooperaram extensamente até 1929, quando seus interesses de classes opostas suplantaram seus interesses comuns em expulsar o PR. Enquanto o PD havia nascido em 1926 de uma facção da classe dominante que não confiava em Washington Luís, o BOC foi formado quando o governo do presidente Washington Luís, querendo se proteger em relação às rebeliões, retirou o PCB da legalidade, no início de 1927. O partido esperava usar o BOC para derrubar o PR nas eleições, formando uma base de apoio entre os trabalhadores urbanos e rurais e usando-a como alavanca para negociar alianças com outros partidos políticos. O presidente tolerava o BOC precisamente porque ele parecia canalizar os protestos da classe trabalhadora para longe da retórica não conformista e revolucionária e em direção a atividades legais, como a política eleitoral.

Concorrendo a vagas no Rio de Janeiro e em São Paulo, com candidatos que representavam os trabalhadores, o BOC tentava expandir o espaço no qual os trabalhadores pudessem ser ouvidos, desafiando o presidente a aceitar a mobilização política destes. Suas políticas governamentais reformistas – incluindo uma lei de férias e regulamentos para proteger o trabalho da mulher e da criança – foram feitas para sufocar o descontentamento dos trabalhadores. Por meio do BOC, essas políticas se tornaram plataformas para os candidatos do partido, que exigiam a aplicação, extensão e expansão da lei. O BOC de São Paulo, por exemplo,

> pleiteará ... o saneamento rural sistemático, visando à regeneração física e moral do trabalhador agrícola, a higienização das condições de trabalho e habitação na lavoura; o fomento ... as cooperativas de produção na pequena lavoura etc.

Em geral, o BOC havia se comprometido a obedecer a um "princípio fundamental: *o proletariado deve realizar uma política independente de classe*". Tal objetivo ia muito além das políticas que o presidente Washington Luís havia apoiado para as necessidades dos trabalhadores e imigrantes, e seria a causa tanto de atrito na aliança de oposição quanto a razão de seu término. Embora o PD estivesse querendo apoiar o BOC enquanto este pudesse ajudar a ampliar a base do movimento de oposição, seus líderes não endossavam a plataforma do BOC. Jogando com o BOC, as elites de ambos os partidos acreditavam que elas poderiam forçar o gênio a voltar para a lâmpada, quando a militância da classe trabalhadora se tornasse demasiadamente ameaçadora.

O foco do BOC tanto nos trabalhadores industriais quanto nos agrícolas era novo para o PCB. Internacionalmente, a ideologia revolucionária comunista falou da questão da união de camponeses e proletários na luta: no Brasil a revolta de 1924 e a marcha de Prestes inspiraram a primeira versão nacional desse dogma. Em um panfleto intitulado "Agrarismo e industrialismo", um jornalista comunista chamado Otávio Brandão retratou os trabalhadores rurais como parceiros integrantes da revolução brasileira. O ensaio de Brandão descrevia um Brasil dividido entre a oligarquia rural estabelecida, atrelada às nações imperialistas por meio da exportação de produtos agrícolas, e uma burguesia nascente, lutando para construir uma nação moderna e industrial. Brandão previu um papel para os trabalhadores rurais e urbanos em primeiro ajudar o nascimento da classe média para, mais tarde, derrubá-la a fim de implantar o socialismo. Uma frente unindo camponeses e proletários poderia catapultar o Brasil do século XVIII para o século XX, derrotando o feudalismo e o capitalismo e instaurando a ditadura do proletariado de uma só vez. Quando o BOC foi formado, Brandão tornou-se um de seus principais ativistas.

Dada a experiência de Prestes e a repulsa à exploração dos trabalhadores rurais, o BOC deveria ter sido a organização ideal por meio da qual sua paixão pela revolução se canalizaria. Previsivelmente, Prestes finalmente rejeitou as ofertas para aliar-se ao PD. Mas, em maio de 1929, também rejeitou a nomeação para o BOC para concorrer à Presidência, na eleição prevista para março de 1930. A rejeição de Prestes à oferta do BOC veio não muito depois de o PCB ter formalizado sua plataforma rural pela primeira vez, em seu Terceiro Congresso, que havia sido realizado clandestinamente no fim de dezembro de 1928. Guiado pelo Comitê da União Soviética, o PCB caracterizou o Brasil como uma nação atolada no feudalismo, onde uma "revolução agrária" surgiria das forças sociais lideradas pelos "sovietes de

operários e camponeses". Por algum tempo após o congresso, a militância rural se tornou central na agenda do partido e o objetivo dessa militância era revolucionário em sua essência: "terra para quem trabalha nela". Historiadores alegam que Prestes então havia considerado demasiado extrema a convocação do partido à expropriação e à distribuição de latifúndios.

Desrespeitado pelo suposto comandante da "massa camponesa", Prestes, o BOC escolheu Minervino de Oliveira para se candidatar à Presidência. Oliveira, um marmoreador e militante incansável do BOC, fora eleito vereador com Brandão para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro em 1928. Como a eleição de março de 1930 estava se aproximando, o BOC organizou cada vez mais comícios, de modo a gerar apoio e pressão para as causas da classe trabalhadora, e muitos participantes foram atacados pela polícia. Pouco antes da eleição, centenas de trabalhadores foram presos sob diversas acusações. Em Ribeirão Preto, em fevereiro, a polícia invadiu a assembléia de camponeses do BOC prendendo Oliveira. Apesar de toda essa campanha ativa, a máquina política do PR conseguiu eleger o sucessor de Washington Luís, escolhido a dedo, Júlio Prestes. Oliveira e outros candidatos do BOC obtiveram um desempenho pequeno, assim como Vargas, o candidato mais forte da oposição (Karepovs, 2006).

Logo após sua derrota, Vargas procurou uma aliança com o "Cavaleiro da Esperança". Apresentando-se como presidente legalmente eleito, Vargas pediu a Prestes que servisse como comandante militar, chefe de um movimento para derrubar o governo, mas Prestes rejeitou essa oferta também. Em um manifesto escrito em abril e publicado pela primeira vez no fim de maio pelo *Diário Nacional*, vinculado ao PD, e pelo jornal de oposição *O Estado de S. Paulo*, Prestes escreveu que "uma simples troca de homens não resolveria os problemas do país", e seria de pouca conseqüência para a grande massa de pessoas. O manifesto impelia uma "revolução de soldados, trabalhadores" que redistribuiria a terra e se oporia ao imperialismo. Como resultado dessa publicação, Vargas, o PD e outros que estavam na oposição repudiaram o famoso capitão, grifando a natureza elitista do desafio crescente contra o governo. Estes líderes negaram a aplicabilidade da ideologia marxista ao Brasil, porque para eles o país ainda não era capitalista. Disseram que a raiz "do problema político" estava nas "oligarquias dominantes" e não na luta de classes. Esse debate da realidade brasileira ocorreu em um momento em que os cafeicultores tinham se protegido da ruína da depressão de 1929 reduzindo o salário dos colonos entre 40 e 60%.

Depois de Vargas assumir o poder, em outubro de 1930, seguido de uma breve revolta, Prestes intensificou sua crítica à classe dominante, mostrando profunda compreensão da realidade socioeconômica, senão da realidade política. Em março de 1931, condenou o novo governo, em um documento conclamando uma revolta agrária e antiimperialista e o aumento do poder do PCB, que havia, desde a pobre demonstração nas eleições de 1930,

desmembrado o BOC, expulsado Brandão e reafirmado seu compromisso com a revolução. Embora já se houvessem passado seis anos desde sua famosa marcha, Prestes decidiu que a revolução agrária liderada pelo Partido Comunista era o único caminho possível para construir um mundo melhor.

OS TRABALHADORES RURAIS E A REVOLTA DE VARGAS

Apesar de rejeitar uma explícita análise de classe, o movimento de oposição de 1930, como governo, desenvolveu políticas classistas. Do início do movimento contra Washington Luís, a mera presença do BOC, de Prestes e dos trabalhadores rurais e industriais em greve, reivindicando seus direitos, bem como as próprias políticas reformistas do governo, forçaram que a questão agrária fosse levada em consideração pelos políticos. A plataforma da Aliança Liberal de Vargas, pronunciada em 2 de janeiro de 1930, incluía uma seção dedicada "à questão social", que lembrou algumas das propostas reformistas lançadas nos congressos do PCB. Solicitava com urgência que o governo elaborasse um código trabalhista que servisse tanto "ao proletário urbano como ao rural", e sugeria que a aliança daria aos "homens do campo" melhorias nos serviços de educação, residência, nutrição e saúde. Vargas, como quase todos os seus colegas na aliança, era uma figura da elite, calcada nas tradições patriarcais do Brasil. Dono de terras, criador de gado, advogado e ex-governador do Rio Grande do Sul, Vargas astutamente calibrou a retórica do partido para atrair apoio à sua causa e diluir a influência dos oponentes esquerdistas.

Contudo, havia mais nas propostas de trabalho rural de Vargas que puro expediente político. Como líder da Aliança Liberal, Vargas trouxe uma renovada perspectiva sobre suas experiências no Rio Grande do Sul – um estado diferente de São Paulo. O estado produzia um tipo de cultura política que observou os modelos corporativistas dos italianos e viu benefícios no reforço da cooperação entre as classes, a intervenção do Estado na economia e a criação dos sindicatos – uma forma de organizar grupos de interesse econômico para representar os patrões como os trabalhadores, que dependia do reconhecimento do governo para funcionar legalmente. Enquanto ocupava o palácio presidencial do Catete, Vargas advogou "a necessidade de uma organização social e econômica, a colaboração dos órgãos de classe no governo moderno e ... uma economia controlada sem conflito e competição". Em cinco meses, o ministro do Trabalho Lindolfo Collor lançou os primeiros decretos em relação à organização dos sindicatos.

A plataforma original da aliança também revelou a lógica modernizadora e desenvolvimentista por trás das últimas declarações de Vargas sobre os camponeses. A economia de exportação de café de São Paulo, que abastecia

a economia nacional, foi devastada pela depressão de 1930. Para reestruturá-la, a plataforma tomou emprestadas idéias do inovador fazendeiro do café e fundador do PD, Antônio Prado, que enfatizava o controle dos custos de produção. Para fazer que o café voltasse a ser viável, os fazendeiros precisavam de trabalho confiável, eficiente e barato. A falta de braços, como os fazendeiros se referiam aos trabalhadores, era um dos problemas crônicos da economia cafeeira. As condições contemporâneas na Europa e no Brasil fizeram que os trabalhadores imigrantes se tornassem mais custosos e mais problemáticos do que no passado, e Vargas enfatizava a necessidade de se confiar no poder do homem brasileiro.

Aumentar a produtividade estava no coração do interesse de Vargas pelos trabalhadores, e a incorporação era o meio pelo qual eles poderiam se tornar capazes de trabalhar mais. Para as centenas de milhares de camponeses brasileiros que viviam à margem da política, a legislação social era a ferramenta que os incluiria. Vargas antecipou o lançamento da legislação para todos os trabalhadores: "Tanto o proletário urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades". Estes milhares viviam, de acordo com Vargas, "sem instrução, sem higiene, mal-alimentados e mal-vestidos, tendo contacto com os agentes do poder público, apenas através dos impostos extorsivos que pagam". Vargas e outros poderosos contemporâneos agrupavam tanto os pequenos lavradores quanto os que trabalhavam nas fazendas como trabalhadores rurais, nivelando-os por sua força de trabalho em vez de por sua humanidade. A novidade com Vargas, entretanto, era a ênfase que ele dava à automotivação do "homem do campo". Ele prometeu leis que iriam "despertar-lhes, em suma, o interesse, incutindo-lhes hábitos de atividade e de economia".

Os planos para a criação das políticas do trabalho rural tomaram forma logo depois da revolta de outubro de 1930. No início de 1931, o ministro Collor articulou a filosofia sindicalista do governo e buscou a organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais. "Parecendo certo que não existem sindicatos agrários, de empregados, pelo menos, será indispensável promover a formação de alguns, em vários Estados, quer de empregados, quer de patrões." Em reunião com os sindicatos dos empregadores da agricultura, as duas classes estariam ajudando a política agrícola do Brasil. Nesse meio-tempo, o Ministério do Trabalho foi o responsável por regular o trabalho comercial e agrícola, registrar os sindicatos, organizar a migração dos trabalhadores e supervisionar a colonização e o desenvolvimento das regiões de fronteira agrícola. No fim do ano de 1931, o Ministério havia reconhecido 251 sindicatos, apenas seis do setor primário da agricultura. No início dos anos 1930, o governo claramente faltou com o compromisso com a sindicalização rural.

Como entender essa contradição? Como comentam os historiadores Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva, a maioria dos

analistas não vê nenhuma contradição nas falhas da política de sindicalização rural porque não vêem o governo Vargas como força de ruptura com a oligarquia rural. Nesse sentido, nas palavras do sociólogo José de Souza Martins:

> O governo Vargas ... estabeleceu com os "coronéis" sertanejos uma espécie de pacto político tácito. Em decorrência, o governo não interferiu diretamente nem decisivamente nas relações de trabalho rural, não as regulamentou, indiferente ao seu atraso histórico, embora ao mesmo tempo, regulamentasse e melhorasse substancialmente as condições de vida dos trabalhadores urbanos.

Para Linhares e Silva, contudo, a revolução de 30 representa "o rompimento com o ordenamento agrário-conservador" e o início de uma política de desenvolvimento global que dependia, inevitavelmente, da inclusão dos camponeses.

Para explicar a contradição entre discurso e exercício políticos, Linhares e Silva trabalharam com conceitos gramscianos. Por um lado, políticas implementadas enfatizaram a incorporação do mundo urbano industrial, inclusive a sindicalização dos operários; por outro, havia uma integração "simbólica" do campo no processo de desenvolvimento orientado pelo governo através de discursos e medidas fragmentadas.

> Opera-se, após 1930, uma interessantíssima concomitância da *ação política real* e da *ação política imaginária*, quando a incorporação das massas camponesas à política nacional é realizada através de imagens positivadas do homem do campo e seu trabalho.

Nessas duas frentes, o governo Vargas trabalhou sim a transformação do campo, só que de maneiras diferenciadas. Na cidade, os operários foram vistos como cidadãos em formação e "trazidos para o cenário da organização econômica ... e política" ao passo que os trabalhadores rurais foram vistos "como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas". Na análise dos autores, Vargas procurou medidas para a incorporação não para a exclusão dos camponeses. A diferença entre sua atitude diante da cidade e do campo era um expediente político. "Evidentemente, travar dois combates simultâneos ... não era um projeto político desejado", escreveram. "A opção lógica era construir uma ampla base urbana e fabril, ... e, a partir das cidades, conquistar o campo". Mediante ações imaginárias, como o projeto de sindicalização dos trabalhadores rurais, já sinalizava a orientação da política desenvolvimentista desejada sem travar uma luta feroz com a oligarquia.

As pressões na administração eram diversas e por isso só pesquisas nas fontes e análise histórica podem resolver o debate sobre a relação entre Vargas, os camponeses e os fazendeiros. É duvidoso que as políticas te-

nham sido pensadas a partir da posse, conforme representado por cientistas sociais como Souza Martins. Apesar da utilização de nossa pesquisa no desenvolvimento da interpretação de Linhares e Silva, vale a pena anotar que o que parece uma estratégia bem pensada – de ações imaginárias e reais – deve ter sido resultado de um processo de forças e atividades históricas. Em essência, rejeitamos o argumento sobre a formação de um pacto e a exclusão do campesinato, em preferência por uma pesquisa do processo da formação histórica.

A pesquisa, ainda incipiente, mostra a mobilização dos camponeses nessa época. As divisões entre as facções da classe dominante criaram fissuras na arquitetura do poder. No caso do campesinato, o PCB foi a primeira organização política a incorporar o camponês como constituinte do partido. Na época da revolução de 1930, as Delegacias Estaduais de Ordem Política e Social (DEOPS), entidade policial criada em 1924, já estavam espalhadas pelo país. Em São Paulo, o DEOPS estava bem representado no interior do estado, e pesquisa realizada em seu arquivo mostra a presença do PCB nas fazendas e a adesão dos camponeses ao partido. Um só exemplo é a revista em quadrinhos, *O Trabalhador Agrícola*, publicada em dezembro de 1930. Uma página de imagens mostra um homem gordo, deitado em um sofá, fumando um charuto com a legenda, "Os senhores fazendeiros passam a vida de papo para o ar gozando... gozando...". A imagem abaixo é de um camponês trabalhando de costas quebradas no sol quente e a legenda diz: "...de seus 'servos' e a elles pertencem as terras do Brasil...mas é precizo reagir!". A terceira e última imagem na página é a de um camponês atirando com espingarda no fazendeiro gordo, correndo de medo com seus braços no ar. A legenda final, em letras garrafais, diz: "CONFISCA AS TERRAS TRABALHADORES DO CAMPO". O confisco do documento pelo DEOPS e a presença da delegacia no campo demonstram, no mínimo, a preocupação do Estado com a mobilização dos camponeses. A linguagem de Vargas demonstra, no mínimo, a decisão de desenvolver um projeto para controlar o processo da inclusão política dos camponeses.

A atenção do governo Vargas para a sociedade rural era parcialmente motivada, também, pelas preocupações e pontos de vista da facção mais militante da aliança. Esta era composta por tenentes, um grupo de jovens militares, muitos dos quais haviam marchado com Prestes pelo sertão brasileiro. Camaradas como Miguel Costa, que havia liderado a marcha com Prestes, e João Alberto Lins de Barros adotaram uma posição pragmática e romperam com o "Cavaleiro da Esperança" de modo que participassem do governo provisório de Vargas. Eles organizaram uma sociedade de debates chamada Clube 3 de Outubro, e se distinguiam como o único grupo no novo governo com disciplina suficiente para preparar um programa abrangente para reestruturar a sociedade brasileira. Com relação aos problemas econômicos agrícolas, o programa dos tenentes exigia que aos trabalhadores

rurais fosse garantido o mesmo conjunto de direitos e benefícios propostos para o trabalho urbano, como salário mínimo, indenização para dispensa sem justa causa e amparo sindical. Os tenentes também argumentavam que os camponeses mereciam o direito de compartilhar tanto dos lucros quanto do controle das fazendas onde trabalhavam.

São Paulo tornou-se um lugar de teste para o programa tenentista, para desalento dos paulistas, em especial para aqueles que apoiaram a revolta de outubro esperando aumentar a autonomia do estado, não diminuí-la. Os líderes do PD ficaram desolados quando Vargas escolheu João Alberto Lins de Barros como interventor no estado, em vez de outro de seu agrado. Como um dos tenentes, João Alberto não só advogou o programa do Clube para a economia e reforma social, mas também expressou seu ressentimento em relação aos paulistas. Como era nativo de Pernambuco, ele, como muitos outros do Nordeste, acreditavam que São Paulo tratava sua região de forma imperialista, sugando os trabalhadores e matérias-primas, forçando os moradores a comprarem manufaturas paulistas, como se o Nordeste fosse uma colônia da "terra-mãe" São Paulo. No início de 1931, João Alberto lançou um decreto estabelecendo uma agência de serviços sociais para os pobres rurais – muitos deles eram migrantes nordestinos. As preocupações paulistas aumentaram quando Miguel Costa, chefe de segurança de João Alberto, fundou a Liga Revolucionária para obter o apoio da classe trabalhadora para o interventor. Ainda mais irritante para os cafeicultores foi um decreto reorganizando o Instituto do Café, uma agência estatal criada em 1924 para regrar a indústria, colocando-a sob o controle direto do interventor.

OS TRABALHADORES RURAIS NA REVOLTA CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Como é costume acontecer, essas medidas fizeram pouco para atrair o apoio dos trabalhadores e muito para galvanizar a oposição paulista a Vargas e seu regime. Antagonistas recentes descobriram que odiavam mais o tenentismo que um ao outro. Em julho, os líderes do estado forçaram João Alberto a renunciar, e Vargas estava lutando para consertar as relações com os antigos aliados no estado. Ele indicou um interventor paulista e prometeu eleições aos representantes de uma Assembléia Constituinte. Mas Vargas demorou para tomar essas medidas e, em fevereiro de 1932, os republicanos e os democratas de São Paulo superaram suas diferenças para formar uma frente unida em apoio à rápida volta de um governo constitucional. Em maio, Vargas agendou eleições de representantes para a Assembléia Constituinte. Mas a elite paulista não confiava mais nele e incitou uma rebelião, obtendo apoio popular para uma revolta armada em

nome do constitucionalismo, sinônimo de maiores direitos estatais e menor interferência federal em seus assuntos.

Em 9 de julho, os paulistas indicaram seu próprio governador, declararam-se em oposição ao governo central e, mobilizando uma força de mais de 100 mil homens, adotaram uma estratégia militar defensiva, distribuindo tropas por toda a linha divisória do estado. Vários fatores enfraqueceram as chances dos rebeldes. Como seus antepassados fazendeiros, que resistiram às guerras de independência no início do século XIX, com medo de que elas inspirassem uma rebelião de escravos, a moderna classe de proprietários de terras evitava ações que pudessem do mesmo modo mexer com a militância urbana. Como o embaixador britânico registra, os rebeldes paulistas estavam "obcecados com o medo de um levante comunista", e recrutaram combatentes primeiro entre os de sua classe. Aparentemente, tinham medo de irritar seus próprios militantes também. O adido militar norte-americano em São Paulo relata um moral baixo entre "os jovens aristocratas" que se alistaram com entusiasmo, mas "desacostumados a cumprir ordens", logo "retornavam à capital paulista para alguns dias de descanso e recreação", não sofrendo penalidades por abandonar a fronte. Então o recrutamento foi focado nos trabalhadores das cidades do interior. Em São Carlos, Ribeirão Preto e outros municípios consideravelmente grandes na região cafeeira, houve listas monumentais de nomes de dezenas de cidadãos locais que deram sua vida pela causa da autonomia dos fazendeiros do governo Vargas. Em setembro, quando o fim se aproximava, o total de vítimas estimado era de 2100 mortos e 7600 feridos, fazendo que o conflito de 1932 fosse muito mais sangrento que a revolta de 1930, na qual houve 2 mil vítimas no total.

A revolta de 1932 simbolizou o desespero dos líderes de São Paulo em manter seu *status* de mandantes de seu estado, senão da nação inteira. Da Primeira Guerra Mundial em diante, as mudanças econômicas, demográficas e políticas, que invadiram seu mundo, desestabilizaram a indústria de larga escala do café, na qual seu poder estava baseado. Como as fronteiras do estado estavam demarcadas, suas terras exauridas, suas árvores e indivíduos envelhecidos, o mundo dos grandes proprietários de terras inevitavelmente mudaria. Um influxo de trabalhadores rurais imigrantes recusou uma ordem baseada na escravidão, e eles agarraram toda e qualquer oportunidade para expandir sua liberdade. Como os preços do café subiam e desciam, e os fazendeiros aposentados vendiam as terras cansadas, aqueles que podiam compravam-nas. Onde os empreendedores criaram oportunidades urbanas de trabalho, os trabalhadores as seguiam, em especial os indivíduos nascidos no Brasil, que raramente desfrutavam dos arranjos de aquisição de terra em usufruto e dos contratos que os imigrantes ganhavam como direito de passagem para o Brasil.

Informações de histórias pessoais mostram um curioso padrão na resposta dos trabalhadores agroindustriais do interior. Em Barretos, o caboclo

Irineu Luís de Moraes respondeu favoravelmente ao chamado dos constitucionalistas, ao passo que em Batatais, Arlindo Teixeira, filho de colonos cafeeiros portugueses, não se alistou. Como um dos camaradas, Moraes se beneficiou de relações pessoais com os donos da velha ordem e talvez esse mundo tenha parecido preferível à disputa de forças de mudança redundante da depressão econômica e do advento do governo Vargas. Como colono, Teixeira tinha passado os recentes eventos de forma diferente. A crise de 1929 reduziu pela metade a renda da família e os forçou a desistir do colonato e mudar para a cidade, onde buscavam empregos de subsistência. Finalmente, Teixeira tornou-se carpinteiro e voltou a trabalhar como camarada de ofício em algumas fazendas. A dependência e a instabilidade da velha ordem não tinham nenhum charme especial para sua família. Desconsiderando suas respostas contraditórias aos fazendeiros em 1932, ambos se alistariam logo em seguida às forças comunistas dos camponeses.

CONCLUSÃO

Em 1933, Moraes preencheu o formulário de "pedido de adhesão" ao PCB – "Secção Brazileira da Internacional Communista". Ele estava trabalhando como ferroviário na Companhia Paulista, em Araraquara, São Paulo, quando conheceu um colega que o ajudou entender melhor a noção de classe social e a apreciar a situação dos trabalhadores. Moraes achou todos covardes por não terem a mesma vontade que ele para fazer greve. "Eu simplesmente gostava de fazer um negócio para tomar posição contra o sujeito que estava no banco." Mas o colega impressionou Moraes, explicando que a turma não era covarde, apenas estava com medo de se arriscar a perder o emprego que sustentava sua família. "Ele me mostrava o problema orgânico e me empurrava a pensar em como se organiza um movimento ou um sindicato", diz Moraes. "Até lá, eu não tinha noção de trabalho organizado." As companhias de estrada de ferro contrataram muitos imigrantes e assim tornaram-se escolas de intercâmbio de idéias e lugares de solo fértil para os militantes da "Capa Preta" – como era denominado o misterioso PCB. O colega era a ligação dele com a Capa Preta e Moraes resolveu ingressar para fazer "não um movimento popular, mas uma transformação completa do regime de exploração e miséria". Como documentam as coleções no arquivo do DEOPS, centenas de operários e camponeses ingressaram no PCB na década de1930.

O Brasil passava por uma transformação política e econômica. A crescente diversificação da economia rural e urbana ajudou na fragmentação da classe dominante e desmembrou seu projeto de guiar o Brasil no caminho de uma pura vocação agrícola. As diferenças ideológicas entre as elites cresceram e novas organizações de oposição se formaram e se apoiaram em

grupos bem mais abrangentes que o já tradicional dos homens de bens. As lutas dentro da classe dominante abriram canais para a mobilização popular. Embora fraco e pouco eficaz na época, os movimentos dos trabalhadores do campo e da cidade sinalizaram uma mudança na política populista do período pós-Segunda Guerra Mundial. Para conquistar seu território político, os camponeses tinham um difícil solo para roçar. A classe dominante tradicional do Brasil ficou comprometida com a idéia de controlar e limitar a participação efetiva dos trabalhadores rurais. Mesmo assim, os camponeses não pararam de reivindicar políticas apropriadas para melhorar as condições dos trabalhadores rurais e dos pequenos produtores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. A. *As ligas camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BARRIGUELLI, J. C. (Org.). Subsídios à história das lutas no campo. *Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo (1870-1956).* São Carlos: Arquivo de História Contemporânea, v.I-III, UFSCar, 1981.

BRANDÃO, O. *Combates e batalhas*: memórias. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CAMARGO, A. A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral de civilização brasileira*. O Brasil republicano: sociedade e política. São Paulo: Difel, 1986, p.121-224.

CORRÊA, A. M. M. *A rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1976.

DEAN, W. *Rio Claro*: um sistema de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 2000.

FONT, M. *Coffee, Contention and Change in the Making of Modern Brazil*. New York: Basil Blackwell, 1990.

FORMAN, S. *The Brazilian Peasantry*. New York: Columbia University Press, 1975.

FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

GARCIA, M. A. M. As greves de 1912 e 1913 nas fazendas de café de Ribeirão Preto. *Estudos de História*, v.2, n.2, p.167-79, 1995.

GIFUN, F. V. *Ribeirão Preto, 1880-1914:* The Rise of a Coffee Country or the Transition to Coffee in São Paulo as Seen Through the Development of its Leading Producer. 1972. Ph.D. diss - University of Florida, History.

HOLLOWAY, T. H. *Imigrantes para o café*: café e sociedade em São Paulo, 1886-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KAREPOVS, D. *A classe operária vai ao parlamento*. O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930). São Paulo: Alameda, 2006.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o sistema representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Forense, 1948.

LINHARES, M. Y.; DA SILVA, F. C. *Terra prometida*: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOVE, J. *Locomotiva*: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MACHADO, P. P. *Lideranças do Contestado*: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*: os comunistas e a constituição de classes no campo. 1999. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Unicamp.

MESSIAS, R. C. *O cultivo do café nas bocas do sertão paulista*: mercado interno e mão-de-obra no período de transição – 1830-1888. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MORAES, D.; VIANA, F. *Prestes:* lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. M. (Orgs.). A classe operária. In: *A classe operária no Brasil (1889-1930*). São Paulo: Alfa-Omega, 1979. v.1.

QUEIROZ, M. I. P. *O campesinato brasileiro*: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAMOS, A. *O café no Brasil e no estrangeiro*. Rio de Janeiro: Santa Helena, 1923.

RICCI, R. *Terra de ninguém:* representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

ROCHA, F. *Conflito social e dominação*: um estudo sobre as leis de regulação das relações de trabalho na empresa agrícola, 1897-1930. Dissetação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC-SP, 1982.

ROSSETTO, N. D. *Lutas e práticas de resistência dos camponeses na Era Vargas*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, 2003.

SILVA, E. A. *O despertar do campo*: lutas camponesas no interior do estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

STOLCKE, V. *Cafeicultura:* homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

VANGELISTA, C. *Os braços da lavoura*: imigrantes e "caipiras" na formação do mercado de trabalho paulista (1850-1930). São Paulo: Hucitec, 1991.

VARGAS, G. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

WALKER, T. W. *Dos coronéis à metrópole*: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX. Ribeirão Preto: Palavras Mágicas, 2000.

WELCH, C. A. *A semente foi plantada:* as raízes paulistas do movimento sindical dos camponeses no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

WELCH, C. *The Seed was Planted*: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964. University Park: Penn State Press, 1999.

WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

WOODARD, J. P. Coronelismo in Theory and Practice: Evidence, Analysis and Argument from São Paulo. *Luso-Braziliam Review*, v.42, n.1, p.99-117, 2005.

ZAIDAN FILHO, M. *PCB (1922-1929)*: na busca das origens de um marxismo nacional. São Paulo: Global, 1985.

2
Cartas ao presidente Vargas: outra forma de luta pela terra

Vanderlei Vazelesk Ribeiro

Para a maior parte da historiografia dedicada ao estudo do período que se convencionou chamar Era Vargas, nem este governo elaborou projetos que visassem a incorporar os camponeses ao modelo de desenvolvimento capitalista encetado no país, como nem esses camponeses teriam se mobilizado em defesa de seus interesses durante o período varguista (em especial no intervalo entre a revolução de 1930 e a queda do Estado Novo).

Para esses estudiosos, os regimes ditos populistas não precisavam atingir o meio agrário, posto que o trabalhador da gleba continuava tutelado pelos proprietários rurais. Essa mesma tutela também explicaria o fato de não haver movimentos sociais rurícolas de grande magnitude no período, a não ser em explosões de cunho messiânico, como o reduto do Caldeirão no Ceará (1936), ou a guerra dos posseiros, também chamada guerrilha de Porecatu, dinamizada pela atuação do PCB (1948-1951).

Entretanto, a renovação da historiografia e uma abordagem diferenciada em relação a fontes não trabalhadas em profundidade levam-nos a conclusões um tanto diferentes.*

As mudanças se fazem sentir inicialmente nas reflexões historiográficas. Escrevendo no fim dos anos 70, Otávio Guilherme Velho mostra a Marcha para o Oeste que, embora fosse vista pelo autor muito mais como um discurso ideológico do Estado Novo do que como uma proposta real, não descarta a hipótese de a burocracia estatal desejar a criação de um setor

* Este trabalho tem suas principais reflexões calcadas em nossa tese de doutorado: "A Roça y la Campaña: a questão agrária no Varguismo e no Peronismo em uma perspectiva comparada", recentemente defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (RJ).

de pequenos proprietários dependentes do Estado no meio rural. Tal setor ampliaria a base de apoio ao regime, agregando à antiga massa urbana um forte núcleo agrário.

Alcir Lenharo segue a mesma trilha, embora sublinhe o caráter autoritário do projeto varguista, o que, aliás, não destoava dos propósitos do regime. Lenharo observa o impacto no imaginário popular do discurso de Marcha para o Oeste, que conclamava os empresários a investir e os trabalhadores a se deslocarem para Mato Grosso, Goiás e Amazônia, onde haveria um país a conquistar, alargando o "imperialismo" interno, refazendo o antigo caminho bandeirante.

Francisco Carlos Teixeira da Silva e Maria Yedda Linhares sublinham a inclusão simbólica do trabalhador nos projetos varguistas desde o primeiro momento do regime, materializada na valorização do rural de Portinari nas telas que emolduram o prédio do Ministério da Educação, bem como as propostas de colonização no Oeste e na Amazônia.

Se uma proposta varguista de atuação estatal no meio agrário começa a ser valorizada, o estudo de um meio de comunicação mais antigo possibilita-nos o diálogo com fontes antes pouco trabalhadas. Estamos nos referindo à correspondência enviada ao Poder Executivo. Jorge Ferreira abriu esse caminho em *Trabalhadores do Brasil*, mostrando que trabalhadores escreviam ao presidente objetivando coisas tão diferentes como emprego público ou queixar-se de um mal tratamento no meio agrário (Ferreira, 1995).

Nessa mesma linha, José Roberto Franco Reis mostra como os trabalhadores da cidade e do campo buscavam contato com o presidente Vargas a fim de verem suas reivindicações atendidas. Desse modo, pode-se perceber não apenas que o regime Vargas buscou atuar no meio agrário, mas que os trabalhadores, inclusive os do campo, também buscaram aproveitar o discurso oficial para atingir objetivos como o acesso à terra, a resolução de conflitos agrários ou, mais simplesmente, meios para trabalhar, como enxadas ou recursos financeiros. Em nosso texto, buscamos analisar como o trabalhador da gleba tentava, em meio às dificuldades que vivia, fazer chegar ao governo suas queixas, bem como sensibilizá-lo para seus problemas.

É importante salientar que as cartas por nós analisadas formavam processo na burocracia federal, circulavam pelos diversos Ministérios e, posteriormente, eram respondidas ao missivista, ainda que não lhe fosse dada uma resposta favorável.

Dessa maneira, é importante discutir uma fonte ainda pouco utilizada e pensar que esta pode abrir-nos um caminho diferente de análise. Pode-se argumentar contra essa fonte o analfabetismo reinante no meio agrário brasileiro, como um impeditivo para que o roceiro escrevesse. Todavia, é preciso que não queiramos ser mais realistas que o rei: os burocratas do regime não se faziam, ao que tudo indica, essas perguntas a respeito da autoria das cartas, antes de encaminhá-las ao setor correspondente para

que formassem o processo administrativo. Outrossim, o remetente da carta era também o destinatário da resposta oficial, não havendo dessa forma nenhum pejo dos representantes ministeriais em respondê-las.

Assim, tais fontes são bastante importantes não apenas para refletirmos sobre a ação dos trabalhadores rurais durante o Estado Novo, como durante o segundo governo Vargas, momento em que, apesar de haver maior autonomia para os estados e já se encontrarem outros mediadores como partidos políticos, parlamento e imprensa, o hábito de escrever a Vargas pedindo solução para seus problemas, inclusive no meio agrário, não se perderia.

Iniciemos pela análise de conflitos de pequena magnitude que acabaram por ser levados ao poder central, pois os remetentes certamente não imaginavam ter possibilidades de êxito nos âmbitos local ou regional.

BRASILEIROS DE CORPO E ALMA

Da longa série de cartas por nós analisadas, extraímos de início a que Joel Claudino Pereira[1] escrevia em 1940 de Londrina, no Paraná. O missivista explicava que, ao tentar cultivar uma posse que já estava no ponto para o começo do plantio, fora expulso com a ajuda de policiais e jagunços. Sua mãe, com pneumonia, fora arrancada da cama; seus móveis, jogados na rua. "Estou reduzido a zero e não posso cumprir meu dever de trabalhar", lembrava Claudino, que pedia ajuda ao "Interventor Federal do Brasil", denotando sua percepção do poder do interventor federal, provavelmente o posto de maior magnitude que ele conhecia.

Possivelmente para reforçar sua posição perante o presidente da República, Claudino acrescenta uma carta de seu pai José Claudino Pereira. Com 67 anos, paralítico após um acidente com toras de madeira que sofrera em Presidente Wenceslau, o senhor José conta também sua desgraça. Em 1932 comprara de dona Bibiana, irmã de Francisco de Paula Goulart (o fundador de Presidente Prudente), quatro alqueires de terra. No ponto da colheita já fora expulso pela pressão dos jagunços. Acrescenta o senhor José uns versos, onde contava com mais detalhes o seu infortúnio.

> Vão prendendo e castigando, ameaçando deportar sem os pobres dever nada... Mas é bairro sem justiça e povo sem caridade, ... parece que são coadjuvado do secretário de justiça o do interventor do Estado. Só quando for reconhecido de doutor Getúlio Varga é que isso será tratado.

O senhor José Claudino, em seus versos, que decidimos transcrever apenas trechos, demonstra pontos importantes. Ele conta que um advo-

[1] Veja-se Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Lata 331, Processo 13.245/41.

gado foi a Presidente Wenceslau com o secretário de Justiça e ele mesmo entregara os versos para serem enviados. Mas como ele mesmo escrevia, na época "a pobreza em Wenceslau já estão desanimado". O poder local era visto mancomunado com a grilaiada, a jagunçada, a homens como Teles Pertulose, "o chefe da grilaiada", ou João Mariano, sagaz que "entrou de depositário", ou Manuel Prata "caixa d'água", "vive sempre embriagado, vendeu-se por quinze contos". O poder local para o senhor José estaria sempre comprometido com os mandões da terra, a jagunçada, a grilaiada, aqueles que não poderiam ser favoráveis à pobreza.

Havia, contudo, para o senhor José, sua esposa e seu filho, "brasileiros de corpo e alma", uma esperança: doutor Getúlio Vargas. Bloch, em seu *Os reis taumaturgos*,[2] analisa a crença vigente durante a Idade Média, na França e na Inglaterra, de que o toque real na escrófula (ferida na testa) poderia trazer a cura. Vargas aparece aqui, e em outras cartas, como aquele que virá de longe e pode sobrepor-se à jagunçada, à grilaiada, aos testemunhos, que se vendem.

Se antes Vargas não agira, certamente foi porque não lhe entregaram a carta de seu José. Agora, ele e o filho, que sofria a injustiça, novamente guardavam a esperança de serem atendidos. O foram?

Não da forma que desejavam. A Secretaria da Presidência pediu informações à Interventoria paranaense, e de lá se avisava, após consulta à Quarta Inspetoria de Terras de Londrina, que efetivamente Claudino fora expulso da terra por recusar-se a deixá-la após ordem judicial. A propriedade pertencia ao espólio de Miguel Ângelo da Cruz, e quem a vendera a Joel fora o conhecido grileiro chamado Silvério Pereira, ou Silvério Machado, que se especializara em vender o que não lhe pertencia. Efetivamente anexava-se cópia do processo por invasão movida por Ruy Alves de Camargo (advogado) e contra Claudino.

Se é verdade que a família Pereira provavelmente continuou seu caminho errante pelo Norte do Paraná, também é certo que a burocracia do Rio de Janeiro não perdeu o contato iniciado em Londrina. Saliente-se que Joel Claudino, um posseiro expulso da terra que tentava cultivar, não tinha conexões na burocracia, mas sua carta formou processo e buscaram-se informações acerca de seu problema.

Deixando o Paraná por instantes, observemos a carta de José Afonso da Silva,[3] que de Pontaporã escrevia pedindo auxílio. Ele e mais cinco companheiros trabalhavam há mais de dez anos em uma posse em Barreiro Seco, próximo a Pontaporã. As terras pertenceriam à poderosa Companhia Mate Laranjeira, empresa extratora de erva-mate, cuja presença era muito questionada na burocracia central por ser de capital argentino e contar com muitos trabalhadores paraguaios numa área de fronteira.

[2] BLOCH, M. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
[3] Ver Arquivo Nacional, Fundo Ministério do Trabalho, Brasília, Processo 2369, Caixa 321.

A Mate sempre deixara Afonso trabalhar em paz, mas o sírio Elias Milan conseguira um título de terra bastante contestável, e como a Companhia não se interessasse mais pela área, não foi difícil que o subdelegado de Maracaju, acompanhado de policiais e jagunços, prendesse Afonso e seus companheiros cobrando-lhes, inclusive, taxa de carceragem, após haverem destruído sua roça.

Afonso, provavelmente instruído por um advogado, ingressou no Tribunal de Justiça Especial e enviou cópia do processo a Vargas. Lembrava que não se cometia um crime contra pobres posseiros, mas sim contra a nação. "Um estrangeiro impede brasileiros de colher para a pátria." Além disso, reclamava contra a dificuldade para legalizar as posses, tornando letra morta "leis tão sábias e protetoras do trabalho". Referia-se ao art. 148 da Constituição estadonovista, que permitia ao posseiro com até 10 hectares de terra e mais dez anos de permanência na área, sem oposição, regularizar suas posses. Se em Claudino temos um brasileiro impedido de cumprir com seu dever de trabalhar, em Afonso o que notamos é um trabalhador que se assume como guardião da fronteira, em tempos de forte nacionalismo.

Do processo de José Afonso sabemos apenas que o delegado de Maracaju foi substituído e que se recomendava uma medição *in loco* para certificar-se de sua reclamação. Não conhecemos desdobramentos posteriores, mas salientemos a disposição do Rio de Janeiro em manter-se informado, ainda mais numa região de fronteira vista como problemática, posto que, além de conter grande contingente estrangeiro, possuía também importância estratégica por ligar o Sul ao Norte do país.

Ainda de Mato Grosso temos a carta de João Nicolau Escobar.[4] Escrevia em 1941 reclamando de sua expulsão por parte da Companhia Mate Laranjeira, que se apoiara nas forças policiais de Lagunita. A expulsão teria sido motivada por ele, posseiro, requerer a legalização de suas terras.

Essa carta, menos detalhada, foi para a Comissão Especial da Faixa de Fronteiras,[5] mas aqui encontramos apenas a recomendação de que recorresse à justiça estadual. Essa recomendação seria, aliás, bastante comum depois do fim do Estado Novo. Com a Constituição de 1946 os estados retomavam sua antiga autonomia. As cartas enviadas a Vargas durante o segundo governo normalmente eram remetidas aos estados.[6]

---

[4] Quanto à carta de João Nicolau Escobar, cf. Arquivo Nacional, Fundo Comissão Especial da Faixa de Fronteiras, Caixa 149, Governos Estaduais, Processo 2645/41.

[5] A Comissão Especial da Faixa de Fronteiras foi criada em 1939 como um órgão encarregado de revisar concessões de terras nas regiões fronteiriças, bem como fiscalizar o comércio local, praticamente federalizando as zonas lindeiras. Ver RIBEIRO, V. V. Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. In: MOTTA, M. (Org). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

[6] Se para o período estadonovista temos uma documentação relativamente bem organizada, salvo para os anos 1944 e 1945, o mesmo não ocorre para o segundo governo Vargas. O interessado tem de manipular gavetas no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, onde encontrará fichas que podem ou não remetê-lo à carta de que necessita.

De qualquer forma, os governos estaduais tinham de devolver as cartas a eles remetidas e aí, com um pouco de sorte, o pesquisador pode encontrá-las.

Há ainda outra possibilidade, que certamente não era boa para os remetentes, mas facilita o trabalho do pesquisador: é quando simplesmente era recomendado ao que escrevia recorrer à justiça estadual.

De Carinhanha, divisa de Minas Gerais com a Bahia, José Correia do Nascimento[7] escrevia em março de 1951. Contava que ele e seus companheiros viviam em uma ilha denominada Escuro. João Agrário Queiroz, "homem mau e indisciplinado", os expulsara da ilha sob ameaça de morte. Segundo o remetente, ao procurarem a justiça local, foi-lhes dito que "a lavoura não conta nada. O que vale é o dinheiro e o tiro". Teriam mesmo as autoridades locais dito essa frase? Para quem conhece o Brasil, não se está longe da realidade. De qualquer forma, recomendava-se procurar a justiça.

Este mesmo caminho foi sugerido a José Julio da Costa,[8] que escrevia de Fortaleza, no Ceará, para denunciar a expulsão de cinco colonos por parte de Aristeu Andrade, que se certificara de que seus agregados haviam votado não no brigadeiro Eduardo Gomes, mas em Vargas. O fazendeiro expulsou-os, liberando seu gado para destruir as roças dos camponeses.

Julio ainda acrescenta um dado que não encontramos em outras cartas. Segundo ele, como os colonos eram evangélicos, não encontrariam abrigo na justiça local num ambiente predominantemente católico. Vale salientar que Aristeu Andrade era filho de Manuel Andrade, um político influente do estado, o que talvez facilite a compreensão de por que mesmo com a informação de que não teriam socorro em nível local, recomendava-se aos colonos procurar o Judiciário.

De Senador Firmino, Minas Gerais, Antonio Martins Eduardo[9] escrevia contando seus tormentos. Por votar no PTB, enquanto o fazendeiro conhecido como Ponga preferia o voto no Partido Republicano, ele era expulso da terra, perdendo tudo o que plantara. Lembra que já há tempos havia uma espécie de contrato verbal, segundo o qual ele poderia ir trabalhando. A situação de Martins ainda se complicava, pois ele agregava uma carta de sua mulher a Vargas. A esposa, dizendo ter "uma natureza agitada" enquanto o marido era "doente", reconhecia ter prestado favores sexuais ao fazendeiro que agora não se interessava mais por ela e provocava todos os tormentos possíveis à família, chegando mesmo a acusá-los de roubo de animais. Antonio, já expulso, traído pela mulher no conservador interior mineiro, pedia ao presidente que desse uma "orde" a seu advogado para

---

[7] Quanto à carta de José Correia do Nascimento, ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência, Primeira Gaveta, Prot. 47.278/51.

[8] A carta de José Julio encontra-se em Arquivo Nacional, GCPR, Prot. 47.292/51.

[9] A carta de Antonio Martins Eduardo tem o protocolo n. 43.134/51 do Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República.

que pudesse ao menos receber uma indenização. Nesse caso, também se recomendava a justiça estadual e o processo era arquivado.

Ainda de Minas Gerais, Joaquim Borges de Lima[10] escrevia explicando que soldados de polícia o expulsaram da fazenda onde trabalhava, depois que esta fora vendida. Sua esposa tivera uma "vertiz" e nunca mais se recuperou. Expulsos da casa e da terra, seus filhos também foram embora. Não conseguia mais trabalhar, pois tinha de cuidar da esposa completamente enlouquecida, assim não tinha recursos, mesmo para procurar a justiça. Os "cabo eleitorar" do PTB disseram-lhe que escrevesse a Getúlio Vargas, que ficaria muito bravo quando soubesse da maldade que lhe fora feita. Lima, que fora despejado em 1948, esperou mais de dois anos (até a volta de Vargas ao poder) para escrever, e com sua letra quase incompreensível temos dificuldade em perceber que seu objetivo era a indenização para tentar recomeçar a vida. O caso é que mais uma vez foi recomendada a justiça local.

De Coaraci, Paraná, José Arruda Oliveira[11] escrevia queixando-se contra a Companhia de Terras de Catanduva (Ciaca), que se declarava dona da posse que ele cultivava. "Eu agaranto que é mata do Estado", explicava o missivista, vendo nesse fato a porta aberta para poder trabalhar em paz. Lembrava ainda que não queria mais trabalhar para os "tubarões", pois já ganhara muito pouco com as tarefas de cacau na Bahia. Tentando aproximar-se do interlocutor, lembrava que assistira seu comício em Londrina. O Paraná do início dos anos 50 já era marcado por um conflito de grande magnitude, a guerra dos posseiros, apoiada pelo PCB. Entretanto, ainda aparecia como a terra-roxa da promissão para muitos, inclusive os cunhados de Arruda, e ele aproveitava para pedir passagens para trazê-los do sofrido Ceará para a zona dos pinheirais.

No caso de Arruda não lhe foi recomendada a justiça do estado. Procurou-se, via governo local, estabelecer contato, mas ele não foi encontrado, o que nos faz supor que deixou mesmo sua posse, onde tentava cultivar café.

O Mato Grosso continuava sendo um foco de pequenos conflitos pela posse da terra durante o segundo governo Vargas. De Aquidauana chega-nos outro confronto. No fim de 1952, Carlos Perdigão de Oliveira,[12] um advogado proprietário de terras, escrevia protestando contra a proposta de desapropriação de suas terras para formação de uma colônia agrícola. Explicava que a propriedade não era viável para a agricultura, embora fosse útil para a pecuária. Queixava-se, também, da invasão de suas terras por

---

[10] A carta de Joaquim Borges de Lima pode ser observada em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Protocolo 47.239/51.

[11] A carta de José Arruda Oliveira pode ser vista em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Protocolo 48.216/51.

[12] Ver Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Arquivo Nacional, Protocolo 1197/53.

trabalhadores que, segundo ele, eram incentivados pelo coletor estadual de impostos, seu antigo inimigo. Lembrava que, apesar de a desapropriação ter sido vetada pelo governador de Mato Grosso, não estava conseguindo expulsar os invasores. O interessante aqui é que também os posseiros, liderados por um certo Moreno Duarte, escreviam ao presidente reivindicando a desapropriação das terras ocupadas, alegando que estas não produziam de modo adequado. Isso significava que o recurso de se dirigir por carta ao presidente era usado, em alguns momentos, pelos dois lados em disputa, tentando convencer a burocracia central de suas respectivas razões.

Afinal, o governo federal pedia informações ao governo matogrossense, que afirmava ter conseguido que os posseiros fizessem suas colheitas, prometendo sua futura localização em colônias novas, embora essa possibilidade já tivesse sido rejeitada na carta de Moreno Duarte. De qualquer forma, prevalece o esforço da burocracia, nesse caso ligada ao Ministério da Agricultura, para tentar intervir, ou ao menos informar-se, com base nas queixas vindas de pontos distantes como Aquidauana.

Assim, estamos muito longe de uma sociedade amorfa, em que os atores esperam a ação vinda da burocracia. Se os fazendeiros tinham suas entidades representativas, como a Sociedade Nacional de Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira e a Matogrossense Federação das Associações Pecuárias do Brasil-Central, os trabalhadores, ainda que com a ausência de sindicatos, rarefeitos no Estado Novo,[13] começavam a se estruturar durante o segundo governo Vargas: buscaram por carta resolver seus conflitos ou, na impossibilidade de fazê-lo, ao menos tentar reorganizar sua vida após a catástrofe.

Vale salientar ainda um ponto do discurso dos trabalhadores, que escrevem em momentos de conflito. As oposições por eles estabelecidas. De um lado, temos o poder local ligado à jagunçada, aos mandões da terra; de outro, o poder central, que traz a idéia de justiça. Quando José Claudino lembra que "é bairro sem justiça e povo sem caridade", espera que a justiça e a caridade venham do senhor presidente.

No Estado Novo a oposição local *versus* central somava-se àquela que opunha o nacional ao estrangeiro. José Afonso era um brasileiro expulso por um sírio em plena fronteira. Jorge Ferreira (1995, p.41-58) já analisou como José Dario, um trabalhador, ao cobrar seu salário, ameaçado de espancamento em São José do Rio Preto, São Paulo, estabelecia a oposição entre o governo Vargas de "leis tão justas" e os sírios que dizem "ter no bolso as autoridades do Brasil".

[13] Em nossas pesquisas encontramos telegramas dos sindicatos agrícolas de Ilhéus, na Bahia, e Campos, no Rio de Janeiro, em pleno ano de 1941. Ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Correspondência enviada por Entidades de Classe, Lata 7 para o Sindicato de Ilhéus; para o campista, ver idem, Série Ministério da Agricultura, Lata 396.

Se durante o Estado Novo valia a pena opor o nacional ao estrangeiro, no segundo governo o camponês buscava ligar seu adversário ao partido contrário a Vargas. Remo Morgante, que expulsara Joaquim Borges de Lima da terra, era "um udenista forte, que trabalhou muito para o brigadeiro", ao passo que o cearense José Julio lembrava que Aristeu Andrade também era udenista.

Dessa forma, o camponês buscava explorar as brechas deixadas pelo sistema. Ainda que não fosse atendido, provavelmente para ele o simples fato de a carta ser respondida já tinha grande significado, em especial quando se encontrava em situação tão complicada, como a expulsão da terra cultivada. Efetivamente, alguém nessas condições, portanto sem influência, possivelmente se julgaria reconhecido com o simples fato de ter a carta respondida. Vejamos agora outra situação muito comum no Estado Novo e segundo governo Vargas: os pedidos de terra.

PARA TER UMA TERRINHA: PEDINDO UM LOTE AO PRESIDENTE DO MEU PAÍS

Aqui buscamos avaliar não aqueles camponeses prestes a perder sua terra, ou que já a tinham perdido. Analisamos aqueles que, possivelmente influenciados por um discurso oficial que valorizava simbolicamente o trabalhador do campo, incentivando uma hipotética Marcha para o Oeste, sentiam-se encorajados a escrever a Vargas durante o Estado Novo.

Comecemos pela carta de Manuel dos Santos Rosa.[14] Morando no Rio de Janeiro, Manuel se inscrevera na Divisão de Terras e Colonização do Ministério da Agricultura para obter um lote em Nova Iguaçu, no Núcleo Colonial de São Bento. Quando foi levar a documentação para ser contemplado com o lote, foi informado de que não poderia ocupá-lo, pois a lei de proteção às famílias numerosas (Decreto-lei n. 3.200) determinava que a prioridade fosse para os que já tinham pelo menos cinco filhos menores, e ele, Manuel, embora tivesse sete filhos, só tinha um menor de idade. Manuel escreveu ao ministro da Agricultura esclarecendo que seus filhos estavam todos desempregados e ele teria de sustentá-los. Recebendo nova negativa, Manuel escreveria nova carta, agora a Vargas, contando suas dificuldades.

"Presidente, todos os meus filhos já possuem filhos e eu tenho que sustentar meus netinhos. Tenho certeza que o senhor, como avô amantíssimo, entende minha dificuldade." O pai Manuel pedia que o presidente que ele afirmava ter o sorriso emoldurado em um quadro, abrisse-lhe uma exceção.

Manuel não foi atendido, pois a Divisão lembrava a impossibilidade, mas, em suas cartas, podemos perceber o jogo que procurava estabelecer

[14] Ver o processo de Manuel dos Santos Rosa em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Prot. 13.125/1940.

com a autoridade central. Apelava, em primeiro lugar, para a noção de família. Vargas não era apresentado como o grande pai nacional, que tudo faria pela família Brasil, pelo regime? O pai Manuel pedia ao pai Getúlio que o ajudasse a cuidar de sua família.

Outro aspecto importante é a noção de justiça contraposta à da legalidade *stricto sensu*. Manuel era informado de que a prioridade devia ser de quem tivesse filhos menores, mas ele não tem pejo em pedir a exceção por considerar seu pedido justo. A aparente submissão na verdade acaba convertida em esperança, quase certeza, de que será atendido. Finalmente, lembremos que Manuel é um homem que já mora na cidade, mas deseja voltar ao campo. Tanto durante o Estado Novo como no segundo governo Vargas, será freqüente a idéia de retornar à lavoura para reconstruir a vida desorganizada nas cidades.

Também do Rio de Janeiro, Américo Chaves[15] escrevia ao presidente "que a santíssima trindade colocara para guiar os destinos do país". Aqui o que temos é um discurso que aponta, além da noção de justiça, a da caridade. Américo já tivera seu lote na estação ferroviária de Belém (Japeri), mas não conseguira cultivá-la por doença. Escrevia agora ao presidente com um discurso pontilhado por citações de cunho místico. O presidente, posto à frente do país pela Providência, o auxiliaria a construir a pequenina "Santíssima Verdade", nome que daria à sua propriedade. Américo, que trabalhava como pedreiro, acabou não sendo encontrado.

A idéia de deslocar-se para o campo durante o Estado Novo não ocorria só no Rio de Janeiro. De Belo Horizonte, Minas Gerais, Enéias Couto[16] escrevia pedindo ajuda para comprar uma "fazenda", pois "não me ajeito aqui na cidade". O regime, através de Otávio Rodrigues da Cunha, diretor da Divisão de Terras e Colonização, esclarecia que ele poderia deslocar-se para uma das colônias agrícolas, no caso a de Goiás, onde poderia ter um lote de 20 a 50 hectares. Vale salientar que a proposta de colonizar tinha dois objetivos estratégicos: de um lado, desinchava-se a cidade dos desempregados; de outro, criava-se no campo um setor dependente da burocracia central (Lenharo, 1986, p.45). Todavia, não é demais recordar que normalmente os missivistas que escreviam estavam em situação por demais precária para se deslocarem para outros pontos distantes de seu estado natal.

Tal, por exemplo, é a razão de Nelson Limoeiro Castelo Branco.[17] Também de Belo Horizonte escrevia pedindo um auxílio em dinheiro para se

[15] Ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 331, Prot. 10.325/1940.

[16] Ver a carta de Enéias Couto em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministério da Agricultura, Lata 397, Processo 4378/41.

[17] A carta de Nelson Limoeiro Castelo Branco pode ser analisada em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Série Ministério da Agricultura, Lata 396, Processo 5326/42.

dirigir à fazenda que um amigo lhe oferecera. Desempregado e com cinco filhos, não tinha como se deslocar e pedia auxílio ao presidente. Otávio lhe oferecia uma possibilidade: um lote em Goiás. Nelson agradecia, mas explicava não ter como ir para Goiás. Otávio no processo reconhecia que "o senhor Nelson merece ser ajudado", mas o Ministério não tinha recursos para fazê-lo.

As dificuldades dos missivistas sempre eram um ponto importante para que tentassem em suas cartas sensibilizar o presidente da República. Vitório da Costa,[18] ao escrever de Jequiriçá, na Bahia, contava sua saga. Perdera o pai aos nove anos de idade e, em sua letra quase incompreensível, sabemos que trabalhava desde cedo. Agora casado, com dois filhos, esposa cega e mãe idosa, se preocupava com o futuro. O proprietário da fazenda de café onde ele trabalhava, morrera; Vitório fora para a casa de um cunhado mas, temendo pela situação de seus filhos, pedia uma ajuda em dinheiro para comprar terras no interior do estado. Otávio usava a mesma estratégia de Nelson. O Ministério não tinha terras na Bahia, mas ele poderia, assim que fossem construídos os Núcleos Coloniais no Amazonas, Pará e Maranhão, solicitar diretamente à Divisão de Terras para ser incluído. Como alguém com tantas dificuldades poderia fazer uma viagem de milhares de quilômetros Brasil adentro?

A idéia de família que Vitório procurava sustentar também está presente em outros pedidos. A noção de que pais recorriam ao grande pai nacional para ajudá-los a cuidar de seus filhos era recorrente nas cartas por nós analisadas. Os muitos filhos eram sempre lembrados como uma motivação a mais para que o regime atendesse ao peticionário.

O nordestino Manuel de Brito[19] ao escrever de Penápolis (São Paulo) lembrava que já lutara contra a seca e agora pedia um lote de terras para que pudesse sustentar seus dezessete filhos.

No mesmo sentido, João Gotardo escrevia de Cachoeiro do Itapemirim, Espírito Santo,[20] explicando que tinha dezessete filhos e agora precisava aumentar sua área de terras, visto que os cinco alqueires que possuía já não lhe permitiam sustentar a família. Pedia auxílio ao presidente que "é o pai da pobreza".

Américo Farias Lima[21] escrevia de Itaperuna. Esclarecia que não queria mais "trabalhar em terra alheia" e desejava amparo para cuidar de seus dez

[18] A carta de Vitório da Costa Souza pode ser vista em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 397, Processo 6578/42.

[19] O processo de Manuel de Brito pode ser visto em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 331, Processo 6145/60.

[20] Quanto a João Gotardo, ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Lata 398, Processo 8913/42

[21] O documento que se refere a Américo Farias Lima está em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 397, Processo 7689/42.

filhos. Não se esquece de anexar as certidões de nascimento, como prova da veracidade do que alegava.

Qual era a reação da burocracia da Divisão de Terras e Colonização para esses pedidos? Nos casos de Manuel e Américo, foi oferecido ao primeiro um lote no Núcleo Marquês de Abrantes, no Paraná; e, ao segundo, em São Bento, na Baixada Fluminense. Entretanto, Manuel recusou o pedido posto que, certamente com mais de sessenta anos, não poderia se deslocar para o Paraná. Américo sequer responde à oferta. Prevalecia aqui a noção já exposta de manter aberta para o roceiro a possibilidade muito mais imaginária que efetiva do acesso à terra, num lote do Núcleo Colonial em área pública.

Para João Gotardo a resposta seria um tanto diferente: simplesmente recomendava-se o não atendimento, pois o Ministério da Agricultura não tinha núcleos no Espírito Santo, e não seria conveniente trazer o senhor Gotardo e sua numerosa prole para próximo do grande centro, ou seja, o núcleo na Baixada Fluminense, próximo à capital federal. Conforme Otávio Cunha, isso seria exatamente o contrário do que preconizava a política estatal, que se orientava a fim de afastar o camponês do grande centro, tentando anular o crescente inchaço das cidades. Contudo, há aqui um não-dito: Gotardo, apesar dos pesares, era um proprietário. Não poderia bancar um financiamento no Banco do Brasil, mas não pertencia ao número dos lavradores pobres a quem seria importante contentar com a perspectiva de um lote, ainda que numa situação improvável.

Se no Estado Novo eram comuns as cartas pedindo um lote de terras ao presidente da República, elas continuaram a chegar durante o segundo governo Vargas. Infelizmente, para nossas perspectivas, a maioria dessas cartas era agora remetida aos governos estaduais e não voltavam ao governo federal, ou pelo menos não temos o registro dessa correspondência. Mas, às vezes, o missivista pedia terras de uma empresa pública federal e aí podemos acompanhar o processo.

João Benevides de Azeredo[22] escreve de Senhor do Bomfim, na Bahia. Informa que existia um faixa de terra devoluta da Ferrovia Leste Brasileiro, e pedia ao presidente para "dar uma ordem a quem de direito" para que ele pudesse ocupar esse quinhão. A Leste, consultada, informava que não poderia ceder, pois as terras ainda eram utilizadas para a ferrovia, já que ainda se usava o trem a vapor.

Em Benevides há dois aspectos importantes: em primeiro lugar, sua plena consciência do que fosse terra devoluta, terra abandonada, portanto, pronta para ser usada independentemente de ser propriedade. Além disso, Benevides informava que já se achava havia catorze anos na cidade. Ou seja, poderia ter-se acostumado mas, desempregado, via na possibilidade

[22] A carta de João Benevides pode ser vista em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Prot. 47.223/51.

de voltar ao campo uma alternativa. Mesmo após o fim do Estado Novo, não eram poucos aqueles que sonhavam com a volta ao meio agrário para refazer sua vida. Se durante o Estado Novo não era incomum homens pedirem passagens para Goiás ou Mato Grosso, no ritmo do discurso de Marcha para o Oeste, agora ainda se pensava o trabalho no meio agrário como alternativa à crescente urbanização.

Provavelmente assim pensava Cristino Antonio Soares[23] que, escrevendo de Cachoeiro do Itapemirim, pedia um auxílio em dinheiro para adquirir uma propriedade. Explicava que tinha dois filhos, que nem registrara por falta de recursos. Era-lhe recomendado procurar o Banco do Brasil, que respondera afirmativamente no sentido de que buscasse uma agência mais próxima.

A mesma recomendação recebeu Emílio Ilarião Filho que, ao escrever de Pindobaçu (Bahia), pedia um empréstimo de cem mil cruzeiros para adquirir uma propriedade. O banco até lhe emprestava, mas devido à sua pobreza, uma quantia muito menor. Se durante o Estado Novo a idéia de acenar com um lote num núcleo colonial tinha, para a burocracia, a função de manter o contato iniciado pelo próprio trabalhador rural, durante o segundo governo essa função ideológica parece ter sido cumprida pela possibilidade de um improvável empréstimo do Banco do Brasil para financiamento da pequena propriedade. Como lembra Sonia Regina de Mendonça (2001), embora os discursos de dirigentes do Banco do Brasil exaltassem o empréstimo aos pequenos agricultores, não parece ter sido essa a regra durante o período analisado.

De qualquer forma, o importante é perceber que também quando dizia respeito à aquisição de terras, fosse durante o Estado Novo, fosse no período do segundo governo Vargas, o rurícola buscava atingir seu objetivo através do poder central. Podemos afirmar que reagia à propaganda oficial, que valorizava o governante máximo como símbolo paternal, que tudo podia resolver. Vejamos agora pedidos de outra natureza: Não mais pedidos de terras propriamente, mas de meios ou elementos necessários à agricultura, ou ligados de outras formas ao meio rural.

DA ENXADA AO DINHEIRO: OUTROS PEDIDOS DE APOIO À AGRICULTURA

Para além das lutas pela posse da terra ou dos pedidos de terrenos para cultivo, chamaram-nos a atenção pedidos que se relacionavam não necessariamente à posse da terra, mas à prática agrária.

[23] A carta de Cristino Antonio Soares encontra-se em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Lata 171, Protocolo 14.009/53. De acordo com a catalogação, esta Lata deveria conter documentos enviados por entidades de classe, mas o que encontramos foram cartas enviadas por particulares, durante o segundo governo Vargas.

Durante o Estado Novo pudemos observar algumas solicitações que acabariam atendidas pelo Serviço Federal do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura. De Guararapes, São Paulo, Santos Favarone,[24] um italiano que residia no Brasil havia 43 anos, escrevia contando sua saga. Tinha oito filhos, muitos atacados pelo amarelão, e pedia agora instrumentos agrícolas para que plantasse na próxima safra.

Sua carta gerou um processo no Serviço de Fomento (seção paulista), e um funcionário foi à fazenda onde Favarone trabalhava. O informe enviado pelo delegado mostrava que a situação de Santos era similar à de muitos colonos de café da região, que não conseguiam sua manutenção, ainda que fossem trabalhadores e econômicos. O "lucro" que conseguiam com a colheita do café não saldava suas dívidas. O relatório lembrava que Santos era trabalhador, mas que sua situação financeira era de fato muito complicada, ainda mais com o amarelão, que afetava seus filhos. O senhor Santos acabou recebendo seus instrumentos agrícolas, emprestados por um ano. A carta de Santos e o texto do funcionário mostravam uma situação muito distinta daquela que, em seus artigos, sustentavam os dirigentes da Sociedade Rural Brasileira nas páginas da *Revista da Sociedade Rural Brasileira*.[25] Nesses artigos eram defendidas as boas condições de vida dos colonos que tinham da terra para a subsistência aos remédios quando precisavam, passando por animais de trabalho. Mas o fazendeiro só não faria por conta das cargas tributárias e dificuldades de transportes para a produção. A versão da Sociedade Rural Brasileira era fortemente contestada, justo no estado mais rico da Federação.

Mesma sorte de Favarone teve João Bernardo[26] que escrevia de São Felipe, distrito de Cachoeiro do Itapemirim. Bernardo esclarecia que tinha doze filhos, o mais velho com dezoito anos. Via as enxadas envelhecendo e não tinha dinheiro para comprar novas, que custavam 30 mil cruzeiros, algo impossível para ele pagar. "Não venho fazer-lhe um pedido humilhante. Apenas peço um auxílio para poder trabalhar, cumprir meu dever de ajudar meus irmãos para o progresso do Brasil."

---

[24] A carta de Santos Favarone pode ser compulsada em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Lata 331, Processo 12157/41.

[25] Quando, ao final do Estado Novo, o regime buscava estender aos trabalhadores rurais direitos trabalhistas, a reação de lideranças da Sociedade Rural Brasileira foi extremamente vigorosa. Ao contestar a idéia de participação dos operários rurais nos lucros das empresas, o coronel Abílio de Resende sustentava que o patrão já fornecia tudo ao empregado, da terra para cultivo aos remédios, passando pela possibilidade de criar animais. "Já não é esta uma participação nos lucros? O que a lavoura não tem é cinema, baile e a unha polida das cidades." A fala do coronel Abílio de Resende pode ser acompanhada em *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, São Paulo, p.6, novembro, 1945.

[26] A carta de João Bernardo pode ser vista em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Lata 398, Prot. 14.321/42.

Bernardo teve seu pedido atendido. Lembremos que, em seu discurso, contrariamente à maioria dos correspondentes rurais, ele não apela à caridade presidencial, mas sim pede condições para cumprir seu dever. Em Bernardo, temos o nacionalismo próprio do Estado Novo, ainda mais em voga durante a Segunda Guerra Mundial.

Se os pedidos de lotes de terra eram muito dificilmente atendidos, a solicitação relativa a instrumentos agrícolas era mais facilmente conseguida. Havendo, e efetivamente havia, recursos para tanto, o atendimento ao pleito seria interessante para o Ministério da Agricultura responder favoravelmente à demanda. Se a propaganda governamental já era feita pelo simples fato de se atender às cartas, ainda que fosse uma resposta negativa, imaginemos o impacto de uma resposta favorável em São Felipe ou Guararapes. O regime se beneficiava ainda mais e o discurso de modernização da agricultura, via aperfeiçoamento agrícola, poderia ser aprofundado. Outrossim, reforçava-se a idéia de que havia um presidente bom, generoso, que como um pai tudo fazia para ver felizes seus filhos, mesmo que não tivessem altos contatos na burocracia central ou influências políticas. Não havia mais intermediários: a relação agora se faria diretamente entre o chefe nacional e seu povo. Nada melhor do que atender-se a uma simples carta de um roceiro de São Felipe, havendo recursos para isso, para estender a pontos mais distantes a noção do pai/provedor/presidente.

Durante o segundo governo Vargas as cartas que pedem auxílios ligados à agricultura procuravam muitas vezes associar à idéia de trabalhador a de eleitor de Vargas e simpatizante do PTB.

De Pedregulho, São Paulo, Joaquim Batista de Souza[27] escrevia pedindo a Vargas que desse uma ordem para que o Banco do Estado de São Paulo lhe perdoasse a dívida. Antes de fazer o pedido lembrava ser membro do PTB. Em suas três cartas sublinha sua condição de pobreza e alega o medo de perder seu "pedacinho" de terra. Não ficamos sabendo em nenhum momento o tamanho de sua propriedade. Para o missivista sua condição de pobre/trabalhador/membro do PTB já lhe dava suficientes atributos para ser atendido.

PTB até o fim da vida também se afirmava Elieser José de Oliveira[28] ao enviar uma carta de Colônia Muquitão, município de Pitanga, no Paraná. Com sua letra praticamente ilegível pedia quatro alqueires de terra, possivelmente para agregar à sua posse, que tinha dificuldades para legalizar. A carta foi encaminhada ao governo do Paraná e este esclarecia que se ele queria legalizar bastava requerer ao governo do estado. Recordemos

[27] A carta de Joaquim Batista está em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Correspondência de Entidades de Classe, Lata 171, Prot. 59.208/52.

[28] O processo de Elieser José de Oliveira encontra-se em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Correspondência de Entidades de Classe, Prot. 13.123/53.

a eterna dificuldade do pequeno posseiro em legalizar sua posse Brasil a fora, pois o próprio missivista em tela já tentara registrar a sua. Votar em Vargas ou ser membro de um partido aliado era sinônimo de ser pobre e, portanto, ter um pedido justo, que merecia ser atendido. Provavelmente assim pensava dona Hermelina Pereira Ramos[29] que escrevia de Itapevi, na Bahia, contando seu tormento. Viúva, com dez filhos, a seca devorara seus cacaueiros e ela se encontrava extremamente endividada. "A fome e nudez estão em minha porta como um homem armado", exclamava a mulher, que lembrava que ela e seus filhos davam seu voto de todo o coração ao governador Getúlio Vargas.

Embora não especificasse um pedido, sua carta foi enviada ao Banco do Brasil e de lá veio a resposta de que o banco não financiava pagamento de dívidas, mas apenas máquinas agrícolas. Pode-se afirmar que dona Hermelina guardava a esperança de ser atendida e, em seu olhar, os votos dela e de sua prole eram a prova de que ela tinha o mérito para ser contemplada em sua necessidade.

Novamente lembremos o fato de que, mesmo no segundo governo, a carta enviada ao Catete continuava formando processo e o remetente tinha a informação a respeito do caminhar de seu pedido, mesmo que fosse remetido ao governo do estado. Dessa maneira, o contato feito a partir do meio agrário não ficava sem resposta e mesmo sem acompanhamento do processo por parte do interessado. Saliente-se a diferença desse comportamento para a burocracia peronista, também dita populista. Na Argentina muitas cartas que encontramos no Archivo General de La Nación, referentes ao peronismo, estavam protocoladas sem uma resposta ao pedido feito. Possivelmente tal situação devia-se ao fato de naquele país haver uma estrutura sindical, que já se desenvolvia, ao passo que no Brasil apenas no fim do segundo governo Vargas esboçava-se a sindicalização rural sob o impacto da presença do PCB e do governo via Ministério do Trabalho.

Assim sendo, no Brasil era fundamental que o regime estadonovista ou a burocracia do segundo governo Vargas não perdesse o contato que o próprio trabalhador estabelecera. Vargas, nas cartas, aparece como o "pai da pobreza", que poderia resolver seus problemas, e a burocracia central fazia o possível para não desmentir essa afirmação. Além das cartas durante o segundo governo Vargas, notamos uma outra forma de contato, o pedido de audiência. De Lucélia, São Paulo, uma comissão de arrendatários vem ao Rio de Janeiro se queixar contra o fazendeiro Max Wide, que os ameaçava de expulsão da terra, caso não pagassem o arrendamento antes de colher o algodão.[30] A nota foi encaminhada ao Ministério da Agricultura, que

[29] A carta de dona Hermelinda encontra-se em Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da Presidência da República, Lata 171, Prot. 13.995/53.

[30] Em relação aos arrendatários de Lucélia, ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Prot. 47.214/51.

respondia não haver ainda legislação regulatória dos arrendamentos que tramitavam na Câmara.

De Andaraí, na Bahia, Misael Pauferro[31] vinha para trazer um abaixo-assinado reclamando contra um pretenso proprietário, que cobrava arrendamento, quando o grupo já pagava impostos. O processo foi enviado ao governo da Bahia e daí para a Prefeitura de Andaraí, onde se confirmava a denúncia, comprovando-se a ilegalidade da pressão exercida sobre os roceiros.

Havia, também, abaixo-assinados como aquele liderado por Antonio Zaneti,[32] de Urucânia, Minas Gerais, reclamando por terem sido expulsos sem indenização, visto que eram trabalhadores braçais. Foi-lhes recomendado procurar a justiça local. Lembremos que Juízes de Direito atuavam como Juízes do Trabalho, onde a justiça especializada não funcionava.

Assim, no segundo governo Vargas, além das cartas começava a se difundir uma prática antes inusual: a busca da audiência, tentando chegar ao presidente da República. Provavelmente pensariam que se chegassem a ele, conseguiriam uma possibilidade melhor do que simplesmente escrever uma carta. Evidentemente, não falavam com o presidente, mas imaginemos aquele senhor voltando para seu torrão natal e contando sua aventura na capital da República. Mais ainda, a audiência registrada, seguia pelos canais burocráticos e buscava-se a informação a respeito do processo.

Desse modo, os trabalhadores do campo reagiam à propaganda oficial, tentando apropriar-se de seu discurso e impor sua visão a respeito do problema. Ainda que não atendidos, o contato por eles estabelecido encontrava eco na administração.

CONCLUSÃO

Contrariamente ao que afirma a maioria da historiografia a respeito do tema, também durante o longo ciclo varguista os trabalhadores rurais buscaram atuar para fazer valer seus interesses. Essa atuação, que ainda precisa ser mais bem analisada, no que diz respeito às tentativas de organização sindical, é facilmente perceptível ao analisarmos a documentação produzida pela burocracia estatal, quando respondia às cartas enviadas ao Palácio do Catete. Muito já se estudou a respeito da propaganda estadonovista e, em nossa avaliação, as cartas vindas do meio agrário mostram uma resposta a essa propaganda, pois indicam ecos do discurso oficial, que os campesinos buscaram reinterpretar.

[31] Sobre a petição levada pelo agricultor Misael Pauferro, cf. Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Prot. 49.264/51.

[32] Quanto ao abaixo-assinado de Urucânia, ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Prot. 52.838/51.

Nas cartas, duas idéias estão bem demarcadas. De um lado, a noção de justiça: o roceiro procura mostrar que seu pedido era justo e por isso devia ser atendido. O justo deveria, se necessário, sobrepor-se ao legal, reforçando-se assim a idéia do presidente misericordioso, que tudo faria para resolver um problema de um mero trabalhador da gleba, que lhe enviara uma simples carta. Ao reclamar contra uma expulsão de terra o roceiro busca mostrar que o que se cometia não era uma violência pessoal, contra um lavrador, mas uma violência contra a nação, visto que um filho da pátria era privado de seu direito a trabalhar. Dessa forma, o discurso nacionalista é aproveitado, tentando-se levar a Vargas não um pedido individual, mas um pedido de alguém que tudo quer fazer por seu país.

Por outro lado, a noção de caridade que o presidente inspira está aqui bastante explícita. O presidente é retratado como alguém que atenderia por ser caridoso e, portanto, entender a dor do pobre, e assim mostrar sensibilidade para seu problema.

Quando, por exemplo, pediam um lote de terra, homens como Vitório da Costa procuravam demonstrar sua situação de penúria, que justificava o pedido de caridade do presidente. A antiga noção cristã do governante como homem providencial "mediador entre o justo e o injusto", como dizia Antonio de Camargo Taborda, está aqui presente, denotando a confiança que o camponês depositava em seu presidente.

Se a linguagem utilizada não tem um tom de reivindicação, vale salientar que na tradição brasileira um discurso mais combativo poderia ser tomado por afronta, e muito possivelmente o trabalhador teria consciência de que não havia hipótese de sucesso, se ao contrário de pedir, quase implorar, reivindicasse um direito. Ângela de Castro Gomes analisou em *A invenção do trabalhismo* a ideologia da outorga, calcada na noção do "dar, receber e retribuir". Nesse caso, o destinatário, que seria o trabalhador, buscava pedir, pronto a receber e, na prática já retribuía com um discurso favorável, tentando antecipar a dádiva. Assim como observamos no início do tópico 2, a aparente submissão visava a impor ao poder central a "obrigação" de atender ao que se reivindicava, pois o trabalhador, antes mesmo de ser atendido, já se mostrava grato.

Não tendo meios efetivos para fazer valer seus objetivos, o discurso acabava por ser a única arma que um trabalhador, muitas vezes analfabeto, e que contava com outros auxílios para escrever, tinha para tentar atingir seus objetivos.

Quanto aos burocratas do Estado Novo, ou do segundo governo Vargas, pareciam não questionar o analfabetismo reinante no meio agrário, que poderia pôr em causa a autoria da correspondência, e as cartas que chegavam circulavam formando processo. Logo, para o regime, o importante parece ter sido aproveitar o contato rural e, dessa maneira, reforçar a propaganda do regime, que o próprio rurícola, ainda que involuntariamente, iniciara

com sua carta. O pedido demonstrava confiança, e esta não deveria ser quebrada pela burocracia estatal. Era necessário manter viva a noção de que havia um governo, que este governo faria o que estivesse a seu alcance para garantir as condições de vida da população, ainda que em zonas distantes. O trabalhador, na maioria das vezes, não via suas reivindicações atendidas, mas o contato iniciado não era desmontado. O melhor exemplo é uma carta de Antonio de Camargo Taborda. Escrevendo de Capivari, pedira um lote de terras. Foi-lhe oferecido um na Baixada Fluminense, mas ele o recusou, pois com sessenta anos, como confirmou o funcionário do Ministério da Agricultura, em São Paulo, não queria deixar seu torrão. Noutra carta pedia meios de propaganda de cooperativas e aproveitava para denunciar as duras condições de vida dos trabalhadores rurais. Numa terceira carta, pedia ajuda para propagandear sindicatos e, ao mesmo tempo, que o governo desse terras em zonas livres de geadas (um verdadeiro flagelo para o cafeicultor). Ao encaminhar seu processo ao ministro da Agricultura para arquivamento, Otávio Rodrigues da Cunha exclamava: "Não sei o que fazer para atendê-lo".[33]

Ou seja, Antonio não tinha condições de influenciar diretamente a marcha dos acontecimentos, mas era importante para a burocracia estatal não esquecer sua carta no gabinete. Era fundamental dar uma satisfação, mostrar que o governo, o qual rompera com a estrutura liberal, estava preocupado com um simples trabalhador de Capivari.

Assim, podemos concluir que os camponeses tomavam o discurso oficial a fim de atingirem seus objetivos, ao passo que a burocracia, sobretudo ligada ao Ministério da Agricultura, mostrava a intenção de ampliar para o campo a propaganda estatal, não perdendo a oportunidade aberta pelo próprio roceiro. Se o projeto varguista de incorporar os rurais ao modelo de desenvolvimento capitalista, via legislação trabalhista e implementação de Núcleos Coloniais, não foi efetivado, não seria exagero afirmar que os trabalhadores da roça foram incorporados ao projeto de propaganda varguista, através do diálogo que o regime estabelecia com os que escreviam ao presidente.

Assim estamos muito distantes de uma sociedade amorfa, que apenas espera que o Estado benfeitor imponha suas vontades e, em nenhum momento, toma a iniciativa. Ao fim e ao cabo, o rural não esperava a aproximação do governo, e sim procurava-o para solucionar seu drama. Essa procura pode, enfim, ser interpretada como uma busca que respondia ao próprio estímulo oficial, mesmo que esse estímulo não fosse originariamente destinado ao roceiro. Ele aproveitava a carona, se lançava à aventura do contato e, de uma forma ou de outra, reclamava o que considerasse ser o justo.

[33] Quanto ao processo de Antonio de Camargo Taborda, ver Arquivo Nacional, Fundo Gabinete Civil da Presidência da República, Ministério da Agricultura, Lata 331, Prot. 13.245.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, M. H. *Multidões em cena*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
COSTA, L. F. C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/ UFRJ, 1996.
FAUSTO, B. *A revolução de 30*: história e historiografia. São Paulo: Brasiliense, 1970.
FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.
______. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
GOMES, A. de C. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
LENHARO, A. *Trabalho e colonização no Brasil*: Nordeste, Amazônia e Centro-Oeste. Campinas: Unicamp, 1984.
______. *A sacralização da política*. Campinas: Unicamp, 1986.
LINHARES, M. Y.; SILVA, F. T. *Terra prometida*. Petrópolis: Vozes, 1989.
MEDEIROS, L. S. de. *História dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1989.
MENDONÇA, S. R. de. *A cooperativização do Estado*. Niterói: Vício de Leitura, 2001.
MOTTA, M. (Org.). *Dicionário da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
REIS, J. R. F. *Não há mais intermediários entre o governo e o povo. Cartas a Getúlio Vargas*: o mito e a versão. 2002. Tese (Doutorado) – Campinas, Unicamp.
RIBEIRO, V. V. *Um novo olhar para a roça*: a questão agrária no Estado Novo. 2001. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro, UFRJ.
______. *A roça y la campaña*: a questão agrária no Varguismo e no Peronismo numa perspectiva comparada. 2006. Tese (Doutorado) – Niterói, UFF.
THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
VELHO, O. G. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Petrópolis: Vozes, 1979.
VILLAS, C. M. *La democratización fundamental*: el populismo en la América Latina. México: Siglo XXI, 1995.
WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

3
A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa

Marcus Dezemone

INTRODUÇÃO: HISTORIOGRAFIA, DIREITOS SOCIAIS E CAMPONESES

De forma quase consensual, a historiografia brasileira tem considerado que o campesinato esteve afastado dos benefícios materiais e imateriais trazidos pelos direitos sociais integrantes da legislação produzida no primeiro governo Vargas (1930-1945). A esse respeito, realçando pequenas exceções conquistadas pelos trabalhadores do campo, Alcir Lenharo afirma ser possível notar:

> uma descontinuidade entre a legislação social aplicada ao trabalhador urbano e ao trabalhador rural. Somente as legislações extensivas aos acidentes de trabalho e ao salário mínimo atingiram o trabalhador rural. Em outras palavras, a maior parte dos trabalhadores do país, 9 entre 12 milhões, aproximadamente, passaram a ser assistidos por uma legislação trabalhista simplesmente inconclusa. Assim é que o decreto-lei sobre a organização sindical não atingiu o trabalhador rural, que também não foi assistido pela lei básica sobre a duração do trabalho. (Lenharo, 1986)

Da exclusão formal dos camponeses dos aspectos-chave da legislação trabalhista e sindical, identificada pela historiografia, derivam outros desdobramentos analíticos que merecem maior atenção. O primeiro deles diz respeito à afirmação da "intocabilidade sagrada das relações sociais no campo" no pós-1930 e, em especial, durante o Estado Novo. Tal visão se embasa na noção de "Estado de Compromisso", formulada inicialmente por Francisco Weffort. Boris Fausto em sua obra clássica, *A revolução de 1930. Historiografia e história,* concebe o governo provisório que ascende após a Revolução de 1930 como representante de apenas uma "transação

no interior das classes dominantes" (Fausto, 1998). Os inúmeros entraves burocráticos e legais à sindicalização rural reforçariam o distanciamento entre trabalhadores do campo e da cidade, ao mesmo tempo que, atribuídos a uma política do Estado, apontam para a intencionalidade da preservação das relações tradicionais no mundo rural. Novamente, segundo Alcir Lenharo:

> O descompasso agravou-se definitivamente quando do aparecimento da CLT [1943]. A rigor, a única conquista conseguida foi a extensão dos direitos trabalhistas do operário urbano para os trabalhadores das usinas, assim mesmo somente para aqueles que estivessem empregados em funções técnicas especializadas nas seções industriais das usinas, ficando fora, portanto, os trabalhadores agrícolas. (Lenharo, 1986)

Um segundo desdobramento analítico vinculado à relação entre legislação trabalhista e campesinato é o uso do referencial do populismo como modelo explicativo para se pensar o período inaugurado com a Revolução de 1930 e que se estende até o golpe civil-militar de 1964. Boris Fausto e Fernando Devoto (2004) são autores que recentemente defenderam a utilização desse conceito para pensar de modo comparativo Brasil e Argentina, respectivamente, sob Vargas e Perón. Mesmo reconhecendo que o conceito "tem servido para designar relações sociais e formas políticas tão diversas que seu uso se torna muitas vezes problemático", no artigo "Duas faces do populismo" Fausto compara "a relação dos dois populismos com a gente do campo", afirmando categoricamente que:

> Embora sua base social estivesse essencialmente nas cidades, Perón lançou uma ponte em direção aos trabalhadores rurais, aos quais estendeu vários direitos. Vargas, pelo contrário, os ignorou praticamente, e isso num país caracterizado pelas miseráveis condições de vida das massas do campo e em que a reforma agrária sempre foi um tema sensível e concorrente. (Fausto, 2004b, p.14)

Essa curta passagem sustenta uma tese corrente nos manuais de História: o afastamento dos camponeses do recebimento das "benesses populistas", o qual se justificaria pela "opção do Estado" na manutenção "das bases sociais e econômicas da dominação" das oligarquias rurais (Motta, 1984, p.277-8). Isso teria ocorrido em troca de "uma espécie de compromisso tácito entre elas [oligarquias rurais], o governo e a burguesia industrial" (ibidem). É exatamente essa a argumentação de Fausto: "a aliança abrangeu o Estado, a burguesia nacional e a classe trabalhadora, tendo como pólo articulador o primeiro" e o comportamento em relação aos trabalhadores do campo é explicado pelo "desejo de manter boas relações com os grandes proprietários e o fato de não existirem, em sua época [a de Vargas], mobilizações significativas no campo" (Fausto, 2004b, p.14). O que se percebe aqui, mais uma vez, é a idéia da manutenção das relações tradicionais do campo como condição para implementar os direitos sociais na cidade e o

projeto intervencionista promotor da industrialização, com um governo Vargas que "praticamente ignora" os camponeses.

Um último desdobramento recorrente na historiografia que se fundamenta no alijamento dos camponeses dos ganhos do "arranjo populista", é a análise da intensa mobilização observada em meados do século XX, nas décadas de 1950 e 1960, facilmente compreendia pelo consagrado referencial. Conforme as palavras do já citado Boris Fausto, em manual de história do Brasil:

> Ao iniciar-se o governo Jango, era claro o avanço dos movimentos sociais e o surgimento de novos atores. Os setores esquecidos do campo – verdadeiros órfãos da política populista – começam a se mobilizar. O pano de fundo dessas mobilizações encontra-se nas grandes mudanças estruturais ocorridas no Brasil entre 1950 e 1964, caracterizadas pelo crescimento urbano e uma rápida industrialização. (Fausto, 2001, p.244)

A historiografia que toma esse fosso separador dos direitos dos trabalhadores urbanos daqueles alcançados pelos rurais como um dado da realidade, pronto e acabado, sobre o qual não se aplica nenhum tipo de relativização, utiliza-o como um elemento ratificador de esquemas explicativos tradicionais – como a noção de populismo – sobre o Estado Novo e o período da Experiência Democrática (1945-1964). Em comum entre os dois períodos históricos estaria a manutenção da dominação tradicional no campo, que se apresenta como uma condição necessária à industrialização e ao projeto de modernização conduzida pelo Estado, como evidenciado pela legislação social no meio urbano. Essa historiografia assume tal afastamento como uma base segura mediante a qual se explicam as ações políticas dos camponeses, tanto de mobilização e lutas quanto de sua ausência em momentos que seriam de passividade. Daí por que as lutas camponesas teriam significado, prioritariamente, uma tomada de posição coletiva para minorar esse distanciamento e alcançar os direitos trabalhistas urbanos.

O que se pretende demonstrar neste trabalho é que o aumento das mobilizações no campo nas décadas de 1950 e 1960 não pode ser atribuído somente ao "pano de fundo" das "grandes transformações estruturais", alçadas à categoria de chave explicativa para os variados movimentos rurais observados, como se fossem conseqüências inescapáveis e até mesmo inevitáveis das estruturas. As transformações de ordem socioeconômica não dão conta, isoladamente, das formas de luta e de resistência empreendidas pelos setores camponeses. Tampouco a exclusão dos benefícios explica o porquê dos atores no campo terem-se colocado em movimento. No limite, existe a opção (muito comum – não só para os camponeses, mas para qualquer outro grupo social), de não lutar ou não resistir.

De qualquer ponto de vista, os anos da chamada Era Vargas foram de inúmeros impactos políticos, econômicos, jurídicos e culturais no mundo

rural brasileiro. Esses impactos já começaram a ser mapeados por uma produção historiográfica mais recente, que até mesmo interpreta de novas formas o que antes eram consideradas evidências empíricas incontestes.

Sem pretender negar de forma definitiva as contribuições historiográficas tradicionais, este trabalho, ancorado na produção recente, procura relativizar os limites de tais enviezamentos, ao confrontá-los a três conjuntos de evidências: os depoimentos orais de camponeses que viveram esse período; a produção legislativa e os processos judiciais embasados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que, em tese, alcançaria apenas os trabalhadores urbanos; e as cartas e os processos administrativos gerados pela correspondência de trabalhadores rurais remetida à Presidência da República durante o Estado Novo.

UMA PRESENÇA MARCANTE NA MEMÓRIA

A década de 1930 foi uma época bastante conturbada no mundo rural brasileiro, tanto para proprietários quanto para camponeses. A crise de 1929 levou a uma queda acentuada no preço dos gêneros agrícolas, em especial o café, principal produto de exportação brasileiro. A Revolução de 1930, mediante a cassação de mandatos e nomeação de interventores estaduais, afastou do poder político antigos grupos oligárquicos (Ferreira, 1994). Em face dessa dupla crise, econômica e política, os proprietários rurais brasileiros buscaram estratégias a fim de minimizar as perdas materiais e simbólicas a que foram submetidos. O exame dessas iniciativas e seus efeitos nas formas de exploração da mão-de-obra nas duas mais importantes regiões do país voltadas para a grande lavoura – o Sudeste cafeeiro com o sistema do colonato e o Nordeste canavieiro com o sistema da morada – podem fornecer elementos para melhor compreender o contexto de recepção da legislação social no campo.

A crise do café levou em muitas fazendas à substituição dos antigos cafezais por pastos para a pecuária extensiva. Essa prática teve como principal efeito a redução da demanda por mão-de-obra nas fazendas, conduzindo a um intenso fluxo migratório na direção dos grandes centros urbanos, como observado da década de 1930 até a de 1960 (Dezemone, 2004). Na Zona da Mata pernambucana, dedicada à produção canavieira, houve queda acentuada nos preços do açúcar, o que reduziu muitas propriedades à condição de "engenhos de fogo morto" e ainda ao aforamento, acarretando migrações para os centros urbanos (Garcia e Palmeira, 2001).

Contudo, ocorreram iniciativas governamentais para atenuar ou debelar as sucessivas crises, materializadas na criação de órgãos como o Conselho Nacional de Café (CNC), em 1931, e seu congênere no Nordeste, o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), em 1933 (Garcia e Palmeira, 2001). Proprietários

rurais do Nordeste e do Sudeste, por conta própria, adotaram estratégias que visavam à permanência dos cultivos tradicionais de café e cana-de-açúcar no interior de fazendas e engenhos. Analisar essas estratégias, anotando seus impactos diretos nas condições de vida e trabalho dos camponeses, poderia revelar como os atores envolvidos atravessaram a dupla crise do pós-1930. Na Fazenda Santo Inácio, em Trajano de Morais, região serrana do estado do Rio de Janeiro, foram introduzidas práticas com o intuito de minimizar as perdas econômicas, que de forma correlata aumentaram a exploração da mão-de-obra (Dezemone, 2004). Data desse período a inauguração de uma *venda* dentro da fazenda, um armazém em que os colonos poderiam adquirir produtos como instrumentos de trabalho e gêneros alimentícios. Tais produtos passaram, aliás, a ser adquiridos com cupons recebidos do fazendeiro ou de seu preposto, meio de pagamento substitutivo ao papel-moeda corrente. Os itens disponibilizados nesses armazéns eram vendidos aos camponeses com preços acima dos valores de mercado e exclusivamente com o uso dos cupons. Profunda semelhança é notada entre a *venda* no Sudeste e o *barracão* na região canavieira da Zona da Mata pernambucana, onde os produtos eram adquiridos por meio de vales. Como a aquisição de bens era possível apenas na venda ou no barracão, ocorria uma inversão na relação de pagamento entre patrão e empregado: o endividamento constante de colonos e moradores resultava na imobilização do trabalhador no interior da propriedade devido à incapacidade de saldar seu débito (Palmeira, 1970).

Outra mudança significativa foi a intensificação no Sudeste das *turmas*, trabalho gratuito nas terras do fazendeiro que o colono se via obrigado a prestar como parte integrante das combinações do colonato (Dezemone, 2004). Por seu turno, registra-se na região canavieira o *cambão*, herdado do período colonial: a obrigatoriedade de trabalho não-remunerado do morador nas terras do engenho, que nesse período foi ampliado para uma quantidade maior de dias semanais (Julião, 1968). Em ambos os casos, o trabalhador deixava suas lavouras de subsistência abandonadas para cuidar das terras da propriedade sem nenhum tipo de retorno monetário.

Até mesmo os cultivos da lavoura de subsistência foram atingidos e passaram a integrar as obrigações dos camponeses. No Sudeste cafeeiro, o acesso à chamada "lavoura branca" foi uma conquista efetuada pelos escravos no período de transição para a liberdade, em conformidade com uma historiografia recente (Dezemone, 2008; Rios e Mattos, 2005). Porém, nos anos subseqüentes à dupla crise, os proprietários exigiam a entrega de percentuais que variavam de 10% a 30% dos cultivos diferentes do café (Dezemone, 2004). No Nordeste, nos engenhos de açúcar, depoimentos de antigos moradores localizam no pós-1930 o mesmo ataque aos cultivos de subsistência (Montenegro, 2003; Dabat, 2003).

De forma paradoxal, esse período que poderia estar associado a perdas e dificuldades para os trabalhadores do campo é marcado na memória coletiva

de camponeses do Sudeste cafeeiro com um lugar privilegiado para Getúlio Vargas, noções de direitos e a legislação trabalhista, conforme sintetizado nas palavras de Álvaro Pereira da Silva, o Álvaro "Roldão", um ex-colono e importante líder camponês no processo de sindicalização rural no Rio de Janeiro na década de 1960:

> Eu conheci vários governos. Conheci o Washington Luís, ... Era o governo que mandava tirar das telhas da casa e botar o povo na estrada, era o governo que mandava tirar a mudança de dentro de casa e jogar lá na estrada. Depois o Getúlio Vargas veio, pegou e criou essa lei trabalhista. Nós agradecemos muito e devemos ao Getúlio Vargas. A legislação trabalhista está sendo desmontada. Getúlio Vargas foi o rei, foi o homem que abriu o caminho de todos... (Citado por Dezemone, 2004, p.125)

Outro ex-empregado e ex-colono da fazenda de café Santo Inácio, em Trajano de Morais, Juscelino Cândido, mais conhecido como Binó, da mesma região de Roldão e descendente de escravos, ao falar da expulsão de seu padrasto da fazenda, segue um padrão narrativo muito próximo ao da liderança camponesa anterior, ao efetuar a comparação com o governo de Washington Luís (1926-1930):

> Porque naquele tempo [de Washington Luís], é como eu acabei de falar agora mesmo, o fazendeiro traz aquela *catinga do cativeiro*. Eles que mandavam. ... Naquele tempo... Porque o fazendeiro depois do cativeiro... alguns batiam no colono. Alguns batiam mesmo! Quer dizer, não tinha governo, não tinha nada. Quer dizer, isso taí, agradeço ao governador que morreu: Getúlio Vargas! Ele que deixou essa aventurança. Porque antes dele morrer, ele deixou isso aqui. Ele fez um livro e deixou tudo isso escrito. Se falaram em Reforma Agrária, se falaram em salário mínimo, foi antes dele morrer. ... Mas naquele tempo de [Washington Luís] o pobre não tinha direito. (Citado por Dezemone, 2004, p.126)

Binó contrapôs o *tempo de Vargas*, associado às leis e ao direito, às práticas presentes no *tempo de Washington Luís*, percebido como de arbítrio e de ranços da escravidão, na chamada "catinga do cativeiro": essa mesma associação de Vargas ao combate contra o poder pessoal dos fazendeiros – que tivera seu ápice na época identificada ao último governo da Primeira República – foi notada nos depoimentos de descendentes de escravos em outras áreas do sudeste (Rios e Mattos, 2005 p.126-30). Alguns desses relatos, como atesta o do quilombola Manoel Seabra, da região de Valença, associam, de forma personalista, o fim do cativeiro muito mais como obra de Getúlio do que da princesa Isabel:

> Quem deu a liberdade foi a Princesa Isabel, mas contudo ... não tinha força como Vargas. Ele (Getúlio) deu a Lei ... só as palavras dele ... Só a Lei dele que acabou com esse negócio de a pessoa ser cativo. Deu a liberdade ... acabou o cativeiro. (Citado por Rios e Mattos, 2005, p.56)

Outro camponês descendente de escravos, Cornélio Cancino, de Juiz de Fora, tem uma fala bastante semelhante à de Seabra:

> Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura ... Antes de Getúlio não tinha lei. Nós éramos bicho. A Princesa Isabel só assinou, Getúlio é que libertou a gente do jugo da escravatura. (Citado por Rios e Mattos, 2005, p.56)

A emancipação do cativeiro aparece em dois momentos que nos depoimentos evidenciam continuidade: o primeiro, do aparecimento da lei com a princesa; o segundo, de sua efetivação, com Vargas. Deve-se ressaltar que, embora a memória da "doação" da liberdade esteja presente nos depoimentos, ela vem acompanhada da memória das lutas, das resistências, das fugas e do papel ativo dos próprios escravos na busca de sua emancipação.

Até mesmo em áreas rurais do Sudeste dedicadas ao cultivo de cana-de-açúcar, a presença das noções de direitos foi notada. Álvaro Roldão narra um episódio que teria se passado numa usina de açúcar que se recusava a cumprir a jornada de trabalho:

> Getúlio Vargas tomou posse e uns tempos depois começou a criar a lei trabalhista. Ele intimou o doutor Perck, o dono da Usina Central em Laranjais. A Usina do Engenho Central tinha quarenta fazendas, conheci elas todas... Quando Getúlio Vargas entrou no poder já o Engenho Central era um monumento muito bonito, muito monumento mesmo, que era muita gente. Mas então tinha aquele carracismo de horário. Era o que o patrão quisesse. Então Vargas quando anunciou o horário de trabalho, o doutor Perck não aceitou. Ele [Getúlio] mandou fiscalização no engenho. O doutor Perck disse que por vinte e quatro horas ia parar o movimento todo e deixar o povo todo com fome e deixar por conta do governo. Ameaçou parar. Eu me lembro como se fosse hoje. Então dias depois o governo mandou uma escolta no Engenho Central intimando ele e deu vinte e quatro horas a ele pra ele comparecer no Rio. Se não fosse mandava buscar ele preso. ... não tinha estrada pra Valão do Barro, estrada boa, carro agarrava naqueles pântanos de barro, ele teve que sair com aquele temporal todo, com carrinho bacana, para comparecer lá embaixo, lá no Rio. Aí diz que Getúlio Vargas falou com ele: "o senhor vai obedecer às leis ou a usina vai funcionar por conta do governo, mas fechar, não vai fechar". Getúlio era peitudo, hein!? Aí multou ele em quatrocentos contos na época. E a usina funcionou e teve que respeitar as leis. (Citado por Dezemone, 2004, p.131-2)

A legislação trabalhista não aparece na memória como um ideal a ser alcançado, mas um direito que é efetivamente cumprido pela ação direta do próprio presidente. Não foi possível encontrar outros dados que comprovassem esse relato. Entretanto, as noções de arbítrio e injustiça presentes no desfecho das histórias onde as telhas eram retiradas das casas de colonos que deveriam, por determinação do fazendeiro, abandonar as fazendas em no máximo 24 horas não foram encontradas no episódio. A construção narrativa apresenta como prazo "dado por Vargas" ao proprietário da usina um rigorosamente igual àquele que os fazendeiros determinavam para seus

colonos saírem de suas fazendas: as mesmas 24 horas. A intervenção do Estado, diretamente por seu chefe, se deu a fim de alcançar um determinado senso de justiça, sintetizada na manutenção do funcionamento da usina e dos trabalhos gerados sob a condição de respeitar as leis. A figura de Vargas tem um peso tão significativo que as ações lhe são atribuídas como se o presidente delas tivesse tomado parte pessoalmente e pudesse alcançar e controlar qualquer parte do campo brasileiro.

Com ligeiras diferenças, essa mesma visão positiva de Vargas foi igualmente encontrada nos depoimentos de trabalhadores rurais da Zona da Mata canavieira, contrariando a visão consagrada pela literatura especializada, que associa o referencial de direitos naquela região ao governo João Goulart (1961-1964) e ao Estatuto do Trabalhador Rural (1963). Embora essas duas referências apareçam de maneira destacada nos depoimentos, ao lado do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes (1963-1964), o marco inicial da aquisição de direitos segundo o ex-morador Miguel José de Oliveira remete ao regime varguista:

> Não tinha terra para plantar não. A terra que tinha era ali por volta da usina, porque foi Dr. Getúlio Vargas que deu. Plantava em volta da usina, muitas pessoas. Quando foi depois que Agamenon foi governo, inventou que a terra era de cana. Aí condenaram e não deram mais terra à gente. (Citado por Dabat, 2003, p.563)

Outro ex-morador, José Honorato dos Santos, referindo-se aos direitos sociais afirma: "Getúlio Vargas deixou assinado tudo isso, está tudo assinado por Getúlio Vargas". No entanto, o que com freqüência aparece nos depoimentos de moradores das usinas e engenhos de Pernambuco é que embora tenham sido desenvolvidos por Getúlio, esses direitos teriam permanecido ocultos, sendo revelados apenas no governo de Miguel Arraes. José Severo da Silva, de Igarassu, destaca que

> ninguém sabia desses direitos, que Getúlio Vargas votou, mas eles encobriram! Quando Miguel chegou, aí foi descoberto. Esses direitos do povo. Foi tanto que eles ficam com raiva de Miguel Arraes, mode esses problema que deu os direitos do povo.

Antônio da Silva, de Sirinhaém, complementa que "esses direitos haviam sido "[e]ncapado. Tava tudo encapado. Mas foi descoberto" (Dabat, 2003, p.601-2).

No padrão narrativo presente na região canavieira, os direitos sociais permaneceram escondidos e só foram "revelados" anos após a morte do ex-presidente. Embora seja atribuído a Vargas grande mérito no caminho para aquisição de tais direitos, do ponto de vista legal, e para muitos historiadores, trata-se de uma questão empírica: a legislação social só foi definitivamente estendida ao campo com o governo Goulart e concluída no governo Médici (1969-1974), com a instituição da previdência social para o

trabalhador rural através do Funrural (1971). Cabe então indagar quais os motivos responsáveis pela organização e estruturação dessa leitura peculiar do passado por camponeses de regiões diferentes, com esse lugar marcante de Getúlio Vargas vinculado a noções de direitos, em meio a outras leituras e maneiras de recordar o passado, como aquelas produzidas pela historiografia tradicional. Alessandro Portelli, estudioso dos processos de construção de diferentes memórias indica um caminho a ser seguido:

> Representações e "fatos" não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. (Portelli, 2001, p.111)

O que se extrai das contribuições de Portelli é o aviso de que não se devem desmerecer as "representações" da memória em benefício do que seriam "fatos", mas sim buscar a interação de ambos.

A PRESENÇA DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E SINDICAL NO CAMPO

O período que vai de 1930 até os anos finais do Estado Novo não pode ser pensado como uma época de compromisso irrestrito com o atendimento das demandas e concessão de privilégios aos grandes proprietários rurais, como poderiam sugerir a criação de órgãos como o CNC e o IAA. Pelo contrário, pela legislação produzida pode-se perceber a existência de uma política para o mundo rural que desagradou em diversas oportunidades aos interesses desse grupo. Veja-se, por exemplo, a política fundiária, com as inovações introduzidas pelo Decreto n.24.606 de 1933, que extinguiu o sistema de arrendamento de terras da União, inclusive para ordens e instituições religiosas; exigiu o título de propriedade para a legitimação das posses; e autorizou a desapropriação mediante o pagamento de quarenta vezes o valor do último foro pago. O decreto utilizava, em prejuízo dos proprietários rurais, as mesmas armas por eles manuseadas para seu benefício. Eram práticas corriqueiras dos proprietários os atrasos no pagamento de impostos e a sonegação de tributos pela manutenção de um baixo valor venal dos imóveis – base para cálculo dos impostos, tornando os valores devidos sempre inferiores ao real valor de mercado. Assim, atrelar a indenização ao último foro não foi apenas uma forma de coibir os atrasos e os baixos valores venais, mas de igualmente baratear valores a serem pagos pelas indenizações por desapropriação.

Uma forte oposição ao Decreto n.24.606 foi observada nos anos seguintes, com constantes recursos judiciais impetrados por ocasião de sua aplica-

ção. Isso levou à sua reformulação em 1941, durante o regime autoritário. Porém, a medida tornou-se ainda mais nociva aos interesses oligárquicos: o recurso ao Poder Judiciário diante de desapropriação foi proibido, competindo exclusivamente ao Poder Executivo a decisão sobre o imóvel que seria expropriado. Mais do que isso: o valor das indenizações foi reduzido de quarenta vezes o imposto pago para uma variação de dez a vinte vezes.

Noutro sentido, o contexto da época influenciou a posição do Estado em relação à questão fundiária. A década de 1930 foi marcada por expansionismos territoriais de potências industriais como o Japão diante da China em 1931, o ataque Italiano à Etiópia em 1935, e a partir de 1938, o avanço da Alemanha nazista na Europa. A ocupação do território nacional, com amplas parcelas desabitadas, sem integração e com comunidades de imigrantes estrangeiros tornou-se um tema sensível ao governo que empreendeu a Marcha para o Oeste, projeto de colonização das áreas da região central, como Goiás e Mato Grosso e de parte da região amazônica. Esse projeto, contudo, sofreu resistências, sobretudo no âmbito local, devido à proliferação de supostos donos das terras que seriam utilizadas nos projetos de colonização.

Contra os obstáculos jurídicos criados por aqueles que se diziam proprietários de amplas parcelas de terras, foi promulgado pelo governo, em 1944, o Decreto n.6569, que tornava obrigatória a exibição do título de propriedade pelos ocupantes de terras da União. Subjugava-se o interesse de um grupo ao que seria encarado pela burocracia do Estado como um interesse nacional, não apenas econômico, mas de segurança.

As propostas para transformações agrárias se acentuam nos últimos anos do Estado Novo, ao lado de medidas trabalhistas e sindicais. A tentativa de ampliação da seguridade social ao campo, cobrindo acidentes de trabalho na agricultura e na pecuária pelo Decreto n.18.809 de 1945, e o avanço na proposta de distribuição de terras com o Decreto n.7916, do mesmo ano, além do Decreto n.7038 de 1944, que abria caminho para a sindicalização rural, são casos que permitem perceber a tentativa de extensão dos direitos sociais ao campo (Linhares e Teixeira da Silva, 1998). Com a derrubada do regime em outubro de 1945, a Assembléia Nacional Constituinte contou com vários setores liberais que vociferaram contra a legislação trabalhista e sindical consagrada na CLT para os trabalhadores urbanos, taxando-a de fascista. Apesar da forte campanha, os liberais não obtiveram sucesso nas suas reivindicações e a legislação alcunhada de "autoritária" foi mantida (Ferreira, 2005). Com relação às medidas para o mundo rural o desfecho foi diferente. Os instrumentos legais de mudança no campo produzidos no final do Estado Novo não integraram o texto constitucional promulgado em 1946 e o novo ordenamento jurídico democrático, ao passo que as conquistas dos trabalhadores urbanos permaneceram inalteradas, tendo seu símbolo maior na manutenção da vigência da CLT de 1943.

A literatura especializada reduziu assim a importância da CLT para o mundo rural, ancorada em grande medida no próprio texto legal que, em seu artigo 7º do Título I, afirma categoricamente sua inaplicabilidade:

> b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classificam como industriais ou comerciais.

No entanto, o exame mais atento dos demais artigos da CLT permite identificar uma tensão entre essa exclusão e a inclusão dos trabalhadores rurais em alguns direitos. O artigo 13 do Título II torna a carteira de trabalho obrigatória para o exercício de qualquer atividade profissional, inclusive rural e de caráter temporário, fazendo referência direta ao proprietário rural e aos que trabalham em regime de economia familiar.

Ao contrário da maior parte da produção acadêmica que insiste na ampliação do fosso separando os trabalhadores do campo e a legislação trabalhista, o impacto da CLT no mundo rural foi importante na solução jurídica de conflitos. As ações de trabalhadores do campo contra seus patrões foram mais freqüentes do que se imaginava, como demonstram os trabalhos de Clifford Welch (1990 e 1999). Contudo, é necessária maior divulgação das pesquisas existentes, bem como a realização de outras para melhor compreender os alcances e limites das leis trabalhistas no campo. Por ora, o que é possível afirmar sobre ações judiciais de lavradores baseadas na CLT, ou ainda no Código Civil de 1916, é que o acolhimento dessas demandas pela Justiça, tanto pelas Varas Cíveis (Comum) quanto pela Justiça do Trabalho (Especial), se deveu à inexistência de vácuo jurídico no ordenamento brasileiro, isto é, na ausência da norma jurídica específica, o juiz tem autonomia para julgar baseando-se na analogia ou nos princípios gerais de direito. Em outras palavras, não era a inexistência de uma lei que versasse sobre a matéria que impedia o acesso ao Poder Judiciário.

Os trabalhos empíricos desenvolvidos com a documentação de comarcas do Sudeste cafeeiro identificaram casos como no município de Cândido Mota (SP), onde o proprietário da Fazenda Santo Antônio precisou se submeter à reclamação trabalhista impetrada por Rodolfo Onofre da Silva. Esse alegava o rompimento em 1947 de um contrato verbal de trabalho iniciado em 1945, onde Silva tratava dos animais da fazenda e plantava nas terras recebendo como pagamento o produto da roça por ele cultivada. A queixa era de que a exigência de trabalho era tão intensa que mal sobrava tempo para Silva dedicar-se a seu roçado, além do proprietário ter colocado outra família na terra e permitido que seus animais destruíssem as plantações. Silva não apenas ganhou a causa, mas teve seu direito de férias reconhecido e foi indenizado em Cr$ 500,00. O fazendeiro de café Luiz Penga do município de Echaporã (SP) deve ter sentido algo parecido

com o de Candido Mota, quando Benedito de Matos, despedido e proibido de colher suas plantações, entrou com um pedido de indenização. Em que pese a oferta de Penga de Cr$ 600,00 na audiência de conciliação, o valor arbitrado pela Justiça foi quase seis vezes maior: Cr$ 3.500,00 (Linhares e Teixeira da Silva, 1998, p.160-3).

Até meados da década de 1950, a Justiça do Trabalho acolhia as ações de camponeses fundamentadas na CLT, passando, em seguida, a enviar parte delas à Justiça Comum como ações ordinárias (Brannstrom, 1997). Clifford Welch (1999) demonstrou que, de 1957 a 1964, quase um terço das ações trabalhistas da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho de Ribeirão Preto (SP) eram de trabalhadores rurais. Para Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1998) tais casos revelariam "evidente extrapolação legal capaz de dar conta da força que a CLT exerceu sobre as mentalidades coletivas, em especial dos trabalhadores – bastante bem-informados – e de alguns funcionários da Justiça convencidos das possibilidades de extensão da lei".

Outra dimensão da legislação social no mundo rural foi a da sindicalização. O Decreto-lei n.7038 de 10 de novembro de 1944 previa a extensão do direito de sindicalização ao campo. A medida e seus esforços de divulgação revelam não apenas que ocorreram iniciativas da parte do Estado Novo e da burocracia para diminuir o "descompasso" rural/urbano, mas que estas se pautavam pelos valores caros ao regime, durante a conjuntura crítica de envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (Dezemone, 2008, capítulo 2). A oposição de atores políticos levou, no governo Dutra (1946-1950), ao desuso do decreto cujo teor atingia diretamente os interesses tradicionais no campo. Como a legislação exigia o reconhecimento do Estado para a criação de sindicatos e era pautada pelo princípio de um sindicato por categoria profissional, só eram permitidos sindicatos no campo para a categoria dos "empregados rurais", o que abraçou os trabalhadores da indústria canavieira mas excluiu amplos contingentes não enquadrados nesta definição, tais como colonos, meeiros, foreiros, arrendatários, pequenos agricultores, posseiros, candieiros, campeiros, carreiros etc. Para se ter uma idéia das dificuldades, na década de 1950, havia apenas cinco sindicatos rurais, o mais antigo deles fundado na década de 1930 em Campos (RJ) para os "empregados" da lavoura canavieira, com o nome de Sindicato dos Empregados Rurais de Campos (Grynszpan, 2002). A pluralidade de relações de trabalho no campo foi um argumento em torno do qual proprietários rurais e suas associações de classe comprovadamente se reuniam para barrar a extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, tanto no Estado Novo quanto no período democrático que o sucedeu, como evidenciam os jornais e os debates no Congresso Nacional (Camargo, 1981, p.156).

A criação das Ligas Camponesas em Pernambuco, em 1955, no lugar de "sindicatos" camponeses relaciona-se, em parte, às dificuldades e impedi-

mentos legais. Mas também à concepção de que as associações civis, diferentemente dos sindicatos, não precisavam do reconhecimento do Estado, tornando-se assim mais adequadas para encaminhar as lutas camponesas. Não foi aleatória a escolha do nome da organização de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP). O termo “Liga” foi cunhado pela imprensa conservadora do estado, com um conteúdo pejorativo inicialmente atribuído, que associava o movimento às antigas Ligas criadas na região pelos comunistas. Em seguida, o movimento incorporou o termo e o difundiu pela ação do advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião. Somente no governo João Goulart houve um estímulo efetivo para a sindicalização rural, até como forma de afastar o campesinato da influência das Ligas, consideradas radicais (Grynszpan & Dezemone, 2007).

A dificuldade para institucionalização e legalidade dos sindicatos camponeses, embora possa estar vinculada a uma política do Estado, não pode ser reduzida ao uso instrumental deste pelos grandes proprietários rurais. Para compreender em sua complexidade o processo social que conduziu os entraves à extensão da legislação trabalhista e sindical ao campo, é preciso pesquisar mais as disputas que envolveram atores díspares como proprietários rurais, suas entidades representativas, a burocracia estatal, os camponeses e seus porta-vozes.

AS ESTRATÉGIAS DOS “BRASILEIROS MAIS HUMILDES”

Em carta datada de 5 de agosto de 1942, João Bernardo, apresentando-se como “brasileiro, natural do Espírito Santo” residente no “Município e Comarca de Cachoeiro de Itapemirim, casado, com uma prole de doze (12) filhos, todos menores, contando o mais velho apenas 18 anos, lavrador”, dirigia-se “ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Dornelas (sic) Vargas, presidente da república”.

Antes de iniciar o assunto que o levara a escrever ao detentor do mais alto cargo do país, o dirigente maior do regime autoritário, João Bernardo tece elogios ao presidente da República afirmando “que tem sentido do cantinho de sua morada os benéficos efeitos da administração de V. Excia.”. E complementa em seguida seu desejo de manutenção do presidente à frente do governo, rogando que “Deus vos conserve por muito tempo na direção do nosso querido Brasil”.

Apesar de declarar sentir os “benéficos efeitos da administração”, não parece que a vida de João Bernardo estivesse tão boa assim. O lavrador fala do “crescente aumento do custo da vida e desvalorização do café aqui no interior”, especificando que este “é colono”, destaca que o

> aumento especialmente que verifica nos utensílios de trabalho, está por isso em sérias dificuldades para viver, pois vê com tristeza as suas ultimas enxadas se acabarem, sem que possa adquirir outras para tocar sua lavoura.

Como efeito da crise do café – que ao contrário do que afirmavam as organizações dos grandes cafeicultores da época, não a considerava responsabilidade do presidente –, João Bernardo apenas lamenta as dificuldades para poder comprar seus instrumentos de trabalho sem procurar culpados.

Só após apresentar a si e a sua família, exaltar as melhorias produzidas pelo governo e falar do quadro de dificuldade sem responsabilizar essa mesma administração é que o lavrador faz seu pedido para

> solicitar a boa vontade de V. Excia., no sentido de proporcionar-lhe os meios de aquisição dos utensílios de trabalho que necessita para si e seus filhos, visto que, valendo cada enxada 30$000 aqui, é-lhe impossível adquiri-las por este preço.

De forma alguma João Bernardo considera que "vem importunar-vos com um pedido humilhante", pelo contrário, ele reforça a necessidade do instrumento para que possa, com seu próprio labor, sustentar sua extensa prole. Mais importante ainda é quando o colono do Espírito Santo afirma que com seu trabalho não terá apenas ganhos familiares ou individuais, "pois como bom brasileiro deseja trabalhar, colaborar com seus irmãos para o progresso de sua Pátria". Seus argumentos para alcançar o objetivo desejado são exatamente os mesmos divulgados pela propaganda oficial do Estado Novo para legitimar-se perante a sociedade, como atestam os inúmeros trabalhos que se dedicaram ao estudo da emissão do discurso oficial (Gomes, 2005).

O lavrador finaliza sua missiva esperando que as qualidades do presidente "homem probo e que tantas demonstrações de bom brasileiro tem dado, homem que encarna a nossa única esperança no momento" atendam a seu pedido, e para tal, dá um passo adiante, aumentando o tom, quase que exigindo que "V. Excia. saiba fazer Justiça, atendendo a este apelo".

Longe de constituir um caso isolado, essa missiva se insere num processo de maior escala: o envio de cartas ao presidente da República por pessoas de todo Brasil como funcionários públicos, civis e militares, políticos, empresários, fazendeiros, mas também, em sua maioria, trabalhadores urbanos. Esse material encontra-se disponível no Arquivo Nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro, no fundo Gabinete Civil da Presidência da República. Dois historiadores, em pesquisas de pós-graduação, refletiram sobre o material do fundo: Jorge Ferreira no livro *Trabalhadores do Brasil* (1997) pesquisou de forma pioneira as correspondências enviadas a Vargas entre 1930 e 1945; e José Roberto Franco Reis revisitou o arquivo em sua tese de doutorado (2002).

Esses dois estudos revelaram que, por trás do aparente paternalismo, os trabalhadores brasileiros recepcionaram o discurso oficial do Estado Novo e o adaptaram para atingir seus interesses e demandas, de forma ativa, dentro dos limites impostos pelo regime autoritário com seu aparelho repressivo. Apesar de terem sido individualmente redigidas, as cartas permitem perceber o compartilhamento de experiências cotidianas, vivenciadas por esses grupos que compunham a sociedade brasileira, dando conta das estratégias adotadas pelos homens comuns para sobreviverem, na maioria das vezes, num quadro de adversidades. Esses autores também ressaltam que, além daqueles que escreviam com dificuldades gramaticais e ortográficas, como parece ser o caso do colono João Bernardo, até mesmo os analfabetos solicitavam às pessoas que dominavam a escrita para redigirem as cartas em seus nomes.

No entanto, os dois trabalhos existentes priorizaram as correspondências dos trabalhadores urbanos, explorando menos as cartas remetidas pelos camponeses; o primeiro alegou que essas eram escassas, refletindo apenas sobre a missiva do colono José Dário, que se queixava dos abusos dos proprietários da fazenda (Ferreira, capítulo 2, 1997, p.57-66); o segundo, encontrou mais vestígios e dedicou uma seção da sua tese ao senso de justiça dos camponeses (Reis, 2002, p.269-89). O material apresentado a seguir sistematiza o resumo de algumas dezenas de missivas assinadas por camponeses e remetidas ao presidente da República (Dezemone, 2008, capítulo 2). Encontradas no fundo, elas revelaram os contra-argumentos produzidos a partir da própria lógica do discurso oficial pelos camponeses – autodenominados em muitas cartas "os mais humildes" – para que pleiteassem conquistas e melhorias em sua vida.

As referências na memória dos camponeses que associam o período Vargas a direitos, justiça e leis, enquanto as épocas anteriores são percebidas como de arbítrio, impunidade e injustiça, encontram na carta do lavrador Manoel Dias de Menezes, de Itaguaí, Rio de Janeiro, que fala em nome de "11 patrícios na mesma situação", um documento exemplar dessa construção mnemônica. Ele considera que Vargas age para "amparar justamente os mais humildes" e fala claramente dos que ainda não conhecem as Leis, que em tão boa hora V. Excia. criou para ampará-los". Apesar da existência da legislação, Manoel Dias de Menezes considera que "é o verdadeiro contraste o que está se passando neste momento em algumas localidades aqui bem encostadas ao Distrito Federal". Prossegue afirmando que "as injustiças que estão sofrendo estes nossos patrícios, exige uma investigação direta e imediata de V. Excia. Dirijo-me a V. Excia. porque tenho a certeza absoluta que resolverá tudo com presteza e justiça". As qualidades do presidente são exaltadas para assegurar a "exigência" de resolver as injustiças daquele que se apresenta como um "humilde patrício".

Tais injustiças estariam vinculadas às práticas por ele enquadradas no que chama de "tempo" ou "sistema da chibata", remetendo-se à época do

cativeiro, das agressões e dos castigos impetrados na vigência do sistema escravista. Embora não se declare em momento algum descendente de escravos ou negro, apesar das imagens constantes sobre a escravidão, Manoel frisa reiteradamente sua condição de brasileiro apresentando-se como "patrício" e "nacional". O lavrador constrói as imagens de seus opositores como potenciais inimigos não apenas dele e de seus companheiros, mas do país e do regime: o primeiro é um "Árabe que se chama Moysés Abrahão", e o outro, "se não me falha a memória, já foi um deputado nos tempos idos, de nome Adalberto Correa", ou seja, da época anterior ao Estado Novo. Manoel usa ainda as imagens de passividade caras aos camponeses para solicitar a intervenção de um poder maior ao daqueles que "se dizem proprietários" em conluio com as autoridades locais:

> São tão pacatos estes pobres homens [os lavradores] que receiam dizer qualquer coisa sobre seus prejuízos, porque acham que há conivência das autoridades com o tal Árabe, enfim, eles contam com a proteção de V. Excia.

Além das imagens sobre os camponeses que reverberam no imaginário da sociedade, o discurso oficial é acionado mesmo quando objetivamente não se vincula em bases mais concretas ao pedido. Esse foi o caso de Djalma Miranda, funcionário público aposentado, em seu telegrama de 20 de agosto de 1941, que decidiu tornar-se lavrador, "fazendo e procurando seguir a 'marcha [para o] oeste'" ocupando terras no município fluminense de Santa Maria Madalena. Apesar da referência ao programa governamental, o município escolhido por Miranda não tem absolutamente nenhuma relação com as áreas de fronteira localizadas na região central do país. Ele se queixa da perseguição de "autoridades judiciais locais" e "do violento tenente Coraci" que teria "ordens terminantes" para "capturá-lo vivo ou morto". Embora Djalma em momento algum forneça indicações dos motivos que o levaram a ser vítima de tal infortúnio, apelou ao

> justo espírito [de] V.Ex. sentido cessar tais violências e arbítrios [da] autoridade judiciária local e garantias também para meus empregados presos sem a mínima culpa, a fim de poder voltar e continuar trabalho árduo.

As referências à legislação trabalhista são tão freqüentes quanto as denúncias pelo que seria seu descumprimento, apesar de não terem sido estendidas formalmente ao campo. Os lavradores de Itaguaí queixavam-se contra os fazendeiros, pois estes "não aceitam empregados que tenham documentos do Ministério do Trabalho". José Viana Gonçalves Sobrinho, de Leopoldina, em 1940, fez uma "reclamação sobre a falta de execução da lei do 'Salário Mínimo'", realçando que "como é publico e notório que V. Excia. tem a melhor boa vontade para com o trabalhador braçal e não

iria decretar uma lei para ficar guardada no Ministério do Trabalho". Indo além, ele desafia o presidente ao afirmar que:

> é crença geral no município que a lei do S.M. não será executada, pelo menos nesta zona, pelo fato histórico que peço licença para relatar e, com certeza, ignorado por V. Excia. A maioria dos fazendeiros leopoldinenses pertence a uma única família, família de legítimos escravocratas.

A construção retórica visa a contrapor o poder pessoal dos fazendeiros descendentes de escravocratas ao poder do Estado, representado pelo presidente, quando o lavrador afirma:

> Uma vez decretada qualquer lei que afete a referida família o chefe trata de neutralizá-la colocando na fiscalização funcionários peitados e que tudo relaxam até que a lei se torne letra morta.

Um dos elementos mais fortes nas cartas é o apelo à "Justiça do presidente" que, embora qualificada como individual, sempre é acionada e identificada ao senso de justiça do missivista. Conforme salientaram Ferreira (1997) e Reis (2002) em nenhum momento as cartas tinham algum tipo de crítica direta ao presidente ou usaram termos e qualificações pejorativas como chamá-lo de ditador. Pelo contrário, os elogios são freqüentes como na carta de Rosalvo Ferreira da Silva, de Gameleira, Pernambuco, que em 1942 exalta "o majestoso edifício do Estado Novo de que V. Excia. foi o inspirado arquiteto, que tem por alicerce a unidade nacional".

Não compete aqui julgar se os pedidos eram absurdos ou inapropriados. O ponto fundamental é que de alguma forma as pessoas se sentiam autorizadas a pedir. Independentemente do conteúdo, cada carta gerava um processo administrativo. Embora não haja nenhuma garantia e fosse pouquíssimo provável que o próprio Vargas as lesse, estas recebiam tratamento da burocracia que tomava medidas investigativas e as respondia em nome do presidente.

Djalma Miranda, o agricultor que "seguindo" a Marcha para o Oeste se instalou em Santa Maria Madalena, no Rio de Janeiro, recebeu em 26 de setembro de 1941, a resposta a seu telegrama remetido no dia 20 do mês anterior. Assinado pelo oficial de gabinete, o processo administrativo

> informa que, tendo-vos sido concedido pêlo Tribunal de Apelação habeas corpus, nenhum risco de prisão sofrereis, até vosso pronunciamento, caso isso aconteça, podendo voltar às vossas ocupações no município de Santa Maria Madalena.

Quanto ao atendimento do pedido das enxadas solicitadas por João Bernardo, o que a documentação permitiu aferir foi o ofício com as armas da República datado de 15 de setembro de 1942, pouco mais de um mês após

o envio da correspondência do lavrador. Nele Itamar Prudente Corrêa, chefe da Seção de Fomento Agrícola, dirigindo-se ao lavrador assim se expressou:

> Tenho o prazer de passar às vossas mãos, em duas vias, a Guia de Remessa n. 113/42, referente à cessão do material, por vós solicitado ao Exmo. Sr. Presidente da República que, baseado nos elevados princípios que norteiam o Estado Nacional, examinou vosso pedido, com o carinho que lhe é peculiar, determinando que a atendesse, na medida do possível. A 2ª via da aludida Guia deverá ser devolvida a esta Seção, devidamente datada e assinada, pois servirá para atestar o recebimento do material que ora vos está sendo remetido.

O que o processo administrativo não permitiu aferir com a mesma precisão foi como reagiram João Bernardo, sua família e seus vizinhos ao saberem que a solicitação foi atendida com o recebimento das enxadas.

Uma pista da reação dos camponeses ao perceberem a preocupação do presidente com seu caso pode ser percebida pelo olhar do burocrata Nelson Vasquez, que visitou a localidade de Pakoerna no Rio de Janeiro à procura do lavrador Josias Bernardes da Silveira, em julho de 1941. Josias escreveu ao presidente em maio daquele ano definindo-se como "um humilde lavrador que, saindo da obscuridade em que sempre viveu, mas confiante na justiça de V. Excia." trataria de expor "um fato que merece uma medida protetora de V. Excia.". O lavrador queixava-se dos preços baixos praticados no mercado da cidade do Rio de Janeiro que inviabilizariam a comercialização de sua produção e o levariam a abandonar o cultivo da terra.

Ao desembarcar em Pakoerna, em seu relato ao superior, o servidor público falou da dificuldade de localizar o endereço de Josias. Por sorte, encontrou um guia que era sobrinho do suplicante. Este o teria conduzido a cavalo "como de costume no interior" até a moradia do lavrador, ficando, segundo o relato, muito surpreendido com a missão do burocrata. Finalmente ao encontrá-lo, Nelson Vasquez escreveu que:

> Sabedor do interesse despertado no Sr. Presidente pela sua humildíssima pessoa o agricultor mostrou-se confuso e aturdido, bem dizendo o desespero que o fez tomar a resolução de dirigir o seu apelo ao digníssimo Dr. Getúlio Vargas que com essa demonstração de interesse pelo esforço de um trabalhador brasileiro tanto ânimo levara a seu coração.

Segundo o funcionário público,

> este cidadão mostrou-se satisfeitíssimo com o resultado de sua carta e em saber que Sua Excelência o Senhor Presidente da República demonstrou absoluto interesse na solução do seu caso.

Após descrever minuciosamente em quase três páginas as providências adotadas, afirmou que Josias aceitou a proposta de vender seus produtos

num outro mercado em Niterói que pagaria valores superiores aos preços da capital "cooperando dessa forma, com os digníssimos superiores que tão bem compreendem e acatam a justa queixa de um humilde". Por fim, ao despedir-se, Nelson Vasquez relatou que "depois da reafirmação de sua alegria [de Josias]" o funcionário estava "confiante na gratidão do entrevistado".

Os reflexos do atendimento de uma demanda poderiam levar a novas solicitações. Foi isso que ocorreu em 1938 quando os vários sindicatos de Lages de Muriaé, em nome dos trabalhadores rurais e urbanos dos municípios adjacentes, se reuniram para solicitar auxílio do presidente na manutenção do hospital da cidade. O curioso foi o motivo pelo qual decidiram escrever ao ditador

> ao tomarem conhecimento de uma carta dirigida a V. Excia. pelo trabalhador Theonilio pedindo recursos a V. Excia. para tratamento de sua saúde em que V. Excia. atendeu o humilde trabalhador deste município.

CIRCULARIDADE E MEDIAÇÃO NA APROPRIAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

A historiografia do Estado Novo considera o rádio o principal instrumento de integração nacional e de formação de uma cultura de massas nas décadas de 1930 e 1940. Meio de difusão de notícias, ele informava e ajudava na formação das visões de mundo da população brasileira, constituindo-se o principal veículo de divulgação do regime autoritário. A memória das inovações do rádio e sua associação a Vargas aparecem bem fortes nos depoimentos dos camponeses do período. O colono Álvaro Roldão afirmou que

> naquele tempo não se falava no estrangeiro. Quando acontecia alguma coisa no estrangeiro, a gente levava seis meses para saber. O jornal levava seis meses para chegar ao Brasil para dar a notícia do que tinha acontecido lá. Não sabia na mesma hora. Mas Getúlio Vargas abriu o caminho. (Citado por Dezemone, 2004)

O morador de Engenho Manoel Fernando de Souza, de Pernambuco, disse que "em maio de 40 foi quando Getúlio Vargas assinou o salário, que a gente teve uma reportagem desse salário da gente no rádio" (Citado por Dabat, 2003), revelando um dos meios de contato com a legislação sindical.

A emissão/produção do discurso oficial do regime foi finamente analisada por Ângela de Castro Gomes em *A invenção do trabalhismo* (2005). As transmissões radiofônicas semanais do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que também acumulava a pasta da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, em linguagem coloquial e direta, voltada para as massas trabalhadoras, apresentavam os feitos do governo e sua política social, associando-

os diretamente à figura do presidente. A autora aponta que mais do que a massificação de um discurso, havia um processo de trocas simbólicas efetuado entre governo e classe trabalhadora no período do Estado Novo.

Segundo o lingüista Jakobson (1971, p.22) "qualquer discurso individual supõe uma troca. Não há emissor sem receptor". A produção de um discurso não é uma atividade exclusivamente associada a um pólo ativo – o emissor – e um passivo – o receptor. O processo de recepção de uma mensagem inclui também uma dimensão ativa, transformadora, não prevista por quem produz o discurso. Este tem seu conteúdo selecionado e reelaborado, afastando-se das intenções originais do emissor da mensagem, pela ação do receptor. É nesse sentido que autores como Michel De Certeau (1990) concebem o conceito de apropriação, como um processo de recepção ativa.

O discurso oficial foi apropriado pelos camponeses – tendo no rádio seu veículo principal, mas não o único –, que promoveram uma leitura original da mensagem estatal com base em suas condições específicas de vida no mundo rural. Nesse processo, a ação de mediadores contribuiu para a imposição de certos esquemas particulares de percepção da realidade. Intermediários como advogados, padres católicos conservadores ou radicais, militantes de esquerda, técnicos, fazendeiros inimigos, se aproximavam dos camponeses e estabeleciam pontes para que esses atingissem seus objetivos. Os mediadores não podem ser vistos como seres todo-poderosos que manipulavam ou conduziam os camponeses por rumo traçado. Seu discurso só foi bem-sucedido ao ser percebido como algo que minimamente encontrava acolhida nas experiências efetivamente vividas pelas populações rurais. É nesse ponto que a apropriação das idéias e das noções referentes aos direitos sociais e sua circulação no meio rural pelos próprios camponeses, mas também pela ação dos mediadores, forneceu o combustível necessário para atitudes mais desafiadoras das formas tradicionais de dominação. Francisco Julião, principal liderança das Ligas Camponesas nas décadas de 1950 e 1960, em entrevista a Aspásia Camargo durante seu exílio no México em 1977, falava do início de sua trajetória ao lado dos camponeses de Pernambuco:

> Foi um trabalho de muitos anos. Basta dizer que comecei essa coisa em 1940. Eu saí da faculdade em dezembro de 39 e em 40 comecei a visitar os camponeses. Era como uma andorinha buscando fazer verão. Eu ia pelo campo, por toda parte, buscando. (Julião, 1977, p.9)

O principal objetivo de Julião relacionava-se, em seu entendimento, ao que considerava a conscientização das massas camponesas de suas condições para que pudessem atuar num projeto de mudança social. Para alcançar essa "consciência", o jovem advogado pretendia construir ou despertar noções de direitos entre os camponeses no que jamais seria obtido pela imposição de elementos externos ao universo camponês.

> Tomei o meu Código Civil e fui para o campo. Eu partia da idéia de que era preciso criar uma consciência entre os camponeses, a consciência de seus direitos. E verifiquei que havia um verdadeiro choque entre o Código Civil, que a gente acabara de estudar na universidade, e uma espécie de código de lei consuetudinária que existia no campo. O Código Civil defendia a propriedade privada, mas defendia também o direito de salário e outras coisas. O Código falava, por exemplo, no direito do camponês que alugava uma terra, durante 30 ou 40 anos, à casa que construirá, à cerca, ao poço, às árvores frutais que ele plantava. Não se pagava a indenização de nada disso, e o Código mandava pagar.
>
> Eu achava que a gente devia fazer uma espécie de revolução burguesa ou Revolução Francesa, democrática, no campo. E nenhum instrumento era mais adequado do que o Código Civil. Ao invés de levar ao campo, digamos, *O Capital*, de Marx, levei o Código Civil, porque me pareceu que era o instrumento mais adequado para essa fase da luta, da organização, da tomada de consciência das massas camponesas. (Julião, 1977, p.4-5)

Atento às condições de vida dos moradores de engenho, Julião afirma ter percebido queixas comuns compartilhadas pelos foreiros de Pernambuco:

> Então verifiquei que esses moradores tinham muito ódio desses dias de trabalho. Eram poucos mas eles odiavam mais esses dias de trabalho do que, por exemplo, o aumento do foro. Todo ano o proprietário aumentava o foro, de forma arbitrária, a seu critério. O morador já sabia que ia ter um largo debate com o proprietário sobre o aumento do foro. Mas eles tinham mais ódio desse dia de trabalho, que eles chamavam de cambão. ... O foreiro odiava sair com a enxada de manhã e regressar de noite sem nada para a família... Esse homem odiava o foro. E eu parti daí. (Julião, 1977, p.7)

Diante de tais queixas, ele explica sua atuação:

> Com o Código na mão, fui buscar os foreiros. Eu dizia: "Por que é que você dá esse dia de trabalho de graça ao proprietário, quando a lei proíbe?". O camponês é muito legalista. Ele sempre se preocupa em constatar e verificar se isso está de acordo com a lei. É claro que não é sua lei, mas é lei. De certo modo, ele se condiciona a essa legislação, que não foi feita para ele, senão contra ele.
>
> Partindo dessa legalidade, eu dizia: "Você diz que está de acordo com a lei, mas a lei aqui proíbe: não se pode dar um dia de trabalho se não se recebe uma contraprestação ou se não se recebe um salário em dinheiro que corresponda a esse dia de trabalho. O Código Civil é que diz isso. E aqui está o Código Penal que pune". (Julião, 1977, p.8)

O Código Civil foi usado como instrumento de resistência ao cambão, o trabalho não remunerado, qualificado pela militância como trabalho escravo e apropriado pelos moradores de tal forma. Isso permite constatar que em nenhuma hipótese acontece uma manipulação dos moradores; longe disso, se há um "uso", ele é recíproco, pois é pelo mediador a demanda camponesa encontra um mecanismo de tradução que permite seu cumprimento.

Julião afirma ir até o foreiro para arrastá-lo até a legalidade, insistindo num legalismo camponês que parece inato. O que se defende é que esse legalismo não é uma característica inerente ao campesinato, como parte de uma identidade primária ancestral, mas algo da cultura camponesa que se desenvolveu na região. Abandonando a naturalização do legalismo camponês, é licito considerar que a legislação social exerceu naquele contexto um papel relevante no processo de construção desse elemento identitário.

A intimidação dos fazendeiros não funcionava quando o camponês se considerava moralmente amparado pela legalidade. Mesmo preso pelo delegado local, a lei mostrava-se favorável ao camponês com o recurso do hábeas corpus. Ao recorrer à justiça a estratégia adotada era a da protelação do processo, o que erodia a autoridade tradicional, pois o proprietário não conseguia expulsar o camponês da terra, contribuindo para a noção de que a lei está acima do poder pessoal do proprietário rural. Segundo o líder das Ligas:

> O proprietário esgotara os meios de coerção, de violência, e passara a levar o camponês para onde eu queria. A grande revolução que eu estava fazendo não era outra senão transferir o camponês da porta do delegado para a porta do juiz. Esse passo, para os camponeses era uma verdadeira revolução.
>
> A circunstância de o camponês ir para o tribunal, no dia da audiência, se sentar frente ao proprietário, para ele camponês já era um passo tremendo. Muitos diziam: "Olhe, doutor, eu posso perder a causa, mas já estou satisfeito, porque vi o coronel fulano de tal na presença do juiz, na minha presença, na sua presença, mentindo. Ele que é tão rico, nem sabe mentir. Eu, que sou pobre, fui lá e disse a verdade. Então, com essa coisa de ele mentir na minha presença, de ele se sentar ali e ser obrigado a mentir, eu já estou satisfeito, já ganhei a minha causa. Não importa que eu abandone a terra". (Julião, 1977, p.22)

O depoimento de Francisco Julião aponta para um elemento importante: não se trata de considerar exclusivamente o sucesso ou fracasso de uma ação que teria corrido na justiça, tal como enfatizado por certas análises (French, 2002), mas sobretudo, a possibilidade aberta pelo despojamento de fazendeiros de suas prerrogativas tradicionais como réus em processos judiciais. Isso contribuiu tanto para a erosão da autoridade pessoal dos fazendeiros quanto na elucidação do porquê do lugar destacado de Vargas na memória local. De qualquer modo a presença dos direitos sociais nos depoimentos revela a circularidade de informações ligadas às mudanças nos esquemas de percepção de mundo social pelos camponeses. O que se defende é que o lugar de Getúlio Vargas na memória desses camponeses vincula-se à sua identificação direta como responsável pela limitação da autoridade e das formas de dominação dos grandes proprietários, que agora poderiam encontrar um obstáculo na força moral da lei.

A apropriação do discurso oficial se dá na mesma medida que noções sobre as leis e os direitos conquistados pelos trabalhadores urbanos circulam

no meio rural. Sem desqualificar ou minimizar a dimensão simbólica, que só analiticamente pode ser separada da dimensão material, as noções de direitos ora em foco estariam vinculadas a casos vividos, direta ou indiretamente, passíveis de serem aferidos por evidências materiais como as ações judiciais ou as repercussões do processo de comunicação estabelecido pelas cartas remetidas ao presidente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tese do afastamento do campesinato dos benefícios materiais e simbólicos da legislação trabalhista embasou como principais desdobramentos a defesa da "intocabilidade" das relações tradicionais no campo durante a Era Vargas; o populismo como esquema explicativo das relações entre Estado e classe trabalhadora entre 1930-1964; e o entendimento das mobilizações camponesas como resultado da ausência de direitos, mais do que a valorização de toda uma experiência coletiva na construção de noções de justiça e injustiça.

A afirmação de que o projeto do Estado, pensado como instrumento de classe, para o mundo rural na Era Vargas procurou e logrou êxito em assegurar a preservação das relações tradicionais no campo esvazia o estudo das formas de resistência camponesa, sobretudo as cotidianas, mais comuns, apesar da menor visibilidade. Também minimiza as estratégias dos proprietários para barrar os avanços legais, seja por suas instituições, seja por suas práticas nos níveis locais. Por fim, negligencia os obstáculos políticos e jurídicos que o projeto da burocracia estado-novista atravessou para contornar as pressões contrárias à extensão dos direitos sociais aos trabalhadores rurais.

O segundo elemento bem forte nas análises tradicionais é o referencial do populismo como principal modelo explicativo para o longo período iniciado na Revolução de 1930, para alguns, ou, no fim do Estado Novo, em 1945, para outros autores, até o golpe civil-militar de março de 1964. As massas urbanas foram incorporadas num esquema de manipulação pelas lideranças carismáticas, inserindo o campesinato como mais um agente passivo dessa manipulação, incapaz de articular demandas e interesses próprios.

Dessa forma, a mobilização camponesa nas décadas de 1950 e 1960 foi pensada como resultado do afastamento dos direitos outorgados aos trabalhadores urbanos, ou seja, foram tratadas de uma forma negativa, explicadas pelas suas ausências, abandonando o que efetivamente possuíam de peculiar para contribuir com as lutas, como uma cultura política própria. Reforçava-se com isso, a passividade, a ignorância, a leniência, marcas a-históricas do que seriam não só o campesinato, mas as camadas populares brasileiras.

A possibilidade aqui defendida, em sentido contrário, é a do desenvolvimento de uma cultura política, durante o período de adversidades atravessado no mundo rural brasileiro, que coincide com os efeitos da crise de 1929 na grande plantação e do afastamento de grupos políticos tradicionais do protagonismo político nacional e estadual no primeiro governo Vargas.

Essa cultura política camponesa poderia ser aferida pelos indícios fornecidos pela forte presença da imagem de Vargas na memória dos camponeses sobre o período, retratando-o como o "homem que abriu o caminho de todos", o "verdadeiro responsável pela abolição", associado a leis e direitos, e a um poder superior ao da dominação pessoal tradicional dos proprietários. As cartas remetidas ao presidente nos permitiram constatar como por baixo do véu do paternalismo, as imagens caras ao regime foram utilizadas como as armas dos mais fracos para pleitear e até mesmo realizar aquilo que consideraram justo.

O material analisado abarcou duas regiões rurais importantes, cujas conclusões de forma alguma podem ser aplicadas indiscriminadamente a todo o país. Afirmações mais taxativas deverão estar lastreadas em novos estudos assentados em investigações empíricas que permitam generalizá-las de forma segura às outras regiões do Brasil. No entanto, pode-se afirmar que essa cultura política vinculada à emissão do discurso oficial, mas fundamentalmente filtrado, selecionado e utilizado a seu favor pelos camponeses, contribuiu para a erosão da autoridade tradicional dos grandes proprietários rurais, para um senso de justiça e, conseqüentemente, para as mobilizações posteriores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. A. et al. (Orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 5v.

BRANNSTROM, C. Brazilian County-Level Juridical Documents as Sources for Historical Geography: A Case Study from Western São Paulo. *Yearbook. Conference of Latin Americanist Geographers*, 23, 1997, p.41-50.

CAMARGO, A. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira.* São Paulo: Difel, 1981, p.120-224. t.III, 3v.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. Textos, impressos, leituras. *A história cultural*: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DABAT, C. P. Y. R. *Moradores de Engenho*. Estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.

DEZEMONE, M. *Memória camponesa*: conflitos e identidades em terras de café. Fazenda Santo Inácio – Trajano de Morais – RJ (1888-1987). 2004. Dissertação (Mestrado) – Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

_______. *Do cativeiro à reforma agrária*: colonato, direitos e conflitos (1872-1987). 2008. Tese (Doutorado) – Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930. Historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_______. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2001.

_______; DEVOTO, F. J. *Brasil e Argentina:* um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: Editora 34, 2004.

FAUSTO, B. Duas faces do populismo. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, Caderno Mais!, 21/03/2004, p.14.

FERREIRA, B. C. *Trabalhadores, sindicatos, cidadania, Nordeste em tempo de Vargas*. São Paulo/Natal: Estudos e Edições Ad Hominem, Cooperativa Cultural da UFRN, 1997.

FERREIRA, M. de M. (Org.). *Em busca da Idade do Ouro*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil:* o imaginário popular 1930-1945. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

_______. *O imaginário trabalhista:* getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRENCH, J. D. *Afogados em leis. A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros.* São Paulo: Perseu Abramo, 2001

GARCIA, A.; MOACIR, P. Rastros de Casas Grandes e de Senzalas: transformações sociais no mundo rural brasileiro. In: SACHS, I.; WILHEIM, J., PINHEIRO, P. S. (Orgs.). *Brasil:* um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOMES, A. de C. , MATTOS, H. M. Sobre apropriações e circularidades: memória do cativeiro e política cultural na Era Vargas. *Revista História Oral*, n.1, junho de 1998.

GOMES, A. de C. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_______. *A invenção do trabalhismo.* 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRYNSZPAN, M. Da Barbárie à Terra Prometida: o campo e as lutas sociais na história da República. In: GOMES, A. de C. et al. *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

GRYNSZPAN, M.; DEZEMONE, M. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, J.; AARÃO REIS, D. (Org.). *As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.209-236. v.2.

HEREDIA, B. *Morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

JAKOBSON, R. A linguagem comum dos lingüistas e antropólogos. *Lingüística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, p.15-33, s/d [1971].

JULIÃO, F. *Cambão, la face cacheé du Brésil*. Paris: Maspero, 1968.

_______. Entrevista de Francisco Julião a Aspásia Camargo, Yxcatepec (Morelos), México. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1977.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil*: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LINHARES, M. Y.; TEIXEIRA DA SILVA, F. C. *Terra Prometida*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempos de revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. *O Brasil republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.241-271. v.4.

MOTA, C. G. (Org.). *Brasil em perspectiva*. 6.ed. São Paulo: Difel, 1984.

PALMEIRA, M. *Feira e mudança econômica*. Simpósio de Pesquisas do PPGAS. Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1970, mimeo.

PORTELLI, A. O massacre de Civitela Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p.103-30.

PRIORI, A. *Legislação social e sindicalismo*: um estudo sobre os trabalhadores rurais no norte do Paraná (1956-1963). Assis: Pós-História, 1995. v.3.

RIBEIRO, V. V. *Um novo olhar para a roça*: a questão agrária no Estado Novo. 2001. Dissertação (Mestrado) – Rio de Janeiro, PPGHIS/ UFRJ.

REIS, J. R. F. Não existem mais intermediários entre o governo e o povo. Correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão. 2002. Tese (Doutorado) – Campinas: Unicamp.

RIOS, A. M. L.; MATTOS, H. *Memórias do cativeiro*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WELCH, C. *Rural Labor and the Brasilian Revolution in São Paulo, 1930-1964*. Ph.D. Dissertation, Departament of History, Duke University, 1990.

______. *The Seed Was Planted*: The São Paulo Roots of Brazil's Rural Labor Movement, 1924-1964. Penn State Press,1999.

4
Monges Barbudos: resistência e massacre de camponeses no Sul do Brasil

Dejalma Cremonese

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo tratar do movimento camponês dos "Monges Barbudos", que se organizou na segunda metade da década de 30 do século passado no interior do município de Soledade (RS).[1] Inicialmente, o autor apresenta suas impressões iniciais e a busca de uma fundamentação teórica para o tema. Na segunda parte, expõe a organização, a consolidação e a destruição do movimento, com base em relatos orais (entrevistas) colhidos entre os integrantes remanescentes e familiares que, ainda hoje, trazem na memória a lembrança daqueles fatos.

IMPRESSÕES INICIAIS

As primeiras informações sobre a história dos "Monges Barbudos" deram-se em um dia cinzento de outono no ano de 1996, quando minha mãe relatava, com certo ar de nostalgia, as dificuldades de sua infância.

Minha mãe era filha de colonos italianos que tiveram de migrar, por não terem terra suficiente, da chamada 4ª Colônia Italiana (região de Silveira Martins, Ivorá, Nova Palma, Faxinal do Soturno) para se instalar, com outras famílias, na região Centro-Serra do estado do Rio Grande do Sul, nos "fundões" dos municípios de Cachoeira do Sul e Soledade, na época. Isso tudo lá por meados da década de 1930. Atualmente, fazem parte da região

[1] Conferir o trabalho de Franco (1975) sobre a história de Soledade.

os municípios de Sobradinho, Ibarama, Lagoa Bonita, Passa Sete, Arroio do Tigre, Segredo, Tunas, Lagoão, Jacuizinho, Estrela Velha e Salto do Jacuí.

Minha mãe, por ser a primogênita de numerosa família, começou, desde sua infância, a trabalhar no auxílio dos afazeres domésticos, a ajudar os pais no serviço da agricultura, além de cuidar dos irmãos menores. Certa época, relata ela, surgiu uma notícia de que alguns camponeses de origem cabocla haviam iniciado uma crença religiosa um tanto "estranha" para os costumes dos imigrantes recém-chegados ao local. Vários grupos de camponeses passavam rezando e cantando em romaria por campos, vales e picadas, causando temor e incertezas aos colonos de origem italiana e alemã. O "desconhecido" sempre causa medo, preconceito e, nesse episódio, não foi diferente. Boatos e falatórios tomaram conta dos assuntos entre os vizinhos e vilarejos, formando-se, conseqüentemente, uma visão negativa e temerária dos colonos alemães e italianos perante os camponeses de origem cabocla.

É nesse contexto que surge o adjetivo "barbudos", conotação dada por italianos, alemães e *bodegueiros* para identificar todos os integrantes da nova "seita". Obviamente, esse conceito apareceu entre os imigrantes com sentido pejorativo, significando pessoas de má índole e má conduta, criminosos, sem nenhum tipo de higiene e sem religião, além de serem tachados, mais tarde, de comunistas: "A vovó sempre nos assustava e nos amedrontava", contava minha mãe, "dizia que era para rezar muito e trabalhar; caso contrário, ela nos entregaria para os '*barbudos*'", conclui. O termo "barbudo" serviu, de um lado, como ideologia para justificar a disciplina e a prática da oração e do trabalho, conotações valorosas aos imigrantes; e, de outro, para justificar o ataque e a perseguição aos "monges"...[2]

PROCURANDO INFORMAÇÕES

A partir desse dia, a curiosidade do autor crescia gradualmente e, por mais de cinco anos, continuei na difícil tarefa da "garimpagem" de informações objetivando saber como era o ambiente político, econômico, social e religioso da época, o que realmente aconteceu com os caboclos, de onde vieram, quais eram seus costumes, quais as razões de sua crença, como se organizaram, qual era a relação com os imigrantes italianos, alemães e *bodegueiros*, por que foram tão violentamente perseguidos, se realmente causavam algum tipo de ameaça, e a quem especificamente. Enfim, questionamentos que ainda requerem respostas satisfatórias...

[2] O termo "barbudo" tem dois significados. Primeiro, os caboclos deixavam a barba e o cabelo compridos para buscar uma maior semelhança com os profetas do Antigo Testamento, Jesus Cristo e a figura lendária do São João Maria. Segundo, a designação "monges barbudos" foi dada pelos *bodegueiros* e descendentes de imigrantes (classe dominante) para rebaixá-los.

Outro fato intrigante era o "silêncio" das instituições oficiais (Igreja, Estado) e do restante da população. Embora tenha nascido a uma curta distância do local da organização, jamais esse fato foi mencionado por meus professores, nunca estudamos esse conflito, nem sabíamos que existia tal organização com práticas religiosas diferenciadas da Igreja "oficial". As pessoas comuns raramente conversavam sobre o acontecimento, talvez com a intenção realmente de "esquecer" e suplantar o passado... Depois de alguns anos em que imperou a violência contra os caboclos, as instituições sociais (Estado, Igreja, escolas e os meios de comunicação) se encarregaram de promover o "esquecimento proposital", pois todos silenciam sobre esse acontecimento.[3]

Primeiro, procurei informações em fontes escritas, quando deparei com importante literatura, em que se destacam: Pereira e Wagner (1981); Verdi (1987); Gehlen (1998); e Campos (1990). Nesse mesmo período, produziram-se várias monografias de graduação e pós-graduação em diversas universidades do RS, entre as quais se pode citar o trabalho de Corino (1997) e Kujawa (2000). Logo em seguida, iniciei uma maratona de "visitas" com o intuito de acumular detalhes e informações diretas com base nos relatos orais dos últimos integrantes dos "monges barbudos". Obtive relatos emocionados daqueles que foram diretamente torturados, perseguidos e dos remanescentes que ainda guardam a religiosidade cabocla no dia-a-dia.[4] Suas almas foram para sempre marcadas. Mesmo com o passar dos anos, a memória não os trai. Entrevistei, também, pessoas que não pertenciam ao grupo dos "monges", conseguindo colher informações que vão desde a simpatia para com eles até a indiferença e o sarcasmo.

O BRASIL NA ÉPOCA

É importante destacar que o Brasil, na época, décadas de 1930 e 40, procurava impor-se diante dos demais países do mundo como cultura moderna. E a República deveria dar o tom de uma nação "civilizada". Como diz Ribeiro Thomas (2001),

> entre as décadas de 1920 e 1940, deparamos com uma urbanização crescente, com o fortalecimento de gerações de migrantes e a afirmação de correntes culturais que pregavam uma revisão da tradicional relação do Brasil com os centros metropolitanos de produção cultural...

[3] Como nos diria Jacques Le Goff: "quem manipula o poder manipula o esquecimento" (apud Sampaio, 1999).

[4] Os relatos orais apresentados neste capítulo são parte do Relatório de Pesquisa financiado pela Fapergs publicado pela Unijuí (conferir Cremonese, 2004).

Para isso, era necessário o “branqueamento” da população. A marcha inevitável do progresso, aliada à migração européia, ao branqueamento progressivo da população e às altas taxas de mortalidade verificadas entre pretos e pardos, acabaria por fazer da “cultura de salão” a “cultura nacional”.[5] De certa forma, tudo o que representava atraso, “barbárie”, deveria ser aniquilado para dar lugar à modernidade e, conseqüentemente, a comunidade dos Monges Barbudos representava o arcaico, bárbaro e atrasado, que deveria ser suprimido para dar lugar ao “novo”.

Enquanto, naqueles confins, os monges rezavam, em novembro de 1937, Getúlio Vargas impunha o Estado Novo com características totalitárias, em que a repressão aos movimentos sociais foi intensa, tudo em nome da “civilização” e do “progresso”, beneficiando as elites nacionais.[6] Nos anos anteriores, fora forte o ativismo integralista[7] no interior de Soledade e Sobradinho, sobretudo entre os comerciantes e colonos mais ricos. Então, correra o “dito” de que, com a nova ordem que não tardaria, os caboclos, que não trabalhavam e só davam despesas, seriam expulsos da região.[8]

O momento político do RS e do Brasil era de instabilidade. Getúlio Vargas acabava de dar o golpe de estado reprimindo todos os grupos que representassem ameaça. E mais: era necessário reprimir tudo o que representava “atraso”, dependência e estagnação. Era preciso “modernizar” o Brasil e isso só seria possível com a tecnologia e influência provindas da Europa. Os monges foram acusados, igualmente, de “comunistas”[9] e logo correu o boato de que estes receberiam armamento pesado para combater os colonos e *bodegueiros*.

Porém, chegou um tempo em que o medo tomou conta de todos os moradores da região que não faziam parte da comunidade dos crentes. *Bodegueiros* e outros agricultores se perguntavam: o que realmente queriam os monges? Se não plantavam mais, quem os alimentaria? Acaso não invadiriam as casas e bodegas? E o meio mais eficiente foi a delação ao poder policial... Era preciso pôr um fim a esse movimento que já estava ficando fora dos limites...

---

[5] Ribeiro Thomas. Freyre (2001), p.11-2.

[6] Touraine (1994), p.139 apresenta uma diferença básica entre um movimento social e um Estado totalitário: “um movimento social combina a consciência de um conflito social com a adesão a valores culturais julgados centrais na sociedade considerada, um antimovimento transforma o adversário social em inimigo externo e identifica-se a si mesmo com valores culturais que fundamentam uma comunidade, isto é, uma coletividade que coincide inteiramente com seus valores”. Já um Estado totalitário tem a função de combater os inimigos externos e internos e garantir um unanimismo tão entusiasta quanto possível.

[7] Conferir o trabalho de Trindade (1974).

[8] Sobre a Revolta do Fão, cf. De Paula (1933).

[9] Essa palavra no senso comum está ligada à idéia de um homem tirano, violento, bárbaro, baderneiro e hostil às leis civis. Aqueles que não aderiram à comunidade, geralmente colonos italianos ou alemães, viam-se preocupados sob a ameaça e o perigo do que significava vizinhar com o grupo “fanático”. O medo maior era o de invasões de terra e assaltos de residências e bodegas.

Como vimos, a classe dirigente conseguiu, com êxito, instituir e propagar a construção do medo,[10] essencialmente para legitimar a prática da violência contra o outro, considerado bárbaro, atrasado, esquisito e fanático,[11] motivo pelo qual deveriam ser eliminados. Isto é, criou-se um consenso sobe a suposta periculosidade dos caboclos. [12]

A CRISE NA ECONOMIA REGIONAL

Em oposição aos pequenos agricultores caboclos (povo miúdo), começa a se unificar a força opositora da "classe dirigente",[13] formada por *bodegueiros*, imigrantes alemães e italianos, a Igreja e, mais tarde, o aparato coercivo do Estado.

Os *bodegueiros* (donos das casas comerciais do interior) foram os primeiros a ver na organização da comunidade cabocla uma séria ameaça. Sob ordem dos líderes da comunidade religiosa, a produção do fumo foi proibida, pois alegavam que esta trazia doenças e morte a todos. Com a não-produção do fumo, os *bodegueiros* ficaram sem seu principal produto comercial. Isso significou um duro golpe para a economia da região. E os *bodegueiros* se sentiram prejudicados, como comenta Carlos Wagner: "que os barbudos andem por aí rezando e cantando, tudo bem, mas parar de trabalhar e plantar fumo, isso já é demais". Os descendentes de imigrantes começam a ficar temerosos, uma vez que os caboclos poderiam fazer um "levante" e retomar as suas antigas terras.

---

[10] A temática da construção do "medo" é tratada pelos estudos de Delumeau (1996) e Lefebvre sobre o "grande medo" que cobriu de sangue a Revolução Francesa.

[11] Todos são adjetivos negativos que ouvimos dos entrevistados que tinham uma visão contrária à da comunidade dos caboclos.

[12] Segundo Gehlen, o conceito caboclo é de origem tupi e designa o filho de indígena com o branco europeu. Do ponto de vista sociológico, a palavra "caboclo" designa membros de um grupo social com características próprias, definidas pela concepção geral das coisas, do estilo de vida, das relações com os outros grupos sociais, pelo sistema de trabalho, pelo sistema de reprodução biológico-social e pela religiosidade. Apud Zarth (1998), p.49. Para Maestri (2001), a civilização cabocla foi composta por uma população que "dedicou-se à economia familiar não aldeã de subsistência, apoiada na caça, pesca, coleta e horticultura itinerante, em região florestal, na periferia da sociedade oficial. A manutenção de determinações de base da horticultura nativa – *coivara*; subsistência; plantas de ciclo curto; produção familiar; instrumentos rústicos etc. – mantiveram e aprofundaram a fragilidade dos laços interfamiliares e dos vínculos permanentes com a terra. O nativo semi-aculturado foi denominado caboclo. Com o passar dos anos, caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência. De denominação étnico-produtiva o termo passou a descrever essencialmente a realidade social-produtiva. O caboclo mantinha relação de posse não-permanente com a terra que, associada a sua destribalização, ensejou o fim do domínio e controle comunal do território.

[13] Os conceitos "povo miúdo" e "classe dirigente" são utilizados por Sampaio (1999). Cf. o artigo: "A construção do medo", em *Canudos*: cartas para o Barão.

A não-plantação do fumo, talvez, tenha sido a principal causa da extinção da comunidade, pois feria os interesses econômicos dos comerciantes ou *bodegueiros* do interior e das grandes empresas estrangeiras de fumo que, naquela época, já estavam instaladas na região de Santa Cruz do Sul, próxima de Lagoão. Os comentários de Pereira e Wagner esclarecem a relação existente entre os agricultores, comerciantes e multinacionais e a perseguição propriamente dita:

> Os comerciantes, que até hoje representam o poder econômico naquela região, ao intermediar o fumo das multinacionais, ao financiar as estufas para secagem e fiar gêneros alimentícios em troca de produtos, foram os primeiros a se espantar com a idéia da chegada dos comunistas naquelas bandas. E foram os que primeiro se armaram para perseguir os monges.[14]

Aqueles que não aderiram à Comunidade, geralmente colonos italianos ou alemães, viam-se preocupados sob a ameaça e o perigo do que significava vizinhar com o grupo fanático. O medo maior era o de invasões de terra e assaltos de residências e bodegas. Os comerciantes locais desconfiavam do credo que, mesmo pregando o respeito à propriedade, sugeria que os bens que escapassem ao Juízo Final seriam distribuídos entre crentes, que se despreocupavam do duro trabalho cotidiano, envolvidos nas práticas religiosas, muito mais gratificantes.

A LOCALIZAÇÃO: "FUNDÃO"

Tudo lembrava esquecimento e abandono naquelas paragens longínquas. Caboclos e colonos sobreviviam da pequena agricultura e da criação de algumas cabeças de gado. Como em outras regiões do Norte sul-rio-grandense, também ali os *bodegueiros* se apoderavam do parco excedente camponês, trocando os produtos da terra pelas mercadorias impossíveis de serem produzidas localmente. Os comerciantes funcionavam como agentes do capital mercantil, ao escoarem o fumo produzido pelos agricultores para as manufaturas de Santa Cruz do Sul. O ambiente geográfico propiciou o surgimento do movimento. O lugar era chamado também de "Fundão", em decorrência do difícil acesso e de seu abandono econômico, político, cultural, social e religioso.[15]

A população estava completamente abandonada à sua própria sorte. As políticas governamentais não contemplavam os interesses dos colonos pobres. Perguntado sobre a atuação do governo, "seu" Aníbal exclama:

---

[14] Pereira e Wagner (1981), p.38.
[15] O termo "fundão" é utilizado por Pereira e Wagner (1981).

> Mas que governo, homem? Não existia nada! A polícia, como tô dizendo, veio a Brigada Militar de Santa Maria, porque aqui não tinha. A cidade mais próxima era Soledade que fica à 85 km daqui... o único meio de locomoção era o cavalo... estradas não tinha, era só trilhos... O primeiro carro que apareceu por aqui foi do Jacinto Brides, que era de Sobradinho, aí ele comprou um "29". É esse que levava quando alguém precisava.

As casas comerciais, popularmente chamadas de bodegas, eram poucas na região:

> Aqui, de comércio, só tinha o Júlio Telles, que tinha a casa de negócio; ali, o Jacinto Bridge tinha a serraria, aí o primeiro comércio pra cá era lá no Ensilin e, depois, só lá na faixa que tinha um armazém.

As bodegas comercializavam tecidos, sal, açúcar e arroz, que eram trazidos em tropas de carroça de Candelária:

> Esse Júlio Telles tinha dois carroções daqueles grandes e transportava pra cá e trazia. Aconteceu uma vez que eu fui a cavalo, que meu pai me mandou lá no Carlos Ensilin, no Tigre, posso dizer, pra comprar sal e me cederam meio quilo apenas. Era uma miséria. Agora o Júlio Telles era um comerciante muito forte, ele tinha a casa grande. Nessa vila aqui tinha muito pouca gente. Aqui tinha poucos moradores...

O MESSIANISMO E A RESISTÊNCIA DOS MONGES

Segundo Pereira e Wagner,[16] a origem da Comunidade dos Monges Barbudos encontra-se inserida à dos demais grupos messiânicos que se formaram no Brasil.[17] Considera-se movimento messiânico aquele comandado por um líder espiritual, um "messias" que, a partir de suas pregações religiosas, passa a arregimentar grande número de fiéis, numa nova forma de organização popular que foge às regras tradicionais e, por isso, é vista como uma ameaça à ordem constituída.

[16] A obra de Pereira e Wagner (1981), publicada nos últimos momentos do regime militar, retirou do olvido a história do massacre de pacíficos caboclos e colonos, sacrificados para esconjurar fantasmas das elites nacionais e sulinas. Apud MAESTRI, Mário. Os monges barbudos esperam desculpas. *Revista crítica de opinião*, artes e idéias (www.zonanon.org), agosto de 2000.

[17] Pereira de Queiroz (1965) buscou o pensamento clássico de Max Weber para explicar o conceito de messianismo: "Max Weber, quando tratou dos movimentos messiânicos, partiu da situação da antiga Israel, que lhe forneceu os dados para uma primeira interpretação sociológica do fenômeno. Mostrou que, quanto mais privado o povo judeu da autonomia política, mais fortemente se desenvolveram as esperanças da vinda de um reino messiânico para converter a posição de dependência política em posição de dominador do mundo, pois fora 'chamado e escolhido por Deus não para uma posição de pária e sim para uma posição de prestígio'" p.127. A temática "messianismo" também seguiu uma leitura de Pereira de Queiroz (1965) e Queiroz (1977).

Esses movimentos também podem ser classificados como de resistência.[18] Eles tiveram importância em diversas regiões do país, como no interior da Bahia, liderado pelo Conselheiro; em Juazeiro do Ceará, liderado pelo Padre Cícero; no interior de Santa Catarina e Paraná, liderado pelo beato João Maria e, novamente no Ceará, sob o comando do beato José Lourenço. Estes só foram possíveis devido a algumas condições objetivas, como a concentração fundiária, a miséria dos camponeses e a prática do coronelismo e, ainda, a condições subjetivas, como a forte religiosidade popular e a ignorância. Os grandes grupos sociais que acreditaram nos "messias" e os seguiram procuravam satisfazer suas necessidades espirituais e, ao mesmo tempo, materiais. Dessa forma, o messianismo tem ligações aproximadas com o sebastianismo,[19] que é um movimento religioso, constituído em torno de uma figura nacional, no sentido de um mito. Certamente, a comunidade dos Monges Barbudos trazia consigo algumas dessas características.

O fanatismo religioso e o misticismo dos líderes e seguidores da seita delimitavam as regras rígidas e claras do que fazia bem ou mal para sua vida. A origem do misticismo da Comunidade dos Monges Barbudos deu-se em decorrência do entrelaçamento da religiosidade popular, desde a mística indígena, até o catolicismo do imigrante. Já o fanatismo religioso dá-se, na maioria das vezes, pelo esquecimento, por parte do Estado, de tudo o que se refere à assistência social (educação, saúde, desenvolvimento político e econômico), fazendo que o povo, por seus próprios meios, procure resolver os seus problemas de maneira alternativa.

Rui Facó (1965) confirma essa problemática:

> Acreditamos, ao contrário, que os fenômenos de misticismo e messianismo, que se convencionou chamar de fanatismo, disseminados pelos sertões em nosso passado ainda recente, têm um fundo perfeitamente material e servem apenas de cobertura a este fundo. É a sua exteriorização. Em populações submetidas à mais ignominiosa

---

[18] A obra de Bobbio (2000), p.253, *Teoria geral da política*: a filosofia política e as lições dos clássicos, no subtítulo "A resistência à opressão hoje" trata da importância e atualidade do conceito resistência. Diz Bobbio: "Sem dúvida o velho problema da resistência à opressão voltou a ser atual com a geral e imprevista explosão do movimento de 'contestação'".

[19] No sentido simbólico, D. Sebastião é Portugal: Portugal que perdeu a sua grandeza com D. Sebastião, e que só voltará a tê-la com o regresso dele, regresso simbólico (como, por um mistério espantoso e divino, a própria vida dele fora simbólica), mas em que não é absurdo confiar. D. Sebastião voltará, diz a lenda, por uma manhã de névoa, no seu cavalo branco, vindo da ilha longínqua onde esteve esperando a hora da volta. A manhã de névoa indica, evidentemente, um renascimento anuviado por elementos de decadência, por restos da noite onde viveu a nacionalidade. O cavalo branco tem mais difícil interpretação. Pode ser Sagitário, signo do zodíaco, e conviria, em tal caso, perceber o que a referência indica, perguntando, por exemplo, se há referência à Espanha (de quem, segundo os astrólogos, Sagitário é signo regente), ou se há referência a qualquer trânsito de planeta no signo de Sagitário. Apud Fernando Pessoa. *Sebastianismo e V Império*, Excertos de Fernando Pessoa. Disponível em <http://www.browser.pt/Astrologia/portugal/vimprio.htm>, acesso em março de 2000. A temática "sebastianismo" segue a fundamentação teórica de Delumeau (1996).

> exploração e mergulhados no mais completo atraso, sob todos os aspectos, a razão estava obscurecida e transbordavam aos sentimentos em estado de superexcitação. ... Ao elaborarem variantes do cristianismo, as populações oprimidas do sertão separavam-se ideologicamente das classes e grupos que as dominavam, procurando suas próprias vias de libertação. As classes dominantes por sua vez tentando justificar seu esmagamento pelas armas – e o fizeram sempre – apresentavam-nos como fanáticos, isto é, insubmissos religiosos extremados e agressivos.[20]

No caso em análise, não fora diferente. As forças das classes dominantes, representadas por polícia, *bodegueiros*, latifundiários e colonos, fortemente armados, não demoraram a atuar sobre os ditos "fanáticos", sendo a derrota inevitável, numa luta impregnada de homicídios, suicídios e estupros.

A ORIGEM DA COMUNIDADE DOS "MONGES BARBUDOS"

Alijados do processo de desenvolvimento econômico da pecuária, que exigia propriedades com grandes extensões de terras, próprias da geografia da região de Soledade, restaram aos caboclos, como vimos, habitar as regiões mais rugosas, ou também chamadas de "fundão" do Centro-Serra do Estado do Rio Grande do Sul. Os caboclos viviam da produção de subsistência, da plantação do fumo e do comércio da erva-mate em pequenas propriedades de terras devolutas do Estado.[21]

Em meados da década de 1930, começam a chegar à região os descendentes dos imigrantes alemães e italianos, provenientes da região de Santa Cruz, Venâncio Aires e da 4ª Colônia de imigração italiana, respectivamente. Com a posse legal da terra, os descendentes dos imigrantes se estabelecem na região ocupando, assim, a terra que antes era utilizada pelos caboclos. Tendo seu maior bem, a terra, ameaçado, os caboclos começam a resistir, e a principal forma de resistência foi sob a forma religiosa, fator de identidade[22] para eles. Com a prática da religiosidade popular (benzimentos,

---

[20] Facó (1965), p.9-10.

[21] Espécie de terras públicas abrangentes daquelas que, à época a Lei n. 601, de 18.9.1850, eram incultas, não aproveitadas, não apossadas, não habilitadas. São terras que, não sendo próprias nem aplicadas a algum uso público, não se incorporam ao domínio privado, na forma e condições previstas no art. 5º, do Decreto-lei n. 9.760, de 5.9.1946.

[22] Há uma diferenciação entre identidade e cultura, segundo a visão de Cuche (1999), p.176: "Em suma a cultura pode existir sem a consciência de identidade, ao passo que as estratégias de identidade podem manipular e até modificar uma cultura que não terá, então, quase nada em comum com o que ela era anteriormente. A cultura depende em grande parte de processos inconscientes. A identidade remete a uma norma de vinculação necessariamente consciente baseada em oposições simbólicas". Da mesma forma, "a identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente", p.177.

novenas, procissões, incelências,[23] adorações a santos populares), o líder Deca França conseguiu aglutinar todos os desejos, aspirações e esperanças dos demais integrantes do movimento.

Sobre as pessoas que faziam parte da comunidade dos "barbudos", os depoentes afirmam que eram gente humilde e não representavam perigo a ninguém, formados na maioria por caboclos: "Eles não ameaçavam, não chegavam a ser um perigo. Eram tudo gente miserável, alguns imigrantes mais pobres faziam parte também". A população dessa comunidade, segundo fontes orais, chegou a 5 mil pessoas, que se uniram por objetivos religiosos comuns. A formação étnica da Comunidade dos Monges Barbudos deu-se por caboclos e bugres, mestiços e índios nascidos na própria terra.

O SUPOSTO SÃO JOÃO MARIA

Depoentes contam que, no princípio, passou pela região um velho senhor que se dizia ser São João Maria, que instruiu alguns homens de origem cabocla para que liderasse o grupo:

> Tinha o tal João Maria, que era o que o povo tava esperando. Tipo a vinda do Messias no catolicismo. E ele apareceu, dizendo que era pra vender tudo o que tinha que Deus ia providenciar. Então, um boi bom, que custava uns 200 na época, eles vendiam por 60, 70. Era vender tudo pra se desfazer, que depois vinha o maná do céu. Os Fiúza e os França foram os líderes...

conclui "seu" Carniel.

A procedência do homem que se dizia João Maria ainda é um enigma. Ninguém sabe explicar ao certo quem era e de onde viera. Depoentes arriscam dizer que ele tenha vindo dos Muckers:

> O tal João Maria ninguém sabe. Havia uma desconfiança que vinha do tempo dos Muckers, que era descendente deles. Mas o certo ninguém sabe. Só se sabe que passaram por aqui, trouxeram aquela filosofia e já tinha umas 1200 pessoas. Tava juntando mais até começar o "tirotéu". Tinha gente do Lagoão, Coloninha, Campestre, Sítio Tamanduá.

O mistério da figura de São João Maria ajudou ainda mais na união dos caboclos pobres. Muitos juravam que viram o "santo monge" em "carne e osso", simultaneamente, em lugares diferentes e com fisionomias diferen-

[23] Do *Dicionário Aurélio* (1988): a palavra "excelência" ou "incelência" significa uma cantiga de velório em uníssono, sem acompanhamento instrumental. Também é cantada em memória de um familiar falecido nas celebrações de sétimo dia, um mês ou um ano de falecimento.

tes, ora mais velho, ora mais novo, sempre pregando as escrituras, fazendo profecias sobre o futuro e alertando para os perigos dos vícios...[24]

A RELIGIOSIDADE POPULAR DOS MONGES

Como vimos, a prática religiosa dessa comunidade consistia nos terços cantados, incelências, romarias e na adoração de santos objetivados em pessoas vivas, principalmente à Santa Catarina, venerada na pessoa de Andreza Gonçalves e à Santa Terezinha, venerada na pessoa de Idarzina Costa.

Sem escolas e igrejas, muitos dos caboclos, economicamente míseros, discriminados étnica e socialmente, agruparam-se em torno de algumas lideranças locais, sendo Deca França uma destas, desmentindo o adágio de que "santo de casa não faz milagres". Alguns colonos pobres de origem ítalo-germânica também aderiram ao movimento.

Visitavam todas as capelinhas da região em romarias, entoando cantos e orações. Por onde passavam as romarias, mais gente se juntava a eles, deixando seus afazeres domésticos e os serviços da lavoura para se integrar ao grupo:

> E então eles tinham um sistema assim, se os dias de marcha, que eles faziam, iam daqui até a uma capela do Segredo... tinha morador na beira da estrada, que estava tirando leite, ou botando os bois na canga pra ir trabalhar, deixavam tudo atado que aquele, o Jesus, cuidava e podia deixar.

Alguns depoentes duvidavam da legitimidade das práticas religiosas dos barbudos. Para eles, a religião não passava de uma simples crença: "Aquilo não era uma religião, era uma crença. Todo mundo largava o gado, porco..., largavam mão de tudo pra acompanhar aquela religião". Todavia, a Igreja via com preocupação as práticas de religiosidade popular utilizadas pelos caboclos em seus rituais; dessa forma, a instituição tratou rapidamente de "dar assistência" religiosa àqueles crentes. O encarregado de "pacificar" o rebanho foi o frei Clemente, que começou a fazer visitas periódicas àquela comunidade.

A PRÁTICA DO BENZIMENTO

O depoimento do sr. Aníbal ilustra a prática de benzimento feita pelos monges:

> E daí, ali começou a aparecer mais alguns de fora e ele (Deca França) começou a benzê, dar remédios, e dava um juntamento de gente que é coisa séria. O pessoal era muito simples naquele tempo e, inclusive, o meu pai nos levou lá. A quem não fosse lá se benzer, tomar remédio, diz que viria uma epidemia muito braba e então

---

[24] Sobre a origem e a trajetória do monge João Maria, cf. o trabalho de Ferri (1975) e Faschel (1995).

> tinha que ir lá para se salvar, e o pessoal era, naquele tempo, muito humilde e fomos. O meu pai pegou uma, nem era carroça, era uma carreta de duas rodas e botou os mais pequenos dentro daquela carreta e foi, e nós fomos de a pé, uns 7 ou 8, nós fomos lá, no tal de Deca. E lá tinha uma mulher chamada Andreza, que fazia benzimento, tinha baixeiro de pôr nos cavalos, ela tinha um aparelho daqueles novo, e aí ela atirava na cabeça da gente assim e puxava para trás e o balançava três vezes e aí tava benzido. Se tinha dor de cabeça, tinha um fogo lá e uma panela redonda assim fervendo erva e uma mesa lá com umas xícaras; então cada um que ia lá se benzer tomava um remédio daqueles e, se tinha dor de cabeça, ela pegava um tição de fogo e dava uma balanceada e passava bem perto do rosto da gente que chegava queimar. Eu cheguei a me queimar, eu tinha dor de cabeça, eu sofri, me queimou o rosto assim com aquele fogo.

Os novos monges andavam descalços e deixavam a barba e o cabelo crescer. Muitos faziam a "bendição" do sol, da terra, do fogo e das águas; a veneração de Santa Catarina, Santa Terezinha etc. A proximidade do fim dos tempos é parte componente da rústica liturgia e teologia caboclas.

"Seu" Aníbal relata outro episódio de práticas de benzimento de que foi testemunha:

> Esse dia que eu fui lá tinha três cegos, era tempo de verão, lá que eu fui lá me benzer também, que meu pai me levou, tinha três num relento de sol, que chegava queimar aqueles pobres bichos, que tavam com as vistas encarnadas de tá no sol sem chapéu, e aí eles olharam pro sol, tavam no relento do sol, olhavam para o sol e diziam: *o sol é bento, a terra é abençoada, o sol é bento, a terra é abençoada*.

"Seu" Aníbal parecia um tanto descrente de tais rituais: "tavam lá no sol para se curar, se curar donde?", concluiu "seu" Aníbal. Segundo relatos, muitas pessoas recorriam a essas práticas das benzeduras e dos chás, talvez fosse a única alternativa para solucionar os problemas de saúde da população da redondeza. A partir daí, a notícia se espalhou rapidamente – de "boca em boca" – até formar romarias à casa do Deca França e às igrejas das localidades: "Daí eles começaram fazer os blocos de gente" que peregrinavam de morador em morador, de igreja em igreja:

> E aí começaram a freqüentar as igrejas. Vinham nas igrejas aí e queriam tomar conta, ficavam lá dois ou três dias assim de qualquer jeito, meio sem bóia, aquelas criançadas mal, e pegavam perturbar os moradores, apesar de que eram poucos os moradores.

"Seu" Aníbal relata que os romeiros estavam desprovidos de qualquer assistência, sem alimentação e sem ter lugar para dormir, vivendo em condições de miséria.

As marchas religiosas eram constantes:

> Ficavam dois ou três dias às vezes por aí rezando e cantando. E, depois, eles iam pra casa, ficavam dias em casa e, de repente, eles faziam outras marchas por outras capelas. De época em época. Aqui eles vinham das vezes dentro de dois ou três meses e ali acampavam e dois ou três dias, porque era tudo a pé. Acampavam

> ali, as malas que eles carregavam eram cestinhas de mão feitas com palha de trigo, chapéu também de palha de trigo, não tinham outras coisas. Não existiam nem estas matérias que podiam trazer uma matéria para reforço, fazer uma barraquinha, não existia naquele tempo.

Conta-nos "seu" Aníbal que os integrantes dos monges eram pobres: "eram todas pessoas apertadas". Produziam apenas poucos produtos para a subsistência:

> O pessoal, naquele tempo, fazia umas lavourinhas pra comer, porque não tinham despesas. Não tinham gastos assim como hoje a gente tem. Não tinham que pagar e passavam assim com qualquer coisinha.

A VIOLÊNCIA GRATUITA DO ESTADO DIANTE DOS EXCLUÍDOS

Passados mais de três anos do início da organização, mobilização e fé, de um lado, e desconfiança, medo e preconceito, de outro, um sentimento de tragédia se avizinhava. E assim aconteceu. O ataque sangrento da Polícia militar aos monges deu-se na Semana Santa de 1938 quando os penitentes, "mais de mil pessoas", estavam reunidos em orações e cânticos na capela de Santa Catarina, na Bela Vista. O depoente Adolfo Carniel conta que veio o destacamento de Santa Maria para dar fim àquelas "badernas" que estavam acontecendo naquelas paragens. No amanhecer da Sexta-feira Santa, o destacamento abriu fogo contra os penitentes que se aglomeravam no interior da capela e fora dela: "A igreja, ali embaixo, era de madeira naquela época. Ficou toda furada de bala". O episódio, muito presente na memória do sr. Carniel, é assim relatado:

> Os policiais começaram a atirar quando pegaram a declinar por cima da Igreja. Eram uns 12, um delegado, uns 10 brigadianos, mais o Amâncio Marques e o Beto de George. O que iam fazer contra 1200 pessoas? Daí, quando atiraram, muitos fugiram e, quando os policiais chegaram na Igreja, tava cheia de gente. O Deca França não tava.[25] O Tácio Fiúza tava, foi baleado e morreu. O Deca morreu nas

[25] André França, chamado popularmente de "Deca", era um dos pequenos agricultores de subsistência, plantador de feijão, trigo e fumo, que morava na região. Foi a principal liderança dos caboclos internalizando e propagando os ensinamentos do suposto São João Maria, que teria passado pela região. Algumas teorias divergem sobre a verdadeira identidade do monge "João Maria". O que se sabe é que, em meados de 1935, um velho de barbas brancas, com um saco de linhagem às costas, apresentou-se na pequena propriedade de Deca França. Em troca da hospedagem, o velho, até então desconhecido, introduziu o colono na arte das ervas e em outros segredos da natureza. Ao partir, revelou a sua identidade e missão. Daí em diante, Deca França, pobre agricultor analfabeto, investido pela autoridade do "Santo" João Maria, passou a distribuir, em seu quintal, conselhos para a alma e para o corpo dos cada vez mais numerosos seguidores.

> Campinas... O Pedro Antônio Pontes era o delegado. Junto com os outros 12, veio aí e fez tudo isso.

Este dia trágico também é relatado por outras testemunhas que estavam no local na hora do tiroteio.

A violência gratuita foi a tônica utilizada. Diz "seu" Carniel:

> O Amâncio entrou e buscou o Estácio Fiúza (liderança) por um braço e tirou pra fora; quando largou na escada pra outros pegar, ele escapou. Quando o Fiúza foi pular a cerca, eles atiraram e acertaram ele. Não sabem quem que acertou. Dizem que foi o Júlio Telles. Ele morreu com três tiros...

O dia do "tirotéu" também é lembrado e relatado por outros depoentes, com uma maior riqueza nos detalhes, como o caso dos calçadinhos das crianças e dos chapéus que ficaram espalhados pelo chão depois do ataque dos policiais: "Aqui o dia do 'tirotéu', diz que tinha muita gente, eu não vi, eu vim depois, aí tinha um baleado dentro da igreja e calçadinhos de crianças e chapéu de palha de trigo espalhados pelo chão", afirmou "seu" Aníbal.

O depoimento do "seu" Aníbal fecha com o depoimento do "seu" Carniel ao mencionar que Tácio Fiúza fora baleado naquele ataque: "Diz que ele (Tácio) morreu na estrada". Além de Tácio, mais uma criança e um homem morreram:

> E uma criança e mais um homem morreram na estrada, quando eles dispararam. E tinha uma cerca de arame assim, arame farpado, ali tinha fio de cabelo, fiapo de roupa, naqueles arames todos, porque, quando começou o "tirotéu", sabe, o pessoal até nem conheciam essas armas assim de quartel, e aí quando começou o "tirotéu" eles deram no pé.

Interessante o relato do sr. Aníbal ao contar um diálogo ocorrido entre um comissário e um homem integrante dos monges que fora ferido à bala e que estava na porta da igreja: "O que que tem homem?", diz o comissário: "Eu não tenho nada", respondeu o crente. "Não tem nada, então por que tá gemendo? Mas é assim que vocês querem, é bala que vocês querem em vez de trabaiá, ficá em casa!!!", exclamou o comissário com autoridade.

Continuando o relato do dia fatídico, os depoentes expressavam que, com o ataque da Brigada Militar, os romeiros dispersaram pelo mato adentro e a campo fora... Trouxeram Tácio Fiúza para ser velado e enterrado no Rincão dos Barnabés (Rincão dos Costas), no Jacuizinho, a uma distância de aproximadamente 40 quilômetros da capela da Bela Vista, onde foram atacados. A Brigada permaneceu na região naqueles dias e ficaram sabendo que os "monges barbudos" estavam reunidos no Rincão dos Costas. De pronto se organizaram e rumaram para aquela localidade à procura das

lideranças e com o intuito de prender todos que professassem tal crença. Diz "seu" Aníbal:

> Bom, dali, daquela época em que saiu aquele "tirotéu", ficou uma parte da Brigada e aí iam perseguindo o tal de Deca, e ele se escondia. Ele era o chefe. Ele não fez mais a barba e não cortou mais o cabelo, isso já fazia uns três ou quatro anos ou mais.

Assim se confirmou a presença da Brigada no local, prendendo as pessoas, torturando e matando. Não descansaram até pegar o outro líder do grupo, o Deca França: "Custaram muito a conseguir pegar ele (Deca França), mas pegaram, e aí cortaram o pescoço dele e levaram a cabeça. E aí o pessoal pegou a se enforcar...". Segundo testemunhas, muitos barbudos foram obrigados a raspar suas barbas, muitas humilhações sofreram, veneno fora colocado em suas barbas e seus cabelos, roubo às moradias e estupros foram violências cometidas pelo aparato militar. Todos os depoimentos foram unânimes em mencionar tais crimes. Por muito tempo a polícia ficou na região até que se comprovasse a não-existência de mais nenhuma manifestação da religião: "Aí foi terminando, foi terminando aquela crença. Não faziam mais aquelas caminhadas".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história oficial brasileira sempre foi contada pelos vencedores, nunca pelos derrotados. Preocupou-se sempre com os heróis da classe poderosa, nomes importantes da mesma classe, datas comemorativas a decorar, fatos que não refletiram e não refletem a verdadeira realidade do povo que foi, e ainda é, massacrado. O objetivo desta pesquisa foi dar voz aos excluídos, escutá-los, deixá-los falar... e isso é o mínimo que podemos oferecer como forma de nos redimir pelos erros e omissões das instituições do passado.

Passadas quase sete décadas do desfecho trágico do episódio dos Monges Barbudos, encontramos ainda remanescentes que vivenciaram a tortura e a perseguição. Apesar disso, guardaram até nossos dias a mesma fé propagada na época. E mais, transmitiram a seus filhos e netos os ensinamentos espirituais de João Maria (o profeta) e dos líderes "consagrados" Deca França e Tácio Fiúza.

O conflito dos "monges" de Soledade soma-se à lógica da hecatombe promovida pelo Estado diante dos demais movimentos sociais de cunho religioso no Brasil, como Mucker, Canudos e Contestado, entre outros, todos cruelmente massacrados pelas forças oficiais. Esses camponeses (caboclos na maioria) jamais tiveram seus direitos reconhecidos, nem mesmo mediante um pedido público de desculpas pelas autoridades constituídas, por esse crime de Estado singularmente gratuito.

Como dizem Pereira e Wagner (1981),

> a seita não foi varrida das crenças dos habitantes do Lagoão que continuam até os dias de hoje a homenagear em seus altares as imagens de Santa Catarina, Santa Terezinha e do profeta São João Maria em muitas casas pobres do lugar.

Aos sábados, os penitentes trabalhavam apenas nos serviços essenciais. Até hoje essa prática é igualmente verificada em diversas famílias da região. Até nossos dias é possível perceber manifestações da religiosidade popular dos moradores da região remanescentes do referido movimento. Todo domingo pela manhã integrantes da comunidade reúnem-se para rezar o "terço cantado", costume dos primeiros integrantes do movimento, além das novenas e as "excelências" que são orações cantadas em duas vozes nos velórios e celebrações pelos já falecidos.

Diante da ideologia neoliberal capitalista, revestida do apanágio "globalizante", que procura, de todas as formas, infundir sua cultura dominante em todas as partes do planeta, buscando o apagamento e a extinção das culturas locais, este trabalho teve como objetivo resgatar a memória, a imaginação e a cultura local da Comunidade dos Monges Barbudos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, N. *Teoria geral da política.* São Paulo: Campus, 2000.

CAMPOS, S. S. *Segredo*: história e tracidionalidade. Porto Alegre: IGTF, 1990.

CARNEIRO, M. L. T. (Org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Edusp, 2002.

CORINO, N. S. *Oralidade e memória*. Santa Maria (RS): (monografia defendida no Departamento de História da UFSM, para a obtenção do grau de especialista em História do Brasil), 1997.

CREMONESE, D. *O massacre do "fundão"*: memória, oralidade e resistência. Uma história de perseguição e morte na comunidade dos "Monges Barbudos" no Centro-Serra do Rio Grande do Sul. Série Relatório de Pesquisa. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.

DELUMEAU, J. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DE PAULA, J. A. *O Fão* – um episódio da Revolução de 1932 no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Serrador, 1933.

FACHEL, J. F. *Monge João Maria:* recusa dos excluídos. Porto Alegre-UFRGS, Florianópolis-UFSC, 1995.

FACÓ, R. *Cangaceiros e fanáticos*: gêneses e lutas. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FERRI, G. *Os monges de Pinheirinho*. Encantado: Encantado, 1975.

FRANCO, S. da C. *Soledade na História*. Porto Alegre: Ed. do autor, 1975.

FRANCO, H. *Monges, peregrinos e guerreiros*: feudo-clericalismo e religiosidade na Castela medieval. São Paulo: Hucitec, 1990.

FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GEHLEN, I. "Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla". In: ZARTH, P. A. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

HOLANDA, A. B. *Dicionário Aurélio escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

KUJAWA H. A. *O movimento dos monges barbudos*. Passo Fundo/RS: Universidade de Passo Fundo (UPF). 2000. Dissertação (Mestrado) – Área de História Regional.

LEFEBVRE, G. *O grande medo*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LE GOFF, J. Quem manipula o poder manipula o esquecimento. In: SAMPAIO, C. N. *Canudos*: cartas para o Barão. São Paulo: Edusp, 1999.

MAESTRI, M. Os monges barbudos esperam desculpas. *Revista crítica de opinião, artes e idéias*. Disponível em: <http://www.zonanon.org>, acessado em agosto de 2000.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Dominus, 1965.

PEREIRA, A.; WAGNER, C. A. *Monges barbudos e o massacre do Fundão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, M. I. P. *O messianismo no Brasil e no Novo Mundo*. São Paulo: Dominus/Edusp, 1965.

QUEIROZ, M. V. de. *Messianismo e conflito social* (A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916). São Paulo: Ática, 1977.

RIBEIRO THOMAS, O. Introdução. In: FREYRE, G. *Interpretação do Brasil*: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAMPAIO. C. N. *Canudos*: cartas para o Barão. São Paulo: Edusp, 1999.

TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. Trad. Elia Ferreira Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.

TRINDADE, H. *O integralismo*. São Paulo: Difel, 1974.

VERDI, V. C. *Soledade das sesmarias, dos monges barbudos, das pedras preciosas*. Não Me Toque: Gesa, 1987.

WEBER, M. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1995.

ZARTH, P. A. et al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

5
A revolta camponesa de Porecatu[*]

Angelo Priori

INTRODUÇÃO

A região denominada "Porecatu" está encravada no extremo Norte do estado do Paraná, situada no vale do rio Paranapanema. A colonização dessa região começou no fim dos anos 1930 e início de 1940, no contexto da nova política de terras implementada pelo governo Vargas e conhecida como *Marcha para o Oeste.* Com Vargas, o Brasil irá criar, pela primeira vez, a possibilidade de efetivar um reordenamento agrário. A idéia de grandes propriedades latifundistas produzindo para a exportação, tão arraigada entre as classes dominantes da República Velha, será, em tese, transformada em uma política voltada para a constituição de uma política agrária, tendo como princípio a pequena e a média propriedade, com base em núcleos coloniais, com vista à produção de alimentos e matérias-primas para atender a uma demanda interna cada vez mais crescente.

É nesse contexto histórico que posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, oriundos principalmente do estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de conseguir melhores condições de trabalho e de vida e, sobretudo, a posse de uma parcela de terra, irão se radicar naquele sertão quase desconhecido do Norte do Paraná.

[*] Este texto condensa reflexões da tese *A luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do PCB no campo (1942-1952)*, defendida na Unesp de Assis em 2000 e de pesquisa recente, sobre a atuação do DOPS diante dos movimentos sociais no campo, financiada pelo CNPQ (processo n.400059/2004-5) e Fundação Araucária/PR (Convênio n.017/2004).

Primeiro, a colonização ocorreu em pequenas posses de terra, pelo plantio de café, de culturas alimentares e de criação de porcos; posteriormente, em meados dos anos 1940, a organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, associadas com o trabalho assalariado.

Portanto, são esses dois agentes sociais – posseiro e grileiro – os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do estado do Paraná no século XX. A presença desses grandes grileiros na região, que por intermédio da polícia, de jagunços e de pistoleiros expulsavam e tomavam as terras dos posseiros, é que irá motivar a organização de uma resistência – que posteriormente se transformou em resistência armada – com o objetivo de defender suas posses e as benfeitorias nelas existentes.

Os conflitos armados tiveram início no fim de 1948 e só foram desmobilizados em julho de 1951, com a presença das tropas da Polícia Militar do estado e de agentes das Delegacias Especializadas de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e do Paraná. A resistência armada dos posseiros de Porecatu marcou a região, que se constituiu alvo de grandes reportagens nos principais diários do país e em órgãos de imprensa periódica, como a revista *O Cruzeiro* e o semanário *Voz Operária*, órgão do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O PCB foi um agente fulcral da resistência armada. Através dos diretórios municipais de Jaguapitã e de Londrina, e mais tarde, do próprio Comitê Central, o partido participou da organização do movimento armado, enviando para a área de conflito vários militantes experientes e dando uma eficaz retaguarda, mediante não só o envio de armamentos e munição, mas também apoio financeiro, assim como roupas e alimentos para os resistentes.

A intervenção do PCB na região e na organização do movimento armado de Porecatu foi possível dada a mudança de sua linha política, decorrente dos "manifestos" de janeiro de 1948 e de agosto de 1950, que apontavam para o Partido a necessidade da defesa da "violência revolucionária" como linha de ação, visando à luta direta para a tomada do poder. Nesse sentido, o Partido propôs, em seu programa, a formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, cujo objetivo maior consistia em fazer a "revolução agrária e antiimperialista". Em relação ao campo, defendia a imediata entrega das terras dos latifundiários para os camponeses que nelas trabalhavam. E para isso seria fundamental, na visão do PCB, a organização dos camponeses (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, meeiros, parceleiros) e trabalhadores rurais (assalariados) como aliados naturais do proletariado na tarefa de fazer a revolução.

ORGANIZANDO A RESISTÊNCIA. AS LIGAS CAMPONESAS

O embrião da resistência armada dos camponeses de Porecatu tem origem na fundação de Ligas Camponesas na região. A primeira notícia que se tem da formação de uma Liga Camponesa[1] no estado do Paraná data de 1944. Nesse ano dois acontecimentos marcaram o início do movimento organizado dos posseiros de Porecatu e região. Na localidade conhecida como Ribeirão do Tenente, um grupo de 270 famílias se reuniu e criou uma Liga Camponesa cujos representantes escolhidos foram os posseiros Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Billar. Em Guaraci, outro grupo de 268 famílias também formou uma Liga, sendo que o representante escolhido para defender os interesses nas terras foi o posseiro Manoel Marques da Cunha. Um único objetivo irá pautar a atuação dessas duas Ligas: legalizar a posse da terra.

Nesse sentido, ainda em 1944, a Liga Camponesa de Ribeirão do Tenente contratou dois advogados para defender seus interesses. Mario Giorgi, da capital paulista e, depois, Gabriel Figueiredo, de Paraguaçu Paulista. Os dois, contudo, foram demitidos por iniciativa dos próprios posseiros, já que não estavam atuando conforme as diretrizes e as necessidades deles.

Manoel Marques da Cunha, por sua vez, acabou dirigindo-se até a capital da República – Rio de Janeiro – para solicitar ao presidente Vargas que intercedesse em favor daquelas centenas de famílias ameaçadas de despejo. Não conseguindo falar com Vargas, foi recebido pelo secretário do presidente que lhe deu uma carta de apresentação para uma entrevista direta com Manoel Ribas, interventor do Paraná à época. Só dois anos depois, em julho de 1946, quando Ribas já não era mais do governo e, sim Lupion, é que Manoel Marques da Cunha conseguiu sua entrevista, assim mesmo apenas com o chefe do Departamento de Terras do Estado.

Com a saída de Manoel Ribas e a posse de Moisés Lupion ficou mais difícil a situação dos posseiros da região. A única garantia que eles tinham de permanecer nas terras eram os frágeis requerimentos encaminhados ao Departamento de Terras e Colonização do Estado solicitando a posse dos lotes.

Enquanto a situação se tornava insustentável para os posseiros, as Ligas agiam em defesa deles, apoiando, organizando e incentivando as centenas de famílias que se preparavam para a luta.

Em 1946 houve uma grande manifestação organizada pelas Ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água das Pelotas, cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Mais ou menos 1500 pessoas,

[1] Utilizarei a denominação Liga Camponesa apenas por um esforço lingüístico, já que os camponeses da região chamavam de Associação de Trabalhadores Rurais ou ainda de Associação de Lavradores. Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.

oriundas das mais diversas Ligas de toda a região, se reuniram no patrimônio de Guaraci e resolveram fechar a estrada que ligava Presidente Prudente a Londrina. O objetivo era sensibilizar o governo e os políticos para a situação de instabilidade que vivia a região e pela legalização imediata das terras dos posseiros.

> E o pessoal ia pra lá com as espingardas que tinha. Ali em Guaraci foi a concentração. Nós participamos. Eu era gurizão. Meu pai era o "chefete" daquela região. Cercamos a estrada, não deixamos passar nem caminhão, nem ônibus, cercamos ali 4 ou 5 dias. Foi a primeira manifestação. Aí eles ameaçaram de vir com a polícia. Aí veio o prefeito de Jaguapitã, de não sei onde mais, veio um cara que era representante do Departamento de Terras e Colonização, dizendo que as terras iam ser legalizadas. E diante desse acordo foi liberada a estrada outra vez. Esse foi o primeiro grande movimento.[2]

Essa manifestação, apesar do não cumprimento da promessa de legalização das terras feita pelo representante do Departamento de Terras e Colonização, teve uma repercussão importante para o movimento dos posseiros. Além de gerar um sentimento de unidade entre os posseiros de toda a região, acabou dando visibilidade para aquele problema que só era sentido pelos próprios camponeses. Principalmente a população urbana e, sobretudo os comerciantes, irão tomar conhecimento do litígio e das agruras que viviam aquele povo. E o que é mais importante, desperta-se um sentimento de solidariedade com aquela população, que irá ser a tônica de sustentação durante todo o conflito que ali se iniciava.

> Eu me lembro muito bem que alguns proprietários mais ricos deram vaca, deram novilho para fazer churrasco, para manter o pessoal ... mantivemos uma semana e foi mantido. O comércio, é bom que se diga isso, olha que coisa interessante, os comerciantes da região apoiavam os posseiros porque eles sabiam que se entrasse o grande fazendeiro eles estavam "fritos". E ficando a pequena propriedade eles iam ter movimento no mercado. Tínhamos o apoio, olha eu me lembro muito bem, apareciam sacos de arroz, de feijão, óleo, sal, açúcar, café à vontade, pra manter o pessoal ali na cidade. Então essa foi a grande concentração. Mas, em vez dessa promessa de resolverem o problema da legalização da terra, o que eles fizeram? Começaram atacar por região. Atacavam aqui, ali, queimavam uma casa. Mas aí com jagunços. Aí nós vimos. Aqui só tem uma solução: organizar a resistência.[3]

Desempenharam papel importante nesse sentido os parlamentares do PCB, tanto em nível estadual como nacional. Além de criticarem as atitudes

[2] Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999. Ver também Carta de Hilário Gonçalves Pinha a Lindolfo Silva [extraída da coleção Lyndolfo Silva do Arquivo de Documentação e Memória do Associativismo Rural Brasileiro, organizado por Luiz Flávio de Carvalho Costa. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro].

[3] Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7.out. 1999.]

políticas de Lupion em não resolver a contenda, condenavam a violência contra os posseiros cometidas por jagunços e policiais contratados pelos grileiros. O próprio deputado Carlos Marighella cobrou da Câmara dos Deputados a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias de violência contra os camponeses de Porecatu.[4] Aliás, é por essa época que as lideranças do movimento organizado dos posseiros de Porecatu irão tomar contato com o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O PCB TOMA CONTATO COM A REGIÃO

O envolvimento do PCB na luta dos posseiros de Porecatu se deu através do Comitê Municipal de Jaguapitã, do qual eram dirigentes Arildo, Ângelo, Miguel e Mercedes Gajardoni. A família Gajardoni exerceu papel fundamental na organização do movimento e nos conflitos que se sucederam. Aos poucos, conseguiram organizar os posseiros em grupos, "conscientizando-os" da importância de defenderem suas posses: primeiro legalmente, depois pelas armas.

Antes mesmo da formação dos grupos armados, que teria início em novembro de 1948, o PCB de Jaguapitã chegou a recorrer ao Comitê de Londrina. O farmacêutico Ângelo Gajardoni conseguiu levar à região litigada o então vereador londrinense Manoel Jacinto Corrêa, conhecido militante comunista. Jacinto constatou a gravidade da situação e sugeriu, com sucesso, ao comitê estadual do Partido, em Curitiba, um apoio efetivo aos posseiros.[5]

Enquanto em Londrina o PCB iniciava um movimento de solidariedade aos "resistentes de Porecatu", a família Gajardoni trocava sua farmácia em Jaguapitã por 10 alqueires de terra de mata virgem, nas margens do Ribeirão Tenente, possibilitando atuação próxima dos posseiros.

Mas o fato mais importante de aproximação dos posseiros com o PCB se deu, curiosamente, com a cassação do registro eleitoral do Partido e do mandato de seus deputados. Já que os militantes que atuavam na área souberam aproveitar aquele momento para incutir em alguns posseiros a proximidade dos princípios do Partido com suas lutas.

> Nessa época nós já tínhamos uma ligação com o PCB. E essa ligação com o PCB é muito curiosa porque o PCB estava cassado, cassaram os deputados. Mas quando cassaram os deputados nós fizemos uma reunião. A reunião tinha uns 40, 50 posseiros. Esse pessoal deve ser bom. Cassaram esses caras porque eles queriam reforma agrária. Aí meu pai, com mais dois, tiraram uma comissão de três e foram para São Paulo e para o Rio de Janeiro. Naquele tempo o presidente era o Dutra. Isso foi em

---

[4] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Recorte de Jornal, Pasta 427/188.

[5] CPDH. Centro de Pesquisa e Documentação em História. Universidade Estadual de Londrina. Entrevista com Manoel Jacinto Correia. 1983.

> fim de 47 ou começo de 48. Então essa comissão foi a São Paulo, na casa de um tio, irmão do meu pai. Não era militante, mas era um cara ligado ao Partido e disse: "vocês procurem o deputado Pedro Pomar". "Procurem o Pedro Pomar, porque é o único que não foi cassado [eleito pelo Partido de Adhemar de Barros (PSP)]. Não cassaram ele, mas ele era comunista e da direção do Partido." Então embarcaram para o Rio e encontraram o deputado. E através do Pedro Pomar marcaram uma audiência com o Presidente da República e aí ele disse que ia resolver o problema, mandaram para o Paraná. Mas era tempo perdido! Depois dessa época nós já tínhamos ligação com o PCB. Mas foi depois dessa época que nós formamos a organização do Partido naquela região e aí nós ligamos com Jaguapitã que já tinha uma militância naquela região. Nós estivemos juntos no movimento [refere-se à interdição da estrada de Guaraci], mas nós não sabíamos.[6]

A partir desse momento, diversos militantes do PCB de Londrina passaram a visitar a região com maior freqüência, sobretudo o vereador Manoel Jacinto Corrêa, o advogado Flávio Ribeiro e o médico Newton Câmara, levando roupas, mantimentos, remédios e dinheiro. Essa ajuda dos comunistas permitiu a conquista da confiança e da simpatia dos posseiros. Com isso se tornaram agentes importantes na orientação da luta e da batalha legal pela posse da terra.

A decisão do PCB de assumir a organização da luta armada no Norte do Paraná foi concretizada formalmente em novembro de 1948, na casa de Hilário Gonçalves Padilha, na fazenda Umuarama, quando os posseiros aceitaram os argumentos de vários emissários do Partido de que a única saída para a defesa de suas terras era o recurso das armas.

Os emissários eram de Curitiba e foram para a região depois que Hilário Gonçalves Padilha e José Billar tiveram um encontro com o advogado e ex-deputado estadual pelo PCB, José Rodrigues Vieira Netto. Logo que chegaram à região,[7] se hospedaram na casa de Hilário Gonçalves Padilha,[8] que se encarregou de reunir os posseiros para discutir seus problemas. Após esse primeiro contato, os "homens do partidão", como depois vieram a ser rotulados, retornaram todos os fins de semana do mês de novembro daquele ano até alcançar o objetivo maior: convencer os posseiros a recorrer às armas de forma organizada.

Há, na verdade, pouca informação sobre esses encontros decisivos. Uma rara exceção é o depoimento de Herculano Alves de Barros, prestado à Polícia de Porecatu, em 1951, depois do fracasso total do movimento. Herculano

---

[6] Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.

[7] Não foi possível identificar corretamente esses emissários, mas, pelas presenças no decorrer do conflito, é bem provável que tenham sido João Saldanha, na época morando no Paraná e dono de terras na região, Manoel Jacinto Corrêa, Flávio Ribeiro, Joaquim Mochel e Maria Olímpia Carneiro Mochel, depois vereadora pelo PCB em Curitiba.

[8] Hilário Gonçalves Padilha era o pai. O filho, Hilário Gonçalves Pinha, sobrenome da mãe, por ser descendente espanhol, veio a ser depois um dos principais líderes da resistência armada.

participou de todas as reuniões e mesmo da viagem ao Rio de Janeiro com Padilha e Billar. Mas confessou que decidiu se afastar dos colegas quando optaram pelas armas.[9] Herculano contou em depoimento que os emissários apareciam sempre nos fins de semana na casa de Padilha e, aos domingos, reuniam-se com os posseiros, em geral depois de alguma partida de futebol, quando então passavam a explicar os direitos dos trabalhadores, a questão da posse da terra e as injustiças que eram cometidas na região. Depois de alguns encontros, distribuíam jornais, panfletos e boletins com matérias sobre a luta dos camponeses pela terra. Segundo Herculano:

> Aos poucos eles foram levando a coisa pro lado do comunismo, pregando que a terra era de quem nela trabalhasse e que todos deveriam se unir para enfrentar jagunços, grileiros, fazendeiros e até mesmo o Governo, se fosse preciso. Daí surgiu a proposta de criarem os grupos armados. Eu não concordei e deixei os colegas.[10]

É difícil estabelecer com precisão o que se seguiu imediatamente após a decisão dos posseiros optarem pela luta armada. Contudo, por alguns depoimentos pode-se concluir que o PCB tratou de preparar o terreno para assentar operacionalmente os grupos armados, cujos embriões já existiam havia tempos, graças ao Comitê Municipal do Partido em Jaguapitã, por intermédio de Arildo Gajardoni e das Ligas Camponesas formadas em toda a região, sob a liderança de Hilário Gonçalves Pinha.

Mas até esse momento a presença do PCB na área se limitava aos próprios militantes com origem entre os posseiros. Era um grupo bastante reduzido, embora com posições importantes no processo de organização da resistência. Nesse sentido, tanto Arildo Gajardoni quanto Hilário Gonçalves Pinha iriam trabalhar com a perspectiva de arregimentar um número cada vez maior de camponeses visando, de imediato, ao direito à posse legal. O trabalho de arregimentação era feito de várias formas: por atividades de lazer, como o jogo de futebol, a pescaria, o jogo de truco, que sempre enveredava para o debate político; o trabalho político propriamente dito, mediante as reuniões das Ligas Camponesas, esse sim, fórum privilegiado da discussão política.

Mas o interessante é que as próprias Ligas Camponesas, e se sabe, pela inexistência de um aparato legislativo que lhes desse vida legal, tinham em seus estatutos preocupações de cunho mais social do que propriamente político. Embora a discussão política não estivesse contemplada estatutariamente, era tudo o que se fazia naquelas Ligas.

---

[9] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Relatório sobre Porecatu, Pasta 427/188.

[10] *Folha de Londrina*, 16 jul. 1985, p.13. Herculano Alves de Barros foi um desses personagens controvertidos do movimento. Posseiro, acabou passando para o lado dos fazendeiros quando conseguiu legalizar suas terras. Era tratado como traidor pelos antigos companheiros. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS, Pasta 427/188.

No fim dos anos 1940, o PCB fez circular no Norte do Paraná uma proposta de estatuto visando a ampliar a discussão em torno da formação de Ligas. Nessa proposta, a orientação era que as Associações de Trabalhadores Rurais fossem constituídas com as seguintes finalidades:

1. Lutar por educação e cultura dos trabalhadores da região e de suas famílias, por meio de: a) criação de escolas primárias para todas as crianças em idade escolar; b) criação de uma biblioteca circulante, contendo livros instrutivos, principalmente no que se refere à agricultura, criação, organização dos moradores da zona rural e demais assuntos de interesse dos trabalhadores; c) promoção de festas populares nas ocasiões oportunas, como São João, São Pedro, Santo Antônio, Natal, Sete de Setembro, 1º de Maio e outras, a fim de manter vivas as tradições populares das danças, músicas etc.
2. Lutar, quando for preciso, para a obtenção de créditos bancários, para financiamento das plantações e preços compensadores para as colheitas.
3. Conseguir abatimento nas consultas médicas e nos medicamentos, mediante entendimento com o médico e a farmácia.
4. Conseguir salários compensadores para os trabalhadores rurais na derrubada, apanha de café etc.
5. Conseguir estradas.[11]

Se a discussão política pela conquista da terra não estava contemplada claramente, alguns pontos fundamentais para a vida dos camponeses, entretanto, estavam, como a luta por créditos bancários, melhores preços para a produção, salários para os trabalhadores das derrubadas etc. No entanto, implicitamente, o lugar da discussão estava colocado. Não é sem sentido que a comemoração das chamadas festas populares esteja contemplada, e nela, o "1º de Maio", data que nas décadas de 1940 e 1950 fora significativamente comemorada, seja pelos esperados discursos de Getúlio Vargas, seja pelas atividades preparadas pelo PCB nas mais diversas cidades e regiões do país. Enfim, foram esses espaços – de lazer e da política – fundamentais para trazer o camponês para a luta.

UMA LUTA, DUAS FRENTES

A resistência camponesa de Porecatu se deu em duas frentes: uma armada, com um grupo reduzido de pessoas, mas com uma disciplina rigorosa e um comando extremamente forte; e outra, legal, composta por algumas centenas de camponeses, nas posses e nas fazendas, além de uma frente de solidariedade e ajuda mútua, nas cidades.

[11] Estatuto da Associação dos Trabalhadores Rurais. Londrina: Tipografia Oliveira, s/d. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Pasta 1037.

A luta armada estava dividida em três grupos e um quartel-general. Cada grupo estava localizado em uma região estratégica da área conflagrada. O primeiro grupo estava sediado na posse de José Billar, na margem direita do Ribeirão Centenário. Esse grupo era chefiado por Arildo Gajardoni, conhecido pela alcunha de "Strogof".

> O segundo, na posse de Hilário Gonçalves Padilha, nas confluências da margem esquerda do Ribeirão Tenente com o rio Paranapanema e era liderado por Hilário Gonçalves Pinha, também conhecido como "Itagiba". Já o terceiro grupo, talvez com uma importância menor em relação aos outros, estava sediado nas cabeceiras da Água Centenário, ou Ribeirão Centenário, e tinha como responsável André Rojo, conhecido como "Panchito". Além desses grupos, havia um quartel-general, cujo comandante era Celso Cabral de Mello, conhecido como "capitão Carlos", que tinha a função de fazer a ligação com os grupos e com os Comitês Municipais do Partido em Jaguapitã e Zonal em Londrina.[12]

A presença de Celso Cabral de Melo na região merece alguns comentários à parte. O fato de a imprensa nacional ter começado a dar destaque à Revolta de Porecatu desde pelo menos o início de 1950 levou o Comitê Central do PCB a interferir politicamente na luta. Assim, por determinação do CC foram enviados ao Paraná alguns militantes de confiança do Partido. Em meados de 1950 foram enviados para a cidade de Londrina os militantes Irineu Luís de Moraes e um outro, conhecido apenas como "Machado". Em suas memórias, Irineu Luís de Moraes se refere à ida dele e de "Machado" para o norte do Paraná:

> Em meados de 1950 o partido decidiu me mandar para Londrina, Paraná. Já tinha acontecido luta lá e o partido chegou depois ... O comitê executivo do partido em São Paulo estava dirigindo a briga lá, apesar do fato de que o foco estava em outro estado. Parece que a direção do Paraná tinha entregado o conflito para São Paulo porque eles não tinham condições ou não queriam tomar conta, não sei ... Então fomos para lá, eu e um outro rapaz, de Sorocaba, chamado Machado (era nome de guerra – eu não sei o nome dele de verdade). A mulher dele, que também era lutadora foi junto.[13]

Já Celso Cabral de Melo, "capitão Carlos" ou "homem do partido", como os posseiros diziam, chegou no fim de 1950. Celso Cabral de Melo era um militante do PCB com grande experiência. Na Intentona Comunis-

---

[12] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Relatório do Delegado Especializado do DOPS, Eduardo Louzadas Rocha. Pasta 427/188.

[13] WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p.117-8. Com relação à informação de que o comitê do Paraná havia entregado a direção da luta para São Paulo, parece que não procede. No entanto, é verdade que o Comitê Central procurou tomar a direção para si, enviando militantes de sua confiança, entre eles Irineu Luís de Moraes, José Ortiz, Machado e Celso Cabral de Melo.

ta de 1935, teve participação importante na função de cabo da Marinha e rádio-telegrafista, a bordo do encouraçado *São Paulo*. Com o fracasso do movimento foi detido e recolhido ao resídio da ilha das Cobras, depois transferido para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e, por fim, trancafiado no navio-presídio *Pedro I*. Esteve preso de novembro de 1935 até abril de 1936, quando, na Sexta-feira Santa desse ano, aproveitando-se de uma "fraqueza da vigilância de bordo" do navio-presídio conseguiu fugir.[14]

Foragido da Justiça, foi processado e condenado à revelia, pelo Tribunal de Segurança Nacional, por sua participação na Intentona, a seis anos e quatro meses de detenção. Com a fuga, embrenhou-se pelo interior do estado do Rio de Janeiro, trabalhando em fazendas de Barra do Piraí e Valença. Em 18 de abril de 1945 foi anistiado, com Prestes e os demais presos políticos da época.

Segundo seu depoimento no DOPS, até o levante de 1935 não era comunista. Foi recrutado e catequisado pelo Partido Comunista durante os seis meses que passou preso. Depois de ter fugido da prisão, participava timidamente da militância em organismos de base do Partido e, quando da anistia em 1945, cuidava apenas de sua subsistência. Após a anistia, formou-se na escola do Partido, passando a residir, por determinação do PCB, em Caxias, onde trabalhava como eletricista na Fábrica Nacional de Motores. De 1945 a 1948, Celso Cabral de Melo ocupou vários cargos na estrutura do PCB: foi secretário de organização do Comitê Estadual do Rio de Janeiro, participou da organização do Comitê Estadual de São Paulo e chegou inclusive a membro do Comitê Nacional.[15] No entanto, sua permanência no Comitê Central foi curta tanto quanto o período de legalidade do PCB. Em maio de 1948 recebeu comunicado do Secretariado Nacional do Partido informando que já não fazia parte da Direção Nacional, passando a militar simplesmente nos organismos de base.

Daí em diante Celso Cabral recebeu diversas tarefas da Direção Nacional para atuar em diversas localidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em dezembro de 1950 foi chamado ao Rio de Janeiro, onde foi informado por Apolônio de Carvalho, membro da Direção Nacional do Partido, da necessidade de se dirigir ao Norte do Paraná para fazer um levantamento da situação dos posseiros e dos conflitos de terra.[16]

---

[14] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Auto de Qualificação e Interrogatório de Celso Cabral de Melo, Pasta n.427/188.

[15] Moisés Vinhas confirma esse dado. Em julho de 1946, realizou-se a III Conferência Nacional do PCB, na sede da UNE, no Rio de Janeiro, decidindo-se pela renovação e ampliação da Direção Nacional. Entre os eleitos como membros efetivos estava Celso Cabral de Melo. VINHAS, M. *O partidão*. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982, p.93.

[16] Há informação de que Apolônio de Carvalho teria participado diretamente na organização da luta armada em Porecatu, mas em suas memórias não há registro sobre isso. CARVALHO, A. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Celso Cabral de Melo chegou à região Norte do Paraná no fim de dezembro de 1950 com a incumbência de fazer um relatório detalhado da situação, como estava a composição dos grupos armados, a disposição de luta, os armamentos e munições disponíveis e as perspectivas do movimento. O "capitão" providenciou o relatório num prazo de quinze dias e retornou ao Rio de Janeiro. Nessa cidade acabou prolongando sua permanência por mais de trinta dias já que não conseguia localizar seu "contato" com a Direção Nacional. Foi só por intermédio de "Machado", que também atuava em Londrina, que conseguiu novo contato com Apolônio de Carvalho, entregando o relatório, cujo teor foi apresentado ao Comitê Central. No fim de fevereiro de 1951, logo após o Carnaval, recebeu nova tarefa do Partido para regressar à área do conflito e assumir o comando político e logístico da resistência armada. No entanto, Celso Cabral não estava sozinho. Com ele estava "Machado", que seria o responsável pela ligação dos resistentes com o Comitê de Zona do Partido em Londrina e deste com a Direção Nacional.[17]

Ao regressar ao Paraná, Celso Cabral ficou por quatro dias em Londrina, acertando com os membros do Comitê de Zona do Partido e com "Machado" os detalhes de sua atuação na região e a intensificação da resistência armada. De Londrina foi para Guaraci, já na área do conflito, onde entrou em contato com Arildo Gajardoni e com Hilário Gonçalves Pinha que eram, até aquele momento, os principais líderes da resistência armada contra os grileiros. Com a chegada de Celso Cabral de Melo, o "capitão Carlos" assumiu o comando do quartel-general, cabendo a Arildo Gajardoni e a Hilário Gonçalves Pinha o comando dos dois mais importantes grupos armados e uma interlocução privilegiada com o comandante-geral.

Cada grupo era formado por alguns membros, o que demonstra uma participação bastante reduzida de pessoas que se envolveram diretamente no conflito armado. A imprensa da época publicava notícias totalmente equivocadas, superestimando o número de pessoas envolvidas. Havia matérias que falavam de trezentas pessoas, outras, em quinhentas e ainda outras, mais exageradas, em milhares de "camponeses em arma".[18] Mas a

---

[17] "Machado" é uma grande incógnita. Nem a repressão conseguiu identificá-lo, nem esse pesquisador. Mas, ao que tudo indica, era membro da Direção Nacional. Celso Cabral de Melo assim identificava "Machado": "não conheço 'Machado' senão por esse pseudônimo. Mas sabe que é residente em Londrina, parecendo exercer ali atividades de corretor de terras, tem mais ou menos 1,76m de altura, corpo cheio, moreno, regularmente trajado, tipo de sírio, aparentando 36 ou 38 anos". Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Conforme Auto de Qualificação e Interrogatório, Pasta 427/188. Hilário Gonçalves Pinha, em depoimento já citado para esta pesquisa também se refere a Machado: "quem fazia a ligação era esse companheiro ..., o tal Machado ... Era esse companheiro corpolento, negrão, que fazia isso regularmente, cada 15 dias estava lá no mato. Ficava 2, 3 dias comendo com a gente lá, e voltava, fazia a ligação, entre o Jacinto, entre a direção do Partido na cidade e nós, no mato".

[18] Conforme reportagens nos jornais *Gazeta do povo*, 26 jun. 1951; *O Dia*, 26 jun. 1951 e 1º jul. 1951; *Diário da Tarde*, 4 jul. 1951.

realidade era outra, embora os posseiros realizassem ações que podiam mostrar uma força e uma quantidade de pessoas que eles não tinham.

> Era um grupo muito reduzido. Ah, eles pensavam que era muita gente. Nós atacávamos, de uma vez só, três ou quatro caminhões. O que nós fazíamos. A gente tinha certeza de que eles andavam em comboio, de 20 a 50 metros, um caminhão do outro. Eles tinham medo, então andavam perto um do outro, para qualquer emergência eles terem condições de se agrupar. Então nós tínhamos a audácia de pegar 12 caras e botar, 4, 4 e 4. Então, cada quatro atacava um caminhão.[19]

Em outro depoimento:

> O soldado estava lutando para não cair, para não morrer, e aí, chumbo em cima. E também desaparecíamos. Era "pá, pá, pá, pá", e estávamos longe. Não íamos esperar os caras se agrupar, depois eles se organizavam e faziam um tiroteio de 30, 40 minutos. Mas aí nós já estávamos longe, 500, 600 metros, um quilômetro longe. Isso causava a impressão que era muita gente. Mas era quatro cara, era doze. Atacava três caminhões numa vez.[20]

A maioria estava armada de espingarda ou então carabina de doze tiros. Essas armas eram comuns na região e usadas para caça. Mas eram essas as armas de que os camponeses, inicialmente, dispunham. No entanto, tail armamento era muito frágil. E o resultado prático dessas ações com armas deficitárias era quase insignificante. No relatório que elaborou para o Comitê Central, Celso Cabral de Melo descreve que as melhores armas em poder dos posseiros eram uma submetralhadora calibre 45 milímetros com carregador de 45 tiros, "em mau estado de funcionamento" e uma submetralhadora de 9 milímetros, com carregador para trinta tiros, "funcionando regularmente".[21]

Com o decorrer do tempo, algumas armas mais sofisticadas foram conseguidas, sobretudo pistolas automáticas, mosquetões, granadas e metralhadoras, muitas recuperadas dos jagunços ou dos policiais, outras enviadas pelo Comitê Zonal do Partido em Londrina.

> Depois nós fomos sofisticando a coisa. Arrumamos a dinamite. Colocava na estrada e explodia; o caminhão pulava pra cima [risos de satisfação]. E aí a gente aproveitava, já que o estrago era maior e levava até algumas armas. Armas que também não prestavam. Um mosquetão desgraçado de ruim. Metralhadora que dava dois tiros e engasgava. Nós fomos nos armando com as armas deles. Principalmente da Força Pública. Mas também de alguns jagunços, que tinham armas melhores. Pois bem, então a luta se dava assim.[22]

---

19 Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.
20 Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.
21 Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Autos de Qualificação e Interrogatório, Pasta 427/188.
22 Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.

Dona Anita, companheira de Manoel Jacinto Corrêa, em suas memórias, lembra das dificuldades para se conseguir armas e até roupa para os participantes da revolta. Segundo ela, sua casa em Londrina era um verdadeiro Q.G. do movimento. Era ali que se costuravam as roupas para os posseiros e a casa servia ainda como esconderijo de armas, depois levadas para a região do conflito.[23]

Todos os membros dos grupos usavam um codinome para se identificar, o que era fundamental para manter o sigilo e preservar a identidade de quem estava de armas na mão. Tanto que no processo-crime aberto contra os posseiros que foram à luta armada, no Fórum da Comarca de Porecatu, alguns não puderam ser indiciados porque não foram identificados, como "Machado", "Orozimbo" e "Jordão".[24]

Esses membros tinham grande mobilidade dentro da floresta e não ficavam num ponto mais do que dois dias. Além da mobilidade havia troca constante de membros entre os grupos, "por motivo de segurança" ou para evitar o tédio e as pequenas desavenças. Aliás, as pequenas desavenças internas, mais por motivos pessoais, como orgulho ferido, brigas por namoradas, jogos etc., devem ter sido uma constante durante a luta. Hilário Gonçalves Pinha, em seu depoimento, fala diversas vezes desses "pequenos atritos" que, segundo ele, eram resolvidos à medida que iam surgindo, "com muita conversa".

Mas me parece que não era bem assim. Em ação definida para embargar uma derrubada de mato, na propriedade conhecida como Lote 13, grilada por Clemente Vilella Arruda, o quartel-general havia decidido que o ataque seria feito pelo grupo comandado por Arildo Gajardoni, estando na retaguarda o grupo de André Rojo, vulgo "Panchito". No entanto, quando do ataque aos capangas de Clemente, o grupo liderado por André Rojo não deu cobertura, colocando em risco os demais companheiros. Esse fato resultou numa séria divergência entre André Rojo (comandante do terceiro grupo) e Arildo Gajardoni, o que foi decisivo, dias mais tarde, para André Rojo tomar a decisão de abandonar o comando do terceiro grupamento e desistir da luta armada.[25]

---

[23] CEZAR, A. P. *Anita. memórias*. Londrina: Vale Verde, 1991.

[24] O primeiro fazia o serviço de ligação entre Londrina e Porecatu. Os dois últimos participaram dos grupos armados dentro da floresta. Cartório Criminal do Fórum da Comarca de Porecatu. Processo-crime contra Arildo Gajardoni e outros, 1951. Ver ainda: Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Relatório do Delegado Eduardo Louzadas da Rocha, Pasta 427/188.

[25] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. Depoimento de Celso Cabral de Mello no Inquérito Policial realizado pelo DOPS, Pasta 427/188. Outra versão para esse caso é o de que André Rojo estava sendo pressionado por sua mulher para abandonar a luta armada. Por isso decidiu não acatar ordens para atuar na ação, abrindo o caminho para a desistência na luta. Não consegui vestígios em nenhum documento de uma acusação maior a André Rojo, como a de traidor. Mas uma atitude como essa era fatal. E é bem provável que a sua saída tenha sido forçada pelo quartel-general.

No que diz respeito à mobilidade dos grupos e das pessoas entre os grupos, apresento um excerto de um diário, escrito por Hilário Gonçalves Pinha, um dos comandantes da luta armada, que consegui recuperar na documentação do DOPS depositada no Arquivo Público do Paraná.

> No dia 23 fomos fazer um reconhecimento no lote No. 10, e no mesmo tempo fazer o ataque. Não efetuamos o ataque porque não pudemos reconhecer a força dos jagunços. Na noite do mesmo dia voltemos p/ o Q.G. e na mesma noite seguiram p/ o P.1. o comp. Batista e Birigui, p/ no dia seguinte esperar o carro no ponto e no dia 24, a noite seguimos todos p/ o P.1; não chegando os [ilegível] do C.M., no dia 25. No dia seguinte foi o comp. Panchito e o Chinês p/ o P.3. e o Strogof e o Batista iam até o comp. José M. chegarão no comp. de ligação M.M., encontrarão o comp. Carlos e o Loxa. Voltou para o P.3. o comp. Loxa como comp. Chinês, e o comps. Strogof, Panchito e Batista voltarão para o Q.G. com o comp. Carlos. No dia 27 foi o comp. Barros visitar a familia e o comp. Panchito também foi encontrar com sua companheira.
>
> No dia 28 a noite tornemos a mudar p/ o P.2. Descansemos o dia 1o. de março e no dia 2 fizemos o ataque no lote 10. Não encontremos mais os jagunços, encontremos 3 famílias postos pelo Alemão para tratar o café, mandemos desocupar as casas, até o dia 5, na tarde do mesmo dia voltemos para o Q.G.
>
> Na manhã do dia 3 o comp. Carlos com o comp. Strogof foram fazer ligação com C.M. e na noite do mesmo dia foi o comp. Batista e o Bororó p/ o P.1. para esperar o carro no ponto, que vinha trazer armas e munição, por não ter vindo o carro, só voltaram no outro dia a noite.
>
> No dia 8 chegou o comp. Strogof e no dia 9 foi p/ o P.3. com o comp. Barros a cavalo, no dia 10 fomos tirar uma mudança que não tinha saído no dia 5. O comp. Strogof e Barros chegaram dia 13 com o comp. Carlos.[26]

Essa narrativa mostra um pouco dos percalços e das estratégias adotadas pelos resistentes na mata. Em primeiro lugar, os ataques eram feitos com muita segurança. Se o grupo percebia que o alvo a ser atacado tinha uma posição melhor, a ação era protelada para outra ocasião. Em segundo, além de combater os jagunços e os policiais, os grupos armados tinham a função de "limpar" as posses ocupadas por trabalhadores enviados pelos grileiros.

No primeiro caso vale a pena registrar que as ações se davam quase sempre mediante emboscadas, procurando pegar a tropa sem grande poder de defesa. Valia como tática, o fator surpresa.

> A gente se entrincheirava atrás de uma peroba de um metro, um metro e pouco e chumbava. Vinha num caminhão com vinte, vinte e poucos soldados e ... era uma beleza. Chumbava os caras e caia fora. Nós não tínhamos condições de resistir. E até os caras não tinham resistência porque eles se apavoravam. A gente baleava cinco, seis, sete. Mas o nosso grupo tinha cinco, seis, também. Mas deixava um estrago em cima do caminhão.

[26] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. A luta dos camponezes de Porecatu. Diário escrito por Hilário Gonçalves Pinha, Pasta 427/188.

Ou ainda,

> E depois nós conseguimos duas ou três metralhadoras que não engasgavam, que as vezes funcionavam (risos). Mas mesmo de Winchester você faz um estrago. Então um caminhão com 20 homens. Os caras vão em pé, indefesos, de armas na mão, mas indefesos. Você está ali a dez metros, protegido, você faz um estrago. Depois que nós pusemos umas dinamites e fizemos o caminhão voar, aí o pânico foi bravo. A gente fazia o disparo por controle, colocava normal, quando não aparecia nada e quando vinha o caminhão, "pau", era uma coisa certeira. Nem sei, não tinha uma força capaz de fazer voar o caminhão, mas ele tombava, tirava da estrada, era um negócio sério, mas o estrago que causava?[27]

Com o início da luta armada e o refúgio dos posseiros na floresta, várias posses ficaram suscetíveis às investidas dos grileiros e da ação dos jagunços. Muitas, inclusive, foram ocupadas pelos proprietários que as reclamavam. Ao acontecer isso, os proprietários, imediatamente, contratavam trabalhadores e os instalavam nas posses para dar continuidade ao trabalho de derrubada das matas e fazer o plantio do café ou a formação de pastagens.

Os trabalhadores, contratados como empreiteiros para derrubar o mato e fazer o plantio, geralmente eram de outros estados, sobretudo de Minas Gerais e de São Paulo e chegavam desinformados dos conflitos que estavam ocorrendo na região, bem como não sabiam que iriam trabalhar em terras contestadas e de alta periculosidade.

Esse fato criou mais uma dificuldade para os posseiros armados, pois, agora, deveriam abrir uma nova frente da luta. Teriam de combater a polícia dentro da floresta, mas também se arriscar em campo aberto para embargar o trabalho dos empreiteiros nas posses. E o que era mais difícil: fazer os embargos sem colocar em risco a vida daqueles empreiteiros ou mesmo sem criar um atrito maior com eles.

Ao embargar uma derrubada, ou fazer a "limpeza", termo utilizado pelos posseiros, deveriam primeiro furar o cerco dos jagunços contratados pelos grileiros para dar cobertura e amparo aos empreiteiros. Depois se reunir com esse grupo de trabalhadores e explicar que aquelas terras eram deles, que os grileiros que os haviam contratado estavam usurpando a posse e, depois dessa conversa, ainda, convencê-los a desistir do serviço e abandonar a região, ou pelo menos a região conflagrada.

Logo, essas ações tinham dois momentos. Primeiro, liquidar com os jagunços.

> E junto com os caras, com a turma que ia desmatar tinha um grupo armado, de jagunços, que estavam ali disfarçados, para dar cobertura para vocês, para amparar vocês, esse pessoal nos deu trabalho e esses jagunços nós tivemos que executar. De-

[27] Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.

pois de dar uma "chuvinha" de bala nos caras, pegar os caras que estavam armados, dando cobertura. Pegava eles de supetão e "pá, pá" ...

Mas esses jagunços nos deram trabalho. E eram jagunços acostumados a matar gente, a fazer emboscadas, então esses caras eram muito mais perigosos do que a polícia, esses caras ... e essa foi uma das táticas que também não deu certo para eles, mas nos deu trabalho. Tivemos que organizar ação relâmpago muito bem organizada. Porque você tinha que liquidar a chamada guarda de proteção e depois ter peito de se reunir com os trabalhadores, para explicar as coisas. E quem é que garantia que no meio deles não tinha um jagunço, também. E muitos deles estavam armados, de revólver. É claro que a gente não fazia isso ... um ia falar, geralmente era eu [dando risadas] e os outros ficavam na cobertura. Mas você podia levar um tiro. Era um negócio muito arriscado.[28]

Segundo, se reunir com os empreiteiros e convencê-los a deixar a posse.

Depois, reunia todo mundo no acampamento. Chegava lá e fazia uma discussão política. Vocês não têm nada com isso, mas aqui as coisas são assim, assim, e assim. Essas terras são nossas, nós vamos lutar por elas, se vocês não quiserem morrer, porque vocês vão ser pego no fogo, se continuar não nos responsabilizamos pelo que vai acontecer com vocês, porque se eles botarem a polícia aqui a coisa vai ferver. Ah! A massa ia embora. Mas a gente discutia abertamente com eles. E esses caras nunca mais pegavam empreitada sem saber. "Para Porecatu nós não vamos", diziam. O cara não ia arriscar o próprio pêlo.

E era doloroso você fazer isso, porque eram gente como nós, eram trabalhadores simples que estavam ali ganhando um salário. Aliás, eles pagavam muito bem para esse tipo de gente, se não eles não iam. Mas isso nos deu muito trabalho. Mas também não deu resultados para eles, para os fazendeiros.[29]

Como se pode notar pelo depoimento e pelo que foi analisado anteriormente, os maiores embates dos posseiros se deram, exatamente, contra os jagunços. A Força Policial, por estar fazendo um trabalho para os grileiros, era um inimigo a ser combatido, sem dúvida. Mas era considerado um inimigo fácil. Primeiro por que eram profissionais despreparados para o embate em situação de guerrilha. O máximo que a Força Policial fazia era vasculhar estradas e residências à procura dos posseiros. E nas estradas, principalmente aquelas que cortavam as florestas, tornavam-se presas fáceis das emboscadas e dos tiroteios de surpresa.

No caso dos jagunços era diferente. Eles não só eram temidos, como conheciam muito bem a região e lutavam de igual para igual, às vezes com as mesmas táticas, às vezes com a mesma precisão. Por isso era fundamental a eliminação dos jagunços. Alguns casos ficaram famosos na região. Primeiro, a eliminação do jagunço Luisinho, que comandava um caminhão de solda-

[28] Ibidem.
[29] Ibidem.

dos para fazer o despejo da posse de José Billar. Num tiroteio decorrente da resistência a um despejo, Luisinho foi morto com outros cinco soldados, no sangrento enfrentamento ocorrido no dia 10 de outubro de 1950.[30]

Mas nenhum caso gerou tanto entusiasmo entre os posseiros como a vingança e o justiçamento do jagunço José Celestino. A máxima de Luís Carlos Prestes, expressa em seu Manifesto de Agosto de 1950 de que para combater a violência dos dominadores era inevitável e necessário imprimir a violência das massas, foi levada a cabo pelos posseiros de Porecatu.[31] Celestino, cujo nome verdadeiro era José Ferreira de Souza, vinha trabalhando como capanga há vários anos. Contratado pelos Lunardellis, prestava serviço para outros grileiros e para a Força Policial do Paraná, da qual, inclusive, tinha a promessa de obter um emprego com a patente de sargento. Celestino era acusado pelos posseiros de vários crimes: estupro, despejo e assassinato. Pelo menos dois posseiros foram assassinados por ele: Francisco Bernardo dos Santos e Salvador Ambrósio, esse morto traiçoeiramente às margens do rio Paranapanema, enquanto pescava. Depois desses crimes, os posseiros juraram liquidar com o jagunço.

A orientação de executar Celestino não partiu do PCB, como algumas fontes apontam.[32] A decisão foi tomada por um grupo de dezoito pessoas que estava embrenhado na mata, entre eles alguns militantes do PCB, como Arildo Gajardoni e Hilário Gonçalves Pinha. Mas a decisão da execução não partiu do Partido e sim dos próprios posseiros, embora não tenha sido unânime: quinze posseiros votaram a favor, três se abstiveram.

> Eu tive restrições. Eu achava que ... eu tinha vontade de liquidar o cara. Mas eu achava que ia repercutir mal essa execução, porque era uma execução, estava na cara. Mas a decisão foi democrática. Só três se abstiveram: eu mais dois. Não votamos contra, mas nos abstivemos. Os 15 votaram pela execução. Então eu disse: eu sou o primeiro.[33]

Essa decisão coletiva revela mais um fato importante de como era construída, internamente, a questão da direção do movimento e do comando. O fato de Hilário Gonçalves Pinha ser o comandante (na época, o "capitão

[30] Os episódios daquele dia 10 de outubro de 1950 ficaram marcados na história da revolta de Porecatu. Ao todo foram seis mortos (sendo dois adolescentes) e onze feridos, entre policiais, jagunços e posseiros. Acontecimentos que ficaram cravados na memória de todos aqueles que participaram dos conflitos armados. A partir daquele momento a luta se ampliou e com ela a violência e os combates. Sobre esses episódios ver *Folha de Londrina*, 16 jul. 1985; e Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS, Pasta 427/188.

[31] VINHAS, M. *O Partidão*: a luta por um partido de massas. São Paulo: Hucitec, 1982, p.140-57.

[32] Cf. FELISMINO, P. T. A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. *Folha de Londrina*, 14-28 jul. 1985; PELEGRINI, D. *Terra vermelha*. São Paulo: Moderna, 1998.

[33] Depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.

Carlos" ainda não havia chegado à região) e ao mesmo tempo se abster de uma decisão fundamental como essa mostra certo grau de amadurecimento político do grupo e espírito de interlocução dos demais sujeitos. A figura do comandante era respeitada e ele tinha o poder de decisão apenas no momento de uma ação concreta. Atacar, recuar, fazer, não fazer eram decisões tomadas pelo comandante na hora da ação e, quase sempre, acatadas pelos comandados.[34] Em uma ação todo mundo era obrigado a obedecer a ordens, sob pena de repreensão. Mas, nos outros casos, como a mobilidade do grupo, as estratégias de ataque, o embargo de alguma derrubada ou a execução de um jagunço, como no caso em tela, a decisão era coletiva e deveria ser acatada pela maioria. Exercia-se a democracia interna, prevalecendo a decisão vencedora. No entanto, a posição perdedora deveria ser enquadrada imediatamente após a decisão. Daí, penso, o fato de o comandante, exercendo sua própria liderança, chamar para si a responsabilidade da execução do tal jagunço, mesmo tendo uma posição contrária.

A morte de José Celestino foi comemorada por toda a região. A população camponesa, "cansada de ser espezinhada e ameaçada pelos jagunços", aplaudiu a coragem daqueles posseiros rebelados. Até a imprensa do PCB deu destaque ao fato. "A justiça camponesa fazia sentir o peso de sua mão sumária e implacavelmente", salientava o editor do jornal *Voz Operária,*[35] na edição que publicou reportagem sobre o caso.

No dia seguinte, o cadáver de Celestino foi encontrado pelos policiais e carregado para a Vila Progresso, onde foi sepultado. Não houve acompanhantes, mas, por via das dúvidas, um batalhão de noventa soldados se incumbiu de proteger o enterro. O medo empalidecia as faces daqueles consternados soldados, escreveu um repórter à época.[36]

A repercussão positiva do caso, em vez do que pensava o comandante Hilário, que achava que um ato como esse poderia repercutir mal, deu novo alento à luta dos posseiros. Centenas de famílias de camponeses, que até então achavam que aquele bando de pessoas de armas na mata eram uns aventureiros sem grandes perspectivas, passaram a admirar e a vislumbrar em suas ações possibilidades de dias melhores. A luta começou a ganhar popularidade e apoio dos mais variados segmentos da população.

---

[34] Na entrevista que realizei com Hilário Gonçalves Pinha, ele comenta que no início da luta os posseiros rebelados, às vezes, não acatavam as decisões do comando em ação. Cada um queria decidir por si a melhor forma do ataque, o que acabava deixando o grupo bastante vulnerável, sofrendo baixas em algumas dessas ocasiões. Segundo ele, com o tempo, os próprios posseiros foram percebendo que os ataques precisavam ser mais bem coordenados e ter um comando único. O que nos leva a inferir que a própria luta vai formando essa consciência.

[35] *Voz Operária*, 13 jan. 1951, p.9.

[36] Ibidem.

A LUTA ARMADA SE AMPLIA

Com a chegada do "capitão Carlos" na área, os posseiros começaram a apertar o cerco contra grileiros e fazendeiros, com o objetivo de exercer maior controle sobre a região e expandir a luta pela terra. Mesmo antes da chegada de Celso Cabral de Melo na área, Arildo Gajardoni, o "Strogoff" e Hilário Gonçalves Pinha, o "Itagiba", e seus grupos armados já haviam iniciado uma série de embargos e expulsões de trabalhadores contratados por fazendeiros para realizar tarefas de derrubada de mato e plantio de café. Alguns casos são significativos.

No dia 28 de dezembro de 1950, um grupo de dez posseiros, entre eles Lázaro Bueno de Camargo, o "Lazão", seus dois filhos "Dito" e "Bororó", João Pernambucano, André Rojo, conhecido como "Panchito", Inocêncio Ferreira Belém, Miguel Gajardoni, Orozimbo Vieira de Moraes e outro posseiro conhecido por Jordão, todos liderados por "Strogoff", ameaçaram e expulsaram José Verone, que estava ocupando a área de terras dos quatro posseiros mortos nos conflitos de 10 de outubro de 1950.

Na tarde desse mesmo dia, "Strogoff" enviou um emissário à procura de José Billar, convencendo-o a retornar sua posse, por entender que a volta dele a sua antiga posse seria um importante exemplo de resistência para os outros posseiros, já que eles a haviam abandonado depois dos conflitos de outubro e se refugiado na floresta.

No dia 13 de fevereiro o grupo de "Strogoff" invadiu a Fazenda Centenário, de Neccar Accorsi, expulsando a família de Geraldo Felipe, que trabalhava numa empreitada de derrubada de mato. No dia seguinte, dois grupos armados cercaram o canteiro de obras do porto de Itaparica, no rio Paranapanema, e expulsaram todos os trabalhadores do lugar. Na mesma tarde os grupos entrincheiram a estrada que liga Porecatu a Centenário, conhecida como Paralelo 38, impedindo o tráfego de veículos e caminhões da Prefeitura.[37]

A luta começa a se ampliar e ganhar novo alento. Nesse período, os trabalhadores assalariados das fazendas Santa Lina, Santa Maria, Santa Terezinha, Flama, Quem Sabe, Palmeira e Centenário decidem entrar em greve reivindicando melhores salários, o que demonstra, de certa maneira, que a luta na região era mais ampla do que apenas a conquista da terra. E, de certa forma, expõe o trabalho que o PCB vinha desenvolvendo no campo, que, de um lado, trabalhava com as possibilidades da luta armada e, de outro, na organização associativa e sindical. Os doze mandamentos dos posseiros de Porecatu eram um sinal disso. Articulavam as reivindicações pela terra, mas também por melhores salários e condições de trabalho.

---

[37] As expulsões são retratadas pela reportagem da *Folha de Londrina*, 18 jul. 1985, p.13.

1. entrega imediata das posses a seus primitivos ocupantes e entrega, também imediata, dos títulos. Distribuição das terras griladas, das chamadas "fazendas" e das terras devolutas aos camponeses pobres;
2. indenização pelo justo valor aos posseantes;
3. anulação de qualquer processo ou perseguição contra posseiros e trabalhadores;
4. remoção da polícia e prisão dos jagunços dos municípios de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas;
5. punição dos assassinos e mandantes dos massacres dos posseantes, entre os quais o sr. Lunardelli;
6. eleição de uma comissão de posseantes para nova divisão das terras;
7. reconhecimento dos direitos dos trabalhadores do campo;
8. Cr$ 3.000,00 pelo trato de mil pés de café, com direito à planta – Cr$ 40,00 por saco de 110 litros de café colhido;
9. pagamento em dinheiro todas as quinzenas;
10. Cr$ 50,00 livre, por dia de 8 horas de trabalho para os volantes e colonos;
11. pagamento das férias, inclusive as atrasadas;
12. para a formação de 10 mil pés de café, pagamento de Cr$ 3.000,00 com direito de colheita até o quinto ano.[38]

A chegada definitiva do "capitão Carlos", no fim de fevereiro de 1951, para comandar as operações políticas e armadas do conflito, ocorreu em um momento em que o PCB havia definido ampliar a luta pela terra na região. Foi então montado um acampamento militar nas imediações da posse dos Billar, conforme acordo estabelecido com o chefe do clã, José Billar, quando de seu retorno à posse. Sob uma barraca de lona eram discutidas as estratégias de resistência, as táticas de luta, a definição dos ataques e o plano de ampliação dos grupos.

Na tarefa de ampliar os grupos armados, os líderes do movimento instituíram o mutirão, que em pouco tempo começou a dar resultados práticos. Tratava-se de reunir o maior número de trabalhadores possível em uma posse para realizar os serviços necessários, como capinar, colher café, fazer uma cerca ou até mesmo derrubar o mato. Sempre no fim da tarde eram realizadas reuniões para discutir o movimento e *conscientizar* os trabalhadores da importância da participação e engajamento na resistência armada contra os grileiros e fazendeiros, ou "tatuíras", como diziam os jornais do PCB, editado nesse período.[39]

Exemplo bastante significativo desse tipo de ação é o caso do posseiro João Leite. Na noite do dia 3 de maio de 1951, puxado pela mão de seu vizinho, Eugênio, decide participar de uma reunião na casa de José Ribeiro, o "Zé-sem-medo", que tinha posse na Fazenda Umuarama. Nesse encontro,

---

[38] Os posseiros e seus doze mandamentos. Porecatu, 23 abr. 1951. Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS, Pasta 427/188.

[39] *Voz Operária*. Várias edições dos meses de out., nov. e dez. de 1950 e de jan., fev., mar., abr. de 1951. E, ainda, o depoimento de Hilário Gonçalves Pinha ao autor, 7 out. 1999.

onde participaram mais ou menos vinte posseiros, "Strogoff" e o "capitão Carlos" convenceram João Leite a participar de um mutirão na posse de José Billar. Era por meio desse trabalho que o PCB procurava *conscientizar* os novos membros do movimento da necessidade da luta. Seis dias depois, em 9 de maio, João Leite recebia de "Strogoff" uma carabina e um embornal de munição e se integrava ao grupo armado baseado na posse dos irmãos "Quiabo", sob a liderança de "Itagiba". Nesse mesmo dia ele participou de um embargo na Fazenda Palmeira, do grileiro Antônio Ângelo, impedindo que trinta trabalhadores continuassem a derrubada de mata virgem.

Outro exemplo é o caso do posseiro Miguel Roque Alves. No dia 10 de maio de 1951, convencido pelo seu vizinho Manoel Ferreira da Silva, que apenas há cinco dias havia aderido ao movimento, decidiu participar dos mutirões e integrar um dos grupos armados. Miguel levou com ele o irmão Lucindo Roque de Carvalho e o vizinho João Roberto. À tarde, ambos já estavam participando de ações de embargo contra trabalhadores contratados por grileiros.

O mês de maio foi especialmente intenso para os grupos armados. No dia 23 eles se uniram para uma ação conjunta na Fazenda Palmeira. Ali prenderam o empreiteiro Otávio Cuocolo e mais dezoito trabalhadores, levados para o interior da floresta, onde permaneceram até o anoitecer, quando foram soltos. O feitor dos trabalhadores, Sérgio Rodrigues, ao ensaiar uma resistência, quase foi morto. Durante o tempo que mantiveram os dezoito trabalhadores sob custódia, "Strogoff" e "Itagiba" tentaram *conscientizá-los* da luta que estavam empreendendo. Discurso em vão, não conseguiram arregimentar nenhum trabalhador. No dia 26, novamente em conjunto, os grupos armados invadiram a Fazenda Centenário, impedindo que outros trinta trabalhadores continuassem a derrubada da mata.[40]

Com mobilidade operacional eficiente, os grupos não paravam de exercer a "limpeza" da área, expulsando administradores, jagunços e trabalhadores contratados por grileiros. José Carlos Nogueira da Costa, filho do administrador da Fazenda Tabapuã na época dos conflitos, lembra que os posseiros se valiam de um método infalível para amedrontar as famílias, sobretudo as mulheres dos trabalhadores contratados.

> À noite, escondidos no mato, ocupavam-se em furar os baldes dos poços d'água com certeiros tiros de carabina. Era um suplício. Os disparos provocavam um barulho infernal, disseminando o medo e obrigavam as mulheres a incômodas e enervantes tarefas de tapar os furos feitos à bala.[41]

[40] A reconstrução desses episódios foi possível a partir das seguintes fontes: Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS, Pasta 427/188. *Folha de Londrina*, 14-28 jul. 1985, e *Voz Operária*, mar-jun. 1951.

[41] *Folha de Londrina*, 19 jul. 1985, p.11.

José Carlos Nogueira da Costa comenta um desses ataques de posseiros e o que isso representou para a sua família. Diz ele:

> Foi um inferno. Não passava das dez e meia da noite do dia 28 de maio de 1951, quando as carabinas começaram a cuspir balas de dentro da mata escura. Alguém teve o cuidado de contar depois: foram mais de trezentos tiros que vararam, sem dificuldades, as frágeis paredes de madeira da pequena casa.[42]

José Carlos morava em uma pequena casa de madeira com seu pai, Joaquim Costa, administrador da fazenda, sua mãe Idalina, as irmãs Nair, Nadir e Luzia, além de duas primas, Lola e Nelci. Todos se preparavam para dormir (com exceção de seu pai, que estava viajando) quando foram surpreendidos pelos tiros dos posseiros, recorda-se José Carlos.

> Ao bater na madeira, as balas provocavam estalos estranhos, bem esquisitos. Todos deitaram-se no assoalho, mas as mulheres não suportaram ficar em silêncio por muito tempo. O barulho constante e cada vez mais próximo das balas varando a madeira, levou-as ao desespero – e aos gritos. O estampido das armas, porém, mais alto. Os posseiros descarregaram suas carabinas várias vezes, até serem surpreendidos pela ação de quatro policiais e de um jagunço que dormiam num barracão ao lado da casa e que passaram a revidar os tiros. As carabinas dos posseiros mudaram o alvo e agora sim o combate duraria pelo menos trinta minutos.[43]

Os policiais e o jagunço a que se refere José Carlos estavam fazendo a segurança da fazenda, já que seu pai, o administrador, encontrava-se em viagem para o estado de São Paulo, na casa dos proprietários. O próprio José Carlos relembra a importância da permanência de policiais e jagunços na guarda da propriedade, enfatizando que se não fosse a reação deles, "os posseiros teriam matado minha família". Nesse embate não houve mortos ou feridos.

Mas o ataque teve um papel decisivo na trajetória da família do administrador. Dois dias depois, deixaram a propriedade e se transferiram para uma casa em Porecatu. Depois que a família Costa abandonou a Fazenda Tabapuã, os posseiros incendiaram a sede da propriedade, estabelecendo o domínio da área.

Esses fatos demonstram as dificuldades que os posseiros tiveram para limpar essas áreas, como foi demonstrado anteriormente pelas palavras de Hilário Gonçalves Pinha. Mas nada foi mais difícil de ser enfrentado do que as tropas militares e os agentes do DOPS que acorreram à região, sobretudo a partir do mês de maio de 1951.

---

[42] Ibidem.

[43] Ibidem.

A PRISÃO DO "CAPITÃO CARLOS" E O FIM DA REVOLTA ARMADA

Com o desenvolvimento e a ampliação da luta armada, o Estado mobilizou um grande efetivo de homens para combater a resistência. O Exército, a Força Pública e o DOPS agiram fortemente, a fim de prender os posseiros e desmobilizar os grupos armados. No entanto, o movimento começou a ser desestruturado na cidade de Londrina. No dia 17 de junho de 1951, a polícia e os agentes do DOPS localizaram uma reunião da direção do PCB, que discutia exatamente a revolta de Porecatu e, numa ação bem-sucedida, acabaram prendendo todos os dirigentes do PCB da cidade e alguns membros do comando da revolta.

A prisão dos dirigentes do PCB em Londrina foi encarada pelo DOPS como o primeiro passo para desmontar a revolta armada dos posseiros de Porecatu. Com a abertura do inquérito e o recolhimento daqueles militantes atrás das grades – escreveu o delegado do DOPS, Eduardo Louzadas da Rocha – "foi possível dedicar especial carinho à outra parte do problema, que era o que se poderia dizer o aspecto de execução, constituído pelos bandos armados de Porecatu".[44]

Na ação policial do dia 17 de junho, realizada na cidade de Londrina, foram presas mais duas pessoas, que até aquele momento eram desconhecidas pelos agentes do DOPS. Tratava-se de Alberto Manoel, "elemento perigoso", e de Pedro Ferreira da Silva, posteriormente identificado como Celso Cabral de Melo, "um dos principais elementos da ação criminosa". Os dois desconhecidos do DOPS foram enquadrados em um Inquérito Policial específico, já que ambos, por estarem mais ligados à ação local na floresta, "foram reservados para o inquérito em torno dos fatos que propriamente constituíram atividades a serem julgadas na Comarca de Porecatu".[45]

As prisões de Londrina tiveram um natural reflexo nas atividades da revolta armada em andamento na região de Porecatu, principalmente no moral dos componentes dos grupos armados, não tanto, obviamente, pela prisão dos dirigentes do PCB de Londrina, já que não tinham uma aproximação mais direta com os posseiros, mas sobretudo pela prisão inesperada de Celso Cabral de Melo, ex-dirigente nacional do PCB e especialmente enviado pelo Partido para aquela região. Celso Cabral era o homem do Partido encarregado de dar direção política e organizar os grupos armados. A sua prisão, de certa forma, acarretou alguma desorientação nesse sentido. Não que os posseiros não tivessem outras lideranças. Elas existiam e tinham um poder fundamental no processo de luta, já que eram forjadas entre os

---

[44] Arquivo Público do Paraná. Fundo DOPS. O caso de Porecatu. Relatório apresentado ao coronel Albino Silva, Pasta 427/188.

[45] Ibidem.

próprios posseiros, como são os casos de "Itagiba" (Hilário Gonçalves Pinha) e "Strogoff" (Arildo Gajardoni), que na hierarquia da revolta vinham abaixo apenas do "capitão Carlos". No entanto, nem "Itagiba" nem "Strogoff" tinham a mesma autonomia de "Carlos", além de ele ser o homem de ligação entre os posseiros armados e a direção do Partido Comunista.

Mas o que provocou maior estrago nas atividades dos posseiros com certeza foi a atitude do "capitão Carlos" depois de sua prisão. Em seus depoimentos à polícia, ele "abriu a boca", informando todas as ações programadas, a quantidade de armas, o pessoal rebelado dentro das matas, facilitando a ação da polícia no desbaratamento da revolta armada.

As prisões dos dirigentes do Comitê do PCB em Londrina e de Celso Cabral de Melo, aliadas à ampliação do número de soldados do Exército e da Polícia Militar do estado, provocaram um refluxo quase que imediato no movimento. Muitos dos posseiros que integravam os grupos armados acabaram abandonando o movimento e, alguns deles, tornaram-se informantes dos agentes do DOPS que avaliava que os posseiros, por serem "roceiros simples, analfabetos e desorientados", integravam os grupos armados apenas porque o PCB os haviam recrutado por meio das "mais falaciosas promessas". E nesse sentido deveriam realizar um trabalho contrário de "catequese", visando a reduzir os grupos armados apenas às "proporções restritas, representada pelo pequeno número dos que se entregavam, por convicção comunista, às atividades subversivas que o grupo desenvolvia".[46] No fim de julho de 1951 já não havia posseiros com armas na mão. Muitos foram presos, outros fizeram acordos com os grileiros e outros, ainda, saíram da região, para se dedicar à militância clandestina no PCB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento dos camponeses de Porecatu permite-nos repensar a atuação da esquerda no campo, sobretudo a atuação do PCB. Vimos que a atuação desse partido, no início da década de 1950, foi motivada pela nova linha política formulada pelos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. É verdade que essa linha política teve, internamente, várias resistências. A militância, e algumas lideranças, principalmente a sindical, faziam dupla atuação. Ora acatando, ora não, a linha política do Partido. No caso aqui estudado não foi o partido quem determinou, por exemplo, a recorrência à luta armada, embora os documentos apontassem para isso. Quando o Partido chegou à região, a intenção pela luta armada já era uma realidade manifesta. Mas, sem dúvida, essa nova linha política possibilitou uma atuação mais presente do Partido. Assim sendo, o PCB rapidamente se acoplou

[46] Ibidem.

ao movimento dos posseiros de Porecatu, à sua auto-organização. O que, aliás, naquele momento, foi visto com "bons olhos" pelos posseiros, como ressaltou em seus depoimentos Hilário Gonçalves Pinha.

E por que não houve resistência à ajuda do PCB? Pode-se inferir que a história desse Partido, sobretudo a experiência acumulada em algumas lutas, urbanas, é verdade, tenha contribuído para isso. O PCB podia fornecer tudo o que os camponeses necessitavam para manter o movimento: armas, alimentos, remédios, roupas, dinheiro. Mas, principalmente, "quadros" profissionais. A participação do controverso "capitão Carlos", de "Machado", de "Ortiz", de Irineu Luiz de Moraes e de alguns dirigentes do Comitê Central foi excepcional. Portanto, a ajuda era eficaz.

E o próprio PCB encarava aquele movimento como algo prioritário. Estava ali a possibilidade de colocar em prática as idéias e as estratégias elaboradas pelos manifestos, de mostrar a eficácia de sua linha política. Não é sem sentido que o principal jornal do partido à época – o *Voz Operária* – manteve no local do conflito uma equipe de repórteres, desde novembro de 1950 até praticamente o fim do conflito, em agosto de 1951, como também não é sem sentido a presença de altos quadros da estrutura do PCB.

Portanto, havia um elo comum entre os posseiros e o PCB, que permitia essa união. Os posseiros precisavam de infra-estrutura para manter a luta, o PCB, de um palco para colocar em prática suas estratégias políticas. Essa combinação permitiu uma aproximação entre eles. Mas foi uma aproximação momentânea, conjuntural, pragmática. É bem provável que os posseiros não tivessem consciência do que significava aquela aproximação – embora resolvesse parte de seus problemas –, como é bem provável também que o PCB soubesse que aquela aproximação poderia se desfazer tão rapidamente como se fez. Essa articulação – PCB/posseiros – mostra uma complexidade sem igual. E como em todo caso complexo as dificuldades para entender alguns acontecimentos é maior do que se imagina. O que nos deixa tranqüilo é que essas lacunas poderão servir de entusiasmo para outros pesquisadores. Algumas dessas dificuldades encontradas podem ser vistas pela conturbada presença de Celso Cabral de Melo, o "capitão Carlos", no conflito. Homem de confiança de Prestes, foi à região para ser o comandante da revolta. Quando caiu nas garras da repressão, denunciou todo o esquema do movimento – Q.G.s, táticas, armamentos existentes, bem como a quantidade de camponeses armados e a maioria de nome deles, o que facilitou sobremaneira o trabalho dos agentes do DOPS, da Polícia Militar e, mais tarde, na fase da condenação, da justiça, na desarticulação do movimento.

Como numa cena de mágica, ele "desapareceu" da cadeia pública de Porecatu em 25 de agosto de 1951. A seu desaparecimento seguiu um grande silêncio, quer no seio da polícia e da justiça, quer no PCB. Poderiam-se aventar algumas hipóteses para a fuga, mas o que mais incomodou os

posseiros e dirigentes locais do PCB que se manifestaram sobre esse fato foi a desconfiança de que sua fuga foi facilitada por causa de seu depoimento às autoridades policiais e ao DOPS, delatando o movimento dos posseiros. Tanto que Manoel Jacinto, vereador do PCB em Londrina e dirigente local do Partido, em depoimento realizado em 1983 sobre o assunto, afirmou que o "capitão Carlos" foi o "cabo Anselmo da revolta de Porecatu". Há referências de que a direção estadual do PCB solicitou ao Comitê Central a execução de Celso Cabral de Melo, por traição.

Outro silêncio que ainda está para ser investigado é o do Partido Comunista. O movimento de Porecatu sempre foi ignorado por este. Pouquíssimos são os documentos que tratam do assunto, assim mesmo em citações rápidas. Não foi localizado nenhum relatório crítico sobre o movimento. Nem mesmo os militantes falaram sobre o tema. As exceções são João Saldanha e Manoel Jacinto. E mais recentemente, como foi elucidado nesse texto, Hilário Gonçalves Pinha. Mas dos altos dirigentes o silêncio é total. Não localizamos nenhum texto ou documento escrito por Prestes sobre a revolta. Apolônio de Carvalho, outro que teve participação no movimento, em suas memórias, sequer faz alguma referência. Pensamos que o indicativo desse silêncio foram os acontecimentos que se seguiram ao XX Congresso do PCUS e a publicação da Declaração de Março de 1958, documento que demonstra a nova política adotada pelo PCB a partir dessa ocasião, o qual sintetiza uma proposta de ruptura com o seu passado, isto é, o caminho da luta revolucionária armada é abandonada pelo caminho pacífico da revolução brasileira. Está aí um campo ainda a ser desbravado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, A. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
CEZAR, A. P. *Anita. memórias*. Londrina: Vale Verde, 1991
FELISMINO, P. T. A guerra de Porecatu: a história do movimento armado pela posse da terra que sacudiu o Norte do Paraná nas décadas de 40 e 50. *Folha de Londrina*, 14-28 jul.
PELEGRINI, D. *Terra vermelha*. São Paulo: Moderna, 1998.
VINHAS, M. *O partidão*. A luta por um partido de massas (1922-1974). São Paulo: Hucitec, 1982.
WELCH, C.; GERALDO, S. *Lutas camponesas no interior paulista*: memórias de Irineu Luís de Moraes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

6
Organização e luta camponesa no Sudoeste do Paraná

Lindomar Wessler Boneti

INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo analisar a organização social e produtiva camponesa do Sudoeste do Paraná, particularmente no período que se desenvolveu o processo de ocupação daquela região, no início do século XX até a década de 1960. O foco central da análise diz respeito a algumas particularidades inerentes à organização social e produtiva camponesa da região, fazendo que esta assumisse um perfil peculiar, e o processo de luta de resistência camponesa que se desencadeou nesse contexto.

A primeira peculiaridade da produção camponesa do Sudoeste do Paraná diz respeito a dois momentos históricos da ocupação camponesa, o período cuja produção e convívio social foi caracterizado pelos caboclos, e, no segundo momento, aquele caracterizado pela presença dos colonos migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com perfis bem diferenciados. O da produção cabocla começa no início do século XX e se mantém mais ou menos até a década de 1940 e o da produção do migrante se inicia entre as décadas de 1930 e 1940 e se mantém mais ou menos até a década de 1960. Apesar de se constatar, em ambos os momentos históricos, a venda do excedente para o mercado externo e grande diferença do caráter do processo produtivo entre um e outro momento, o perfil geral da organização produtiva e social se mantém compatível com o da produção camponesa, conforme Chayanov (1974, p.47) e Schanin (1980, p.50).

No caso da produção camponesa dos migrantes, esta se estruturou graças à ajuda do pequeno comerciante de vila, o que engrandece ainda mais a peculiaridade da produção camponesa daquela região. Ou seja, a princípio parece estranho o comerciante de vila se constituir um importante elemento

da estrutura produtiva camponesa, mas, conforme a análise que se fará no capítulo, a presença do comerciante de vila foi indispensável na estruturação de um sistema social e produtivo tipicamente camponês naquela região.

O segundo aspecto a analisar diz respeito ao momento histórico da chegada do migrante colono na região, justamente o da entrada das relações capitalistas no campo, com o aparecimento da valorização venal da propriedade da terra, quando um elemento novo se intromete no contexto da já estruturada organização produtiva camponesa, o capital especulativo da terra. É nesse contexto que aparece a luta camponesa, a reação ao perigo da expropriação da propriedade da terra. Tal especulação da propriedade da terra fora exercida por grupos externos, as companhias de terra, com interesses especulativos sobre a propriedade da terra e das riquezas sobre esta, em especial a do pinheiro araucária, criando conflitos com posseiros já assentados na região. A evolução de tais conflitos desencadeou a eclosão de um movimento de âmbito regional conhecido como Levante Armado dos Colonos do Sudoeste do Paraná em 1957. Esse movimento, dadas as circunstâncias a partir das quais eclodiu, é considerado uma manifestação de resistência camponesa.

CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS SOCIAIS QUE CONTRIBUÍRAM COM A IMPLANTAÇÃO DA PRODUÇÃO CAMPONESA NA REGIÃO DO SUDOESTE DO PARANÁ

Três foram os grupos sociais que contribuíram decisivamente na ocupação da região do Sudoeste do Paraná: o caboclo, o colono gaúcho e catarinense e o comerciante de vila. Não se pode atribuir a um, maior ou menor importância que outro, mas se deve analisar o resultado do conjunto de marcas que tais grupos sociais deixaram sobre a região e os acontecimentos históricos que os uniram no sentido de resistência camponesa na região.

Os caboclos

A região do Sudoeste do Paraná é marcada, historicamente, pelo Levante Armado dos Colonos de 1957. Esse evento que marca sua história atraiu atenção diferenciada da academia, de forma que, sem dúvida, se trata de uma região brasileira das mais estudadas. Mas entre os numerosos estudos realizados, em especial entre os que se dedicam à análise da ocupação, a presença dos caboclos como elemento importante na formação territorial da região é timidamente considerada. Certamente quem viveu nessa região

há vinte ou trinta anos sabe testemunhar a presença marcante dos caboclos, seus feitos, seus traços culturais, a infra-estrutura regional iniciada por eles. Desconhecer a presença dos caboclos é adotar um entendimento de território sem considerar o todo, a história, a cultura, o processo da construção da infra-estrutura etc.

Nos anos de 1987 e 1988 realizou-se uma pesquisa na região do Sudoeste do Paraná intitulada "Safras e Safristas – A Produção Cabocla do Sudoeste do Paraná", com auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científica e Tecnológico (CNPq), cujas conclusões já foram publicadas (Boneti, 1998), com o objetivo justamente de estudar a marca deixada pelos caboclos no Sudoeste do Paraná em termos da constituição de um sistema produtivo. Com essa pesquisa se conclui que não eram apenas os pesquisadores que minimizavam a passagem dos caboclos pela região, mas esse desprezo vinha sobretudo da população migrante, gaúchos e catarinenses, e que, ao contrário, a presença dos caboclos era visível no sistema produtivo e no convívio social historicamente construído.

Fundamentalmente, o caboclo, no período que antecedeu a vinda dos migrantes gaúchos e catarinenses, dedicou-se a três tipos de atividades econômicas: extrativismo de erva-mate, a comercialização do couro de animais silvestres e a criação de suínos no mato.

Constata-se que os caboclos estabeleceram com a Argentina, mediante picadas, a primeira relação com o mundo externo. E foi com os argentinos que o caboclo aprendeu lidar com erva-mate, desde o extrativismo até o próprio consumo. Esse contato dos caboclos com a Argentina não se deu por iniciativa deles próprios, mas dos argentinos intrusos que vinham explorar a mata nativa da região. Posteriormente a Argentina representou um importante intercâmbio comercial entre os caboclos no que se refere à comercialização de erva-mate em troca de produtos de primeira necessidade para a sobrevivência.

Paralelamente à erva-mate, a comercialização do couro de animais silvestres representou a forma que o caboclo encontrou para suprir-se do que considerava importante à sua sobrevivência na região, como sal, querosene, tecidos etc.

A comercialização do couro e a produção de erva-mate representaram a efetivação de uma pequena capitalização de alguns caboclos que, utilizando-se dessa capitalização, se lançaram na intensificação da criação de suínos no mato. Além dessa pequena capitalização, considera-se que a comercialização do couro de animais silvestres trouxe ao caboclo a abertura de mercados que representou daí em diante o ponto fundamental do escoamento do excedente de produção regional. Essa abertura ao mercado deu-se graças a condições de acesso construídas (picadas) pelos próprios comerciantes de couro. Com tal acesso dos caboclos ao mercado, teve início

na região a primeira forma sistemática de produção cabocla que se deu em decorrência da criação de suínos no mato.

Pode-se dizer que a exploração de erva-mate e de couro de animais silvestres se constitui uma espécie de "acumulação primitiva" conforme a designação de Marx, para a implementação da atividade da produção de suínos no mato. Essa acumulação inicial possibilitou se estruturar, entre os caboclos, uma espécie de divisão social do trabalho, a partir dos que já dispunham de recursos financeiros básicos, dando base para o início da comercialização de suínos criados no mato, entre os próprios caboclos e a origem das "safras" uma atividade resultante da comercialização de suínos entre os próprios caboclos.

Denominou-se safra na região o processo de engorda de suínos criados soltos no mato, em mangueirão ou no meio de uma lavoura de milho. O safrista, graças a seu capital disponível, adquiria de seus vizinhos suínos magros e os reunia para engordar. No final da engorda, transportava-os a pé, pelas picadas no mato, "enxotando-os", o que se chama "tropas". Nesse caso, o que chama a atenção não é a criação de suínos em si, mas o comércio gerado a partir dessa produção e a capitalização interna decorrente desse comércio.

A safra significou a inserção dos caboclos no mercado formal. Dava-se o início do contato formal com o mundo capitalista, na qualidade de produção de mercadorias. Tratava-se do excedente produzido pelo caboclo, à disposição do mercado, possibilitando a ele a aquisição de gêneros de primeira necessidade não produzidos na agricultura.

Outro elemento de análise importante é o papel desempenhado pelas tropas no processo de capitalização dos safristas, as quais viabilizavam a venda do excedente e traziam, por intermédio do próprio tropeiro, o capital necessário à complementação do círculo comercial. Seria o capital necessário para aquisição, pelo safrista, além dos gêneros de primeira necessidade, de suínos magros para a constituição de outra safra. Com isso, o capital tinha uma circulação interna entre os próprios caboclos.

O sistema de produção por safras gerou o aparecimento da exploração comercial da compra e da venda de suínos entre o caboclo comum e o caboclo safrista. Isso desencadeou o aparecimento de certa diferenciação social provocada pela capitalização de alguns safristas, com a exploração do lucro na compra e na venda da produção de suínos. Esse aspecto se constitui no ponto fundamental da capitalização interna havida desde o início da ocupação da região, que possibilitou o aparecimento de grandes safristas com grande volume de negócios. Esses safristas permaneceram com suas atividades, mesmo após a chegada dos primeiros migrantes, gaúchos e catarinenses. O caboclo comum, descapitalizado, foi deixando a região à medida que o migrante chegava e adquiria suas posses, caracterizando um

processo de expulsão se se considerarem as contingências impostas pelas relações mercantilistas daquela época na região.

Outro fator importante a ressaltar em relação à presença dos caboclos na região diz respeito à origem da noção da propriedade da posse da terra, considerando que se tratava de uma região cuja área territorial pertencia à União. Isto é, os caboclos já tinham a noção mercantilista da propriedade da terra, mesmo que essa fosse representada pela posse. As divisas, mesmo feitas de forma precária, demonstravam que o caboclo tinha a noção formal da propriedade individual da terra, de forma que entre eles havia a "lei" do respeito às divisas feitas com picadas ou com árvores "falquejadas". Mesmo o migrante, ao chegar à região, adotou a "lei" criada pelos caboclos, ou seja, a estipulação de divisas e o respeito pela propriedade de posses da terra. Essa regulamentação da posse da terra criada pelos caboclos foi adotada pelo migrante e passou a pertencer a seu cotidiano até a intervenção do Estado com a regulamentação da propriedade da terra em benefício dos já posseiros.

Em relação à organização social, como os caboclos não possuíam uma infra-estrutura produtiva definitiva na propriedade rural, não dispunham de uma estrutura física de sua organização social. Os caboclos gostavam muito de festas, mas não construíam seus clubes, por exemplo. A diversão preferida era dos bailes, mas esses eram feitos nas próprias casas de moradia ou nos terreiros de sua casa.

A base da organização moral e ética dos caboclos era a Igreja (Católica), os caboclos se diziam católicos, mas não exerciam o catolicismo como o migrante, por exemplo. Eles não freqüentavam a Igreja. A capela, como infra-estrutura da organização social, não existia para os caboclos. Mesmo depois da chegada dos migrantes e da construção das primeiras capelas à região, os caboclos não compareciam aos cultos dominicais. Mas demonstravam religiosidade, rezavam em casa, nem sempre a oração "oficial" do catolicismo.

O ritual do Divino Espírito Santo acontecia todos os anos na data da Festa do Divino. A bandeira do Divino era conduzida numa procissão, visitando as casas dos caboclos, pedindo reza. Num ano, essa tarefa era assumida por uma localidade, ou uma "linha" e no ano seguinte era assumida por outra localidade, assim por diante.

Outro ritual muito difundido entre os caboclos era o que eles chamavam de procissão das almas. Na Semana Santa, um grupo de pessoas saía peregrinando de casa em casa pedindo reza para as almas.

Quanto à medicina cabocla, essa era simples. Não dispunham de recursos médicos e sequer desejavam isso, buscavam na natureza o que lhes seria necessário. Nos casos mais sérios, procuravam os curandeiros, entre os próprios caboclos. Mais tarde, alguns migrantes trouxeram para a região a

medicina homeopática, como foi o caso do comerciante Joaquim Bonetti, um dos fundadores da cidade de Enéas Marques. Ele, como foi um dos primeiros migrantes a chegar à região, dedicou-se, além do comércio, a tratar as famílias de caboclos ainda remanescentes com homeopatia.

Os colonos migrantes

Alguns migrantes, ao entrar na região, apresentavam-se nos escritórios da Colônia Nacional General Osório (Cango). Nesse caso, obedeciam os critérios e as orientações da Cango assentando-se numa posse já delimitada por essa instituição. Outros adquiriam a posse dos caboclos ou simplesmente embrenhavam-se na selva delimitando por si próprios as divisas. Posteriormente, caso estivessem na área da Cango, os migrantes eram submetidos à disciplina do assentamento promovido por ela. Nesse caso, o migrante, que já havia feito suas próprias divisas, obrigava-se a retalhar sua posse cedendo terra para os que chegavam, ficando somente com a quantia de alqueires autorizada pela Cango, entre 10 e 20. Lazier (1977, p.15) mostra a intensidade da ocupação da região do Sudoeste do Paraná. Segundo o autor, a população cadastrada pela Cango, no decorrer de uma década, de 1946 a 1956, teve aumento estimado em 400%. Ou seja, em 1946, a população cadastrada pela Cango, que se encontrava instalada na região de sua atuação, era de 2529 pessoas; uma década depois, em 1956, essa população já atingia a quantidade de 15.264 pessoas.

Se dialogarmos com Marx Weber, certamente ele nos diria que o migrante aportava uma nova racionalidade para a região, essa era a diferença existente entre ele e o caboclo. O migrante trazia uma racionalidade nitidamente capitalista, não apenas no sentido de se fixar, construir família e propriedade, o migrante tinha um projeto de vida claro, o da acumulação de bens. Como as famílias migrantes provinham de regiões (Rio Grande do Sul e Santa Catarina) cujas relações capitalistas já estavam definidas, essas famílias traziam uma bagagem cultural de habilidades no trato das relações capitalistas. Além disto, o fato de essas famílias saírem de seu estados de origem por lhes faltarem espaços para a realização de seus sonhos, ao chegarem a essa região, tinham bem definido o que queriam, o projeto de vida, o de ter filhos e o de construir bens. Esse projeto de vida individual e familiar do migrante repercutia na organização social dele. A primeira providência era a da criação de infra-estrutura de produção, a construção da casa, do paiol, abrigo para os animais etc. Esse projeto de vida de fixação fez que as famílias providenciassem por si próprias a infra-estrutura social, a Igreja, escola, clubes etc. Distantes dos serviços públicos, as primeiras escolas foram construídas com recursos e pelas próprias famílias migrantes, com professores pagos por elas.

Caboclos *versus* migrantes, o que há de diferente?

Não se trata de considerar que a diferença entre um e outro segmento social está na importância de um mais que do outro no processo da ocupação da região. O que os diferencia é o procedimento racional que cada um utilizou. Não se trata, portanto, de menosprezar a presença dos caboclos simplesmente porque eles tinham um procedimento de ação produtiva e de convívio social distinto do do migrante. A tendência é analisar a passagem dos caboclos pela região tomando como referência a cultura e o procedimento da ação produtiva e do convívio social do migrante, isto é, tomando o migrante como parâmetro de verdade. Assim se diz que a presença do caboclo não foi importante porque era nômade, porque não investia na propriedade em infra-estrutura etc. Na verdade, a questão fundamental que diferenciava esses dois segmentos era o tipo de racionalidade de que ambos dispunham. Mesmo que o caboclo dispusesse de uma noção mercantilista e assim atuasse com seu comércio a partir dos produtos extrativistas e com a própria posse da terra, não dispunha ele de uma racionalidade capitalista a ponto de adquirir habilidades de acumulação de capital, mediante o trabalho e a própria ação mercantilista. Não dispunha de habilidades capitalistas tampouco para a estruturação da convivência social e cultural do estilo que os migrantes posteriormente o fizeram, como é o caso das comunidades com escolas, igrejas, clubes etc.

A história ensina que mesmo povos culturalmente mais fortalecidos que os caboclos do Sudoeste do Paraná foram dizimados no contexto das relações conflituosas e de poder da política, da economia e da cultura. Esse é o processo típico da apropriação do território. No Sudoeste do Paraná essa lógica não passou despercebida. A pesquisa acima mencionada (Boneti, 1998) concluiu que atualmente os remanescentes caboclos rodam pelas periferias das cidades, distinguidos não mais pela identidade cultural, mas apenas pelo nada possuir. Estes foram destituídos da própria cultura e saber e de recursos de sobrevivência. Constata-se ainda que muitos caboclos foram vítimas pelo que se pode chamar de “limpeza urbana” promovida por algumas administrações municipais da região, com migrações desse contingente populacional para lugares distantes, livrando assim o cidadão “mais merecido” da incômoda presença cabocla.

Os comerciantes: o aliado depredador

Dois elementos solidificaram essa unificação em torno da construção de um sistema produtivo na região do Sudoeste entre o comerciante e o colono: o capital e a mercadoria. Essa relação se fazia desde o bodegueiro de vila até o comerciante regional. Nesse sentido, é questionável a afirmação de

Corrêa (1970, p.17) segundo a qual no Sudoeste do Paraná a relação dos bodegueiros com os colonos fazia-se "na base de trocas de produtos rurais por bens de consumo indispensáveis, sem haver, portanto, circulação monetária". Como se analisa em páginas anteriores deste capítulo, havia circulação monetária antes mesmo da chegada dos migrantes. A relação entre comerciante e colono não se dava na base da relação de troca, mas sobretudo pela venda *versus* venda. Isto é, o colono vendia seus produtos para o comerciante e este vendia os produtos de primeira necessidade para os colonos. A diferença era a "conta corrente" que cada colono tinha em mãos do comerciante, com saldo ou débito, dependendo da época. Para o comerciante, o lucro chegava de forma indireta, pela "conta corrente" conforme ressalta Gomes (1986, p.24). Ou seja, a dívida contraída pelo colono na casa de comércio garantia ao comerciante que o colono adquirisse em seu estabelecimento comercial o necessário para a efetivação de sua produção, bem como os gêneros alimentícios para a família até o fim de cada safra. Quando o colono entregava a produção para o comerciante, fazia-se o "acerto de contas", quando se iniciava tudo outra vez.

O colono e o comerciante tinham papéis definidos. Não se tratava, *a priori*, de uma relação de exploração, mas de ajuda e de dependência mútua. Esse caráter de ajuda mútua refletia na organização social, no auxílio com as questões administrativas familiares etc. Porém, o comerciante guardava para si a "chave do segredo", centralizando o mando do circuito mercantil, o que, no contexto das relações capitalistas a longo prazo, passou a beneficiá-lo.

CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA PRODUTIVO INSTALADO NO DECORRER DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO

Como já foi dito neste capítulo, não restam dúvidas em relação ao caráter capitalista da produção camponesa do Sudoeste do Paraná existente desde o início da ocupação dessa região, realizada mediante a venda de excedentes de produção. Assim, deve-se questionar a afirmação de que só com a chegada dos migrantes começou a parecer um excedente de produção que poderia ser comercializado. Na verdade, a chegada do migrante não proporcionou um diferencial no sentido de abertura com o mercado, mas um diferencial constituído pelo aumento quantitativo de produção de suínos que lançou no mercado e a entrada de novos produtos agrícolas, como é o caso do feijão e do milho.

O comércio desempenhou um papel importante no processo da ocupação dessa região, independentemente do período de ocupação, cabocla ou

migrante. Durante o período da ocupação cabocla da região do Sudoeste do Paraná dois tipos de comércio se fizeram presentes exercendo funções diferentes: o comércio local e o regional. O comércio local, situado sobretudo nas cidades de Clevelândia e Barracão, vendia produtos de primeira necessidade como sal, açúcar, café, ferramentas e tecidos ("riscado"). O comércio regional, mais utilizado, era o localizado em Ponta Grossa e mantinha relações comerciais com a região, absorvendo as tropas, na compra de porcos. Não havia uma associação entre um e outro tipo de comércio. Durante o período de predomínio do caboclo, a relação entre a venda do excedente e o consumo de manufaturas só se efetivou no caso da comercialização de erva-mate e do couro de animais silvestres. Nesse caso, o caboclo recorria ao comércio argentino para vender erva-mate e couro e trazer para casa produtos de primeira necessidade. Isso aconteceu num momento em que a lida com o suíno ainda não era muito comum. Porém, no caso das safras, essa relação era completamente dissociada, os produtos de primeira necessidade eram adquiridos no comércio local, em geral situados em Clevelândia e Barracão.

Num primeiro momento, os recursos financeiros adquiridos com a venda de erva-mate e de couro eram consumidos quase na totalidade com produtos de primeira necessidade. Porém, com o aumento numérico e qualitativo das tropas, o safrista transformou o resultado de sua produção em capital de giro, empregando-o na constituição de uma nova tropa, adquirindo suínos magros de seus vizinhos.

Contudo, esses "tropeiros", que usavam um capital de giro resultante do lucro da venda das tropas, não fechavam o circuito comercial, porque não traziam para a região manufaturados consumidos pelos caboclos. Continuavam, esses manufaturados, a ser adquiridos no comércio local, em Clevelândia ou Barracão.

Com a produção cabocla, portanto, o sistema mercantil no Sudoeste do Paraná era formado por duas redes, uma para a saída do excedente e outra para o comércio de manufaturas.

A entrada de migrantes catarinenses e gaúchos na região, aumentando quantitativa e qualitativamente a produção de excedente, acarretou importantes modificações na rede mercantil da região. A partir daí o comércio se fez presente na região de forma intensa, aparecendo definitivamente o "vendista" em vilas rurais junto de serrarias, igrejas e escolas. Nesse caso, construiu-se uma associação entre as duas redes comerciais, a do escoamento do excedente agrícola e o da aquisição de primeira necessidade. Isso porque o comerciante local ("vendista") passou a se constituir um intermediário do comércio local e regional, adquirindo dos colonos o excedente de produção e vendendo para estes manufaturas de primeira necessidade.

Migrante *versus* comerciante: o sistema social, político e cultural

À medida que foi se configurando esse circuito mercantilista de produção, o comerciante tornou-se a figura central, o segmento dominante da sociedade, tanto pelo processo de acumulação de capital quanto pela liderança que exercia, pelo fato de se constituir de pessoas com maior instrução e habilidades no trato com as relações capitalistas. Muitos desses comerciantes tornaram-se posteriormente participantes da vida política regional.

Além dessa liderança exercida pelo comerciante sobre os colonos, eles tinham uma característica comum, a condição de migrante e os mesmos traços culturais. A partir dessa ligação, mesmo com ausência quase total do serviço público, construiu-se uma infra-estrutura social eficiente. O ponto central dessa estrutura estava na cultura religiosa (o catolicismo), sendo que a implantação das comunidades se dava a partir da igreja, depois a escola, depois o clube etc.

O LEVANTE ARMADO DE 1957: A LUTA PELA DEFESA DO "MODELO" PRODUTIVO CONSTRUÍDO

História legal da terra

A história legal da terra do Sudoeste do Paraná remonta aos tempos do Império. O primeiro registro que se tem é do Decreto n. 10.432, de 9 de novembro de 1889, pelo qual o Império cedia "uma enorme área de terra" localizada nas regiões Norte e Sudoeste do Paraná, à companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, subsidiária do Brasil Railways Company em troca de serviços de construção de estradas (Foweraker, 1971, p.15).

Pelo art. 64 da Constituição de 1891, todas as terras devolutas tornaram-se propriedades das unidades estaduais. Dessa forma, coube ao estado do Paraná o domínio, a demarcação e a titulação das áreas que haviam sido objeto de concessão pelo governo do Império em 1889. Baseado nesse dispositivo, o governo do Paraná, reassumindo os domínios sobre as terras, rescindiu o contrato com a companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e tornou nulos os títulos de propriedade das terras cedidas anteriormente a essa companhia (Foweraker, 1971, p.16).

Em 1940 o governo federal decidiu, por medida de segurança nacional, incorporar essas terras novamente à União. Deflagrou-se então uma disputa sobre o domínio dessa área de terra entre a União e o estado do Paraná. Aproveitando essa disputa, a companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande voltou a reivindicar a terra cujos títulos tinham sido declarados nulos pelo governo de estado anterior. Dessa forma, originou-se a disputa entre a

União, o estado do Paraná e a companhia reivindicante (Rêgo, 1979, p.90). Nessa disputa, a companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande obteve vantagens, fazendo valer a titulação da área, graças ao apoio político que recebeu do novo governo do Estado, Moisés Lupion, cujo mandato tivera início naquele mesmo ano, 1940.

No final da década de 1940, um comerciante de Curitiba chamado José Rupp, dizendo-se credor da companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, reclamou na justiça o ressarcimento de seu crédito mediante várias glebas de terra que cobriam toda a área do Sudoeste do Paraná. José Rupp era representado por sua concessionária, a Sociedade Cleveland, Industrial e Territorial Ltda. (Citla) (Rêgo, 1979, p.90). A Citla instalou-se na região, na cidade de Francisco Beltrão, em 1951, requerendo judicialmente as terras pertencentes anteriormente à companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Porém, conforme menciona ainda Foweraker (1971, p.18), essa transferência teve o veto do consultor-geral da República. A Citla falsificou tal veto no sentido inverso, isto é, transformando-o em parecer favorável. Com base nesse documento falsificado, em nome de José Rupp, a Citla passou a ter domínios sobre as terras do Sudoeste do Paraná (Rêgo, 1979, p.90), na exploração comercial da madeira nativa e do título da terra.

Após adquirir domínios sobre as terras do Sudoeste do Paraná, a partir de 1956, com um novo mandato do governador do estado Moisés Lupion,[1] a Citla se fortaleceu com apoio recebido do governador e avançou na tentativa de "colonizar" a região. Mas o sistema de colonização se baseava unicamente na venda do título de propriedade ao posseiro que já estava assentado sobre sua posse e da riqueza natural, em especial o pinheiro.

Dizendo-se dona das terras da região, a Citla passou a vender o título de propriedade aos posseiros já instalados na área com a ajuda de outras companhias de terra.

Segundo Pecoits,[2] a Citla trouxe outras companhias de terra para a região com o objetivo apressar o processo de colonização da região do Sudoeste do Paraná, uma vez que a empresa não estava tendo um bom desempenho no que se refere a "convencer" os posseiros a assinarem o contrato de compra de sua posse. Uma delas, a Comercial Agrícola, já havia realizado trabalho semelhante na região do Norte do Paraná, adquirindo larga experiência. Cabia a essa companhia implantar novos métodos de "sedução" do posseiro à assinatura do contrato de compra de sua posse. A Comercial Agrícola trouxe, no dizer de Pecoits,[3] "não só a experiência de violência com a qual

[1] Moisés Lupion governou o Paraná durante dois períodos: de 1946 a 1950 e de 1956 a 1960.
[2] Walter Alberto Pecoits (um dos líderes do Levante Armado dos Colonos do Sudoeste do Paraná, em 1957), entrevista concedida a Lindomar Wessler Boneti em 5.7.1985, em Francisco Beltrão-PR.
[3] Ibidem.

tinha feito a colonização do Norte do Paraná mas também o *know-how* para tirar o posseiro da terra, que pagasse a legalização da terra".

Mesmo com a intervenção freqüente do Conselho de Segurança Nacional as companhias, contando com o apoio do governo de Estado, adotaram o sistema de forçar o posseiro à assinatura do termo de compra de sua posse, sob intimidação, saque, violência física e expropriação de bens, a fim de "limpar a área" (Rêgo, 1979, p.91). Para esse tipo de prática, ficou conhecida na região a figura do "jagunço". Para as companhias os "jagunços" prestavam serviços como "corretores", efetuando cobranças de duplicatas assinadas pelos colonos em troca de porcentagem do dinheiro conseguido. Mas, na prática, os "jagunços" eram pagos pelas companhias para "limpar a área" caso o posseiro se recusasse a assinar o documento de compra de terra correspondente à sua posse. No momento da assinatura de tal documento, o posseiro obrigava-se a pagar uma importância em dinheiro como entrada e assinar notas promissórias do restante da dívida. Denominavam-se "limpeza da área" os procedimentos de violência contra o colono e sua família que recusasse a assumir a dívida do título da sua posse mediante a prática de estupro e o esfaqueamento de menores diante dos pais, assassinato de toda a família e queima das benfeitorias.

Primeiros conflitos entre jagunços e colonos

A revolta dos colonos contra as companhias de terra foi nascendo aos poucos à medida que aumentavam as atrocidades cometidas pelos "corretores". No entanto, os colonos descobriam, aos poucos, a ilegalidade da transação a que estavam sendo submetidos e reagiam, de forma individual e esporádica, aumentando ainda mais o nível de conflito entre jagunços e colonos. Segundo Foweraker (1971, p.15), os primeiros sintomas da reação dos colonos apareceram já em 1954 com os conflitos armados envolvendo posseiros e jagunços no município de Capanema. Por um longo período, a reação dos posseiros caracterizou-se como uma reação individual, negando-se à assinatura do contrato, vingando-se de agressões físicas cometidas pelos jagunços etc. Essa foi a primeira fase da reação dos posseiros.

Nessa fase de sua luta os colonos não tinham muita clareza da possibilidade e da necessidade de uma luta comum. Essa clareza foi se construindo graças à contribuição dos viajantes. Estes eram comerciantes ambulantes que vendiam uma diversidade de objetos na casa dos colonos. Esse contato, hospedando-se durante as noites, informava-os da ilegalidade dos títulos de propriedades prometidos pelas companhias e os acontecimentos envolvendo essa temática.

No início de 1957 os jagunços passaram a usar uma estratégia eficiente para forçar os colonos a assinar o contrato de dívida: impediam-os de sair

de casa bloqueando o livre trânsito dos colonos em estradas, pontes etc., independentemente de estar o colono a pé, a cavalo, de charrete, carroça ou de automóvel. Em outras ocasiões, preparavam-se emboscadas especiais para os colonos que reagiam fortemente à assinatura do contrato e ainda denunciavam aos demais companheiros vizinhos a sua ilegalidade.

O segundo momento da luta dos posseiros do Sudoeste do Paraná distinguiu-se por uma nova forma de enfrentamento dos posseiros contra os jagunços das companhias. Foi o momento em que os colonos perceberam que era inútil e perigosa a reação individual. Apareceram então reações envolvendo não mais indivíduos e sim grupos de posseiros contra os jagunços. Apesar de essa nova fase da luta dos posseiros ter demonstrado a consciência de que a luta teria de ser coletiva, não houve muito progresso na organização e na consciência política dos posseiros. Isto é, não havia uma preocupação com o todo da luta e o inimigo continuou a ser visto como o jagunço. O grupo em si não significava nada mais que uma forma de reforçar o enfrentamento individual que vinha transcorrendo na primeira fase.

A preparação para o levante

A tensão generalizada na região foi tornando propícia a preparação de um grande levante. Depois de uma série de incidentes envolvendo jagunços e colonos, tornou-se insuportável a presença daqueles na região.

Foi em meio a essa tensão que nasceu a predisposição para o levante armado dos colonos do Sudoeste do Paraná contra as companhias de terra atuantes na região. Em meio a essa predisposição, os líderes intelectuais do movimento passaram a visitar os colonos, informando-os sobre os acontecimentos nas cidades e em outras regiões, conscientizando-os da necessidade de um levante armado. Em tais visitas, os colonos foram informados de que seriam convocados e que comparecessem no dia marcado.

A liderança do movimento era constituída, em sua maioria, pelos comerciantes de vilas e de cidades regionais.

O movimento organizado de expulsão das companhias de terra da região começou pela tomada da cidade de Capanema, liderada pelo colono Pedro Santin, e contou com a participação de 2 mil colonos, sendo expulsos os dirigentes e os jagunços das companhias (Wachowicz, 1985 p.221).

Porém, a partir do momento em que os comerciantes assumiram o comando do levante, esse assumiu características regionais, cujos resultados seriam definitivos e atingiram toda a região Sudoeste do Paraná. Nesse sentido,

> o Sudoeste foi dividido em três centros que liderariam a rebelião: Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio. A iniciativa do levante deveria ocorrer em Francisco Beltrão ou Pato Branco, porque ali havia estação de rádio. (Wachowicz, 1985, p.240)

Santo Antônio do Sudoeste não era propícia para liderar o levante devido à sua condição não-estratégica, além de não possuir emissora de rádio. No nível das lideranças, em cada centro se destacava um líder: em Pato Branco, o comerciante Jácomo Trento (vulgo Porto Alegre); em Francisco Beltrão, o médico Walter Alberto Pecoits, e em Santo Antônio do Sudoeste, o advogado Edu Potiguara Publitz.

Pouco a pouco, à medida que os acontecimentos evoluíram, Francisco Beltrão tomou posição de comando na eclosão do levante. Mesmo porque, conforme menciona Wachowicz (1985, p.229), a sede das duas principais companhias, a Citla e a Comercial, localizavam-se em Francisco Beltrão.

Entre os muitos líderes do movimento, o dr. Walter Alberto Pecoits, proprietário de um hospital em Francisco Beltrão, tornou-se o principal articulador e idealizador da luta.

Assim como os demais comerciantes e a maioria dos colonos da região, Walter Pecoits era migrante, vindo com os próprios posseiros que habitavam a região. Gaúcho de Santa Maria, exerceu a medicina num distrito rural de Erexim, migrou para Francisco Beltrão em 1952 acompanhando seus conterrâneos. Em Francisco Beltrão, instalou um hospital e continuou a medicar seus antigos clientes do Rio Grande do Sul.

Essa preparação prévia constituía-se então de conscientizar o colono para a necessidade de lutar contra as próprias autoridades da região. Também se constituía da estruturação de uma rede de lideranças com o objetivo de viabilizar um fluxo de informações entre campo/cidade, e vice-versa. Isto é, foi o auge da unidade de forças entre comerciantes e colonos.

Decorridos aproximadamente trinta dias do início da preparação prévia, os líderes (nas cidades) avaliaram o decorrer dos últimos acontecimentos e concluíram que a hora havia chegado. Aproveitaram-se de recentes conflitos graves ocorridos entre jagunços e colonos, amplamente divulgados pela então Rádio Colméia de Francisco Beltrão, de propriedade do principal líder do movimento, dr. Walter Pecoits, em forma de editorial, provocando fúria entre os posseiros.

A divulgação desses fatos ocorreu no dia 9 de outubro de 1957. Nesse mesmo dia a liderança do movimento reuniu-se em Francisco Beltrão e decidiu que o dia "D" do movimento seria o dia seguinte, 10 de outubro de 1957.

Na manhã do dia 10 de outubro, houve outra reunião, estando presente toda liderança do movimento, quando foram acertados os detalhes do Levante Armado dos Colonos. Utilizando-se da então rádio Colméia, conseguiram reunir na cidade em torno de 6 mil agricultores armados de espingarda de caça, pedaços de pau, enxadas e foices, promovendo invasões nas sedes das companhias de terra, saqueando documentos assinados, sobretudo notas promissórias, enquanto a liderança negociava com as autoridades estaduais federais a retirada definitiva das companhias de terra da região e o compromisso de regularização da posse da terra a favor dos posseiros.

A CRISE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E PRODUTIVA CAMPONESA DO SUDOESTE DO PARANÁ

Não se pode discernir com precisão a época em que a tipicidade da organização social e produtiva camponesa da região do Sudoeste do Paraná começa ser engolida pelas relações tipicamente capitalistas. Entende-se, no entanto, que a década de 1960 pode se constituir no marco que distingue dois momentos da organização social e produtiva da região do Sudoeste do Paraná. Alguns fatores são essenciais para fazer essa distinção, entre os quais se destacam: 1) o processo de urbanização, referindo-se não apenas ao crescimento das cidades, mas também à centralização dessas na administração das propriedades rurais; 2) a lógica produtiva, implementando uma objetividade de produção exclusiva para o mercado, objetivando o aumento da margem do lucro, deixando a propriedade rural de fornecer produtos de sobrevivência para a família; e 3) a utilização de mão-de-obra assalariada no lugar da antiga mão-de-obra familiar.

Mas essa tipicidade nitidamente capitalista assumida pela organização social e produtiva do Sudoeste do Paraná foi antecedida por uma crise profunda, de enorme empobrecimento.

Um dos fatores desse empobrecimento se deve ao papel predatório dos antigos aliados dos colonos, os comerciantes, na extração do sobretrabalho do agricultor pelo lucro extraído da compra de seus produtos agrícolas e da venda de produtos manufaturados de primeira necessidade. Portanto, a crise dos pequenos agricultores nasceu dessa dependência entre comerciante e agricultores. No final, com a crise da produção camponesa, os próprios comerciantes entraram em crise, tanto é que nas décadas de 1970 e 1980 os tradicionais comerciantes da região redirecionaram seus investimentos para outras regiões, como foi o caso da capital do estado, das terras no Mato Grosso etc.

Outro fator que explica essa crise da organização social e produtiva do Sudoeste do Paraná diz respeito à própria dinâmica implementada na passagem de uma organização tipicamente camponesa para uma tipicamente capitalista. Uma passagem um tanto quanto brusca. Trata-se da própria lógica tecnológica e instrumentalista, originada do modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Tal lógica foi adotada pelos agricultores no trabalho agrícola, coagidos pelos financiamentos bancários e pelas orientações dos serviços de extensão rural. Como exemplo se tem o uso de insumos, inseticidas e implementos industriais, ocasionando, ao mesmo tempo, desgaste ambiental (e a improdutividade da terra) e um perigoso comprometimento financeiro das propriedades. Não se trata de uma problemática própria da região do Sudoeste do Paraná, mas diz respeito aos fundamentos teóricos e ideológicos do modelo dominante de desenvolvimento, com fundamentos nos pressupostos básicos do conceito de ciência e de conhecimento científico e tecnológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região do Sudoeste do Paraná foi descoberta num momento histórico da entrada do capitalismo no campo. Caracterizou-se, no mínimo até a década de 1950, como produtora de mercadorias a serviço do modo de produção capitalista, porém sem incutir em sua base produtiva relações sociais capitalistas. Em outras palavras, constituiu-se em relações não-capitalistas engendradas pelo capitalismo como recurso para garantir sua própria expansão. O entrelaçamento dessas duas formas de produção, a não-capitalista (interna) e a capitalista (no nível de mercado), foi garantido graças à intervenção do capital comercial.

O capital comercial, por sua vez, chegou à região em dois momentos: o primeiro, desde o instante da produção tipicamente cabocla, intensificando-se com a chegada do migrante, interessando-se na comercialização do excedente de produção agrícola da região, trazendo em troca produtos indispensáveis à sobrevivência dos pequenos produtores rurais. Representava essa fração do capital comercial uma rede de comerciantes, desde os sediados nas vilas até os das cidades regionais distantes. Porém, nesse segmento do capital comercial, após a chegada dos migrantes na região, instituiu-se um sistema produtivo regional entre produtores rurais e comerciantes, um garantindo a sobrevivência do outro. O segundo momento da entrada do capital comercial na região deu-se por companhias de terra. Interessava a esse segmento do capital comercial a exploração do título da propriedade da terra e a madeira existente naquela área, provocando conflitos com os posseiros lá instalados. A evolução de tais conflitos desencadeou o Levante Armado dos Colonos do Sudoeste do Paraná em 1957, caracterizado como um movimento de resistência camponesa pela garantia da posse da propriedade da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONETI, L. W. A exclusão social dos caboclos do Sudoeste do Paraná. In: ZARTH, Paulo (Org.). *Os caminhos da exclusão social.* Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

CHAYANOV, A. *La Organización de la Unidad Económica***.** Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CORRÊA, R. L. Cidade e região no Sudoeste Paranaense. *Revista Brasileira de Geografia,* n. 32, jan./mar. 1970.

FOWERAKER**,** J. Ocupação da terra no Sudoeste do Paraná desde 1940. Oxford, Brasenose College, 1971. Submetido para o grau de "Bachelor of Philosophy" na Universidade de Oxford.

______. *A luta pela terra. A economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GOMES, I. Z. *1957: a revolta dos posseiros* – organização e resistência no Sudoeste do Paraná. Curitiba: Criar, 1986.

LAZIER, H. *Francisco Beltrão:* 25 anos de lutas, de trabalho e de progresso. Francisco Beltrão: Folha do Sudoeste, 1977.

______. *O capital comercial e o surgimento de conflitos no campo*: O caso do Sudoeste do Paraná. Porto Alegre: UFRGS, 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS.

MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. *Capítulo inédito do capital***.** Porto: Escorpião, 1975.

RÊGO, R. M. L. *Terra de violência*: um estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná. São Paulo: USP, 1979. Dissertação (Mestrado) Sociologia. (datil.).

SHANIN, T. A Definição de camponês: conceituações e desconceituações. *Estudos do CEBRAP* n. 26. Petrópolis: Vozes, 1980.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, Sudoeste:* ocupação e colonização. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

7
Formoso e Trombas: luta pela terra e resistência camponesa em Goiás – 1950-1964

Carlos Leandro da Silva Esteves

Na década de 1950 ocorreu a meio Norte do Estado de Goiás, num povoado conhecido como Formoso,[1] a 300 quilômetros ao Norte da capital, uma série de conflitos entre posseiros e grileiros pelas terras devolutas da região. A resistência dos posseiros ao avanço das grilagens ficou conhecida, entre outros nomes, como "Revolta Camponesa de Formoso e Trombas", ou a "Guerrilha de Formoso e Trombas" ou, ainda, como a "República Popular de Trombas", tendo em vista que em fins da década de 1950 os posseiros haviam "liberado" a área e, para muitos, organizado um "governo" próprio de cunho popular e estruturado pela própria Associação de Lavradores que seria criada pelos posseiros nos anos de luta.

Este artigo pretende discutir algumas das principais questões que estiveram presentes nesse cenário conflituoso, atentando para a luta dos posseiros de Formoso e Trombas como uma luta de resistência contra o avanço das grilagens de terras e a imposição de novas relações sociais no campo. Para alcançar esse objetivo, o enfoque aqui dado à resistência procurará compreendê-la como uma *luta ampliada*, o que significa dizer que a luta dos posseiros de Formoso e Trombas será considerada para além da estratégia armada de resistência. Outros espaços de luta serão privilegiados, com o intuito de demonstrar que a resistência efetivou-se e mostrou-se eficaz a partir de uma conjugação de estratégias distintas, em que a clareza dos objetivos consubstanciadas à experiência adquirida ao longo da luta afastam qualquer possibilidade de se atribuir um caráter de passividade ou ilegitimidade às lutas conduzidas pelos próprios posseiros.

[1] Formoso era uma pequena vila localizada no município de Uruacu; Trombas, área próxima a Formoso, seria fundada em 1953 com a chegada dos primeiros posseiros que migraram para a região.

Os conflitos têm início quando fazendeiros da região investem numa série de incursões repressivas contra os posseiros com o intuito de expulsá-los das terras onde mantinham posse.[2] À expulsão das terras somava-se a tentativa frustrada por parte dos fazendeiros de cobrar o arrendamento pelas terras ocupadas. Tendo conhecimento da condição devoluta das terras onde estavam e do direito de permanecerem nelas, os posseiros se negavam a pagar as abusivas taxas pretendidas pelos fazendeiros e cobradas pelos jagunços. O que se verifica a partir desse momento é a luta dos posseiros para permanecerem em suas posses, uma luta que ganharia as páginas da imprensa goiana e nacional.

Conjugada às investidas dos jagunços a mando dos fazendeiros locais, verificou-se a ação nas terras de Formoso de uma verdadeira operação de grilagem de terras, capitaneada pelos próprios fazendeiros com a ajuda de grileiros profissionais e da colaboração do cartório de Uruaçu. A ousadia dos grileiros em Uruaçu chegou ao extremo quando foram requeridas como propriedade particular as terras que correspondiam a 75.000 ha, extensão que abarcava os imóveis de Formoso, Bonito e Santa Tereza. Munidos com um requerimento de concessão de sesmarias de 1775, cuja área concedida correspondia aos três imóveis citados, os grileiros forjaram uma cadeia sucessória que indicou como herdeiros das terras uma família de lavradores de Pirenópolis. Comprando as terras dos falsos herdeiros por preço irrisório, os grileiros conseguiram destes que lhes fossem cedidos no cartório da cidade as escrituras de cessão de direitos hereditários.[3] Uma liminar de reintegração de posse, concedida aos grileiros, foi o estopim da revolta. Nas palavras de Sebastião de Barros Abreu, "O que era inquietação um tanto vaga se transformou em revolta [...] A questão, agora, estava colocada em termos claros: era desocupar ou resistir. A resistência foi a opção dos posseiros. Explodiu a revolta".[4]

---

[2] Sebastião de Barros Abreu relata em seu livro uma prática de tortura adotada pelo fazendeiro João Soares, grande "terror" dos posseiros em Formoso. Nas palavras de Abreu, o fazendeiro "mandara construir um cubículo de taboas na única praça da vila, que os posseiros logo apelidaram de 'caixote', e ali mantinha preso, durante um ou dois dias, sem nada para comer ou beber, o incauto que se aventurasse a entrar no povoado". ABREU, S. de B. *Trombas*: a guerrilha do Zé Porfírio. Brasília: Goethe, 1985, p.20. Há uma segunda edição lançada pela editora André Quicé em 2002 com o título *De Zé Porfírio ao MST* (*A luta pela terra em Goiás*). Essa nova edição traz o texto de 1985 acrescido de crônicas do autor sobre Goiás e sobre o MST.

[3] Segundo Abreu, a divisão das terras aos grileiros teve curso rápido na justiça. Contribuíram para a velocidade no andamento da questão, segundo o autor, a "conveniência" do Juiz de Direito, bem como a quase ausência dos posseiros nos autos. Op. cit., p.41.

[4] ABREU, S. de B., op. cit., p.38-9. Janaína Amado cita como episódio que desencadearia uma sucessão de conflitos armados entre posseiros e as forças policiais a morte de um sargento da polícia, morto por um posseiro que se negou a deixar sua posse. AMADO, J. Eu quero ser uma pessoa: revolta camponesa e política no Brasil. *Resgate*, n. 5, 1993, p.48.

Os raros trabalhos[5] existentes sobre o tema tendem, com maior ou menor ênfase, a desqualificar os anos iniciais da luta dos posseiros em Formoso e Trombas. Maria Esperança Carneiro[6] ressalta que nessa fase existia a crença dos posseiros na possibilidade do cumprimento da lei e na ação efetiva do governo a seu favor, tanto no nível estadual quanto federal. Essa perspectiva só é abandonada, segundo a autora, em função do total descaso e comprometimento das instituições com os proprietários de terras da região. Carneiro caracteriza esse período como ineficaz, no qual os posseiros teriam sido derrotados e pouco teriam feito para barrar o avanço dos grileiros. As ações teriam sido individuais e pouco eficazes. A postura adotada pela autora deixa escapar a possibilidade de se compreender a luta dos posseiros de Formoso e Trombas como um processo que tem nesses primeiros anos, em vez da ineficiência atribuída, elementos que permitem pensar as ações de resistência dentro de uma perspectiva de amadurecimento político e acumulação de forças diante da necessidade cada vez maior de organizar-se diante das adversidades que surgiam dos conflitos.

Não é como uma ação isolada e individual que deve ser vista a tentativa de José Porfírio, principal liderança da região, em 1953, perante o presidente Getúlio Vargas de resolver a questão da posse da terra em Trombas. Primeiro porque parece que Porfírio não procurou o presidente por conta própria e muito menos apenas em seu nome, como supõe a interpretação de Carneiro. Sebastião de Barros Abreu menciona que ao expor aos demais posseiros o desejo de viajar ao Rio de Janeiro para falar diretamente com Vargas sobre a situação das terras, Porfírio recebeu apoio dos companheiros e, "Uma coleta de fundos foi então realizada entre os camponeses", o que permitiu a realização da viagem.[7] O envolvimento de outros posseiros nesse episódio, bem como a "cooperação" que pode ser auferida pela "coleta de fundos", deixa transparecer, ao contrário do que afirma Carneiro, uma ação caracterizada por um *grupo* de posseiros que reconhece a necessidade de se buscar a "ajuda" pretendida por Porfírio. Segundo Abreu, Porfírio teria entregado uma carta ao presidente, cujo conteúdo expunha a situação e as reivindicações dos posseiros. Mesmo que não tenha sido possível recuperar o conteúdo da carta, a leitura de seu protocolo fornece elementos que reforçam a idéia de uma ação que estaria representando não o desejo

[5] Entre os poucos trabalhos produzidos, somam-se aos citados em nota anterior o estudo de Paulo Ribeiro Cunha, "Aconteceu longe demais" (2007); e o de Maria Esperança Carneiro, "A revolta camponesa de Formoso e Trombas" (1981). Ambos serão discutidos mais adiante.

[6] CARNEIRO, M. E. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: CEGRAF, 1981.

[7] Em relato de Abreu – cuja informação, ausente em outros autores, permitiu-me checar a existência da carta que Porfírio teria levado ao presidente –, Porfírio foi recebido por Vargas no Palácio do Catete. Vargas teria ouvido com atenção tudo o que o posseiro tinha a falar. Segundo Abreu, Porfírio teria dito certa vez em uma reunião de posseiros que "O presidente me disse que as terras devolutas pertencem aos posseiros. Por isso nós devemos lutar para defender o que é nosso". Ibidem, p.123.

individual de Porfírio, mas o interesse dos demais posseiros. O protocolo n. 25.078/53 aponta como assunto que "*Posseiros* do Município de Uruaçu, *ameaçados* de despejo das terras q. *ocupam,* solicitam proteção (grifos meus)".[8] O documento aponta como procedência: "José Porfírio e *outros*". Para além da linguagem utilizada pela Secretaria da Presidência da República, cuja ênfase na "proteção" solicitada caracteriza a ideologia propagandeada pelo órgão no período varguista, o que o breve conteúdo do protocolo revela é a atuação *coletiva* de posseiros unidos pela causa comum da obtenção dos títulos de posse para as terras onde mantinham cultivo e de onde estavam sofrendo ameaças reais de expulsão. Nesse sentido, é da percepção da vivência em comum da realidade da expropriação, e portanto da quebra dos modos de vida e das normas compartilhadas pelos posseiros, que surge a necessidade da reação à alteração desses valores. As formas assumidas por essa reação ao longo do processo de luta dependerão do grau de complexidade vivenciado na transformação da vida material desses grupos.[9]

O episódio relatado acima, bem como as insistentes tentativas de Porfírio e outros posseiros de obterem os títulos das posses no cartório de Uruaçu, se não podem ser apontadas como vitórias, numa perspectiva que compreenda os ganhos apenas pelo seu caráter imediato, podem sinalizar um entendimento que esteja atento para a luta dos posseiros como uma luta que se constrói,[10] acumulando forças diante da experiência e revelando seu potencial e amadurecimento político como um processo que conjuga distintas experiências de ação, estando, portanto, longe de ser caracterizada em seus primeiros anos como uma luta "individual" e "ineficaz".

A bibliografia que trata das lutas em Formoso e Trombas concorda em apontar 1954 como um ano demarcatório na história dos conflitos na região. Tal mudança é atribuída à chegada dos primeiros quadros do PCB ao cenário das disputas. O PCB atuava no campo nesse período adotando a linha definida pelo Manifesto de Agosto de 1950 e ratificada pelo IV Congresso de 1954. Segundo Paulo Ribeiro da Cunha, a atuação do PCB em Formoso e Trombas se dava "a partir da luta pela terra dos posseiros como tática imediata de aglutinação e mobilização em uma estratégia revolucionária que, em última instância, tinha por objetivo detonar a revolução brasileira".[11]

---

[8] Prot. 25078/53. Arquivo Nacional. Fundo da Secretaria da Presidência da República. Cx. 350.

[9] Estou aqui dialogando diretamente com E.P. Thompson. Ver THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p.227-67.

[10] Também aqui, ao procurar perceber a luta em seu processo, atentando para a dinâmica relacionada diretamente às circunstâncias locais e temporais, minha reflexão é claramente inspirada na obra de E. P. Thompson.

[11] CUNHA, P. R. R. da. *Aconteceu longe demais. A luta pela terra dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período de 1950-1964*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – PUC.

Portanto, pelo que se pode obter da leitura de Cunha, o PCB via em Formoso e Trombas um potencial foco detonador dos planos revolucionários traçados pelas teses aprovadas no período. Dênis de Moraes afirma que nesse período, "dois movimentos guerrilheiros instalaram-se no país, como conseqüência do Manifesto de Agosto", um deles seria em Porecatu, no Paraná, e o outro em Formoso e Trombas.[12] No entanto, uma leitura que perceba Formoso e Trombas apenas como um projeto revolucionário do PCB, adotando a tese da "guerrilha" ou do "foco", deixa escapar a oportunidade de se compreender a luta dos posseiros como *luta ampliada* e levada adiante como conseqüência do real processo de expropriação ao qual estavam fadados se não se organizassem na defesa de suas posses. E essa organização atingirá sua maturidade, como resultado de um amadurecimento surgido nos anos iniciais de luta, com a criação, em 1955, da Associação dos Lavradores de Formoso.

A origem da Associação é motivo de divergência entre os autores que a estudaram. O cerne da questão está em sua real vinculação com o PCB. Para Maria Esperança Carneiro, antes da criação da Associação dos Lavradores de Formoso, os posseiros se organizavam por meio de inúmeros "Conselhos de Córrego" que teriam se aglutinado e originado uma organização centralizada, que, no entanto, teria mantido uma estreita relação com suas bases. Presidida por José Porfírio, a Associação seria, portanto, o resultado da aglutinação de formas de organização, num primeiro momento dispersas, mas que posteriormente estariam vinculadas de forma centralizada. Não há, segundo Carneiro, uma presença clara do PCB na criação da Associação. Ao contrário, Paulo Ribeiro da Cunha dirá que a criação da Associação dos Lavradores de Formoso é anterior ao surgimento dos "Conselhos de Córrego". Os conselhos teriam sido criados, na visão de Paulo Ribeiro, sob inspiração da Associação, organização que para o autor era um núcleo local do PCB na região. Corroborando com a visão que atribui antecedência aos "Conselhos de Córrego", Sebastião de Barros Abreu afirma que tais conselhos surgiram como fruto de um intenso trabalho de base que exigiu a participação de grande número de posseiros, e que a formação dos conselhos serviu de "embrião" para a futura Associação. Também não há no trabalho de Abreu nenhuma menção à participação do PCB nesse processo.[13]

---

[12] MORAES, D. de; VIANNA, F. *Prestes*: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luís Carlos Prestes.

[13] Abreu conta em seu livro que os contatos que antecederam a criação da Associação dos Lavradores de Formoso foram feitos por Geraldo Marques, ainda na CANG. Segundo Abreu, e Paulo Ribeiro da Cunha confirma, Geraldo Marques teria enviado a Formoso para que procurasse o posseiro José Firmino, "um pretinho muito vivo e inteligente chamado Geraldo Tibúrcio, que mais tarde seria eleito presidente da União dos Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB). ABREU, op. cit., p.51. Paulo Ribeiro da Cunha, sobre a ida de camponeses da CANG para Formoso e Trombas, dirá que, "Ao que parece, tinha se esgotado a possibilidade de trabalho político na CANG [...] Geraldo Marques, João Soares, e pouco depois José Ribeiro e Dirce

Para além de uma mera discordância acadêmica, o que de fato pode ser percebido nessa problemática é a tentativa de se dimensionar a importância do PCB no cenário conflituoso de Formoso e Trombas. Se de um lado, Carneiro e Abreu parecem "diminuir" a relevância dos comunistas na organização dos posseiros; de outro, Cunha dimensiona sua importância. A leitura da obra de Cunha sugere que o autor está menos preocupado em abordar a organização da resistência dos posseiros, do que se esforçar em resgatar a história das lutas em Formoso e Trombas do ponto de vista do partido. O que transparece é um constante esforço do autor em provar a vital presença do PCB, chegando por vezes a afirmar que os êxitos alcançados pelos posseiros não teriam sido possíveis não fosse pela intervenção dos quadros comunistas. Longe aqui de propor que se negue ou ignore a importância do PCB entre aos posseiros – posições ligeiramente adotadas por Maria Esperança Carneiro e Sebastião de Barros Abreu –, o que deve ser ponderada é a dimensão dada a essa importância; postura que Paulo Ribeiro não adota, justamente por estar, ao que parece, empenhado em supervalorizar a mediação do PCB.[14]

Os enfrentamentos armados em Formoso e Trombas se acirram no período entre 1955-57. Esses anos são marcados pelo maior número de confrontos entre posseiros e as forças policiais. É nesse período que Formoso e Trombas passa a ser notícia e se transforma numa das maiores questões políticas do estado de Goiás. Aliada à resistência armada contra as invasões das forças policiais e das tropas privadas dos grileiros – nesse momento uma estratégia imperiosa na manutenção das posses – os posseiros estabeleceram um importante canal de cooperação com um dos mais influentes meios de comunicação de Goiás: o *Jornal de Notícias*, semanário que pertencia a Alfredo Nasser,[15] presidente e líder do Partido Social Progressista (PSP)

Machado têm por destino Formoso e Trombas para preparar a resistência dos posseiros e da região, se transformar no ponto onde eclodiria a revolução no país." Cunha afirma que todos esses nomes eram quadros do PCB em Ceres. CUNHA, op. cit., p.140.

[14] Tem-se revelado difícil a tarefa de levantar fontes sobre a atuação do PCB em Formoso e Trombas. Paulo Cunha atribui essa "ausência" de referências, até mesmo em periódicos do partido no período, como decorrência de uma estratégia do PCB de preservar a luta dos posseiros desvinculando-a de uma presença partidária. Ao contrário de Cunha, acredito ser possível afirmar que a raridade com que a imprensa comunista se refere a Formoso e Trombas, justamente no período de maior intensidade dos conflitos, deriva sim de uma estratégia do partido, mas uma estratégia que visava a preservar a si próprio. Em outras palavras, não é a luta dos posseiros mas a si próprio que o PCB quer preservar da radicalização que o rumo dos conflitos tinha tomado. Corrobora para essa visão a leitura que faço do PCB no período: seu caráter "legalista" e sua constante busca pela inserção eleitoral. Deve ficar claro entretanto que, quando me refiro de forma genérica ao PCB, falo da linha "oficial" do partido. Não estou, portanto, ignorando as contradições internas vividas pelo partido, principalmente num período tão intenso quanto a década de 1950.

[15] Alfredo Nasser foi fundador e redator-chefe do *Jornal de Notícias*, de Goiânia, além de líder do PSP goiano, partido que surgiu de uma dissidência do Partido Social Democrático (PSD)

em Goiás. Nas páginas desse jornal foi feita uma ampla campanha a favor dos posseiros e contra as grilagens de terras no Norte do estado. Cartas de José Porfírio explicando e cobrando a ação de políticos em Formoso e Trombas foram publicadas ao lado de denúncias de parlamentares contra a ineficiência das ações do governo e os desmandos da polícia goiana.[16] Em carta publicada no *Jornal de Notícias* em março de 1956, Porfírio diz que,

> temos a certeza de que as pessoas honestas de Goiás, quando tomarem conhecimento da verdadeira situação do Formoso, irão concluir que os bandidos e invasores não somos nós, posseiros, que há tantos anos desbravamos estas terras e que a custa de um trabalho duro e muitas vezes heróico a valorizamos. Invasores são os grileiros, que agora tentam outra vez nos expulsar de nossas posses ... e que só não nos assassinaram ainda porque temos as nossas carabinas e com elas defendemos as nossas vidas.[17]

A citação dessa carta nos fornece alguns elementos para um melhor entendimento sobre as lutas em Formoso e Trombas e para reforçar o que venho tentando demonstrar até aqui. Primeiramente, o jornal como espaço capaz de se revelar um *espaço de luta*, ainda que estejamos aqui falando de um jornal que não esteja ligado diretamente aos posseiros, sendo, portanto, um veículo cujo espaço deva ser *conquistado*.[18] Ao publicar a carta de uma

---

em 1946. Alfredo Nasser, porém, só entraria para o PSP em 1950 após conturbada relação com os dirigentes de seu partido anterior, a União Democrática Nacional (UDN), legenda pela qual fora eleito senador (1947-1951). FERNANDES, C. L.; AQUINO, R. L. de. *A UDN e o PSD goianos. Ensaio de história política (1945-1966)*. Goiânia: Kelps, 2005.

[16] O *Jornal de Notícias* trazia regularmente em seus editoriais críticas ferrenhas ao governador Juca Ludovico (1955-58) do PSD. Por ser um veículo de propriedade de Alfredo Nasser, o jornal acabava por desempenhar a tarefa de servir como espaço de divulgação das idéias do PSP, em oposição ao governo do Estado. Entre as críticas mais recorrentes, podem ser citadas aquelas feitas diretamente ao modo como Juca Ludovico conduzia as questões no meio rural, ressaltando sua inabilidade para o equacionamento das questões. A polícia de Goiás também foi alvo freqüente dos editoriais e das matérias publicadas no jornal. Ver *Jornal de Notícias*, em especial as publicações de 1956.

[17] Carta de José Porfírio ao deputado Misac Ferreira, publicada no *Jornal de Notícias* em 29.03.56.

[18] Entendo aqui como *conquista*, a possibilidade que se apresenta aos posseiros de uma ampliação dos espaços de luta, através da inserção de suas reivindicações nas páginas de um jornal estreitamente vinculado aos interesses da elite agrária goiana. Essa conquista se dá como resultado direto da pressão exercida pelos posseiros por meio de sua organização na luta pela terra, e a dimensão política que tal organização alcançou no cenário goiano. Seria demasiado simplista encarar a "presença" dos posseiros nas páginas do *Jornal de Notícias* apenas como um elemento usado pelo PSP contra o governador Juca Ludovico. Embora aqui se reconheça que esse aspecto é parte do jogo de forças entre os partidos políticos goianos, seria um equívoco que sua observação implicasse a eliminação da possibilidade de os posseiros interferirem nesse mesmo jogo de forças, não como meros joguetes nas mãos de um partido ou político, mas como sujeitos que lutam para alcançar seus objetivos.

liderança dos posseiros, o *Jornal de Notícias* se converte em canal de expressão dos argumentos desse posseiro. É através desse espaço que Porfírio vê a oportunidade de fazer com que um público mais amplo conheça suas reivindicações, bem como esclarecer o que, do ponto de vista dos posseiros, significam as lutas em Formoso e Trombas. A pressão de setores da sociedade a favor dos posseiros constitui-se num dos elementos essenciais para a decisão do governador de retirar as tropas policiais que estavam acantonadas em Porangatu esperando uma ordem para invadir Formoso e Trombas, que àquela altura representavam uma ameaça à estabilidade política do estado.

Outro aspecto revelador na leitura do trecho da carta citada é o conhecimento de Porfírio sobre o direito dos posseiros de permanecerem em suas posses. A "certeza" manifesta pelo posseiro quanto ao papel desempenhado pelos trabalhadores na terra revela o quanto a defesa das posses se constitui na defesa de um direito reconhecido. Assim podemos dizer que a "presença" dos posseiros no jornal é parte de *uma estratégia de resistência que amplia seus espaços de luta*. Sem que para isso, entretanto, outras estratégias sejam abandonadas, como é o caso da defesa armada das posses. O conteúdo da carta revela essa dupla estratégia de luta. Uma, o pedido de "ajuda" ao deputado Misac Costa Ferreira (PSD), para que tratasse do caso de Formoso e Trombas como fizera anteriormente em Gurupi;[19] outra a informação de Porfírio de que os posseiros só estão vivos e em condição de resistir porque "temos as nossas carabinas". Portanto, estamos diante de um exemplo que se constitui uma constante nos anos de luta. Mesmo no período de maior intensidade dos conflitos, a perspectiva de lutar em outros espaços, e a imprensa é aqui um exemplo disso,[20] conjugou-se à defesa armada das terras.

Sobre o uso de cartas como instrumento de análise, é preciso atentar para o fato de que cartas como a de Porfírio, que poderíamos considerar cartas de *solicitação*, possuem uma ambigüidade inerente ao seu próprio conteúdo. Significa dizer que, para além do que realmente se pretende, há claros limites de expressão que a própria circunstância da solicitação impõe. Por isso é que num primeiro momento o que pode ser interpretado apenas como uma atitude deferente, qual seja, o envio de carta pedindo ajuda a

---

[19] Outra região, esta mais ao Norte do estado, em que ocorreram no início da década de 1950 inúmeros casos de grilagem. Os grilos na Mata de Gurupi foram constantemente denunciados pela imprensa e parlamentares de oposição. Ver *Jornal de Notícias*, Goiânia, fev.-mar. 1956.

[20] Outro veículo, esse de inegável alcance nacional, que realizou duas incursões ao cenário dos conflitos e fez diversas entrevistas com José Porfírio e outras lideranças, foi a revista *O Cruzeiro*. A revista esteve em Trombas em 1956 e 1957 para realizar duas longas matérias sobre o que estava ocorrendo na região. Ver *O Cruzeiro*, edições de 14 de abril de 1956 e 30 de março de 1957.

uma autoridade política, revela na verdade um outro aspecto: do ponto de vista do posseiro, a carta é um meio de avançar no propósito de alcançar seus objetivos. Como observa Thompson, "um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa".[21]

Os conflitos em Formoso e Trombas conheceram um relativo refluxo a partir de 1958. Nos anos posteriores, até 1961, houve um silêncio das autoridades sobre os acontecimentos na região. Segundo Abreu, o "vazio" administrativo causado pela ausência de funcionários do governo foi ocupado pela própria Associação dos Lavradores de Formoso. A Associação teve que organizar por conta própria as questões que surgiam no dia-a-dia de Formoso e Trombas. Desde resoluções pequenas, como problemas familiares, até decisões "judiciais" sobre a distribuição de posses a posseiros que chegavam à região. Os posseiros teriam organizado uma estrutura administrativa que, por meio da Associação, cumpria a função de governo. Por conta disso, elegeram um "prefeito" para a região, além de terem organizado uma estrutura legislativa que atuava como órgão da própria Associação. Segundo Abreu, Geraldo Marques teria exercido o cargo de "juiz de primeira instância".[22] Nesse período, entretanto, nenhum título de posse foi expedido aos posseiros, fato que só ocorreria durante o governo de Mauro Borges, já na década de 1960.[23] Abreu diz que quando os posseiros se deram conta de que não poderiam contar com a presença do governo do estado, "ninguém chorou de tristeza", e, ao contrário, a "ausência dos funcionários do governo causava, assim, mais alívio do que apreensão".[24] O que se tinha consolidado naqueles anos de "autogoverno" era o resultado de seguidos anos de confrontos armados e de campanhas pelo equacionamento da questão agrária em Formoso e Trombas que extrapolaram as fronteiras das vilas de Uruaçu e do próprio estado de Goiás. Os posseiros lograram sair vitoriosos de uma série de enfrentamentos contra a polícia, os grileiros e seus capangas armados, em confrontos em que a desproporção de forças

---

[21] Thompson se refere às relações de clientela na sociedade inglesa do século XVIII. O autor chama atenção para o erro de se enfatizar apenas o "elemento deferente" nessas situações. THOMPSON, E. P. Patrícios e plebeus. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.38.

[22] Abreu relata que, "O Poder Legislativo era exercido pela própria Associação, que em suas reuniões periódicas decidia a respeito da construção de pontes, funcionamento de escolas, etc. Geraldo Marques, em Trombas, menos por delegação de quem quer que seja, mas pela ascendência natural que exercia sobre seus companheiros, se transformou em juiz de primeira instância. Brigas de marido e mulher, pendengas entre vizinhos, a expulsão de um suposto agente dos grileiros infiltrado entre os posseiros – tudo era levado a Geraldão para opinar e decidir, cabendo de suas decisões recurso para a diretoria da Associação". ABREU, op. cit., p.97

[23] Segundo Janaína Amado, o Supremo Tribunal só garantiria os títulos de propriedade aos posseiros em 1981. AMADO, op. cit., p.54.

[24] Ibidem, p.96.

pressupunha derrotas que não ocorreram.[25] Paulo Ribeiro da Cunha cita em seu trabalho um desses confrontos em que o número de posseiros era muito inferior ao das forças policiais designadas para invadir a região. Apontada por Cunha como o principal enfrentamento armado ocorrido em Formoso e Trombas, a "Batalha de Tataira" revelou o quanto os posseiros estariam dispostos a lutar pela defesa de suas posses. Segundo relata Cunha, "Este fato teve um forte impacto psicológico, já que se espalhou pela região que os posseiros tinham 'uma força incalculável'".[26]

Em maio de 1961, uma comissão de posseiros representando a Associação dos Lavradores de Formoso, e tendo José Porfírio à frente, foi recebida no Palácio do Governo do Estado, pelo então governador Mauro Borges (1961-1964). Os posseiros foram firmar um acordo junto ao governo do estado e solicitavam o reconhecimento da legitimidade da ocupação das vilas de Formoso e Trombas e a distribuição das terras em litígio por meio da Associação. Segundo Rui Facó, enviado especial do jornal *Novos Rumos* à região para fazer uma reportagem sobre os desdobramentos das lutas em Formoso e Trombas, o acordo consistia no "reconhecimento ... de uma área de 10 mil quilômetros quadrados da região". Rui Facó ainda acrescenta que o acordo incluía, além da distribuição dos títulos de posse aos posseiros, "a criação de escolas, um posto médico, estrada e ajuda para a fundação de uma cooperativa de produção e consumo na região".[27] As terras deveriam ser divididas entre os posseiros de acordo com os critérios de distribuição adotados pelos próprios posseiros por meio da Associação dos Lavradores de Formoso. Os títulos de posse seriam entregues logo após as demarcações feitas pelo governo, seguindo orientação previamente estabelecida pelos posseiros. Rui Facó informa que o acordo foi firmado com o compromisso assumido pela Associação de que os posseiros de Formoso e Trombas não ajudariam a nenhuma outra luta por terra que estivesse em curso ou surgisse em outra região.

O que o aludido acordo revela, além da clara intenção do governo do estado de apaziguar a situação de conflitos na região, é o reconhecimento da representatividade lograda pelos posseiros com a Associação e suas atribuições. A legitimidade de uma organização construída ao longo do

[25] No dia 8 de abril de 1956, o *Jornal de Notícias* trazia o seguinte relato: "Durante a refrega que durou 45 minutos, a tropa (estadual) gastou cerca de 300 balas e os posseiros apenas 12 ... A polícia dominada pelo terror dispõe as mulheres e crianças em volta da carroceria do caminhão e coloca-se no centro, fazendo daquelas inocentes, trincheiras de seu medo". *Jornal de Notícias*, 08.04.56, p.3.

[26] CUNHA, P. R. R., op. cit., p.155.

[27] "As terras em litígio (supostas sesmarias ou objeto de grilagens) também estas terras serão entregues aos posseiros que as dividirão segundo critérios adotados por sua Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas." FACÓ, R. Em Formoso e Trombas são os posseiros que fazem a reforma agrária. *Novos Rumos*, n.124, 21 a 27 de julho de 1961, p.8.

processo de luta. Além disso, o reconhecimento pelo estado da vitória dos posseiros sobre os grileiros e seus jagunços.

Em 1962, os posseiros iriam mais longe ao conseguirem a emancipação de Formoso, elevando a antiga vila de Uruaçu a município. A emancipação é conseqüência direta da criação, consolidação e legitimidade alcançada pela Associação dos Lavradores de Formoso nos anos anteriores. Também é significativo desse processo, a eleição de José Porfírio nesse mesmo ano. Porfírio foi eleito deputado estadual em Goiás, tornando-se o primeiro camponês eleito deputado na história do Brasil. Agora fazendo parte da Assembléia Legislativa do Estado, o posseiro-deputado dividiria seu tempo entre os compromissos parlamentares e os trabalhos na Associação.

José Porfírio, atuando como deputado estadual, se engajou diretamente na sindicalização dos trabalhadores rurais em todo o estado de Goiás. Para o posseiro-deputado, "A campanha de sindicalização rural visa, nada mais, do que organizar a grande maioria do povo brasileiro que reside nas zonas rurais ..."; e demonstrando compreender a maturidade alcançada para além do momento imediato, conclui dizendo que essa organização leva os trabalhadores rurais a "... tomar conhecimento da realidade brasileira", o que a deixaria "capacitada a decidir sobre a melhor posição a ser adotada em determinado instante do processo histórico nacional".[28]

Em 22 de maio de 1963, os posseiros de Formoso e Trombas finalmente conquistaram as escrituras das terras onde durante toda a década de 1950 lutaram contra muitas adversidades. O posseiro João Gonçalves Araújo, na época subprefeito de Formoso, recebeu da IDAGO 154 escrituras, na ocasião em que foram entregues "solenemente, pelas autoridades presentes aos posseiros os respectivos traslados".[29]

O golpe dado pelos militares em abril de 1964 pôs fim à Associação dos Lavradores de Formoso, bem como outras tantas associações goianas. Um interventor foi nomeado pelos militares para assumir a prefeitura de Formoso. Desencadeou-se então uma ferrenha perseguição àqueles identificados como lideranças do movimento: José Porfírio, Geraldo Marques, Dirce Machado, entre tantos outros, tiveram que deixar a região. Porfírio ainda passaria seis meses na prisão militar do Exército, em Brasília, antes de desaparecer definitivamente em 1972, última vez em que foi visto. Seu nome consta hoje na lista oficial de desaparecidos políticos.

---

[28] Em "José Porfírio alerta trabalhadores contra inimigos da sindicalização", publicado no *Diário Oficial,* Goiânia, 08 de maio de 1963. Essa campanha pela sindicalização rural é parte de uma ofensiva do governador Mauro Borges (1961-64) voltada para o campo. Por meio do Instituto do Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), órgão vinculado à Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETA) do Estado, o governo goiano lançou uma campanha de sindicalização rural que procurava, principalmente, transformar em sindicatos as inúmeras Associações de Lavradores espalhadas por Goiás.

[29] *Diário Oficial*, Goiânia, 30 maio 1963.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência histórica da luta dos posseiros de Formoso e Trombas conjuga a repetição de uma prática comum aos processos em que se desenvolvem a luta pela terra. A perseguição e tentativas de expulsão são ações que fazem parte do repertório de expropriação capitalista ao qual são submetidos os homens do campo. Entretanto, mais do que vítimas indefesas e passivas desse processo de expropriação – em que a grilagem de terras desempenha um papel crucial para a sua efetivação –, os posseiros de Formoso e Trombas são exemplos de capacidade de organização e de luta, legando à história das lutas camponesas uma forma de luta que se caracterizou pela ousadia e obstinação com que posseiros pobres lutaram pela manutenção e regularização de suas posses.

Esta luta esteve voltada a todo momento para ações que demandaram a *presença* dos posseiros em diferentes espaços. O *espaço* da imprensa, onde por meio de entrevistas e publicação de cartas os posseiros puderam estabelecer um importante canal de veiculação de suas demandas e objetivos, alcançando e ganhando simpatia de setores da sociedade que ignoravam os desmandos praticados no campo; o *espaço* do Parlamento, onde a presença dos posseiros se fez como parte das disputas políticas no cenário goiano, seja num primeiro momento pela solicitação de "ajuda" a políticos identificados pelos posseiros como "aliados", seja num segundo momento, pela própria atuação de José Porfírio como deputado estadual. Essas ações, conjugando-se à defesa armada das terras e tornando-se tão importantes e necessárias quanto, lograram não apenas a legitimidade da organização dos posseiros, mas, sobretudo, vislumbraram possibilidades alternativas de construção social e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, S. de B. *Trombas*: a guerrilha do Zé Porfírio. Brasília: Goethe, 1985.

_______. *De Zé Porfírio ao MST. A luta pela terra em Goiás*. Brasília: André Quicé Editor, 2002.

AMADO, J. *Eu quero ser uma pessoa:* revolta camponesa e política no Brasil. Resgate n.5, Centro de Memória – Unicamp, Campinas, 1993, p.47-59.

CANESIM, M. T. *Formas de organização camponesa em Goiás, 1954-1964*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado) – PUC.

CARNEIRO, M. E. *A revolta camponesa de Formoso e Trombas*. Goiânia: CEGRAF, 1981.

CUNHA, P. R. R. da. *Aconteceu longe demais. A luta dos posseiros de Formoso e Trombas e a política revolucionária do PCB no período de 1950-1964*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – PUC

FACÓ, R. Em Formoso e Trombas são os posseiros que fazem a reforma agrária. *Novos Rumos*, n.124, 21 a 27 de julho de 1961.

FERNANDES, C. L; AQUINO, R. L. de. *A UDN e os goianos. Ensaio de História Política (1945-1966)*. Goiânia: Kelps, 2005.
MARTINS, J. de S. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982.
MORAES, D. de; VIANNA, F. *Prestes*: lutas e autocríticas. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luís Carlos Prestes.
THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre cultura popular e tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
_______. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

PERIÓDICOS E OUTRAS FONTES

O CRUZEIRO, abril de 1956 e março de 1957.
DIÁRIO OFICIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE GOIÁS, Goiânia, janeiro a junho de 1963.
FUNDO DA SECRETARIA DA REPÚBLICA, Protocolo n. 25.078/53.
JORNAL DE NOTÍCIAS, Goiás, fevereiro a abril de 1956.
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES – DNER. História das Rodovias Federais em Goiás, 1984.
NOVOS RUMOS, Rio de Janeiro, julho a agosto de 1961.

8
O Sertão como um direito: o movimento de luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945-1964)

Leonardo Soares dos Santos

Introdução

Talvez nunca em sua história a antiga zona rural da cidade do Rio de Janeiro, o chamado Sertão Carioca, tenha sido objeto de tantas matérias e manchetes de jornais da grande e pequena imprensa cariocas. Foi o que ocorreu entre os anos de 1945 e 1964. Quais reivindicações os pequenos lavradores do Sertão Carioca levantaram ao longo de praticamente duas décadas de luta contra as tentativas de despejo promovidas por pretensos proprietários? Quais foram suas iniciativas a fim de lançar suas reivindicações na esfera pública carioca? Quais os argumentos a que recorreram para justificar suas pretensões e, simultaneamente, deslegitimar as pretensões de seus adversários? Essas são as perguntas que conformarão o eixo deste capítulo. Entretanto, é preciso que antes façamos uma breve exposição sobre a própria região, até porque a identidade do grupo em questão estava intimamente associada à leitura que dela se fazia. Apontaremos, então, algumas das principais transformações de seu perfil socioeconômico, destacando ao mesmo tempo os diferentes sentidos das representações e visões que vários agentes sociais tinham sobre o lugar.*

* Este artigo constitui uma versão resumida da minha dissertação de mestrado (Santos, 2005). Agradeço imensamente a Mário Grynszpan, que com suas orientações e seu trabalho sobre a Baixada Fluminense foi a maior inspiração para as minhas pesquisas sobre o Sertão Carioca. Sou muito grato também a Márcia Motta, Lygia Sigaud e Luiz Flávio por suas valiosas informações e críticas. Cabe ainda informar que antes de mim, Manoela Pedroza (2003) produziu uma dissertação sobre o mesmo tema, mas sob outra perspectiva, inclusive geográfica. Bem antes de nós dois, Galvão (1962) publicava o primeiro estudo sobre o Sertão Carioca.

DA ZONA AO SERTÃO: O LUGAR, SUA HISTÓRIA, SEUS NOMES

Os relatos sobre a zona rural – então abarcada pelas freguesias de Irajá, Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Santa Cruz e Ilha do Governador – no fim do século XIX reafirmavam unanimemente a noção de uma região "decadente" e "abandonada". O *Almanaque Laemmert* de 1900 informava que a circunscrição de Guaratiba, a outrora "mais rica e florescente" do Distrito Federal, encontrava-se com seus cafezais destruídos, seus vastos campos de criação em agonia, infestada por doenças. O relato do historiador Noronha Santos, escrito no mesmo ano, é emblemático dessa visão calcada na idéia da decadência. Escrevia ele que em Guaratiba, não obstante o desenvolvimento da pequena lavoura e outras atividades como a extração de madeira, "sua decadência é sensível devido às secas que têm consumido suas plantações e importantes cafezais" (Santos, 1965, p.72 e 74). Em Santa Cruz, junto com um comércio incipiente haveria uma pequena lavoura existente em terras "outrora tão bem aproveitadas" (ibidem, p.116). Tal visão também se manifestava nas sessões do legislativo municipal. Visto ser tal zona tão "abandonada, desprezada, esquecida por quase todos os administradores que têm passado pela Prefeitura", como então afirmava o intendente Mário Júlio.[1]

Nas três primeiras décadas do século XX, a visão sobre a decadência parece se manter intacta. A outra face desse abandono seriam as doenças que grassariam na região. Afrânio Peixoto, escritor e professor de higiene na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, era uns dos especialistas "alarmados" com tal situação. Segundo ele, o número e incidência de epidemias seriam suficientes para que se pudesse classificar a região como um verdadeiro sertão.[2]

> Se raros escapam à doença, muitos têm duas ou mais infestações ... Vêem-se, muitas vezes, confrangido e alarmado, nas nossas escolas públicas crianças a bater os dentes com o calafrio das sezões ... E isto, não nos "confins do Brasil", aqui no DF, em Guaratiba, Jacarepaguá, na Tijuca ... Porque, não nos iludamos, o "nosso sertão" começa para os lados da Avenida [Central]... (Hochman, 1998, p.70)[3]

Mas nessa mesma época, a expansão das pequenas propriedades agrícolas e com elas a agricultura de gêneros de primeira necessidade fazem que

[1] *Annaes do Conselho Municipal*, 29.12.1922, p.702.

[2] G. Hochman afirma que a palavra *sertão* era empregada mais como uma categoria social e política do que geográfica, dado que "sua localização espacial dependeria da existência do binômio abandono e doença" (ibidem).

[3] Em 1922, o intendente Mário Júlio dizia ser a zona rural um grande foco de "typfo, paratypho, desenteria e de outras doenças conhecidas...", *Annaes do Conselho Municipal*, 30.12.1922, p.924.

tal visão passe a ser contrabalançada por uma visão que destaca as capacidades agrícolas da região, de forma que a ressalte como um importante centro de abastecimento da então capital federal. Delgado de Carvalho notava que em Guaratiba, "o mais rico de todos os districtos agrícolas", mais precisamente na "encosta Occidental do massiço da Pedra Branca", havia grandes pomares, plantações extensas de bananeiras, de laranjeiras e de "outras frutas" (Carvalho, 1926, p.93). Talvez isso fosse uma forte razão para que a municipalidade enviasse uma mensagem ao Conselho Municipal em julho de 1917, tornando os incentivos à agricultura do Distrito Federal como item obrigatório do orçamento municipal. A visão da região como centro de produção agrícola era ratificada:

> Não se cogita de emprehendimento a ser realizado de uma só vez. Ninguém espera ver, no correr de um ou dous annos sómente, todo o território do Distrito Federal transformado em um celeiro de generos alimentícios ou num pomar ou jardim, onde se encontrem as frutas e flores de toda espécie. O que se intenta, é encetar, com fé e perseverança, a obra agrícola do Distrito, semeando, onde melhor convenha, a boa sementeira, para que della brotem plantas escolhidas, capazes dos melhores frutos. Procedamos aos poucos; mas com inteira fé no êxito, desde que sejam empregados os meios e apparelhos apropriados, e não abandonemos a empreza ao meio da sua jornada. Se assim fizermos, em cinco ou seis annos o Distrito Federal terá para sua população alimentação própria, abundante e segura.[4]

Ao mesmo tempo, muitos dos terrenos da região vão gradativamente sendo inseridos no mercado de terras, embora o principal elemento de valorização seja a própria característica agrícola de tais terrenos.

> Aluga-se, com contrato de 5 annos e bom fiador, 133x1.700 de fundos, água de cachoeira e encanada, casa de telha regular e mais três colonos, 5.800 pés de laranjas pêra novos e 2.500 pés de mamão, melão, grande plantação de aipim, batata e quiabos, bananal, dois bois e burro, carro charette, arado e criações ... aluguel 250$000 mensaes.[5]
>
> Vendem-se dous sítios, 1 por 15 contos, tendo 70 mil m², com rico bananal, cafezal, frutas e matta; outro com cento e tantos mil m² com nascentes, bananal, cafezal, frutas e mattas, por 25 contos na Estrada do Catonho...[6]

No entanto, esses mesmos distritos começavam a ser alcançados pela ação de um mercado de terras orientado por uma lógica não-agrícola. Segundo esta, as terras comercializadas passavam a combinar usos agrícolas e urbanos, eram os chamados terrenos de veraneio, onde os usos agrícolas não tinham fins comerciais nem de subsistência e, sim, funções de entretenimento e lazer. Eles podiam ser fartamente verificados nos anúncios dos

---

[4] *Annaes do Conselho Municipal*, 9.7.1917, p.217.
[5] *Jornal do Brasil*, "classificados", 6.5.1927, p.23.
[6] Ibidem, 8.5.1927, p.23.

classificados de imóveis da época; em se encontravam bem exemplificados nestes dois anúncios de 1927. Em Campo Grande, por exemplo, um anunciante pretendia vender "esplendidos terrenos, com bonde elétrico à porta ... áreas de todos os tamanhos; 300$ a 5:000$; em prestações a longo prazo; logar salubérrimo e próprio para veraneio ou cultivar e crear...[7].

Em Jacarepaguá havia "bonito sítio de recreio, com boa casa, pomar novo e diversas outras benfeitorias. Local saudável e de raro pittoresco".[8] Entretanto, nessa época começa a se esboçar também um mercado voltado para a construção de loteamentos: "152 reis o m², vendo boa fazenda, dando renda. Ótima para loteamento por estar junto a estação do subúrbio a 1 hora do Rio", dizia um anúncio de terreno de Campo Grande.[9]

A década de 1930 também reservaria uma série de acontecimentos que modificariam a paisagem geográfica e social da zona rural. Contudo, a primeira modificação a ser destacada se deu em um nível propriamente simbólico. É nessa época que a zona rural passa a ser chamada de *Sertão Carioca*. Seu autor é Magalhães Corrêa, naturalista autodidata, especializado em taxologia, que entre 1931 e 1932 escreve um estudo pioneiro sobre a zona rural do Distrito Federal para o jornal *Correio da Manhã* por meio de vários artigos, que foram posteriormente reunidos numa edição única pelo Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro em 1936 (Sarmento, 1998, p.5). O nome por ele cunhado foi amplamente reconhecido e desde esse período a zona rural passou a ser chamada de *Sertão Carioca* pela imprensa, por intendentes, autoridades municipais, partidos e pelos próprios habitantes da região. Fato compreensível, se levarmos em conta que o referido matutino era o jornal de maior vendagem em toda a cidade. Com base em "pallidas notas, apanhadas em excursões", como ele mesmo diz (Corrêa, 1936, p.23-4), o autor procura montar um painel dos usos e costumes da população da região. Magalhães Corrêa entendia que a forma de vida e, em particular, o modo de interação e integração dos habitantes com a natureza por meio da predominância de uma economia de subsistência evidenciavam a existência de típicos *sertanejos*.

O Sertão era aqui uma espécie de reserva geográfica e moral da nação, onde ainda eram cultivadas e preservadas virtudes que não mais podiam ser encontradas no litoral urbanizado e civilizado do país, conforme ele mesmo escreve: "Nesse ambiente bem brasileiro, e um tanto isolado, impera ainda a alma pura dos nossos caboclos, tudo lembra o que é nosso, os typos e costumes" (ibidem, p.60). De certa forma o autor não corroborava a idéia de Sertão preconizada pelos sanitaristas das décadas de 1910 e 1920, já que praticamente nenhum destaque era dado às doenças e a própria questão do

[7] Ibidem, 10.5.1927, p.25.
[8] Ibidem, 13.5.1927, p.23.
[9] Ibidem, 19.5.1927, p.38.

abandono acabava sendo vista como algo positivo, o que contribuía, por exemplo, para seu grande potencial turístico.

A região também passou por importantes modificações de ordem *material*. Uma foi o surto da cultura da laranja. A exemplo do que acontecia na Baixada Fluminense houve grande disseminação da cultura da laranja por praticamente toda a região. A força de sua amplitude e de sua intensidade se encontra bem expressa na designação "febre da laranja" dada a esse período, muito difundida tanto por memorialistas quanto por pesquisadores da região. As principais regiões atingidas pelo "mar de laranjas" foram Campo Grande, Realengo, Santa Cruz, Guaratiba e, em menor escala, Jacarepaguá (Musumeci, 1987, p.73). Nesses distritos, a cultura da laranja chega primeiro às "soalheiras", depois às baixadas beneficiadas pelas obras de drenagem e saneamento realizadas pelo DNOS, deixando de fora apenas as vertentes sombrias e as partes mais altas das serras, as chamadas "noruegas".[10] Seu grande impulso se deverá à existência de créditos postos à disposição por capitais ingleses, que exploravam o ramo cítrico (Pechman, 1987, p.124). O vigor dessa cultura se fez notar até mesmo no mercado de loteamentos. Conforme a conjuntura, alguns "laranjeiros" preferiam investir na produção de laranjas ou na revenda de lotes, "ou em ambas as modalidades, se fosse oportuno".[11] O terreno que possuísse alguns pés de laranja ou mesmo aquele ainda inculto, mas próximo de uma região de produção citrícola, era certamente um dos mais valorizados, fazendo jus a um *slogan* da época – "laranja no pé, dinheiro na mão",[12] como demonstra este anúncio:

> Terras ótimas para laranjas, situadas à margem da Central, 4 trens por hora. Boas estradas ... Água, luz, tel., hora e meia do Centro. Estação de Paciência, distrito de Campo Grande, onde existem milhares de laranjeiras em plena produção.Também plantam-se pomares por empreitada.[13]

As obras realizadas pela Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense (DSBF) nas Baixadas de Jacarepaguá e Sepetiba foram outro importante acontecimento verificado na zona rural dessa época. Era do desejo de seus principais mentores fazer da zona rural um "cinturão verde" capaz de promover o abastecimento quase completo do Distrito Federal, pondo em prática finalmente as propostas da década de 1910. Mas a importância daquelas obras reside também no fato de ter feito da zona rural uma área de expansão não apenas para a agricultura. Com os melhoramentos da DSBF, a região estava definitivamente aberta para outra expansão, a dos negócios imobiliários. Estes, por sua vez, eram cada vez mais regidos por uma nova modalidade – a produção em massa de lotes urbanos (Fernandes, 1998).

[10] Ibidem.
[11] Ibidem.
[12] Ibidem.
[13] Ibidem, 9.5.1935, p.25.

O órgão da União originalmente encarregado dessas obras, a Comissão de Saneamento, visava a intervir apenas na área da Baixada Fluminense e tinha como plano os seguintes objetivos: a) projetar, executar ou fiscalizar obras de saneamento da Baixada Fluminense; b) produzir estudos sobre sua bacia hidrográfica; c) elaborar um plano de desenvolvimento econômico para a região; d) executar o levantamento de um cadastro imobiliário de toda região da Baixada Fluminense; e) elaborar uma legislação especial para o saneamento e a conservação das obras (Lamego, 1964, p.277).

Os trabalhos gerais foram iniciados em julho de 1933. Logo depois a Comissão foi transformada em um Departamento com funções extensivas a todo o território nacional. A partir daí as áreas próximas da Baixada Fluminense foram incorporadas no roteiro de melhoramentos. A primeira delas foi a Baixada de Sepetiba e depois a Baixada de Jacarepaguá. Os estudos desses órgãos constataram que os brejos e manguezais na orla das lagoas de Jacarepaguá eram obstáculos ao curso das águas, constituindo-se num "veículo para o impaludismo". Uma das soluções propostas – e aprovada – foi a regularização dos rios da bacia contribuinte das lagoas da Tijuca, Camorim e Marapendi. Devido à pressão exercida por companhias imobiliárias que atuavam na restinga de Sernambetiba, chegou-se a cogitar no aterramento dessas lagoas. Mesmo tendo sido recusada essa proposta, os interesses de agentes imobiliários não foram de todo frustrados, já que a própria DSBF apresentava como principais objetivos de seus trabalhos na Baixada de Jacarepaguá a extinção de "focos de anofelinos" e, segundo palavras de um engenheiro do órgão, a "melhora da estética deste recanto de turismo do Distrito Federal"; em razão disso, também estava prevista a construção de rodovias e pontes (Bruno, 1967, p.163); iniciativas que num futuro próximo acabariam por facilitar a implantação de loteamentos na região, mesmo que esta não se tenha dado da maneira que queria os diretores da DSBF (ibidem, p.213-4). Em 1939, Hildebrando de Góes, diretor da DSBF, afirmava que numerosos brejos tinham sido extintos, ocasionando sensível diminuição dos focos de malária, a qual só seria totalmente erradicada em 1957. Todavia, a consecução bem-sucedida do segundo objetivo dava o ar da graça com bastante mais antecedência, muito embora não da forma esperada. O almejado "melhoramento estético" ocasionou um aumento da especulação imobiliária em áreas recuperadas pela DSBF. Um pouco antes, em 1937, o mesmo Hildebrando de Góes apresentava e lamentava os dados sobre essa conseqüência: nas terras que margeavam a lagoa da Tijuca, o metro quadrado tinha conhecido uma valorização de 200%; em Vargem Grande, de 1.500%. Os autores do plano de transformar o Sertão Carioca num "Cinturão Verde" tinham duas questões a resolver, se quisessem realmente tirá-lo do papel: a) como incentivar as atividades agrícolas num contexto de crescente onda inflacionária, em função da qual a opção pela especulação com a terra se tornava cada vez mais atraente?; b) que medi-

das deviam ser tomadas diante de evidente ascensão dos próprios agentes sociais – companhias e corretores imobiliários, bancos – mais diretamente interessados no sucesso desse tipo de empreendimento?

É importante frisar que a valorização fundiária na região não se deveu apenas às obras da DSBF. Também contribuíram para isso outras obras de infra-estrutura do governo federal realizadas ao longo das décadas de 1930 e 40, como a abertura das estradas do Joá e Menezes Cortes (atual Grajaú-Jacarepaguá), a eletrificação da Central do Brasil e a construção da avenida Brasil. Sem esquecer que a extensão das linhas de bonde e, principalmente, de ônibus, exerciam papel fundamental no processo de incorporação urbana da zona rural (Kleiman, 1994). Na verdade, recuando um pouco mais no tempo, vamos encontrar inúmeras iniciativas responsáveis pela expansão do sistema urbano de infra-estrutura na região. É possível ver já na década de 1890 propostas de estabelecimentos de linhas de bonde que, em seu conjunto, interligava praticamente todas as "freguezias ruraes". Em 1918, as Freguesias de Guaratiba e Campo Grande já contavam com linhas eletrificadas de bondes. A Freguesia de Jacarepaguá, por sua vez, contava com uma linha de bonde – com "carros a burro" – desde 1875. Por essa mesma época já é possível ver também extensas áreas (Campo Grande, Realengo, Piedade, Bangu, Guaratiba etc.) possuindo estradas, ruas "macadamizadas", iluminação elétrica, calçamentos, sistemas de esgoto, abertura de canais etc.

A expansão das vias de comunicação e a melhoria das condições de salubridade passam a encorajar os empreendedores imobiliários a retalhar seus terrenos não mais para arrendar ou vender a pequenos lavradores. Assiste-se nesse momento à consolidação de um mercado efetivo de compra e venda de terras que se destinava à construção de loteamentos. As iniciativas adotadas para livrar a zona rural do suposto "esquecimento" a que teria sido relegada pelas autoridades públicas, representavam, naquele momento, o triunfo dos interesses do capital imobiliário.

Por conta disso os anúncios dos terrenos vão deixando de enfatizar a existência de benfeitorias e de recursos de uso agrícola, dedicando-se a atrair compradores com a menção de "qualidades urbanas" como proximidade em relação a vias de comunicação (estradas, avenidas, linhas de trem, bonde etc.) e existência de serviços de luz, água encanada, esgoto e telefone. Mas esses loteamentos não eram exclusivamente urbanos. Alguns loteamentos eram constituídos de lotes rurais, outros buscavam conciliar as funções urbana e rural mediante lotes para veraneio.

O mercado de terras ainda estava longe de ter uma forma puramente urbana. Até porque esses novos loteamentos eram concebidos segundo o modelo das "Cidades-Jardins". Ao idealizá-las, o sociólogo britânico Ebenezer Howard procurava reunir num mesmo lugar, ou, como dizia, "em uma só aglomeração as vantagens da cidade e as do campo, desfazendo

os defeitos de uma e de outro" (Agache, 1930, p.23).[14] Não à toa muitos desses loteamentos tinham o termo "Jardim" como prenome; outros, em menor número, detinham a palavra "Parque", que na prática possuía funções semelhantes como lugar de descanso e recreio.[15]

Os muitos lucros proporcionados por tal tipo de negócio faziam que muitos se oferecessem para a compra de grandes propriedades na região. Outros preferiam tão-somente se oferecer como corretores de imóveis para a simples intermediação desses negócios: "Sítio – Campo Grande – Querendo vender seu sítios, chácara ou área de terra, exclusivamente neste local, encarregando-me sem o menor aborrecimento ... qualquer dia [,] qualquer hora".[16]

Outro aspecto que passa a ganhar ênfase nos anúncios de venda de terras a partir de meados da década de 1940 é a possibilidade de serem usados como ativo financeiro. Com a onda inflacionária que passa a tomar conta do país, os rendimentos que se podiam ter com a especulação de terras eram bem maiores do que com a produção agrícola. E mesmo quando se tratava de lotes urbanos, os anunciantes não deixavam de destacá-los:

> A aquisição de uma propriedade nesse futuroso bairro, a par das delícias de uma vida alegre no campo, proporcionará a aplicação segura de capital, compensada por uma valorização certa,

afiançava a Companhia de Extensão Territorial. A mesma companhia, de forma sugestiva, finalizava assim um outro anúncio: "Só vende terras que valem ouro".[17]

Tamanho era o crescimento dos negócios imobiliários na década de 1950 que ficaria conhecida como a época da "febre imobiliária". Para se ter uma idéia do que foi isso, basta que tenhamos em vista que 40% do total de loteamentos feitos durante todo o século XX nos distritos de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz – quase todo o Sertão Carioca – datam exatamente da década de 1950 (Souza, 1995, p.21). Como que um reflexo dessa intensa produção de lotes, verificava-se uma significativa redução da área agricultável do Sertão Carioca. Ademais, surgem por essa época as primeiras declarações na imprensa dando conta do papel exercido pela expansão dos loteamentos na retração da agricultura do Distrito Federal.

---

[14] A primeira "cidade-jardim" foi Letchworth. Criada em 1903, se localizava a 32 milhas de Londres (Agache, 1930, p.24).

[15] A título de observação, listamos os nomes dos seguintes bairros, a maior parte originados de loteamentos estabelecidos na Zona Rural e Suburbana, e que foram estabelecidos até a década de 1970, todos possuindo o termo "Jardim" como inicial: Joari, S. Jerônimo, Água Branca, Clarice, Vila Mar de Guaratiba, Garrido, 5 Marias e Mendanha.

[16] *Diário de Notícias*, "classificados", 8.7.1945, p.15.

[17] *Jornal do Brasil*, "classificados", 31.7.1949, p.12.

Mais do que isso: a "febre imobiliária" estaria gerando grave questão social com a expulsão de centenas de lavradores de suas terras.

Assim como em outros momentos, tais transformações impulsionariam novas formas de percepção e entendimento sobre o espaço da zona rural, configurando-se assim novas imagens sobre as relações sociais desenvolvidas em seu espaço assim como a própria imagem que setores da sociedade tinham de seu papel no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

UM SERTÃO DE LUTAS

A partir do início da década de 1950 tanto a grande quanto a pequena imprensa intensificariam a veiculação da imagem de um Sertão Carioca marcado pela destruição de sua lavoura devido à ação predatória de "grileiros", que também agiam com violência contra "lavradores esquecidos pelo poder público". O resultado de tudo isso, nas palavras d'*O Globo,* era a existência de "grande abandono e desânimo" entre os lavradores da região.[18] O comunista *Classe Operária* entendia que a concentração de terras era fruto do "açambarcamento de terras por meia dúzia de grileiros, banqueiros e capitalistas", o que por sua vez acarretava uma grande diminuição da área cultivada e o agravamento do abastecimento do Distrito Federal de legumes, frutas, leite etc.

> E a situação tende a piorar, a medida que o govêrno vai deixando que os grileiros e outros tantos exploradores se apossem das terras. O número de propriedade vai diminuindo, como diminuindo vão os hectares cultivados, e a produção decrescendo, enquanto os preços sobem e o câmbio negro prolifera livremente.[19]

Mas se o "abandono" denunciado nas décadas anteriores dizia respeito à falta de medidas por parte do governo municipal e federal para a incorporação da zona rural à cidade, nesse momento (década de 1950), a palavra "abandono" era uma alusão à falta de providência dos poderes públicos contra os empreendedores imobiliários, cujas ações estavam pondo em risco a agricultura da região. Em 11 de julho de 1951, o jornal *O Popular* lamentava a situação do Sertão Carioca que, mesmo sendo a região responsável por 40% do abastecimento da cidade, via-se "condenada ao desaparecimento, dentro de pouco tempo, uma vez que as terras próprias para o plantio estão sendo adquiridas por companhias imobiliárias que as venderão depois de loteadas".[20]

---

[18] *O Globo*, 22.10.1952, p.1.
[19] *Classe Operária*, 9.12.1947, p.8.
[20] *O Popular*, 11.7.1951, p.2.

Dois dias depois, o jornal voltava ao tema do "drama vivido por centenas de famílias que se dedicam a agricultura, no chamado 'cinturão verde' da capital da República". A mesma área que havia vinte anos "vinha sendo cultivada tranqüilamente", era palco naquele momento de uma intensa valorização de suas terras, ocasionando sérios prejuízos ao abastecimento do Distrito Federal e ameaça de despejo de centenas de lavradores que "não sabem fazer outra coisa". O mesmo jornal dizia ter tido a "oportunidade de assistir à destruição levada a efeito por um trator, que num dia de trabalho devora, tal como um monstro, centenas de pés de laranjas, carregados de frutos".[21] O próprio documento final da I Conferência dos Lavradores do DF, de 1958, apontava como principal causa da "situação de quase extermínio" da agricultura carioca

> o loteamento desenfreado e antieconômico, ocasionando a valorização astronômica e fictícia das terras e a grilagem com toda a sorte de aventuras, esbulhos, violências, coações, roubos , etc ... por parte de indivíduos, "companhias" e até "bancos" poderosos e desonestos, gerando uma situação de desassossego e instabilidade para os lavradores que [são] escorraçados por todos os lados ....[22]

Despejos, violência contra lavradores, queima de casas e plantações, a cumplicidade das autoridades policiais, descaso dos poderes públicos, grilagens etc. continuavam a dar o tom da imagem do Sertão Carioca na década de 1960. Um caso ocorrido em Campo Grande envolvendo o "rentoso comércio de loteamentos de terrenos" foi emblemático. Estamos no ano de 1961 e segundo palavras do jornal *Novos Rumos*:

> Confiam os tubarões de terras no sucesso de seus negros propósitos, baseados no fato de, há alguns anos, terem conseguido desalojar humildes camponeses fixados em terras adjacentes e que, tal como os que ora labutam às margens do Cabuçu, tinham como única fonte de receita o amaino do solo.[23]

Essas imagens veiculadas pela imprensa certamente espelhavam boa parte do que estava acontecendo ali. Contudo, a região ainda era capaz de abrigar outro cenário. Quando tudo levava a crer que o fim da agricultura carioca era um fato quase consumado, os números do censo de 1960 mostram um acontecimento surpreendente. Um dos indícios mais representativos eram sem dúvida as leis de zoneamento por parte do Executivo da cidade. Por meio do *Decreto n.15.220* o governo Carlos Lacerda (1960-1965) dividia a própria Zona Rural em duas subzonas: a Subzona Rural de Expansão e a Subzona Rural de Reserva Agrícola.[24]

---

[21] *Novos Rumos*, 11-17.8.1961, p.6.
[22] *Voz Operária*, 19.4.1958.
[23] *Novos Rumos*, 11-17.8.1961, p.6.
[24] Ibidem, ano XXVII, p.291.

Além disso, a área agricultável tinha crescido 13%, o que se devia principalmente ao crescimento de cerca de 19% dos estabelecimentos agrícolas. Desses, pouco mais de 95% eram constituídos por terrenos de menos de 10 hectares. Mas o que há de mais significativo nesse crescimento é o fato dele ter tido como principais responsáveis os arrendatários e, sobretudo, os posseiros, exatamente as categorias mais atingidas pela expansão dos loteamentos a partir da década de 1940. Enquanto as categorias de proprietários e administradores, mesmo num contexto de crescimento, recuaram 18% e 11%, respectivamente, os arrendatários aumentaram 15%. Muito maior ainda foi o crescimento do número de posseiros – 200%. É possível que isso tenha influenciado na definição do conteúdo do art. 71 da Constituição Estadual, que versava sobre a delimitação da zona rural. Embora no seu versículo 1º ela permitisse a "instalação, na zona rural, de indústrias com residências", os quatro restantes procuravam atender a reivindicações de grupos que tinham na agricultura sua principal fonte de sustento. Por eles o governo ficava encarregado de promover desapropriações de áreas improdutivas; proteger "de modo especial os posseiros que, em zona rural, trabalhem pessoalmente área de terra não superior a 5 hectares"; prestar assistência tecnológica e crédito especializado e instalar armazéns, silos e frigoríficos; estimular a formação de cooperativas e promover o cadastro das terras da zona rural.[25] Exatamente quando o Sertão Carioca parecia caminhar para sua definitiva extinção, novas categorias (o despejo com violência, a especulação de terras como sinônimo de grilagem etc.) e, principalmente, os "posseiros" como grupo político se afirmavam no espaço público.

OS LAVRADORES SE ORGANIZAM, LUTAM E ACONTECEM[26]

A década de 1950, período conhecido como o da "febre imobiliária", testemunharia também o acirramento das iniciativas de luta dos lavradores cariocas. Ou seja, a destruição causada pela "avalanche imobiliária" não produziria apenas desânimo, como se os pequenos lavradores reagissem a isso de forma puramente passiva. Paradoxalmente, se o Sertão Carioca era visto sob o prisma do abandono e do desânimo, também era visto como um verdadeiro palco de conflitos de terras.

Para a imprensa da época, esse era o outro lado da incorporação urbana da zona rural do Rio de Janeiro, cuja principal conseqüência era a possibilidade de os "posseiros" se "levantarem" contra aqueles que queriam "tomar"

[25] *Imprensa Popular*, 28.8.1952, p.1.

[26] Emprego esse termo inspirado na noção tal como empregada por Thompson (1987), que entendia a classe social como um acontecimento, um fenômeno histórico.

suas terras. E foram inúmeras as resistências. Com a manchete "Resistiram ao despejo os Posseiros da Fazenda Curicica", o *Imprensa Popular*, em 1952, apresentava uma matéria sobre o não-cumprimento de uma ordem de despejo intentada pelos pretensos proprietários daquelas terras. Os "posseiros" com sua "resistência" teriam conseguido com que o então secretário da Agricultura "prometesse" desapropriar aquelas terras.[27] Na Fazenda Vitor Dumas (Santa Cruz) os "moradores resistem", era o que o mesmo jornal noticiava em maio do referido ano, apesar das constantes violências praticadas por pretensos proprietários contra "lavradores", "operários", "comerciários".[28] "Resistiram bravamente os posseiros", foi o que teria acontecido em Pedra de Guaratiba, onde uma "arapuca imobiliária" estava sendo posta em prática pelo "grileiro" Pedro Moacir com a ajuda da polícia.[29]

A visibilidade que os litígios de terra da região passavam a ganhar na esfera pública da cidade vinha quase simultaneamente acompanhada de um esforço em se conferir uma identidade social e política às milhares de pessoas que se viam ameaçadas de perder suas terras. O reconhecimento dos conflitos implicava o próprio reconhecimento e visibilidade do grupo social que reivindicava medidas contra os despejos e ações de incentivo à agricultura carioca. Mas é importante que se frise que tais identidades não eram frutos exclusivos da idiossincrasia de um grupo, como se este agisse isolado do contexto social em que atuava. As identidades sociais deviam sua lógica às mudanças conjunturais do cenário político carioca, de maneira particular, e brasileiro, de maneira geral. E, no caso dos lavradores, acrescente-se que *sua* própria identidade refletia em grande parte sua posição nesse cenário político (ou *campo de força*) e as diferentes relações que ele estabelecia com outros grupos.[30] Ou seja, tal identidade é fortemente influenciada por mediadores como partidos políticos, advogados, imprensa, poderes públicos etc. E essa mesma identidade será decisiva para a configuração das estratégias de reivindicação dos lavradores.

Vemos que até o fim da década de 1940 os lavradores cariocas encontram-se divididos na afirmação de sua condição jurídica, uns se declaram "posseiros" e outros "arrendatários". Mas são unânimes em afirmar que a maioria das terras da zona rural pertence ao patrimônio público (municipal ou federal, dependendo da área). Na década de 1950 e principalmente na de 1960, com o acirramento das lutas, a repercussão das lutas de posseiros pelo país (em particular os da Baixada Fluminense), o reconhecimento por parte dos poderes públicos da total indefinição da titulação das terras do Sertão Carioca, a crescente quebra de legitimidade dos pretensos proprietários (pela

[27] *Imprensa Popular*, 11.4.1953, p.8.
[28] Ibidem, 22.5.1952, p.4.
[29] Ibidem, 10.8.1954, p.6.
[30] Ver o uso que faz Thompson (2001) do conceito de *campo de força*.

imprensa e pelo legislativo municipal) e, não podemos deixar de citar, com a definição do recurso à Lei de Usucapião como principal estratégia jurídica a ser seguida, quase todos os pequenos lavradores cariocas, mesmo aqueles que eram efetivamente "arrendatários", passarão a reivindicar a condição de "posseiro". Era preciso, portanto, buscar o reconhecimento da antecedência de sua ocupação. Assim sendo, em todas as suas declarações – seja numa entrevista a um jornal, numa conferência, numa manifestação no centro da cidade ou nos autos de um processo civil – os lavradores e suas lideranças acentuariam o fato de terem "chegado" às terras bem antes daqueles "que se diziam seus donos". Tal chegada era freqüentemente apontada como tendo se dado nas décadas de 1930 e 40.[31] Havia menções – poucas, é verdade – que remontavam tal ocupação à década de 1910 (Guaratiba) e de 1920 (Santíssimo). Incorporando boa parte do discurso de sanitaristas, de autoridades políticas e da imprensa, os lavradores afirmariam ter chegado a terras abandonadas, entregues a toda sorte de doenças e outros perigos, onde só havia mato e mosquito. Alguns chegavam a afirmar que antes mesmo do DNOS já tinham procedido ao saneamento de algumas áreas.[32]

Porém, naquela conjuntura específica de conflitos, o termo *posseiro* também articulava importantes dimensões política e moral. Conforme veremos mais adiante, ser *posseiro* equivalia a reagir contra os despejos, em se organizar junto com outros posseiros ameaçados para defender seus direitos, em ir aos espaços públicos da capital do país para apresentar às diversas autoridades políticas suas demandas e reivindicações. Mas ser posseiro também implicava a defesa de determinada relação com a terra e de uma visão de forte teor moral sobre fatores como trabalho e família. Outrossim, a afirmação de uma identidade cumpria o importante papel de legitimação das pretensões de um grupo social uma vez que era forjada num contexto de disputas com outros agentes sociais (Grynszpan, 1990, p.292-3). Tal era a razão para que com a preocupação em definir os referenciais identitários dos *posseiro*s, estes e seus aliados (setores da imprensa, figuras do legislativo carioca, alguns partidos políticos etc.) se engajassem na configuração (negativa) do perfil sociopolítico dos seus adversários, os pretensos proprietários, também chamados de *grileiros*, nome comumente atribuído a quem buscava consolidar o domínio de uma terra mediante títulos falsos. Portanto, a identidade do grupo dos pequenos lavradores, isto é, a imagem sobre si mesmo, à medida que buscava o reconhecimento de outros grupos e instituições, tinha também de fornecer parâmetros para a imposição de uma identidade sobre seus adversários. Desse modo, a própria designação dada aos pretensos proprietários já constituía por si mesma um ataque contra as pretensões destes.

---

[31] O mesmo se dá na Baixada Fluminense (Grynszpan, 1987).

[32] *Imprensa Popular*, 14.8.1952, p.8.

O contexto gerado pelos conflitos de terra criou condições para que outros conflitos e tensões ganhassem expressão pública, como o combate contra as "extorsões" praticadas por intermediários e o "descaso" das autoridades públicas com a crise da lavoura carioca. Esse discurso foi sem dúvida impulsionado pela crise de abastecimento de alimentos por que passava o Distrito Federal e a qual se agravaria na década de 1940. Com ele, buscava-se fazer a sociedade civil carioca crer que a crise da agricultura era um dos principais motivos para a carestia e escassez de alimentos. É bem verdade também que os lavradores e suas lideranças pretendiam captar valioso capital simbólico potencialmente contido nesse discurso. Um deles era que assim argumentando, a *causa* ou luta desses lavradores tinha condições de ser apresentada como algo que na verdade era do interesse de toda a população carioca. O outro advinha de certa idéia de solidariedade suscitada em relação à população carioca quando os lavradores afirmavam que eram também vítimas dos "intermediários", os quais já havia muito tempo – ao menos desde o Estado Novo – eram vistos como um dos principais responsáveis pelo precário sistema de comercialização de gêneros na capital da República (Gawryszewski, 2002).

Outro elemento importante para a conformação dos pequenos lavradores como grupo sociopolítico (Gramsci, 2000; Thompson, 1987) – isto é, um grupo portador de "direitos inalienáveis" e "reivindicações urgentes" a serem atendidas pelos poderes públicos – foram algumas "organizações camponesas". Talvez as mais importantes tenham sido as Ligas Camponesas na década de 1940 e as Associações de Lavradores a partir da década de 1950. A primeira a ser constituída seria a Liga Camponesa do Distrito Federal (LCDF) em meados de 1946, sob patrocínio dos comunistas. Seu grande idealizador e patrocinador seria o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao findar a Segunda Guerra Mundial e com a deposição do ditador Getúlio Vargas, o PCB era içado à legalidade depois de muitos anos na clandestinidade. E, além disso, o PCB conseguia surgir como uma das principais forças do cenário eleitoral brasileiro. Uma das formas encontradas por esse partido para fortalecer seu nome junto ao eleitorado foi a criação de organizações político-comunitárias, os Comitês de Bairro. No meio rural, surgiram as Ligas Camponesas, que tinham como principais finalidades: pleitear terras para os lavradores que nelas quisessem trabalhar, obtenção de crédito fácil e barato, fornecimento de ferramentas agrícolas e sementes, saneamento e higienização do Sertão Carioca, uma legislação especial que assegurasse os direitos dos posseiros, criação de mercados livres e diretos, "com a abolição dos intermediários" etc. Para facilitar a participação de lavradores de diferentes localidades nas discussões a LCDF decide criar Ligas subsidiárias em cada localidade, sendo um exemplo a Liga Camponesa de Jacarepaguá. É por meio dessas organizações que os lavradores debatem suas demandas, reivindicações e projetos, discutem as etapas e estratégias

a serem seguidas pelo movimento e decidem com qual personalidade ou grupo político aderir, negociar, pressionar ou combater. É no ambiente das Ligas que vai tomando corpo um movimento de luta capaz de manter vivas as esperanças dos lavradores do Sertão Carioca. As principais iniciativas das Ligas nesse período visarão ao fortalecimento do movimento dos lavradores e, conseqüentemente, dela própria: é essa a principal razão para que as Ligas do Sertão Carioca busquem se articular com Ligas Camponesas da Baixada Fluminense, como as Ligas de Vila Meriti, de Nova Iguaçu (Francisco Lira) e de Paracambi.

Com a decretação da ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro em 1947, as Ligas seriam desativadas. A partir daí, os lavradores e suas lideranças passariam a se organizar nas "Assembléias de Lavradores".[33] Uma das primeiras do Sertão Carioca teria sido a Associação de Lavradores da Fazenda Coqueiros (ALFC) em 1951. Entre suas principais lideranças estavam Heitor da Rocha Faria (advogado da organização) e Lyndolpho Silva (futuro fundador da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Ultab), todos militantes do PCB. Apesar dessa ligação com os comunistas, a ALFC procuraria desenvolver uma política de atuação a fim de atrair a simpatia e, sobretudo, o apoio de outras correntes políticas, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o grupo ligado a Tenório Cavalcante e os jornais simpáticos a essas correntes: *O Popular*, *O Radical* e o *Luta Democrática,* respectivamente. Importa destacar que junto com a freqüência das ações de protestos dos lavradores tem-se também o aumento do número de organizações criadas: em novembro de 1956 já faziam companhia às organizações acima mencionadas a Associação Agrícola de Jacarepaguá, a Associação de Lavradores de Guaratiba, a Associação de Lavradores e Posseiros de Piaí (Sepetiba), a Associação de Lavradores de Campo Grande e a Associação de Lavradores de Mato Alto. Destaque-se também a atuação de algumas cooperativas, como a Cooperativa Agrícola de Bangu, a Cooperativa dos Agricultores de Campo Grande, a Cooperativa de Agricultores e Criadores de Jacarepaguá e a Cooperativa dos Policultores de Santa Cruz. Algumas das quais, além de tratar de assuntos sobre a comercialização dos produtos da lavoura, também abrigavam discussões mais diretamente envolvidas com a questão da posse da terra.[34]

Igualmente significativas foram as manifestações de protesto dos pequenos lavradores no coração da capital da República: ocupação de escadarias e galerias da Câmara Municipal (Assembléia Estadual a partir de 1960) e

[33] Processo semelhante ocorre na Baixada Fluminense (Grynzspan, 1987).

[34] Não parece ter sido pequena a influência dos Centros de Melhoramentos, cuja base de atuação podia ser tanto um bairro como uma rua, e deve ter sido para muitos pequenos lavradores sua primeira experiência organizativa. O mesmo deve-se dizer em relação às "células" criadas pelo PCB na década de 1940 para fins de "agitação" e propaganda (Santos, 2005, p.137-8).

visitas a autoridades políticas no Senado, Câmara Federal, na Prefeitura, no Ministério da Justiça, redações de jornais etc. Nessas ocasiões era feita a entrega de memoriais, pedidos de desapropriação, denúncias de violências cometidas por "grileiros" etc. Em agosto de 1954, por exemplo, os lavradores entregaram um memorial com reivindicações em nome de "mais de vinte mil posseiros" – como fizeram questão de frisar – de Jacarepaguá, Santa Cruz e Campo Grande: "Custou-nos muito vir a esta Câmara. Há 40 anos estamos na terra e nunca gozamos dos benefícios municipais e não viemos aqui pedir esmolas, mas respeito aos nossos direitos", declarava o lavrador José Antônio de Sá, um dos participantes da iniciativa. E acrescentava José que esses direitos diziam respeito não só aos "do Sertão Carioca, mas a todos os cariocas" que também "são prejudicados pelas ações dos grileiros".[35] E esses direitos eram: levantamento do cadastro de todas as glebas do DF com a participação dos lavradores; prazo não superior a seis meses para propriedade plena dos posseiros, arrendatários etc. ("tradição de mais de 30 anos"); crédito fácil e barato "sem burocracia e sem pistolão"; participação na elaboração das tabelas de preços; redução dos impostos; garantias de mercado para sua produção; medidas contra intermediários; melhoria das estradas; máquina para preparar a terra, sementes, ração, inseticidas; dragagem dos canais principais, limpeza das valas secundárias; postos de saúde, escolas, água encanada e luz.[36]

Em maio de 1955, os lavradores de Jacarepaguá, Coqueiros, Mendanha e Xerém (Baixada Fluminense) foram à Câmara Municipal e, depois, ao Palácio Monroe (Senado) pedir que seus integrantes fizessem, "como estão fazendo com os 'proprietários' das favelas, uma investigação dos títulos de propriedade dos 'grileiros' do Sertão Carioca".[37] Este assunto voltaria à baila quando da ida dos diretores de algumas associações lavradoras à Câmara Federal e ao Palácio da Guanabara (antiga sede da Prefeitura). Como nas "visitas" anteriores, os "representantes" dos lavradores entregaram um memorial com uma série de reivindicações, quase todas já apresentadas em momentos anteriores, mas uma aparecia de maneira inédita: proibição dos loteamentos em terras cultivadas e sua imediata desapropriação. Essa proposta, que incluía em seu bojo o zoneamento da área rural da cidade, seria ratificada quando da ida de uma comissão de lavradores de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santíssimo à Câmara Municipal em maio de 1957. Na década de 1960, os lavradores e as lideranças tentaram desenvolver nova forma de protesto: a "concentração" em sedes do poder público. Pelo menos uma foi realizada nas escadarias da Assembléia Legislativa da Guanabara (atual Alerj) no fim de 1963. Muitas das reivindicações

[35] *Imprensa Popular*, 10.8.1954, p.2.
[36] Ibidem.
[37] *Imprensa Popular*, 24.5.1955, p.4.

exigidas desde o início da década de 1950 – como o cadastro imobiliário das propriedades rurais, desapropriação das glebas em favor dos lavradores que nelas já estivessem trabalhando e vivendo, medidas contra intermediários etc. – foram ratificadas.[38] Mas uma em particular passa a ganhar maior destaque: a delimitação, de uma vez por todas, da zona rural da cidade de acordo com a Constituição do estado da Guanabara, visando a inibir novos empreendimentos imobiliários.[39] É provável que com isso se quisesse também obrigar o legislativo municipal, e não só o executivo, a tomar parte do processo resolutivo e decisório sobre as questões de terra no Sertão Carioca: incorporada a esse processo, talvez a Câmara Municipal funcionasse como mais um forte obstáculo às pretensões dos empreendedores imobiliários.

Cabe mencionar que o esforço em pressionar as autoridades políticas podia levar os pequenos lavradores a ultrapassar as fronteiras da cidade, como em fevereiro de 1954, quando cerca de quinhentos lavradores do Mendanha, segundo declaração do *Imprensa Popular*, dirigiram-se à residência de fim de semana do presidente da República em Petrópolis. Eles queriam cobrar de Getúlio Vargas providências contra a revogação da lei de desapropriação de terras da região feita por Dulcídio Cardoso, então prefeito do Distrito Federal.[40]

Outra iniciativa importante foi o esforço em estabelecer laços de solidariedade com outros movimentos sociais.[41] Um deles seria o movimento dos "posseiros" da Baixada Fluminense, região limítrofe ao Sertão Carioca. As maiores ações de aproximação com esse movimento ocorreriam nos protestos realizados em conjunto diante dos centros de poder da capital. Em 1954, por exemplo, os lavradores do Sertão Carioca se dirigiriam à Câmara Municipal acompanhados de delegações das Associações de Lavradores de São Bento (Duque de Caxias) e Pedra Lisa (Nova Iguaçu). No ano seguinte, lá estavam novamente juntas algumas delegações de lavradores do Sertão Carioca (Jacarepaguá, Coqueiros e Mendanha) com lavradores de Xerém (Duque de Caxias) comparecendo à Câmara Municipal do Distrito Federal e ao Palácio Monroe para reivindicar medidas contra "grileiros". Pouquíssimo tempo depois, lavradores de Jacarepaguá e Xerém iriam juntos à Câmara Federal realizar um protesto contra seguidas violências cometidas pela polícia.[42]

Outra "aliança" que os pequenos lavradores procurariam estabelecer seria com o movimento dos moradores dos morros cariocas. Estes, assim como os agricultores do Sertão Carioca, passariam a sofrer constantes e intensas ameaças de despejo a partir da segunda metade da década de

---

[38] *Diário de Notícias*, 12.11.1963, p.4.
[39] *Novos Rumos*, 15-21.11.1963, p.1.
[40] *Imprensa Popular*, 4.2.1954.
[41] Ver a esse respeito Santos (2005b).
[42] *Imprensa Popular*, 26.5.1955, p.2.

1940. A tentativa dos pequenos lavradores em promover aquele tipo de aliança política com o movimento dos morros cariocas visava a mostrar aos poderes públicos (Câmara Municipal e Prefeitura) a idéia de que eles e os "favelados", por vivenciarem situações tão parecidas, deviam ter suas demandas (em especial aquelas referentes à posse da terra) tratadas da mesma forma. Isso em termos práticos queria dizer o seguinte naquele contexto: se a Prefeitura, por meio de projetos votados na Câmara Municipal, realizava desapropriações em alguns morros da cidade, o mesmo deveria ser feito em áreas em que famílias de pequenos lavradores eram ameaçadas de despejo na zona rural. Era com base nesse pressuposto que as comissões de lavradores de Jacarepaguá, Coqueiros, Mendanha e Xerém – ou seja, lavradores do Sertão Carioca e da Baixada Fluminense – dirigiriam-se à Câmara Municipal e ao Senado para pedir que seus integrantes fizessem como estavam "fazendo com os 'proprietários' das favelas, uma investigação dos títulos de propriedade dos 'grileiros'" do Sertão Carioca. Também é nítido o esforço em tecer alianças com outros movimentos sociais (o da nacionalização do petróleo, o do movimento pela paz, o da autonomia do Distrito Federal e o da Reforma Agrária), com vistas a inserir seu movimento num mesmo plano de visibilidade e reconhecimento. Veja-se o exemplo do I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, no qual a sua "mesa diretora" contaria com as presenças de figuras que "representavam" os mais diversos setores organizados da sociedade civil, casos de Francisco Gonçalo, presidente do Sindicato dos Têxteis; do deputado federal Roberto Morena e de "representantes" da União Sindical dos trabalhadores do Distrito Federal, do Movimento Contra a Carestia e do Sindicato dos Metalúrgicos.[43] Anos depois, vemos tal propósito tomar proporções internacionais. Para mantê-la a par do que aconteceu na I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, Heitor Rocha Faria, advogado de diversas entidades camponesas, envia "com toda atenção", uma carta-informe datada de 9 de agosto de 1958 à União Internacional dos Sindicatos de Trabalhadores Agrícolas e Florestais, com sede em Via Boncompagni, n.19, Roma, Itália. O advogado aproveita ainda para informá-los sobre o endereço da sede da ALFC, de modo que esta possa permanentemente colocar os "companheiros" do velho continente a par do que se passava no "Sertão Carioca: zona da lavoura do Distrito Federal".[44]

Contudo, os pequenos lavradores cariocas se preocupariam não apenas com a consolidação de laços externos ao movimento; algumas de suas

[43] APERJ. Fundo DPS/ 1881: "I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal" (1953), fl.7, doc. 8.

[44] Arquivo Lyndolpho Silva/CPDA. Série Correspondências. Agradeço ao professor Luiz Flávio ter facultado a mim livre acesso a tal documentação, mesmo estando esta em fase de organização.

principais lideranças pareciam crer que para que isso pudesse acontecer era necessária a consolidação dos laços no interior do próprio movimento de pequenos lavradores. E quanto a esse ponto em particular, foram de fundamental importância os encontros "camponeses" como assembléias, conferências, congressos e mesas-redondas. Por meio desses eventos as lideranças dos pequenos lavradores e alguns dos mediadores do movimento (os advogados em especial) procurariam unificar em um mesmo discurso as várias reivindicações e demandas das diversas comunidades de pequenos lavradores. Entre esses eventos, os principais foram o I Congresso dos Lavradores do Distrito Federal, em julho de 1953; a I Conferência dos Lavradores do Distrito Federal, em abril de 1958 (cuja sessão de abertura se deu na Câmara Municipal); a I Conferência dos Lavradores da Guanabara, em outubro de 1961; a Conferência dos Lavradores de Jacarepaguá, em outubro de 1961; e o II Congresso dos Lavradores da Guanabara, em maio de 1963.

O certo é que o conjunto de experiências associativas desenvolvidas pelo movimento tornou possível também que os pequenos lavradores do Sertão Carioca emergissem como novo ator no cenário político do Distrito Federal. Foi dessa forma que, em primeiro lugar, tornaram público e notório as violências que vinham sofrendo por parte de alguns empreendedores imobiliários. Assim agindo, os pequenos lavradores tornavam possível que os despejos, por exemplo, passassem a ser percebidos como um problema não apenas restrito ao Sertão Carioca, e sim algo que dissesse respeito a qualquer habitante do Distrito Federal. Em segundo, puderam articular a exigência por demandas específicas em termos próprios a uma linguagem pautada pela idéia de que aquilo por que lutavam eram verdadeiros direitos, cuja prévia obtenção teria sido assegurada por meio de "longos e árduos" anos de trabalho. E é preciso que não se esqueça que tanto num como noutro caso as iniciativas dos pequenos lavradores – iniciativas de um ator político que buscava ser reconhecido como tal – eram em grande medida eventos que visavam a produzir algum efeito sobre a opinião pública e o campo político; o principal destes era o duplo reconhecimento do movimento por parte dos poderes públicos e da sociedade civil carioca, de sua existência como um grupo político que possuía direitos – inclusive, de exigi-los (Champagne, 1984).

A "LUTA" PELOS PEQUENOS LAVRADORES

Não seria possível compreender a inserção dos lavradores cariocas no cenário político da cidade detendo-se exclusivamente em suas ações e discursos. Falar desses agentes como grupo político é falar em grande medida sobre as diferentes relações que eles estabeleceram com outros grupos e personalidades políticas. De certa forma, tornar-se um grupo político de expressão

no cenário da cidade não era apenas um objetivo ou desejo particular do próprio grupo, mas algo de grande interesse para muitas pessoas e grupos urbanos. Até porque estamos falando sobre um período (que vai da década de 1940 até o golpe de 1964) de intensa competição política entre as mais variadas correntes partidárias e ideológicas em torno de diferentes projetos. Além disso, diversos setores da sociedade civil encontram-se mobilizados e engajados em amplos movimentos reivindicatórios. Fenômeno que exigiria um sem-número de estratégias e realinhamentos por parte dos grupos e personalidades políticas que almejavam exercer alguma hegemonia sobre esse processo. Em tal contexto, passava a ser vital que tais agentes tivessem o maior número possível de aliados à sua bandeira. Vários deles, portanto, decidiram investir na tarefa de "ajudar" os lavradores cariocas a "defenderem seus direitos" e terem sua "voz ouvida pelo governo". Eles eram os chamados *mediadores* dos lavradores cariocas. Mas, neste caso, entendemos o *mediador* não como um agente cujo papel era realizar o contato do mundo mais amplo (estado e sociedade civil) com um grupo antes esquecido, embora bem delimitado e com identidade e personalidade próprias. Esse seria um modo pouco adequado de vermos uma relação eminentemente dialética. Na verdade, o agente político em questão – os lavradores do Sertão Carioca – foi em muitos aspectos se formando e adquirindo certa identidade por meio da ação desses mesmos *mediadores*, que por diversas razões (políticas, eleitorais, pessoais e/ou ideológicas) objetivavam tornar um sem-número de lavradores, espalhados em diversas localidades, num grupo mobilizado e organizado sob lemas e bandeiras comuns de luta (Neves, 1997; Rosa, 2004). Em termos de análise tais *mediadores* podem ser divididos em três grupos: o primeiro era formado pelos militantes partidários, em sua grande maioria filiados ao PCB, como Pedro Coutinho Filho, que tinha maior atuação em Jacarepaguá, Heitor Rocha Faria, advogado dos posseiros de Santíssimo, e Lyndolpho Silva, um dos fundadores em 1954 da Associação dos Lavradores do Sertão Carioca. Ressalte-se que, além da própria atuação política, os dois primeiros eram responsáveis, sendo advogados, pela defesa jurídica das comunidades de lavradores residentes em suas respectivas áreas de atuação. Também se faz importante destacar o trabalho de militância anteriormente desenvolvido por Otávio Brandão, que desde 1946 vinha se debruçando sobre os principais conflitos da região. Foi Brandão também quem pretendeu estabelecer uma primeira pauta de reivindicação dos "camponeses do Sertão Carioca", com o nítido objetivo de estabelecer uma linha de identidade entre a "causa" dos lavradores e a linha programática do PCB.[45]

Outro grupo importante era composto pelos jornais da imprensa carioca. A maior parte deles ligada a partidos e personalidades da política nacional.

[45] Fundo Otávio Brandão, pastas 103, 201, 1353, 1352 e 1423. Arquivo Edgar Leunroth.

A cobertura efetivada sobre os eventos ligados à luta pela terra no Sertão Carioca se dava em razão do esforço do jornal em se consolidar como o verdadeiro "defensor dos interesses dos sofridos lavradores do Sertão Carioca", e com isso, promover a linha programática do grupo ao qual era ligado. Os que mais se destacaram nesse mister foram os jornais comunistas *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular*, *Novos Rumos* e *Terra Livre*, e os jornais *O Popular*, *O Radical* e o *Luta Democrática* (a partir da década de 1960), ligados ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao grupo de Tenório Cavalcanti respectivamente.

Um último grupo era composto por alguns vereadores da Câmara Municipal, empenhados na disputa do título de "verdadeiro e legítimo" defensor da "causa" dos lavradores. Pode-se destacar os nomes de Osmar Resende e João Luiz de Carvalho, e, ocasionalmente, Cezário de Mello (na década de 1940), Breno da Silveira e Miécimo da Silva. O interessante é que, em várias ocasiões, tal disputa acabou contribuindo para acelerar o processo de votação de muitos projetos de desapropriação de terras, de zoneamento da área agrícola e de incentivos para a agricultura carioca. A crescente inserção dos lavradores como grupo político no cenário carioca fazia do simples reconhecimento da autoria desses projetos um capital político de valor considerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1960 se inicia e muitos lavradores, procurando fortalecer suas entidades, tentariam transformar suas associações (que dependiam de um simples registro em cartório) em Sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho (Santos, 2005, p.52). Porém, a situação da lavoura carioca continua sendo considerada de grande crise. A chegada de Carlos Lacerda ao posto de governador do agora estado da Guanabara representa para os lavradores o aumento da força de um projeto que visa à destruição de suas lavouras. Além de facilitar as condições de ação dos agentes imobiliários, esse governo procura se constituir ele próprio um promotor da expansão imobiliária no Sertão Carioca, implementando vasto programa de construção de loteamentos populares (os quais dariam origem aos bairros Cidade de Deus, Curicica e Gardênia Azul). Outras iniciativas emblemáticas são a extinção da Secretaria de Agricultura e o Decreto n. 37 de 1963, que em seu art. 2º estabelecia que quaisquer locais do estado da Guanabara, mesmo fora das zonas industriais, poderiam ser delimitados como "núcleos industriais provisórios".[46]

[46] Estado da Guanabara. *Constituição da Guanabara de 1961*, p.24.

Mas se a vitória dos interesses imobiliários parecia ser iminente, por que tantos lavradores continuavam resistindo? É preciso que se tenha em conta que a grande indefinição jurídica da titularidade das terras da região – fato reconhecido pelos poderes públicos, imprensa etc. – abria brechas suficientes para que aqueles lavradores enxergassem possibilidades reais de sucesso em seus intentos. Nunca é demais lembrar também que tal resistência se dava no cada vez mais polarizado e conflituoso contexto dos anos 1960, período esse cuja intensa mobilização da sociedade civil impulsionava os mais diversos agentes sociais a persistirem nas lutas por suas reivindicações. Ou seja, o destino da zona rural carioca transitava numa encruzilhada que ainda possuía algumas incertezas. Mas elas certamente começaram a ser desfeitas com a "Revolução redentora" dos militares em 1964.

A repressão desencadeada após o golpe militar de 1964 quebraria importantes pontos de articulação do movimento dos lavradores: o PCB e o PTB seriam praticamente aniquilados; as organizações dos trabalhadores seriam completamente neutralizadas; os lavradores viam-se impedidos de se manifestar – e com isso continuar existindo como grupo político – nos espaços públicos, nas conferências, nos congressos etc., além do que perdiam assim importantes elementos de pressão sobre o Legislativo da cidade. Assim, esfacelava-se todo o campo de debate (e de disputas) que a duras penas vinha sendo construído, havia pelo menos três décadas, por lavradores e diversos setores da sociedade carioca em torno da questão da melhor e mais justa alternativa de desenvolvimento do Sertão Carioca. O que aconteceu a partir daí foi a imposição autoritária de um projeto de urbanização apoiado na especulação imobiliária desenfreada e na grilagem de terras. Ao fim da década de 1960, a agricultura carioca parecia ter chegado ao fim. No entanto, até 1977 (data do novo zoneamento da cidade), encontraríamos pequenos lavradores, especialmente "posseiros", mobilizados em torno da luta pela terra; em algumas localidades tinha-se até mesmo a existência de algumas Associações de Lavradores, a do Baixo Cabuçú (Campo Grande) foi um exemplo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro*: extensão, remodelaçação e embellezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

BRUNO, E. S. *História do Brasil:* geral e regional (Espírito Santo, Guanabara, Minas Gerais e Rio de Janeiro). São Paulo: Cultrix, 1967.

CARVALHO, D. de. *Chorografia do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

CHAMPAGNE, P. Manifestation: la Production de l'evenement politique. *Actes de la Recherche*. Paris, n. 52/53, 19-41, junho de 1984.

CORRÊA, M. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1936.

ESTADO DA GUANABARA. *Constituição da Guanabara de 1961*.

FERNANDES, L. J. *O remédio amargo*: as obras de saneamento na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1998. 220p. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais.

GALVÃO, M. do C. C. Aspectos da geografia agrária do Sertão Carioca. *Aspectos da geografia carioca*. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

GAWRYSZEWSKI, A. *Panela vazia*: o cotidiano carioca e o fornecimento de gêneros alimentícios 1945-50. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Rio de Janeiro, PPGA/MN, 1987. Dissertação (Mestrado) em Antropologia Social.

______. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra. *Dados*, v.33, n.2, p.285-310, 1990.

HOCHMAN, G. *A era do saneamento*: as bases da política de Saúde Pública no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1998.

KLEIMAN, M. *De Getúlio a Lacerda*: um "Rio de Obras" transforma a cidade do Rio de Janeiro. As Obras Públicas de infra-estrutura urbana do Novo Rio no período 1938-65. São Paulo, FAU/ USP, 1994. 200p. Dissertação (Mestrado) em Arquitetura.

LAMEGO, A. R. *O homem e a Guanabara.* Rio de Janeiro: IBGE, 1964.

MUSUMECI, L. *Pequena produção e modernização da Agricultura*: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

NEVES, D. P. *Assentamento rural*: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.

PECHMAN, R. M. *Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca*. Relatório de Pesquisa apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro,1987.

PEDROZA, M. *Terra de resistência*: táticas e estratégias camponesas no Sertão Carioca (1950-1968). Porto Alegre, UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais.

ROSA, M. *O engenho dos movimentos*: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro, IUPERJ, 2004. Tese (Doutorado) em Sociologia.

SANTOS, L. S. dos. *Um sertão entre muitas certezas*: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964. Niterói, UFF, 2005a. 256p. Dissertação (Mestrado) em História.

______. Laços em Movimento: as relações dos "posseiros" do Sertão Carioca com outros movimentos sociais (1945-1964). *CD-ROM do Colóquio sobre Questão Agrária*. Niterói, UFF, out. de 2005b.

______. Os valores de uma luta: economia moral e o movimento pela terra dos pequenos lavradores do Sertão Carioca nos difíceis anos de 1945-1964. *CD-ROM das Jornadas Agrárias de la Facultad de Economia de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires, novembro de 2005c.

SANTOS, N. *As freguesias do Rio antigo*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

SARMENTO, C. E. *Pelas veredas da capital*: Magalhães Corrêa e a invenção formal do Sertão Carioca. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.
SOUZA, M. A. M. de. *Barra da Tijuca e Jacarepaguá*: uma forma particular de loteamento irregular. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 1995. Dissertação (Mestrado) em Planejamento Urbano.
THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária (introdução)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
_______. Folklore, antropologia e história social. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

9
Lutas e mediações políticas nos movimentos sociais rurais do Rio Grande do Sul

Marluza Marques Harres

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Sul a defesa do trabalhador rural e a luta pela terra ganharam visibilidade e alcançaram o espaço público no decorrer da década de 1950, culminando com grandes mobilizações no início dos anos 60. Como em outras regiões do Brasil, o contexto de abertura política e de democratização, inaugurado em 1945, possibilitou a politização de tensões e pressões do mundo rural, tradicionalmente neutralizadas pelo jogo do poder local. Os limites da experiência democrática do período 1945-1964 podem ser bem dimensionados quando enfocamos justamente a problemática do mundo rural. A integração social e política do expressivo contingente populacional que vivia no campo representou o grande desafio político do período. A cidadania e, conseqüentemente, o reconhecimento e a concretização de certos direitos, pressupostos em qualquer regime que se pretenda democrático, precisavam ser conquistados pelos agricultores pobres. Mas a dinâmica política desse período apenas possibilitou que as questões e os problemas do mundo rural, em geral silenciados, viessem à tona e fossem integrados ao debate político, sendo denunciadas as precárias condições de vida e de trabalho da grande massa de agricultores espalhados pelo país, vivendo na qualidade de ocupantes, parceiros, posseiros ou, ainda, como proprietários de pequenas glebas, integrados de modo periférico na dinâmica econômica capitalista. A organização e a mobilização dos agricultores foram particularmente intensas ao longo desse período, constituindo uma experiência fundamental, em termos políticos e sociais.

Neste capítulo analisamos a organização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul enfocando a participação do Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB) e dos trabalhistas na estruturação de um amplo movimento social rural articulado em torno da bandeira da reforma agrária. O golpe de 1964 representou uma ruptura para o processo de organização que estava em curso desde a década de 1940, mas não significou o fim das reivindicações dos trabalhadores rurais, embora a ação repressiva tenha desestruturado os movimentos mais atuantes daquele período. As respostas do Estado a essas pressões não foram paralisadas; ao contrário, a intervenção no campo foi uma das linhas de força de afirmação do regime ditatorial inaugurado em 1964. Neste artigo, concentramos o foco da exposição nas mobilizações que antecederam o golpe militar; trata-se do momento em que o processo de organização e direcionamento político das lutas sociais rurais ocupou o espaço público, como força social integrante do jogo político. Nesse sentido, foram o marco na formulação de importantes reivindicações do campo, logo transformadas em bandeira de luta pelos agricultores. Além dos problemas diretamente relacionados à forma de apropriação da terra, produto da concentração da propriedade historicamente instituída como padrão na sociedade brasileira, ganhava cada vez maior expressão a luta pela regulamentação das relações de trabalho no campo. Dessa forma, mais de uma frente de luta estava surgindo no campo e representava um desafio à organização de um movimento social representativo desses segmentos rurais. A bandeira da reforma agrária foi a grande reivindicação capaz de aglutinar as diversas forças coletivas emergentes no campo, definindo-lhes um horizonte de luta e um interesse comum.

Cabe ressaltar que a organização e a mobilização dos segmentos sociais rurais e sua integração na dinâmica política do período não foi resultado de um movimento espontâneo. Um intenso trabalho político desenvolvido por diferentes instituições estava na base desse esforço de expressão e afirmação positiva dos agricultores pobres lutando por seus direitos. Particularmente os partidos políticos e a Igreja Católica atuaram como mediadores políticos, incentivando a organização, orientando as manifestações e, até mesmo, participando das negociações. O conceito de mediador político procura justamente dar conta desse importante trabalho de apoio e orientação na organização dos movimentos rurais característicos desse período. Pensar em termos de mediação política permite perceber as alianças e as disputas políticas que moldaram a forma com que as reivindicações foram formuladas e delinearam as estratégias utilizadas na afirmação dos movimentos sociais rurais nesse contexto. De modo amplo, estamos considerando movimentos sociais as ações coletivas articuladas segundo objetivos compartilhados, compreendidos e, em alguns casos, formulados em termos coletivos, com base nos quais os indivíduos se mobilizam, desenvolvem relações e estabelecem estratégias visualizando a concretização desses objetivos comuns.

MEDIADORES E A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

No Rio Grande do Sul, a Igreja vinha incentivando, desde o início do século XX, o associativismo no meio rural, em especial na zona de colonização. Quando os partidos e militantes políticos começaram com pregações e orientações para a organização dos pequenos produtores, a Igreja, em particular a Católica, entrou em ação, combatendo essas iniciativas. O interesse na organização dos segmentos sociais rurais deu lugar a uma ampla disputa envolvendo religiosos, comunistas, socialistas ligados a Francisco Julião e, sobretudo no Rio Grande do Sul, envolveu também os trabalhistas ligados ao PTB. Essa disputa levou à criação de associações e à formulação de discursos e representações sobre os trabalhadores rurais, promovendo, de algum modo, a transformação de demandas locais e cotidianas, vividas pelos trabalhadores, em reivindicações políticas e estratégias de luta. Também estavam sendo colocadas em circulação diferentes formas de compreensão dos problemas do mundo rural e de suas possíveis soluções. Mas, para além das divergências, o resultado desse investimento dos partidos e dos militantes políticos na constituição de um movimento organizado no campo foi ter colocado em primeiro plano, como fundamental e imprescindível, a inscrição das demandas dos agricultores pobres no âmbito das decisões de governo e na formulação de políticas específicas, de interesse desses segmentos sociais.

O envolvimento direto do PTB na organização de um movimento social rural foi um dos traços diferenciadores do processo de politização das massas rurais no Rio Grande do Sul. Por iniciativa e empenho de políticos trabalhistas foi criado, em 24 de junho de 1960, no estado, o primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). No município de Encruzilhada do Sul, posseiros ameaçados de expulsão contaram com o apoio do prefeito Milton Serres Rodrigues, eleito pelo PTB, na luta pela permanência e pela legalização das posses.[1] Esse conflito desencadeou intensa mobilização e deu oportunidade aos trabalhistas para fundar a primeira associação e lançar sua proposta para o campo.

Para compreendermos a rápida expansão e a trajetória do Master é preciso ter presente que o grupo dos trabalhistas não atuava sozinho no campo. No Rio Grande do Sul, como em outras regiões do Brasil, o trabalho inicial de mobilização e politização no meio rural foi realizado pelos comunistas, estando essas iniciativas, em especial desenvolvidas ao longo da década de 1950, na origem dos primeiros sindicatos rurais fundados no estado. Para coordenar as primeiras associações camponesas foi criada, por iniciativa dos comunistas, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), cuja sede funcionava em São Paulo e editava o

[1] *Ultima Hora*, Porto Alegre, 31.5.1960, p. central. 9.6.1960, p.6. 31.10.1960, p.5.

jornal *Terra Livre*, estimulando a organização de associações e encontros de trabalhadores rurais. Sob o patrocínio da Ultab, foi realizado, em novembro de 1961, o I Congresso dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

No Sul, os comunistas passaram a atuar em conjunto com os trabalhistas buscando conferir unidade ao movimento social rural e aceitando participar do Master. Uma articulação mais estreita com as Ligas Camponeses, vinculadas ao líder socialista Francisco Julião, também foi tentada em 1961. A visita de Francisco Julião ao estado foi noticiada com destaque pelo *Última Hora*, jornal que especulou se estaria em andamento a formação de uma aliança.[2] A convite do Master e de outras entidades, como a União Estadual de Estudantes, a Federação de Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, o Comando Sindical, a Liga Regional da Mocidade Trabalhista e o Partido Socialista Brasileiro, o deputado proferiu uma conferência sobre "as perspectivas brasileiras de reforma no campo, no auditório da URGS".[3] Além da palestra, Francisco Julião participou de um programa de televisão em que defendeu o direito de voto para os analfabetos. Também viajou para o interior do estado participando de atividades em Livramento, Uruguaiana, Cachoeira do Sul e Taquari.[4]

O trabalho das Ligas Camponesas no Rio Grande do Sul era coordenado por Armando Flores, presidente da Liga de Gravataí, e não há informações seguras sobre qualquer tipo de entendimento com os trabalhistas (Eckert, 1984). Na perspectiva das lideranças nacionais das Ligas Camponesas, os trabalhistas eram criticados pelo caráter reformista de suas propostas. A orientação inicial seguida pelas Ligas Camponesas buscava, nas brechas da lei, encaminhar soluções para os problemas dos foreiros. A organização fomentada nas Ligas deixava de fora a questão trabalhista, privilegiando, desde o início, a reivindicação por terra, ao passo que o PCB, procurando seguir a orientação doutrinária, visualizava nos assalariados agrícolas o foco de suas atenções, incluindo a extensão da legislação trabalhista ao campo entre suas reivindicações. A defesa da reforma agrária foi priorizada desde os primeiros encontros de trabalhadores agrícolas organizados pelo Partido Comunista, ganhando maior destaque na "Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas", aprovada em 1954. Depois disso, uma campanha nacional chegou a ser lançada pelo Partido e, conforme declarações da Comissão Executiva da Ultab:

> a reforma agrária propugnada não visa à mudança de governo e nem tampouco abolir a propriedade privada. Visa a conseguir do governo a distribuição das terras e fazer surgir milhões de novos proprietários, os quais, assistidos técnica e financeiramente, elevarão rapidamente o seu padrão de vida ...

---

[2] *Última Hora*, Porto Alegre, 12.8.1961, p.4.
[3] *Última Hora*, Porto Alegre, 23.8.1961, p.4.
[4] *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 21.8.1961, p.5 e *Última Hora*, Porto Alegre, 24.8.1961, p.14.

As propostas do PCB buscavam efetiva viabilidade, o que implicava reconhecer os limites impostos pela legislação, o que ficou ainda mais reforçado com a "Carta sobre a Reforma Agrária" lançada em 1959 (Medeiros, 2000). Destacamos esses aspectos pois revelam que as propostas e as estratégias do PCB, naquele momento, eram passíveis de articulação com os trabalhistas, muito diferente do que aconteceria com as Ligas Camponesas, cujo distanciamento foi sendo ampliado. A proposta de uma reforma agrária radical aprovada durante o Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Belo Horizonte, em 1961, representou a rejeição à proposta de reforma agrária que vinha sendo definida pela Ultab. O caráter legal e aceitável que os comunistas vinham defendendo em sua proposta dificilmente poderia ser conciliado com a radicalidade pretendida pelas Ligas. Por fim, as lideranças nacionais das Ligas Camponesas, sob a influência do exemplo cubano, passaram a discutir e a defender uma nova orientação. A preparação revolucionária ganhou prioridade na mobilização camponesa, o que acabou gerando a desarticulação dos núcleos organizados no Rio Grande do Sul no fim de 1962 (Eckert, 1984).

OS TRABALHISTAS E O MASTER

Na perspectiva das lideranças trabalhistas envolvidas, o movimento de organização dos agricultores pobres iniciado no Rio Grande do Sul deveria alcançar repercussão nacional e era pensado como "parte da campanha em prol do rápido andamento do projeto de reforma agrária", devendo sensibilizar e mobilizar a opinião pública para tornar mais efetivas e ágeis as decisões do governo sobre essa matéria. As declarações do deputado Ruy Ramos à imprensa revelavam as expectativas do partido em relação ao movimento.

> A criação do Master é um movimento de grande importância com o qual vamos dar novo impulso à reforma agrária no Brasil, país onde nada menos do que 25 milhões de agricultores vivem sem terra. Desta vez – frisou – vai ser pra valer. E tudo farei para tornar o movimento iniciado em Encruzilhada de âmbito nacional, criando uma Federação de Agricultores Sem Terra e estabelecendo também contato com as Ligas Camponesas de Pernambuco.[5]

A referência à criação de uma Federação de Agricultores Sem Terra e a um possível entendimento com as lideranças das Ligas Camponesas indica as pretensões do PTB de liderar a organização do movimento pela reforma

[5] *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 28.6.1960, p.3. Noticiado também em: *Jornal do Dia*, Porto Alegre, 24.6.1960 e de 26.6.1960, ambos com matéria de capa. *Última Hora*, Porto Alegre, 25.6.1960, p.3.

agrária. Ruy Ramos apresentou, na Câmara Federal, o "Manifesto do Master" lançado em Encruzilhada do Sul, em junho de 1960, e o primeiro Estatuto do Movimento dos Agricultores Sem Terra. Esses documentos registravam a criação de uma sociedade civil voltada para "promover a união e politização das populações rurais, na defesa de suas reivindicações básicas". Além da luta pelo acesso à terra, os objetivos inscritos no Estatuto revelam a preocupação com o desenvolvimento agrícola, pleiteando, entre outras medidas, a ampliação do crédito agrícola, instituição de preços mínimos para coibir os especuladores, maior assistência técnico-agronômica por parte dos órgãos estatais especializados, introdução de métodos de conservação do solo e reflorestamento e incentivo ao cooperativismo e à educação no meio rural. Com relação ao acesso à terra, as propostas procuravam contemplar a diversidade de situações e problemas em destaque, nesse momento, no estado. Nesse sentido, registram o propósito de:

> combater os altos preços de arrendamento e da parceria agrícola e promover o acesso do agricultor sem terra ao domínio da gleba rural, pela compra financiada a longo prazo, pela concessão de terras públicas e pela desapropriação das áreas improdutivas e dos latifúndios antieconômicos.

Os documentos que oficializam o movimento revelam também a preocupação com a legalização das terras ocupadas pelos agricultores, o que estava em consonância com a política já implementada pela administração estadual e a reforçava. A questão da apropriação ilegal de terras pelos latifundiários é diretamente referida na proposta defendida pelo Master de

> investigar a legalidade da posse de área latifundiária, que muitas vezes incorporam terras do Estado ou são constituídas por terras não havidas legalmente, comprovada a ilegalidade da posse, lutar para que essas áreas passem ao Estado, que as distribuirá aos agricultores sem terra.[6]

Pequenos arrendatários, parceiros de diversos tipos, pequenos posseiros vivendo sob ameaças e filhos de colonos em busca de terras para trabalho constituíam a base social que o movimento procurava representar e atrair. Os trabalhadores temporários não aparecem diretamente referidos, mas, segundo Eckert (1984), foram presença importante nas mobilizações da associação. Pela linguagem do Estatuto, as reivindicações deveriam ser alcançadas por meios legais, lembrando diversos caminhos para agilizar e ampliar o acesso à terra, prevendo, até mesmo, a possibilidade de financiamento para a compra. Nessa perspectiva, apresentam como proposta no Estatuto "apoiar todas as medidas de reforma agrária que tramitam no legislativo federal e estadual e que se enquadrem nos objetivos da entidade".

[6] Estatutos do Movimento dos Agricultores Sem Terra de Encruzilhada do Sul. Lançado em junho de 1960. Apud Eckert, 1984.

A propriedade privada não estava sendo colocada em questão pelos trabalhistas; ao contrário, eles defendiam o direito do trabalhador agrícola de ter sua propriedade. A desapropriação de áreas improdutivas é defendida no documento, que também argumenta sobre a ilegalidade das apropriações como forma de respaldo à condenação aos latifúndios.

Ao longo de 1961, o Master implementou intenso trabalho para divulgar a proposta e incentivar a criação de associações em diversos municípios, preparando, inclusive, a organização de um encontro regional com representantes dos municípios de Uruguaiana, Bagé, Pelotas, Cacequi, Erexim, Passo Fundo, Santa Rosa, Rosário, Novo Hamburgo e Horizontina (Eckert, 1984).

O apoio oficial do governador Leonel Brizola (1959-1962) ao Master foi fundamental para o avanço das atividades associativas. Uma articulação estreita entre o movimento e o governo deu sustentação para algumas medidas de impacto no último ano da administração trabalhista. O Master e o governo trabalhista acabaram apoiando-se mutuamente na tentativa de instituir um programa de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Do ponto de vista regional, os trabalhistas estavam procurando ampliar sua base de apoio e sustentação eleitoral, ao mesmo tempo que firmavam sua posição como governo reformista, em articulação com a orientação do partido em termos nacionais.

Nesse sentido, a política agrária do governo mudou significativamente a partir de meados de 1961. Até aquele momento, as maiores preocupações consistiam na legalização e legitimação das pequenas posses a cargo da Secretaria da Agricultura e na ocorrência de algumas tímidas ações no mercado de terras promovidas pela Comissão de Terras e Habitação, para a qual havia sido criada legislação específica. Em consonância com a repercussão política alcançada pelo tema da reforma agrária e com as perspectivas assumidas pela campanha das reformas, o governador do Rio Grande do Sul nomeou, em 1961, uma comissão para estudar a questão e propor alternativas viáveis, dentro dos parâmetros legais estabelecidos, a fim de dar início a uma reforma agrária no estado. Os primeiros resultados do trabalho dessa comissão apareceram em novembro de 1961, quando foi criado o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (Igra), por meio do Decreto n.12.812, órgão encarregado de administrar, com o auxílio das Secretarias, um "programa especial e permanente de difusão da propriedade". Esse programa seria concretizado pelo planejamento e organização de "granjas cooperativadas" e "comunidades de pequenos e médios agricultores e criadores". A proposta do governo criava uma estrutura administrativa com o objetivo de planejar a reforma agrária e implementar sua gradual implantação, tendo sido mobilizado amplo aparato técnico para a elaboração e execução dos projetos: "Projetos de reforma agrária e desenvolvimento econômico-social (Prade)". Esse programa foi oficializado pelo Decreto n.13.068, de 29 de janeiro de 1962.

O escopo do Prade era implantar núcleos de colonização em diversas regiões do estado, oferecendo-lhes apoio dos órgãos estatais numa perspectiva de modernização da produção agrícola e pecuária. Esses núcleos deveriam envolver "um número nunca inferior a 30 pequenas ou médias propriedades, numa área contínua, e compreender todos os estudos relacionados com sua organização", o que incluiria a determinação das culturas e das atividades básicas a serem desenvolvidas, acompanhadas do cálculo de rentabilidade. Um amplo esforço foi empreendido ao longo de todo o ano de 1962 para que ocorresse, em suas linhas gerais, a implantação desse programa, na tentativa de revelar sua viabilidade.

Concomitantemente, o governo estadual procurou estabelecer diálogo com os grandes proprietários, representados pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (Farsul), tentando mostrar que era necessário não só pensar e propor medidas para o encaminhamento da questão agrária no Rio Grande do Sul, mas também oferecer ao governo federal sugestões e projetos. Quanto à obtenção de terras para o programa de reforma agrária desencadeado pelo Igra, cogitavam várias possibilidades, até mesmo "terras oferecidas aos agricultores sem terra, através do Poder Público, por particulares para pagamento num prazo mínimo de 10 anos, sem juros e desde que comportem a execução de um Projeto técnico adequado". A proposta não parece fugir aos propósitos do PTB da época. A implementação do programa exigia substancial mobilização de recursos, ainda mais considerando que as disposições da Constituição de 1946, em vigor na época, só admitiam desapropriações mediante o pagamento de indenizações aos proprietários. A alteração dessa disposição legal era outra frente de luta dos políticos simpatizantes da causa camponesa.

O governo tentou, por todos os meios, obter terras para o programa, compondo uma base mínima para os incipientes projetos de reforma agrária. Uma grande ofensiva, no início de 1962, foi montada, lançando apelos para que os proprietários se engajassem na proposta por meio da venda dos lotes, insistindo novamente na compra de terras e ainda desapropriando terras em Sarandi e Camaquã. Em torno dessas desapropriações foram montadas grandes manifestações organizadas pelo PTB e pelo Master.

Superando as resistências, o Igra, em seu curto período de existência, iniciou programas em cinco núcleos, colocando em funcionamento assentamentos nas seguintes localidades: Fazenda Sarandi, nos municípios de Sarandi, Ronda Alta e Rondinha; Fazenda Armada, no município de Canguçu; Fazenda Santa Clara, localizada em Itapoã, município de Viamão; Fazenda Lemertz, localizada no município de Taquari; Banhado do Colégio, localizado no município de Camaquã (Iscre, 1969).

Na trajetória do movimento, as mobilizações ganharam intensidade a partir de 1962 aproveitando a conjuntura política estadual extremamente favorável. O quadro anexo (nas páginas 219 e 220) apresenta um levan-

tamento realizado, sobretudo, em jornais da época sobre as mobilizações promovidas em nome do Master, e permite visualizar a intensa atividade desenvolvida em um tempo bastante curto, que começou no último ano da administração do PTB no estado.

É preciso destacar que uma estratégia inovadora foi posta em funcionamento pelo Master a fim de efetivar suas manifestações. Tratava-se da realização de acampamentos nas proximidades da área pretendida, na estrada, em terras públicas, gerando, dessa forma, uma situação de permanente mobilização a exigir medidas do poder público. Os acampamentos davam visibilidade às reivindicações dos agricultores, mobilizando a opinião pública através dos jornais, além de superar a dispersão característica das populações rurais. As articulações prévias com o governo estadual asseguravam apoio para o encaminhamento das negociações, que podem ser exemplificadas por meio de um caso, cuja repercussão impulsionou fortemente as atividades associativas do Master criando forte expectativa em torno do programa de reforma agrária proposto pelo governo. Tratava-se da chamada reforma agrária do Banhado do Colégio.

A REFORMA AGRÁRIA DO BANHADO DO COLÉGIO EM CAMAQUÃ

A idéia da distribuição de terras na área do Banhado do Colégio, localizado no município de Camaquã, surgiu no início dos anos 50, em meio às discussões sobre um grande projeto hidráulico a ser executado na região, que visava à construção de uma barragem no arroio Duro, com a formação de um reservatório para irrigação e incluía a drenagem desses banhados formados pelo deságüe desse curso d'água. A questão de fundo sempre presente nas discussões a respeito desse projeto, explícita ou implicitamente, pode ser traduzida em termos da preocupação com os reais beneficiários dos investimentos públicos exigidos pela obra. As obras do complexo hidráulico do município de Camaquã levaram quinze anos para ser concluídas. Tiveram início em 1952 com a dragagem do leito do arroio Duro e a drenagem do Banhado do Colégio, seguindo-se, a partir de 1959, a construção da barragem, concluída em 1967.

Foi a partir da política agrária do governador Leonel Brizola que a distribuição de terras, originadas da drenagem do Banhado do Colégio, se constituiu como fato político e se desdobrou em um conflito entre estado, fazendeiros e assentados, que durou mais de dez anos.

Desde o início da mobilização, o governo aceitou as reivindicações dos agricultores representadas pelo Master e assumiu a mediação desses interesses na disputa com os proprietários pelo destino a ser dado às terras do Banhado do Colégio. A presença de políticos do PTB no movimento é

reveladora das articulações entre o Partido, a mobilização e o governo, mas as vinculações políticas do movimento não devem servir para desqualificar as questões implicadas nesse enfrentamento. Devemos considerar que a possibilidade de intervenção nessas terras estava relacionada, antes de tudo, aos investimentos públicos em andamento e à conseqüente valorização das terras por estes suscitadas. Além disso, havia questionamentos sobre a legitimidade da apropriação da área de Banhado submetida à drenagem e recuperação. Considerando essas razões, o poder público podia se colocar como um interlocutor legítimo nas discussões a respeito do aproveitamento a ser dado ao território modificado. Ao apresentar como condição de uso e aproveitamento a distribuição de parte daquelas terras aos trabalhadores rurais da região, o governo exercia plenamente um direito em nome do estado e da defesa do interesse público. A redistribuição das terras, ampliando o número de beneficiários, ou a cobrança das taxas de melhorias, ressarcindo os cofres públicos, eram medidas plausíveis a serem tomadas, em consonância com a lei. Não tomar nenhuma dessas medidas significava beneficiar apenas os grandes proprietários ali instalados, os quais eram os principais interessados nas obras desenvolvidas no arroio Duro. Reduzir a questão a seus aspectos político-partidários foi o que tentaram fazer, naquela conjuntura, os opositores e críticos da repartição das terras, porém outros aspectos precisam ser considerados.

O movimento dos agricultores de Camaquã ganhou forma em meio às mobilizações para assegurar a democratização dos investimentos públicos realizados no Banhado do Colégio. A diversidade de expressões empregadas para designá-los no meio jornalístico e mesmo entre as autoridades governamentais – "colonos", "sem-terra", "camponeses", "agricultores pobres", "trabalhadores rurais", "parceiros" – é reveladora da variedade de situações de vida e trabalho encontradas no mundo rural. A identidade dos "sem-terra" começara recentemente a ser construída com o auxílio dos partidos, sobretudo do PTB e do PCB.

A criação do Master de Camaquã e a eleição de seu primeiro presidente, Epaminondas Silveira, estão diretamente relacionadas à reivindicação dessas terras. A fundação dessa associação, em 22 de janeiro de 1962, ocorreu em meio à concentração de agricultores convocada por setores do PTB local. A grande adesão ao movimento surpreendeu até mesmo seu líder, que declarou à imprensa:

> Quando lancei o convite pelo rádio, a fim de ser realizada uma reunião preliminar em minha residência – revelou – nunca supus que o movimento tão inicial fosse se alastrar daquela forma, ... Já são agora mais de 2.500 homens que se cadastraram e aguardam a visita do governador sábado.[7]

[7] *Última Hora*, Porto Alegre, 26.1.1962, p.12.

Os jornais noticiaram entre 1.500 a 2 mil o número de pessoas envolvidas no movimento. "Caminhões, jipes, carroças, cavalos, tudo serviu para conduzir os colonos até o Banhado do Duro", nome com que também aparece referida a área, pois são banhados formados pelo deságüe do arroio Duro, onde instalaram um acampamento nas margens dos canais construídos pelo DNOS, a partir de 23 de janeiro de 1962.[8]

A reação do governo foi imediata e assegurou uma estratégia de sustentação para a mobilização, auxiliando na alimentação, garantindo a segurança dos acampados e iniciando o cadastramento dos pretendentes às terras. O governo posicionava-se oficialmente sobre a questão fornecendo até mesmo informações sobre os acontecimentos e sobre os possíveis encaminhamentos. Além da presença da Brigada Militar, "foram também enviadas instruções especiais às autoridades policias de Camaquã, entre as quais o desarmamento geral para que o movimento que lá ocorre tenha caráter pacífico".[9] Isso significa que o governo não usaria de mecanismos policiais repressivos contra o movimento, sob a condição de que o recurso à violência não fosse empregado. Nesse contexto, os fazendeiros tentaram mobilizar o Exército, alegando estarem com suas propriedades ameaçadas.

A estratégia empregada de modo pioneiro pelo Master era o acampamento nas proximidades das terras pretendidas, valendo-se dessa situação para pressionar o poder público. Não estava no horizonte do movimento a violação de propriedades.[10]

Em contraposição às afirmações do governo estadual de que tudo estava sob controle e tinha respaldo legal, os fazendeiros, por intermédio da Associação Rural de Camaquã, solicitaram a intervenção do III Exército, acusando o próprio governador pela agitação e riscos promovidos em Camaquã.

> Manifestando grande apreensão diante da concentração de agricultores que pedem terra em Camaquã, o Sr. Renato Centeno Crespo, primeiro vice-presidente da Associação Rural daquele município, passou ontem por está capital, rumo ao Rio de Janeiro, onde pretende relatar ao plenário da VI Conferência Rural, reunida na ex-capital para debater a Reforma Agrária, o que está ocorrendo no RS ...[11]

A autoridade militar logo passou a divulgar a resposta ao pedido de intervenção realizado pelo representante dos fazendeiros.

> Apesar da solicitação da Associação Rural de Camaquã, o III Exército não intervirá no Banhado do Colégio para expulsar os camponeses que ali estão instalados, à espera de ordem do governo para tomar posse da terra.[12]

[8] *Última Hora*, Porto Alegre, 24.1.1962. Capa e p. central.

[9] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25.1.1962, p.7.

[10] Notícia da visita do juiz Eurico Neto ao acampamento, preocupado em averiguar se não havia invasão das propriedades. *Última Hora*, Porto Alegre, 27.1.1962, p.12.

[11] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25.1.1962, p.14.

[12] *Última Hora*, Porto Alegre, 26.1.1962, p.12.

Em meio ao clima de acusações e pressões, o governador, acompanhado do ministro da Agricultura, Armando Monteiro Filho, visitou o acampamento dos agricultores e a Associação Rural de Camaquã, numa clara demonstração de que sua política agrária contava com apoio do governo federal.[13] "Brizola e Monteiro Filho estabeleceram, sábado, na Associação Rural de Camaquã, um diálogo cordial e franco, com os fazendeiros deste município, assustados com o movimento camponês do 'Banhado do Colégio'."[14]

A legitimidade da apropriação da área foi sempre questionada pelo governo e pelo movimento dos agricultores. Apesar das dúvidas e das suspeitas levantadas em torno da apropriação dessas terras, outras queixas e motivações aparecem impulsionando a mobilização, sendo que os altos arrendamentos cobrados nas terras do Banhado do Colégio parecem estar na raiz das insatisfações dos agricultores. Esse é um aspecto sempre lembrado e também citado nos jornais, conforme o trecho transcrito.

> Esses falsos proprietários (termo que os colonos empregam) começaram arrendando as terras do Estado, como se fossem de sua propriedade, cobrando dos colonos 20% da produção. A terra, de início, ainda apresentava dificuldades. Em seguida, a medida que as safras melhoravam, o arrendamento foi elevado para 30%. Então, a ganância entornou o caldo. Vendo a produção subir continuamente, os proprietários passaram a cobrar 50% e os colonos se revoltaram. Depois de uma série de reuniões, deliberaram fundar a Associação e acampar nas terras, apelando para o Estado.[15]

Epaminondas Silveira, presidente do Master de Camaquã, foi um comerciante de implementos agrícolas que passou a investir como arrozeiro, tornando-se arrendatário de terras no Banhado, onde mantinha diversos trabalhadores a seu serviço, arregimentados na condição de parceiros. Era comum o desdobramento do arrendamento em várias parcerias com os trabalhadores, aparecendo grande variedade de formas de trabalho e tipos de pagamento nessa área produtora de arroz.

Por meio do levantamento realizado no acampamento pelos funcionários da Diretoria de Terras e Colonização, temos algumas informações sobre esses agricultores engajados no movimento pela distribuição das terras do Banhado do Colégio. Os relatórios registram a inscrição de 5.286 candidatos. Isso significou a passagem de grande contingente de pessoas pelo acampamento, pois ali foi realizada a parte mais expressiva desse trabalho de cadastramento.[16] Segundo o jornal, a única agitação existente no acam-

---

[13] Ampla cobertura consta do *Diário de Notícias* e do *Correio do Povo* em 28.1.1962. O ministro tinha 36 anos e era deputado federal pelo PSD de Pernambuco.

[14] *Última Hora*, Porto Alegre, 29.1.1962, p.10.

[15] *Última Hora*, Porto Alegre, 24.1.1962, p. central.

[16] No Relatório da Inspetoria de Terras de 1962 consta que apenas 237 inscrições foram realizadas na sede da Inspetoria, as demais aconteceram no acampamento. Após encerramento deste trabalho as pessoas eram orientadas a fazerem as inscrições nas Exatorias Estaduais.

pamento formava-se em torno dos funcionários, João Sefrin e Mario Daniel, encarregados de cadastrar os pretendentes à obtenção de terras.[17] A maioria dos inscritos era do próprio município de Camaquã, representando 75% do total, ou seja, 3.958. Os demais vinham dos municípios vizinhos. A expectativa de comprar ou ganhar terras no Banhado do Colégio não era fruto da ocasião, mas vinha sendo alimentada desde o início das obras na década de 1950. O primeiro livro com inscrições de agricultores candidatando-se para receber essas terras começou a ser preenchido em 18 de setembro de 1955.[18] Isso ajuda a compreender os mecanismos de difusão e, mais ainda, de adesão ao próprio movimento. A expectativa de distribuição dessa área estava enraizada havia longo tempo e era referida familiarmente, pois encontramos redes de parentes e amigos entre os participantes. Esse é um aspecto importante, pois, para os envolvidos, a questão não estava circunscrita apenas à conjuntura em que foi efetivada a ação de desapropriação.

Dos 5.286 inscritos, apenas 159 (3%) apareceram registrados como arrendatários. E mais da metade, precisamente 2.532 (48%), apresentaram-se como parceiros. Na condição de trabalhador rural aparecem 816 (15%) inscritos. Candidatos com atividades não especificadas registraram-se num total de 1.057 (20%) e em atividades não-agrícolas mais 722 (13%) inscritos. Não podemos deixar de perguntar o que individualizava essas categorias empregadas no levantamento. Os arrendatários corresponderiam à situação de contrato direto com o proprietário da terra, envolvendo dinheiro ou porcentagem sobre a produção, apresentariam condições financeiras para alugar ou comprar máquinas, o que significava a possibilidade de trabalhar extensões maiores e funcionariam, muitas vezes, como organizadores da produção dos parceiros, os quais assumiriam a responsabilidade direta pela produção, podendo contratar serviços diretamente com os proprietários ou com os arrendatários. O exame mais detalhado das fichas de inscrição revela as múltiplas condições que podiam assumir esses contratos de parceria, envolvendo quase sempre a entrega de parte da produção numa variação de 20 a 50%. A condição de trabalhador rural aparece aplicada a diversas situações envolvendo modalidades de emprego regular, emprego temporário, contrato por tarefa ou diarista.

Os números nos fornecem um quadro da dimensão assumida pela mobilização, fazendo-nos compreender melhor a perplexidade manifestada pelos jornalistas que se ocuparam do caso.

As precárias condições do acampamento agravaram-se com o passar dos tempos, e grande foi o desconforto enfrentado. As ameaças de invasão e as solicitações dos políticos do PTB de Camaquã, ligados ao movimento,

[17] *Última Hora*, Porto Alegre, 25.1.1962, p.14.

[18] Na última inscrição registrada nestes livros consta o número 4.349 e está datada de 23 de janeiro de 1962.

não conseguiram agilizar a tramitação do caso. A espera por uma decisão do governo acabou prolongando-se por praticamente cinco meses.

Em consonância com os anseios dos agricultores, setores do governo envolvidos na questão pediam pressa no encaminhamento do caso. Um decreto desapropriando 19.106 hectares foi assinado em 30 de janeiro de 1962, mas somente no início do mês de março o estado foi imitido na posse do imóvel desapropriado, mediante o depósito de 28 milhões de cruzeiros. Em junho começou a entrega dos lotes aos agricultores selecionados. A demora na resolução parece estar relacionada a duas ordens de problemas: as negociações empreendidas pelo governo para chegar a um acordo com os fazendeiros e a criação de uma infra-estrutura mínima no local. Só em junho foram dadas orientações para a construção das estradas e obras de arte, necessárias à colonização.[19] Foi em meio a essas negociações com os fazendeiros, as quais tinham implicações diretas sobre o próprio planejamento da ocupação, que a área foi reduzida, ficando acertado o uso de "aproximadamente 10 mil hectares para a organização das três primeiras comunidades agrícolas".[20] A respeito da escolha e determinação das áreas a serem efetivamente desapropriadas e loteadas, não temos informações precisas, mas essa decisão deve ter envolvido o governo e representantes dos proprietários. É o que aparece sugerido pelas informações divulgadas na imprensa, em março de 1962:

> foram entregues ao Governador Brizola os estudos realizados pelos srs. João Caruso, Secretário da Agricultura, e Waldir Borges, representante dos fazendeiros de Camaquã, relativamente às terras que deverão ser desapropriadas do Banhado do Colégio ...[21]

A respeito do loteamento, tomamos como base as informações do Relatório da Inspetoria de Terras de Camaquã, que indica terem sido demarcados 167 lotes urbanos e 179 lotes rurais, abrangendo uma área, calculada na ocasião em termos aproximados, de 3.645.015 hectares.[22] No mapa da página 221 podemos ver a localização do loteamento dentro do espaço designado como Banhado do Colégio.[23] O espaço demarcado e loteado nesse momento foi muito menor do que a área incluída na desapropriação de 30 de janeiro de 1962, a qual abrangia 19 mil hectares; a demarcação também foi inferior aos 10 mil hectares previstos no acordo.

---

[19] Correspondência para a Inspetoria de Terras em 26.6.1962.

[20] Conforme acordo celebrado entre o secretário da Agricultura, João Caruso Scuderi, e o advogado dos proprietários, Bel. Waldir R. Borges, em 20.6.1962.

[21] *Última Hora*, Porto Alegre, 22.3.1962, p.12.

[22] As informações sobre os lotes apresentam pequenas diferenças conforme a fonte consultada. No *Última Hora* consta 180 lotes rurais. O Relatório de Brandão Rebello indica 176 lotes rurais com uma observação de que alguns teriam sido demarcados fora da área desapropriada. Optamos por seguir as informações dos Relatórios da Inspetoria de Terras de Camaquã.

[23] Diretoria de Terras e Colonização, 1960.

Os lotes demarcados foram divididos e organizados, para efeito administrativo, em quatro núcleos agrícolas. Essa é a designação empregada pelas autoridades governamentais, aparecendo também o emprego, em algumas ocasiões, da expressão "comunidades agrícolas". Ficou consolidada a designação "núcleos agrícolas" para a organização promovida na área. Cada núcleo dispunha de um espaço residencial, onde os agricultores receberam lotes de 6 mil m^2 para construir sua moradia, formando uma espécie de vila ou centro aglutinador. Próximo havia o espaço de trabalho, onde estavam demarcados lotes de, em média, 20 hectares. O agricultor selecionado deveria receber, conforme estabelecia o programa, um "lote urbano" para construir sua residência e um "lote rural" para desenvolver suas lavouras. Essa forma de organização, idealizada pelo Igra, tinha por objetivo evitar o isolamento dos agricultores e esperava-se potencializar positivamente as possibilidades de socialização entre as famílias estabelecidas em cada núcleo. Cabe ressaltar que os núcleos não tinham o mesmo número de lotes.

Paralelo a esse trabalho de demarcação dos lotes, era preciso selecionar aqueles que integrariam o programa de reforma agrária governamental. Conforme instruções do Igra, a comissão de seleção deveria ser composta por representantes do governo estadual e municipal e dos agricultores.[24] No início foram designados para compor essa comissão o engenheiro agrônomo Valdomiro Francisco Dull, chefe da Inspetoria de Terras; Epaminondas Silveira, presidente do Master; e Arnaldo Sefrin Filho, funcionário da Inspetoria de Terras, nomeado presidente dos trabalhos. Posteriormente, o vereador do PTB, Tasso Soares Peres, passou a integrar essa comissão. Os critérios de seleção haviam sido elaborados e divulgados pelo Igra, como norma geral.[25]

Analisando as regras do Igra, vemos a adoção de dois mecanismos de seleção: um de inclusão, outro de classificação. Para se tornar candidato às terras do programa de reforma agrária, o agricultor deveria ser maior de idade ou emancipado, ter encargo familiar e atestar boa conduta. Era fundamental não ser proprietário de terras ou então "possuir área rural reconhecidamente insuficiente para sua subsistência". Outra condição essencial era "não ter uma atividade lucrativa, de caráter permanente, estranha à agricultura". Preenchidos esses requisitos, estava o agricultor apto a fazer parte do programa, concorrendo pela obtenção das terras disponibilizadas pelo estado.

Na classificação, seis aspectos eram considerados para atribuição de pontos: domicílio ou procedência, capacitação, bens de produção, idade, estado civil e número de dependentes. Com relação à procedência, cabia pontuação máxima (25 pontos) para os ocupantes das áreas a serem colonizadas na condição de arrendatário, parceiro ou posseiro; sendo atribuída

---

[24] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19.06.1962.
[25] Idem.

pontuação menor (15 pontos) à condição de assalariado agrícola. Para os agricultores procedentes de outras áreas do estado era creditada a pontuação mais baixa (10 pontos). Como podemos ver, para efeitos da pontuação não havia diferença entre a condição de arrendatário e a de parceiro.[26]

Os critérios adotados pelo Igra privilegiaram os agricultores com experiência de trabalho na própria área a ser distribuída e também as famílias que tivessem maior número de filhos. No trabalho de seleção dos pretendentes, a Comissão montou planilhas para a contagem dos pontos. Da planilha geral elaborada foram identificados os que obtiveram maior pontuação, resultando numa listagem de classificação com 275 nomes. Naquele momento foram indicados apenas 131 agricultores para receberem terras, todos selecionados da lista encaminhada pela Comissão. Para a entrega dos títulos das terras aos agricultores foi organizada uma cerimônia com a presença de uma comitiva do governo estadual, procedendo-se, na ocasião, ao sorteio dos lotes que cada contemplado receberia. Durante o evento, o governador propôs, independentemente da seleção, a entrega de lotes para Epaminondas Silveira, Octacilio Barreto e Francisco Budelon Rosales, por serem considerados e reconhecidos os líderes do movimento, o que foi aceito pelos presentes.[27]

Ao todo, apenas 134 famílias iniciaram a ocupação e a construção do assentamento do Banhado do Colégio. Ao final da administração Brizola, a Inspetoria de Terras de Camaquã destacava em seu relatório, relativo ao ano de 1962, o grande esforço que havia sido empreendido para a constituição dos núcleos, intensificado em especial a partir de outubro, quando receberam seis tratores novos devidamente equipados para a agilização dos trabalhos. Entre os serviços executados constavam: abertura de estradas e ruas, construção de pontes, preparo de terras para a lavoura, construção de residências, construção do prédio escolar e das primeiras instalações da cooperativa, fornecimento de sementes e inseticidas, assistência médica e farmacêutica, entre outros. No fim de 1962, os núcleos apresentavam-se relativamente estruturados.[28]

O Núcleo Agrícola do Banhado do Colégio, criado em 1962, permaneceu sob responsabilidade administrativa do governo estadual até 1972, quando foi finalizada, mediante um acordo, a ação de desapropriação da área, ocasião em que o Igra foi extinto.[29]

A reforma agrária não foi ampliada e, de certa forma, ficou praticamen-

[26] *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19.6.1962.

[27] Relatório de 1962. Inspetoria de Terras.

[28] Relatório de 1962. Inspetoria de Terras de Camaquã. Chefe: Valdomiro Francisco Dull.

[29] Após o acordo com os fazendeiros, a administração foi sendo desativada, constando ainda um relatório de atividades de 1972, no qual aparece subordinada, a partir da extinção do IGRA, à Central de Comandos Mecanizados de Apoio à Agricultura – CEMAPA. A extinção do IGRA foi formalizada pelo Decreto n.21.238, de 6.8.1971.

te limitada à ocupação estabelecida inicialmente. Por iniciativa do novo governo estadual eleito no fim de 1962 foram interrompidos os processos de demarcação e distribuição dos lotes. Porém, a idéia de que essa área deveria ser objeto de distribuição reapareceu afirmada pelo governo federal ao incluí-la entre as áreas prioritárias para fins de reforma agrária. Um novo projeto, denominado Litoral Sul, começou a ser estudado em 1966 e abrangia a região compreendida pelas bacias hidrográficas dos arroios Duro, Sutil e Velhaco. A área do Banhado do Colégio era prevista como a primeira etapa a ser executada, com os técnicos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) instalados no próprio assentamento para efetivar os levantamentos e estudos necessários.[30] Em 1969, as projeções a respeito desse projeto aparecem assim divulgadas:

> Com a conclusão da barragem do arroio Duro o projeto tem por meta inicial uma primeira demonstração de viabilidade técnica, econômica, social e política de assentamento e recolocação de aproximadamente 1.670 famílias da região, numa área de 41.900 ha, a qual tem condições de ser beneficiada por irrigação pelas águas da barragem do arroio Duro. A colonização foi projetada para a área beneficiada pela barragem do arroio Duro por várias motivos, dentre os quais podem ser citados, como principais os seguintes: a própria construção da barragem, a qual por razões de ordem moral e legal (Estatuto da Terra), deve beneficiar o maior número possível de agricultores... (Iscre, 1969, p.114)

O decreto apontando essa área como prioritária para reforma agrária foi publicado em 1969, provocando forte reação dos fazendeiros da região.[31] Interessante observar que ainda tramitava na justiça a ação de desapropriação de 1962, impetrada pelo governo estadual, contestada pelos fazendeiros proprietários. Segundo os novos parâmetros legais, a inscrição da área para ser objeto de distribuição representava, sem dúvida, o reconhecimento de que as medidas anteriormente tomadas pelo governo estadual em relação ao caso tinham total fundamento. De certa forma, estavam sendo elaborados novos projetos de reforma agrária para essa área em continuidade ao que já havia sido feito. Os motivos pelos quais o Projeto de Reforma Agrária Litoral-Sul (Prals) não foi implementado não são abordados neste artigo. Apenas chamamos atenção para sua idealização, pois indica acirrada disputa pela área e a manutenção viva da idéia de que deveria ser repartida e distribuída entre os trabalhadores rurais da região. Os argumentos empregados em 1969, justificando a distribuição da área, apoiam-se na mesma

---

[30] Correspondência de 27 de fevereiro de 1967 registra a presença de cinco funcionários do IBRA trabalhando no Projeto de Reforma Agrária Litoral-Sul.

[31] Com apoio da FARSUL foi divulgada a *Carta de Camaquã*: "Estarrecida ficou a classe rural de Camaquã com a publicação, na íntegra, do memorial sobre reforma agrária, no *Diário de Notícias* de 17.7.1969, focalizando a implantação do projeto Litoral-Sul e, especificamente, em sua primeira fase, na área do chamado Banhado do Colégio". Iscre, 1969.

argumentação presente nos litígios de 1962, embora o horizonte jurídico fosse outro. Nesse momento, no entanto, não havia mais nenhuma organização dos agricultores para dar apoio e pressionar pelo cumprimento da medida e impedir o desvirtuamento ou a neutralização dessas iniciativas. A correlação das forças políticas havia mudado. O movimento dos agricultores estava completamente desorganizado, com suas lideranças perseguidas e profundamente intimidadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse período de mobilizações e de construção de uma identidade coletiva aglutinando os agricultores pobres representou a inscrição das demandas e reivindicações desses grupos sociais rurais na esfera mais ampla das políticas públicas, novas relações foram estabelecidas com o poder público, cobrando o reconhecimento de direitos e de participação. Conquistar um espaço político e social antecedia as soluções para um cotidiano de carências e problemas e abria novas perspectivas para os agricultores. Na conquista desse espaço foi fundamental a participação dos mediadores políticos, mesmo quando atentamos para o fato de que seu engajamento resulta de interesses partidários ou ideológicos, porém atuavam orientando a organização, negociando apoios, buscando soluções e possivelmente proporcionando uma nova visão sobre os problemas e as soluções para o mundo rural.

A organização de um movimento dos agricultores no Rio Grande do Sul, ainda incipiente na década de 1950, quando era impulsionada por comunistas e socialistas, passou a ser apoiada pelo governo do estado, sob controle do PTB, entre 1958 e 1962. Uma nova associação rural foi difundida por todo o estado – o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) – e passou a atuar construindo uma identificação coletiva capaz de integrar a variada gama de relações de trabalho existente no meio rural. O Master atuava em consonância direta com o governo do estado, tendo pleno respaldo para as mobilizações. A articulação com os comunistas e o apoio legal conferido pelo apoio estatal possibilitou a rápida e estratégica expansão do movimento. Este surgiu atrelado aos interesses e à política implementada regionalmente pelo Partido Trabalhista. As reações contrárias mais expressivas ficaram por conta das associações dos ruralistas e da Igreja Católica.

Apontamos como traço distintivo na organização desse movimento rural a presença de militantes trabalhistas articulando e construindo com o governo estadual uma proposta de reforma agrária para o Rio Grande do Sul. Cabe perguntar o que significava exatamente essa política agrária do PTB gaúcho. Em consonância com a política reformista assumida pelo PTB

em âmbito nacional e buscando constituir uma base trabalhista no campo, o governo estadual desencadeou em 1961 uma política agrária voltada para os agricultores pobres. A reforma agrária passou a ser uma bandeira do próprio governo que mobilizou esforços para demonstrar a viabilidade das mudanças. As instituições criadas e os programas lançados deveriam servir para mostrar as possibilidades de um programa de reforma agrária, fundamentado e apoiado na expansão da estrutura do estado, que dessa forma seria capaz de atender, de modo gradual e planejado, às demandas dos agricultores pobres. Sem radicalismo ou subversão, a proposta procurava estabelecer linhas de diálogo e negociações com os próprios fazendeiros, mantendo-se dentro da perspectiva de ação seguida pelo PTB, apostando na conciliação e na colaboração. A distribuição das terras recuperadas na área do Banhado do Colégio justificava-se plenamente sob variados argumentos. Fundamentalmente todo o processo foi direcionado para assegurar a socialização dos investimentos públicos utilizados na montagem do complexo sistema de irrigação, integrando as áreas de deságüe do Arroio Duro. Desde o início das obras, a área passou a ser objeto de disputa, um conflito silencioso, mas permanente, envolvia os agricultores da região, na maioria parceiros, e os fazendeiros lindeiros, cujas propriedades faziam divisa com o banhado. A entrada do PTB e do governo estadual na disputa, apoiando os agricultores, modificou a correlação de forças e ampliou as possibilidades de que de fato justiça fosse feita no aproveitamento da área. Mesmo tendo sido enorme a diferença entre as expectativas e os resultados obtidos pelo movimento, pois um número muito pequeno de agricultores foi beneficiado, a iniciativa mostrou que as interações estratégicas entre os agentes políticos foram determinantes naquele contexto e, apesar das resistências, voltadas para a busca de soluções negociadas. O respaldo institucional fornecido pelo estado foi fundamental para romper o isolamento e o localismo em que o conflito vinha sendo mantido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSANI, P. *Frente agrária gaúcha. Ação Político-ideológica da Igreja Católica no Movimento camponês do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1986. Dissertação (Mestrado), Sociologia Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ECKERT, C. *Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul*: 1960-1964. Rio de Janeiro, 1984. Dissertação (Mestrado), Pós-graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

HARRES, M. M. *Conflito e conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio, Camaquã, Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2002. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ISCRE. Instituto Social Cristão de Reforma de Estruturas. Semanas Sociais do Rio Grande do Sul. IV, Semana, 1969: Anais... Porto Alegre: Iscre, 1969.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MEDEIROS, L. S. *Reforma agrária*: concepções, controvérsias e questões. Setembro de 1993. <http://www.dataterra.org.br./Documentos/leonlde.htm>, acesso em 19.11.2001.

NAVARRO, Z. (Org.). *Política, protesto e cidadania no campo*: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 1996.

Anexo I

ATIVIDADES DO MASTER E DE OUTRAS ASSOCIAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL

Mês /ano	Localidade e cidade	Mobilização	Número de participantes (conforme noticiado nos jornais)
Janeiro/62	Fazenda Sarandi em Nonoai	Acampamento	5.000 agricultores
Janeiro/62	Banhado do Colégio em Camaquã	Acampamento	2.000 agricultores
Janeiro/62	Forte D Pedro II em Caçapava do Sul	Acampamento	500 agricultores
Fevereiro/62	Ibirapuitã em Alegrete	Acampamento	1.000 agricultores
Fevereiro/62	Fazenda Itauí em Sapucaia	Pressão	—
Fevereiro/62	Fazenda Gregório em Vacaria	Pressão	33 agricultores
Fevereiro/62	Caldas Junior em Itapoã	Acampamento	150 famílias
Fevereiro/62	Fazenda Velha em São Francisco de Paula (Reserva Florestal)	Marcha	3.000 agricultores
Fevereiro/62	Porto Grande em Taquari	Acampamento Fundação Frente Camponesa-Operário-Estudantil	200 famílias
Fevereiro/62	São José do Norte	Acampamento	—
Fevereiro/62	Gravataí	Concentração Liga Camponesa Vista Alegre	1.000 agricultores
Fevereiro/62	São Lourenço	Concentração	1.000 agricultores
Março/62	Tenente Portela	Pressão	—
Março/62	Cachoeira do Sul	Acampamento	600 agricultores
Abril/62	Sapucaia do Sul	Pressão	—

Continua

Continuação

Mês /ano	Localidade e cidade	Mobilização	Número de participantes (conforme noticiado nos jornais)
Abril/62	Fazenda Mata Fome em Itaqui	Pressão	—
Maio/62	Fazenda do Pilão em Cruz Alta	Acampamento	200 agricultores
Agosto/63	Sarandi em Ronda Alta	Invasão	200 famílias
Setembro/63	Banhado do Curtume em Torres	Acampamento	200 famílias
Setembro/63	Morro Alto em Osório	Acampamento	250 agricultores
Outubro/63	Quebracho Grande em Bagé	Acampamento	8 famílias
Dezembro/63	Fazenda Pires em Guaíba	Acampamento	80 famílias
Fevereiro/64	Santo Antonio em Tapes	Acampamento	1.000 agricultores
Março/64	Canoas	Acampamento	200 agricultores

ANEXO II

PLANTA DO BANHADO DO COLÉGIO
MUNICÍPIO DE CAMAQUÃ
Área 495.086.728 m²
Declarada de Utilidade Pública pelo
Decreto Nº 11.106 de 5-1-1960
Rodovia BR2
Estrada Estadual Camaquã
Estrada do Aterro da Terra Dura
Sanga do Jacaré
N
Arroio Santa Rita
Estrada Estadual Camaquã
Pacheca
Canal Principal de Drenagem
Sanga do Capão Grande
Estrada que vai à Mangueira do Bulió
Rio Camaquã
Estrada que vai à Praia
Povoado da
Esquina do Pacheca
Pesquisadora: Marluza Harres
Desenho de: Mário M. Cardoso
Data: 1960
Digitalização: Acad. de Arq. Fernanda Basso
Data: 2002
SECRETARIA DA AGRICULTURA
DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO – Seção de Geografia

10
Colonos imigrantes e lavradores nacionais no Sul do Brasil: projetos de ocupação da terra em conflito

Paulo Afonso Zarth

INTRODUÇÃO

A história do campesinato no Rio Grande do Sul caracteriza-se pela configuração de dois tipos básicos de pequenos agricultores identificados por um critério étnico-cultural. De um lado, os diversos grupos de colonos imigrantes da Europa e, de outro, o lavrador nacional, também conhecido como caboclo, mestiço que descende de portugueses, povos indígenas e/ou africanos. A literatura e os documentos históricos são repletos de referências negativas sobre a produção dos lavradores nacionais e ricos em elogios aos colonos europeus, principalmente alemães e italianos, configurando uma distinção qualitativa de caráter étnico. No entanto, se observarmos com mais atenção, veremos que para além da visão baseada em características étnicas, há uma concepção de camponês formulada ao longo dos séculos XIX e XX que remete a um tipo idealizado mais bem representado pelo colono imigrante europeu. Como contraponto, emergiu seu oposto, o lavrador nacional ou caboclo. É sobretudo este último agricultor que abordaremos neste texto, pois nossa história o tem tratado com preconceitos ou o ignora como se fosse um estorvo para a formação social do país. Os termos "caboclo" ou "lavrador nacional" e "colono" são utilizados aqui de forma genérica e não contemplam uma identidade precisa, ignorando as diferenças no interior dos grupos denominados por essas palavras. O período analisado neste capítulo contempla as principais fases da colonização européia iniciada no século XIX e se estende até o final da ocupação das terras florestais do Norte do estado em meados do século XX.

Procuramos ir além da visão etnocêntrica revelando outras questões de caráter político e econômico que orientaram a ocupação e o uso da terra

no Sul do Brasil. A distinção étnica entre caboclos e colonos imigrantes de diferentes países da Europa não é necessariamente o melhor critério para diferenciá-los; o que expressa melhor a diferença entre ambos é o modo de vida, a forma de produzir e sua inserção no mundo capitalista.

Ao analisar a agricultura dos colonos alemães no Rio Grande do Sul da década de 1950, o geógrafo Leo Waibel não escondeu sua indignação ao ver muitos de seus compatriotas transformados em caboclos. Em sua opinião, os colonos teriam esgotado suas terras e também a "capacidade de resistência à influência negativa do meio físico, que baixaram os seus padrões físicos, culturais e econômicos e *tornaram-se caboclos*" (1979, p.248, grifo nosso). Na página 252 do mesmo livro, o autor reafirma a existência de "um número de *caboclos europeus* surpreendentemente elevado, mesmo nas colônias que há 25 anos eram consideradas colônias-modelo". Ao referir-se aos colonos alemães empobrecidos como "caboclos", o autor altera o sentido étnico da palavra para um sentido sociológico e cultural, expressando um modo de vida e uma forma de agricultura.

Tal modo de vida era visto como negativo e expressava a decadência de algumas famílias alemãs visitadas por ele em 1950. O colono europeu caboclizado aparece em outros autores importantes como Jean Roche, em seu clássico estudo sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, no qual também se refere a um processo de "caboclizaçao" em algumas colônias alemãs aludindo aos sistemas de cultivo adotados dos caboclos, baseado na coivara (Roche, 1969, p.283-93). Na prática não bastava ser alemão ou italiano para ser um bom colono, era preciso corresponder ao tipo ideal de pequeno agricultor formulado pelos agentes do governo. Essa expectativa era esperada também dos lavradores nacionais, os quais deveriam metamorfosear-se em colonos, conforme veremos mais adiante.

Pensar a relação entre colonos e caboclos para além dos critérios étnicos não significa desconsiderá-los, pois eles têm servido para justificar as diferenças sociais e econômicas da população brasileira. Uma nova bibliografia regional sobre a imigração e colonização vem sendo construída nos últimos anos nos cursos de pós-graduação em História, tendo como centralidade a relação dos imigrantes com outros habitantes e não como um processo isolado e distinto. Esses estudos mantêm a centralidade da questão étnica, mas enfatizam as interações entre caboclos e imigrantes, analisando o contato entre os dois grupos. Bom exemplo é a dissertação de mestrado de Marcio Both da Silva, na qual o autor adotou a seguinte perspectiva:

> Aqui foi privilegiada a análise de uma das esferas envolvidas na constituição desta etnogênese, ou seja, as relações travadas entre imigrantes e caboclos. Pelo estudo destas relações pode-se perceber que embora os grupos etnicamente se diferenciassem através, principalmente, de sua auto-atribuição de identidades – "nós" x "outros" – existem pontos em comum entre os dois grupos, os quais vão definir sua

> identidade camponesa, num sentido mais geral, como, por exemplo, a existência de alguns traços culturais – crença na magia –, econômicos – agricultura de subsistência com mão-de-obra familiar – e sociais – a relação que os camponeses travam com a sociedade envolvente e com a política. (2003, p.167)

O CAMPONÊS DO PROGRESSO

Em sua origem, a imigração de colonos europeus nos séculos XVIII e XIX estava relacionada à necessidade de adensamento demográfico da tumultuada fronteira com o rio da Prata e com a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Alguns autores mencionam ainda a tese do branqueamento da população diante da expressiva presença de indígenas e negros. Sem desconsiderar essas hipóteses, neste capítulo abordaremos outros aspectos de fundamental importância que se relacionam com a construção de certa idéia de camponês ligada ao desenvolvimento capitalista.

A concepção de colono que aparece na bibliografia e nos documentos históricos é a de um camponês associado à idéia de progresso, de civilização, de desenvolvimento, de capitalismo. Ou seja, um camponês plenamente integrado ao mercado, tanto como produtor como consumidor. Essa concepção pode ser observada em textos desde o século XIX até os dias atuais produzidos por agentes do governo, encarregados das políticas públicas para agricultura, na imprensa e em obras acadêmicas.

Uma interpretação marcante do campesinato sulino foi construída por autores como Jean Roche e Leo Waibel, que, partindo do conceito de zona pioneira, consideram importante a agricultura da região apenas após a colonização européia, iniciada oficialmente com a fundação de diversas colônias a partir do século XIX. Esses dois autores clássicos são responsáveis por uma das mais difundidas leituras da história da colonização e da agricultura do Rio Grande do Sul. Suas obras são minuciosas e ricas em relação aos imigrantes, mas desconsideram ou minimizam a história dos habitantes anteriores que formam o campesinato regional. A centralidade dos autores é na colonização como progresso e desenvolvimento e considera a população pré-colonização como isolada e atrasada, seguindo uma leitura amplamente difundida para o conjunto do Brasil.

Jean Roche, em sua obra sobre a colonização alemã, elaborada na década de 1950, destaca a qualidade dos colonizadores, associando-os às concepções de espírito do progresso e, ao referir-se aos antigos habitantes, entre os quais se incluem os caboclos, deixa implícita a idéia de tradicionalismo. Nesse discurso, o colono europeu seria o legítimo portador do espírito de progresso do capitalismo, ao passo que o caboclo brasileiro estaria representando o tradicionalismo, o atraso. As frases a seguir ilustram o pensamento do autor:

> Na evolução do Rio Grande do Sul, os colonos teuto-brasileiros não representam tanto uma massa, como uma *qualidade de homens*, diferente dos primeiros habitantes, um fermento a que se deve a elaboração de civilização original... (Roche, 1969, p.5, grifo nosso)

O geógrafo Leo Waibel é outro exemplo notável pela sua influência no mundo acadêmico, pois foi autor de importantes contribuições teóricas para a geografia agrária de seu tempo, apesar da forte marca eurocêntrica de seus escritos. Em seus estudos sobre a agricultura brasileira e do Rio Grande do Sul, por volta de 1950, refere-se aos caboclos como incapazes de desenvolver o progresso e que "vegetam numa vida inútil" (1979, p.314). A obra de Waibel e outros que seguem esse raciocínio é inspirada no modelo de ocupação das terras da fronteira agrícola do Oeste dos Estados Unidos da América do Norte.

O conceito de "zona pioneira" empregada pelo geógrafo expressa nitidamente uma visão de progresso, compatível com a do colono exemplar que estamos tratando aqui. Para o autor, uma zona pioneira só se constitui quando ocorre uma rápida expansão da agricultura:

> De uma zona pioneira em geral, só falamos quando, subitamente, por uma causa qualquer a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o fluxo de uma forte corrente humana ... então os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia e um espírito de arrojo e de otimismo invade toda a população. (1979, p.282)

Esta é uma boa imagem de progresso, inspirada nas colônias de imigrantes do Sul do Brasil e nas colônias do Oeste norte-americano, mas que dificilmente poderia ser creditada aos caboclos responsáveis por um avanço lento da fronteira, incorporando terras virgens longe dos mercados, sem estrutura de transportes, sem capital, disputando espaço com povos indígenas pela força.

O COLONO E O COMÉRCIO DE TERRAS

Uma das razões para o prestígio do colono europeu é sua condição de comprador de terras e, portanto, fomentador do mercado das companhias de colonização e produtor de renda para o Estado. É consenso na historiografia da colonização a enorme capacidade de reprodução demográfica dos camponeses europeus e sua incessante busca de novas terras para alojar os filhos. Roche criou a palavra "enxamagem" para descrever esse processo, por meio do qual uma colônia (uma colméia, por analogia) de imigrantes se

multiplicava rapidamente e se expandia para todos os cantos onde houvesse terra disponível para compra. Diante do tamanho relativamente pequeno dos lotes de terra cedidos ou vendidos aos colonos, o processo se repetia de modo sucessivo nas novas áreas colonizadas.

Com a Lei de Terras de 1850, que mercantilizou o solo, ocorreu forte expansão das colônias particulares. Das 142 colônias alemãs listadas por Ernesto Pellanda até 1922, 114 eram particulares e 28 estatais (1925, p.42-50). Em 1921, a superfície colonizada pelo governo e por particulares, transformada em pequenas propriedades, era de 34.800 km^2, conforme informa o Anuário Estatístico daquele ano (*Annuário Estatístico*, 1921).

A colonização com imigrantes europeus e seus descendentes tornou-se negócio altamente rentável para empresários e grandes proprietários que se apossavam de terras de forma fraudulenta, ou mesmo legal, e as vendiam aos imigrantes em forma de pequenos lotes coloniais.

UMA FESTA PARA O EMPRESÁRIO COLONIZADOR

A colonização significava investimento de empresários nacionais e estrangeiros. Tomamos como exemplo Hermann Meyer, um empresário da Alemanha que efetivou sua primeira compra em 1897 no Norte do estado, adquirindo a posse de Maria Rita do Espírito Santo, com cerca de 1.800 hectares, por 15:500$000 réis. (8$525 réis por hectare). Nesta área, fundou a colônia "Xingu". Em 1898, foram compradas as terras para a colônia Neu Württemberg, a principal da empresa, localizada nas proximidades da ferrovia. Os lotes foram comprados do estado e de particulares pecuaristas, que haviam incorporado ao seu patrimônio os matos contíguos aos campos nativos.

Para vender os lotes coloniais era necessária muita propaganda e os colonos eram disputados pelas companhias nos navios e nos hotéis de Porto Alegre e Rio Grande. Os lotes de 25 hectares eram oferecidos a preços que iam de 28$000 a 40$000 réis o hectare, em Boi Preto e Neu Württemberg, respectivamente (1901). Em 1912, uma colônia já valia entre 2:000$000 e 3:500$000 réis – 80$000 a 140$000 réis por hectare (Zarth, 1997, p.85-8).

Com capital para investir em terras e colonização, o empresário foi recebido com grandiosa festa na cidade de Cruz Alta em 1898. Ele próprio informa essa recepção:

> Quando o trem entrou na estação de Cruz Alta, começou a pipoquear em todos os cantos. Foguetes estouraram e uma banda tocou um dobrado alegre. A plataforma estava literalmente tomada por uma enorme multidão. ... Em poucos segundos conhecia as mais altas autoridades da cidade. A música silenciou, todos tiraram os chapéus, embora chovesse torrencialmente, eu fui saudado com um solene discurso; no qual me chamaram de distinto explorador, colonizador e amigo da terra ilustrís-

> sima do Rio Grande do Sul, atribuindo-me, ainda, qualidades e virtudes das quais nem sonhara... (Faulhaberstiftung, 1933, p.7)

Durante a Primeira Guerra Mundial, a empresa editorial de Hermann Meyer na Alemanha sofrera dificuldades imensas em decorrência do conflito e coube à sua empresa rio-grandense cobrir seus déficits. Meyer, que tantas vezes se queixava do pouco rendimento da empresa de colonização, afirmava após a guerra: “Quem pensaria que o Brasil, minha preocupação de tantos anos, viria a ser minha salvação?” (Fausel, 1949, p.33). Pesquisa recente revela que a empresa não foi tão lucrativa como se esperava, mas demonstra a dimensão capitalista internacional do empreendimento (Neumann, 2009).

O entusiasmo das autoridades locais pela imigração e colonização do Norte do Rio Grande do Sul é visível na documentação histórica. Os vereadores do município de Cruz Alta, depois de anos oferecendo terras para a fundação de colônias no município, esperaram até a proclamação da República para verem a criação da primeira colônia oficial, Ijuhy, que foi saudada com entusiasmo. Os argumentos em favor da imigração apontam para a idéia de progresso e expectativa de riqueza com base na produção agrícola e é uma das leituras mais presentes na bibliografia regional. Vejamos esse exemplo no texto publicado em 1884 num periódico de Cruz Alta, que se espelha na agricultura norte-americana:

> Não será em época muito remota que ela ainda se constituirá em uma das fontes mais ricas de engrandecimento e prosperidade desta região, e pode estar tão próxima essa época que unicamente depende em conseguirmos os prolongamentos das vias férreas do norte e do sul desta província até os pontos principais de nossa região serrana. É pois chegado o tempo de cuidarmos do seu aperfeiçoamento, principiando por estudos experimentais, e pondo em prática todos os melhoramentos nele introduzidos até hoje e usados pelas nações mais adiantadas neste ramo, como por exemplo sucede nos Estados Unidos do Norte América aonde só a agricultura constitui um manancial mais abundante de ouro do que todas as ricas e inesgotáveis minas da Califórnia. *(Aurora da Serra,* Cruz Alta, 1884, p.1)

Tal entusiasmo pelo imigrante e pela colonização é inversamente proporcional ao agricultor nacional que é tratado nos jornais locais da mesma época de forma explicitamente preconceituosa, conforme veremos adiante.

DE COLONIZADOR A INDUSTRIAL

Outro exemplo de negócio bem-sucedido com a colonização é do engenheiro Frederico Jorge Logemann, no final do processo de ocupação das terras do Norte do Rio Grande do Sul, na década de 1940. Nascido em Bremenn,

em 1884, aportou pela primeira vez no Brasil em 1912 a bordo de um navio da Marinha Alemã e pouco mais tarde estava aventurando-se pelo interior do Rio Grande do Sul, trabalhando como engenheiro na construção de estradas e na medição de terras, na região Noroeste.

A experiência acumulada com anos de trabalho na região lhe permitiu desenvolver o projeto de colonizar as terras cobertas de mata, que recebera do governo nos anos 30. As terras foram recebidas em troca dos serviços prestados ao governo nos projetos de colonização e construção de estradas e pontes na região de Santa Rosa.

Frederico Logemann também era um dos responsáveis pela Companhia Dahne & Conceição, uma das empresas mais atuantes na região Noroeste. Essa empresa foi encarregada de colonizar 5 mil lotes entre os rios Buricá e Turvo, além de uma faixa ao longo do rio Uruguai. A propaganda divulgada pela empresa destacava a qualidade do solo, o clima e as condições de transporte. O preço, segundo o folheto, era de 4.000$000 réis cada colônia, que poderia ser paga em quatro anos sem juros, com 1.000$000 réis de entrada. Para pagamento à vista era concedido um desconto de 10%. Os colonos eram esperados na estação de trem de Ijuí, de onde saíam caminhões todas as terças e sextas-feiras para examinarem as terras (folheto da Cia. Dahne e Conceição).

É importante destacar as origens dos compradores dos lotes coloniais da companhia, evidenciando a forte presença de colonos de descendência européia. Um indicador é a lista de eleitores do município, inscritos para o processo de emancipação de 1954 do município de Horizontina, sede da empresa de Logemann. Segundo essa lista, a grande maioria dos nomes é de germânicos, seguidos pelos italianos, portugueses e poloneses (Projeto de emancipação de Horizontina. Assembléia Legislativa do RS. Projeto de Lei n. 409/54).

Outro indicador importante é a lista dos compradores dos lotes coloniais, que consta nos livros de registro da Inspetoria de Terras. Segundo essa fonte, a maioria dos nomes é também de origem germânica, seguidos por poloneses, italianos e portugueses. Os documentos analisados não representam toda a população, mas é um indicador importante para evidenciar que na comercialização dos lotes predominava o colono em detrimento do lavrador nacional.

Com o capital acumulado com a empresa de colonização, o empresário e alguns sócios fundariam em 1945 uma série de empreendimentos industriais e comerciais. Entre eles está a grande indústria de máquinas colheitadeiras Schneider, Logemann & Cia Ltda. (SLC), atualmente sob controle do poderoso grupo norte-americano John Deere.

As origens da empresa estão no projeto de colonização que permitiu a acumulação de capital necessário para desenvolver seu projeto industrial. Paralelamente ao comércio de terras, o empresário, em sociedade com

Balduíno Schneider, instalou uma serraria, uma ferraria e um moinho. De modo gradativo, por intermédio de seus sócios e sucessores, a ferraria seria transformada em um grande complexo industrial.

O caso da SLC não é único; várias empresas importantes do Rio Grande do Sul apresentam ligações com as colônias. A primeira indústria têxtil do estado foi fundada em 1874 pela família do empresário Jacob Rheingantz, o fundador da colônia alemã de São Lourenço em 1859 (Rheingantz, 1907, p.8).

A historiografia econômica do Rio Grande do Sul tem demonstrado que o desenvolvimento industrial da cidade de Porto Alegre está estreitamente ligado ao desenvolvimento da colonização no Centro-Norte do estado (Singer, 1977, p.141-98). Ainda que não se possa afirmar que a industrialização seja obra apenas da colonização, como indicaram alguns autores, não resta dúvida de que ocorreu uma expressiva transferência de renda da produção agrícola dos colonos, originando acumulação de capital para o comércio e a indústria (Logemann, 1980, p.115-36). A explicação a seguir da historiadora Sandra Pesavento sobre a exploração do colono é bastante ilustrativa:

> ... através de um processo de dominação e expansão do capitalismo sobre a agricultura, esta renda da terra não é retida pelo pequeno proprietário, e sim incorporada pelo capital sob diferentes modalidades de expropriação. Seja através da extração de um sobretrabalho que o colono é obrigado a realizar para garantir a sua reprodução como proprietário de terras, seja através da função monopólico-monopsônica desempenhada pelo capital sobre a pequena propriedade agrícola fornecedora de matérias-primas, as atividades da agropecuária colonial tornam-se, assim, um dos elementos-chave da reprodução e ampliação do capital no sul do país. (1983, p.20)

O CAMPONÊS INDESEJADO

É amplamente conhecido o discurso que atribui valores negativos aos caboclos, desqualificando suas práticas agrícolas e culturais pelo simples fato de não se enquadrarem no modelo de progresso estabelecido por autoridades governamentais e ideólogos ocupantes dos espaços jornalísticos e acadêmicos. Centenas de exemplos de desqualificação do lavrador nacional ou caboclo podem ser encontrados na imprensa, na literatura e nos livros acadêmicos desde o século XIX.

O exemplo mais popular no Brasil é o do personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato e reproduzido por todo o Brasil. Em artigo escrito para o jornal *O Estado de S. Paulo* em 1914 e depois publicado no livro *Urupês*, o autor acusa o caboclo de parasita, de destruidor, de piolho da terra. O parágrafo abaixo é claro:

> Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminomade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano,

o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a picapau e o isqueiro... (Lobato, 1950, p.235)

Lobato escreveu o que os grandes fazendeiros e as elites pensavam do caboclo. A preocupação do escritor, que era também proprietário de terras quando redigiu o texto, era com as queimadas realizadas pelo caboclo para fazer seus roçados. As queimadas eram um sistema herdado dos indígenas e utilizado durante séculos no Brasil quando não havia propriedade da terra. Os indígenas e os caboclos migravam para novas terras, enquanto as antigas roças recuperavam sua fertilidade com o crescimento das capoeiras e da floresta, num rodízio eterno.

Com o aumento demográfico e a propriedade da terra, esse sistema começou a incomodar os grandes fazendeiros que passaram a utilizar os campos com produção mais intensa para o mercado. A praga que Lobato se queixava não era exatamente o caboclo e, sim, a propriedade da terra, por isso a menção sobre "a valorização da propriedade". Diferentemente do grande fazendeiro, para o caboclo, "a terra é o espaço e lugar de vida, necessária para a reprodução familiar (biológica, social e religiosa)" (Gehlen, 1997, p.125). Percebe-se no texto de Lobato a admiração pelos imigrantes italianos, induzindo a distinção étnica como argumento para desqualificar o caboclo.

Não podemos atribuir a Monteiro Lobato a responsabilidade pela construção de uma imagem negativa do caboclo, considerando que textos semelhantes já circulavam muito tempo antes nos jornais do Sul do Brasil. Num periódico do Norte do Rio Grande do Sul de 1884, por exemplo, podemos ler estas frases sobre os lavradores nacionais:

> A indústria agrícola é por enquanto exercida aqui entre nós, em sua quase totalidade, pelo proletariado, e também pela escória das sociedades, que sendo repelida por seus vícios e crimes, vai, como último refúgio, se estabelecer nos matos e terras devolutas, onde tem a certeza de que ninguém o irá incomodar na posse de terras nacionais, de que criminosamente se apropria. Este é o estado a que está reduzida a nossa agricultura. Abençoado país este nosso para os vagabundos. (*Aurora da Serra,* Cruz Alta, 1884)

O Jeca Tatu criado por Lobato foi muito útil para popularizar uma idéia estigmatizada do caboclo que seria reproduzida pela imprensa do Brasil inteiro, como se percebe nestes versos de um poema dedicado ao caboclo nas páginas do *Correio Serrano de Ijuí*, publicado em 1941.

> E a gente chega e pergunta: Nessa terra não dá milho, mandioca e nem feijão?
> E o caboclo nos "assunta": Essa terra num dá não...
> E a gente diz: Você algum dia já plantou?
> E ele torcendo o nariz:
> An, prantando dá si sior. (1941, p.3)

Lobato, um intelectual dinâmico, faria, mais tarde, uma autocrítica e criaria o personagem Zé Brasil. Diferente do Jeca Tatu preguiçoso e doente de 1914, que deveria imitar o colono italiano, o Zé Brasil de 1947 era um camponês vítima do latifundiário e deveria se engajar na luta pela reforma agrária para resolver sua situação de miséria e opressão. No trecho a seguir Lobato revela a nova visão do caboclo:

> Eu era agregado lá e ia labutando na grota. Certo ano tudo correu bem e as plantas ficaram a maior das belezas. O coronel passou por lá, viu aquilo – e eu não gostei da cara dele. No dia seguinte me "tocou"de suas terras como quem toca um cachorro... (Lobato, 1947, p.12, apud Naxara, p.142)

O livreto de Lobato fazia apologia a Luís Carlos Prestes, na época o grande líder da esquerda, senador eleito em 1945 pelo Partido Comunista do Brasil: "o sonho dele é fazer que todos os que trabalham na terra sejam donos de um sítio de bom tamanho, onde vivam bem e felizes" (1947, p.20, apud Naxara, p.143). No mesmo ano da publicação, Prestes teve seu mandato cassado, o partido foi fechado e o livreto Zé Brasil censurado e recolhido pelas autoridades do governo. Curiosamente, até hoje é difícil de encontrar o famoso livreto.

DE CAMPONESES A INTRUSOS

Mencionamos nas páginas anteriores a posição do geógrafo Leo Waibel sobre os camponeses que "vegetam numa vida inútil" no sertão, com base numa visão norte-americana de ocupação das áreas de fronteira. Mesmo reconhecendo a importância demográfica dos caboclos da fronteira, Waibel escreve que eles apenas se dedicavam ao extrativismo ou à caça e "criaram um tipo de paisagem que por longo tempo não era nem terra civilizada nem mata virgem". Essa paisagem, na opinião do geógrafo, é denominada no Brasil com a "expressão muito feliz de sertão" (1979, p.281). Waibel afirma ainda que "77% de todo território nacional, ou não são economicamente utilizados, não são utilizáveis ou estão nas mãos de *intrusos*, que escapam ao levantamento estatístico" (p.279). Os intrusos mencionados pelo autor são caboclos que avançam sobre as terras disponíveis na fronteira agrícola onde se tornam posseiros sujeitos à eminência de expulsão da terra à medida que avança a "zona pioneira".

Outra abordagem possível para explicar o desprezo pelos nacionais relaciona-se à sua negação em submeter-se regular e disciplinadamente ao mercado de trabalho. O técnico francês Louis Couty, contratado pelo governo para uma análise econômica do Brasil sobre a questão da mão-de-obra no Brasil, em 1884, indica a existência de "5 ou 6 milhões de camponeses

mestiços que estão espalhados pelo Brasil" (1984, p.21). No entanto, esses camponeses não resolveriam o problema da substituição dos escravos, pois "não há continuidade no trabalho desses camponeses. Bons para obras difíceis e passageiras descansam quando tem algum dinheiro e não pensam em economizar" (Couty, p.82).

É evidente que esse posicionamento está ligado à possibilidade de ocupar terras de forma livre. Uma forma de submetê-los era retirar-lhes a liberdade de circular livremente pelo território. A imigração e a colonização resultaram na diminuição drástica do espaço dos camponeses nacionais, tirando do domínio público terras por eles utilizadas. O caso mais visível dessa expropriação dos camponeses nacionais foi o dos ervais públicos do Norte do estado, que aos poucos passaram para mãos privadas através de mecanismos pouco lícitos.

O extrativismo de erva-mate foi, durante muito tempo, uma forma de sobrevivência para milhares de homens livres pobres. Encurralados pelos latifúndios pastoris, esses homens se embrenhavam nas florestas em busca do mate e, ao mesmo tempo, se dedicavam à agricultura de subsistência, como típicos camponeses. Os ervais, em grande parte, localizavam-se em terras públicas, devolutas, sobre as quais os lavradores nacionais pobres avançavam lentamente, disputando-as com os indígenas, as principais vítimas do processo de expropriação. O avanço dos lavradores pobres na floresta era anônimo e espontâneo.

Diante da abundância de terras virgens, também fica claro que a submissão desses trabalhadores a um mercado de trabalho era algo relativamente complexo e lento. A possibilidade de sobrevivência desses homens livres no interior das florestas da fronteira agrícola implicava algum tipo de relação comercial com o mercado ou com estancieiros próximos. Caso contrário, as condições de vida seriam extremamente reduzidas a níveis incompatíveis com a experiência adquirida numa sociedade cujos padrões econômicos e sociais eram diferentes dos povos indígenas da província, com os quais disputavam o espaço.

Nas imensas florestas do Norte do estado os camponeses nacionais, com a venda da erva-mate, podiam adquirir no mercado produtos industrializados e os meios de vida e de trabalho que a floresta não poderia oferecer. Nas áreas onde não havia produção de mate, a possibilidade de reunir recursos econômicos para adquirir bens de consumo no mercado passava pela venda de trabalho esporádico para estancieiros, companhias de colonização e para o estado, na construção de obras ou em serviços de polícia. Na condição de agregados ou de posseiros, os camponeses mantinham relações com as estâncias e com os centros de comércio, levando produtos da floresta ou de suas roças – ervas medicinais, aves, pequenos animais, alimentos e tudo o mais que pudessem vender ou trocar.

A abundância de terras virgens não significava que o camponês pudesse viver de forma independente e isolada. À medida que se relacionava com o mercado, mesmo precariamente, submetia-se de alguma forma ao controle de grupos mais poderosos, fazendeiros e comerciantes, que detinham o poder político e militar da província. Nesse sentido, os desertores das constantes guerras do Sul eram mesmo caçados nas florestas. Sobre a convocação para as guerras civis, o coronel Aristides Gomes afirma que a maioria dos caboclos "acompanhava por bem, mas muitos eram trazidos a maneador" (Gomes, p.250).

Esses camponeses nacionais, considerados isolados e indesejados, formavam no Rio Grande do Sul um contingente populacional que fornecia peões para as estâncias e para o trabalho de desmatamento inicial das colônias oficiais e particulares. Quando se fala do árduo trabalho de desmatamento realizado pelos colonos imigrantes, não se pode esquecer que em muitos deles os nacionais eram contratados para demarcação dos lotes, abertura de estradas, construções de prédios oficiais. Quando a região serrana foi colonizada por colonos alemães e italianos, os caboclos "foram seus auxiliares preciosos por serem práticos e baratos", nas palavras de Aristides Gomes (Gomes, 1966, p.250).

Uma vez que a colonização vinha se aproximando das fronteiras do Norte, diminuíam os espaços da população cabocla. As companhias de colonização e o governo encontraram uma série de dificuldades ao colonizar as matas do Norte, diante da presença de milhares de posseiros, que não possuíam título legal das terras. Para colonizar a região, o governo precisava disciplinar o acesso à terra, delimitando para cada família um lote. A delimitação das terras era algo novo para os caboclos, acostumados a certa liberdade de migrar pelo interior da floresta, sem se preocupar muito com as questões legais da posse da terra.

Em correspondência da empresa do colonizador Meyer, citado anteriormente, uma frase que serve de exemplo para numerosos outros casos: "na gleba comprada dos Mello moravam uns quantos intrusos os quais desalojamos todos com a ajuda da polícia" (Peixoto, 2003, p.40). O historiador José Tadeu Peixoto, associando-se à nova interpretação da história da colonização, conclui sua dissertação de mestrado lembrando que, além da exclusão da terra, os caboclos foram excluídos da história:

> também são excluídos da memória local na medida em que os imigrantes viam neles tudo aquilo que deveria ser negado na formação cultural de um grupo social que queria se posicionar como diferente e essa diferença é que lhes dava a condição de colocarem-se alguns andares acima na escala social. (2003, p.98)

É comum encontrarmos na documentação histórica do Rio Grande do Sul "abaixo-assinados" dos próprios caboclos para as autoridades do governo, reivindicando a posse da terra. No entanto, nas regiões onde a colonização se

intensificou na década de 1930, comprovar a posse nos termos da legislação vigente era algo praticamente impossível. Tal situação decorre da falta de documentos, considerando que uma das características dos caboclos era justamente ocupar a terra sem se preocupar com os aspectos legais que garantiriam a propriedade.

DE CABOCLOS A COLONOS

O problema em relação aos caboclos seria percebido e sensibilizaria algumas autoridades governamentais do Rio Grande do Sul que traçaram alguns planos para o reconhecimento de sua importância social. Carlos Torres Gonçalves, diretor de terras e colonização, parece ter sido um dos principais mentores desses planos, desenvolvendo uma política de proteção aos nacionais. Em mensagem de 1919, ele argumenta em favor de seu plano de proteção aos nacionais que "até então a maioria delles preferia abandonar as terras, à simples aproximação do colono estrangeiro e seguir azares de uma vida errante e aventureira" (Cassol, 2003, p.54). Um relatório do governo reconhece os efeitos da colonização para os caboclos:

> A criação de cada nova comissão de terras ou a instalação de cada novo núcleo colonial, seguia-se geralmente a retirada gradual da maioria dos nacionais moradores das regiões. Uns retiravam-se alegando a falta de proteção da administração pública, outros por fazerem bom negócio imediatamente transferindo as suas terras, ou simplesmente seus pretendidos "direitos de posse", ao primeiro colono de origem estrangeira que aparecia propondo-se a isto. (*Relatório da Comissão de Terras e Colonização*, 1917, item VIII)

O plano de Gonçalves consistia na oferta de algumas vantagens aos nacionais, concedendo-lhes 20% de desconto no preço das terras, pagamento em serviços públicos e assistência de mestres na construção de habitações. Exemplo característico é o da Colônia mista Santa Rosa. Criada em 1915, no Noroeste do Rio Grande do Sul, já na fronteira com a Argentina, foi uma das últimas áreas colonizadas e onde a questão dos caboclos tornou-se mais aguda, considerando-se que se fechava a possibilidade de migração para novas áreas. Em 1918 o governo promoveu uma grandiosa Festa aos Nacionais daquela colônia, que na época era composta em sua maioria de "pessoal nacional, representados por cerca de 5.000 brasileiros num total de 5.900 habitantes, dos quais, portanto, apenas 900 de origem estrangeira" (Cassol, 2003, p.53) Em seu discurso, o diretor aposta na capacidade dos nacionais, destacando suas qualidades e amor à pátria, mas reconhece que "sob o aspecto da atividade torna-se sensível ainda sua deficiência em relação aos colonos de origem estrangeira" (Cassol, p.54). A superação desse limite se daria pela fixação do nacional à terra mediante a venda de

lotes em "condições facilitadas", desconsiderando que já ocupava essas terras, e auxiliando-o na construção de novas habitações substituindo seus tradicionais ranchos por casas mais elaboradas. A proposta do governo era "estimular-lhes o gosto pelo conforto próprio e da família, isto é, pelas vantagens da vida industrial moderna" (*Relatório da Comissão de Terras e Colonização*, 1917).

Tais planos, no entanto, fracassaram pela falta de compreensão da lógica cabocla de uso da terra. A expectativa era que essa nova mentalidade fosse alcançada com o contato direto com os colonos. Este é um exemplo da falta de compreensão do modo de vida caboclo, com outra relação com a terra. A proposta dos funcionários do governo era transformar o caboclo em um produtor individual para o mercado e consumidor dos produtos industriais urbanos.

O projeto para assentar os caboclos em Santa Rosa parece ter fracassado justamente por querer transformá-los em colonos, mudando-lhe radicalmente o modo de vida e o relacionamento com a terra e com a natureza. E esse fracasso foi atribuído aos próprios caboclos, que mais uma vez se viram na condição de migrar para as piores terras da região, numa atitude que revela desconhecimento da história social dos caboclos e suas relações com a terra.

Apesar do otimismo dos governantes, os historiadores Schallemberger e Hartmann constataram que:

> o processo de ocupação colonial indicou, no entanto, que maior qualificação para o trabalho agrícola, o emprego de tecnologia mais apropriada e o afã progressista dos colonos de descendência européia suplantou as vantagens conferidas aos colonos nacionais. Assim, na medida em que se consolidou a colonização, o processo de produção marginalizou e, em grande parte, os colonos nacionais e suas propriedades foram, progressivamente, absorvidos pelos novos contingentes de imigrantes alemães, italianos e poloneses. (1981, apud Christensen, 2001, p.130)

Contrariando a história oficial, a historiadora Teresa Christensen cita um raro relatório crítico do próprio funcionário Vicente Cardoso, de 1947, encarregado da medição de terras em Santa Rosa, no qual ele afirma e lamenta que os nacionais "perderam seus melhores amigos e caíram num lamentável esquecimento, que muito os comprometeu perante os outros colonos" (2001, p.136). A historiadora por sua vez, conclui:

> Assim na "história branca" dessa antiga região missioneira e, hoje, de colonização européia, os remanescentes indígenas, nacionais ou caboclos, constituem "os excluídos da história". Humilhados e ofendidos, retiraram-se para outras localidades ou habitam em choças miseráveis ao longo das estradas que ligam esse a outros prósperos municípios da região. (2001, p.136)

O movimento dos nacionais sobre as terras públicas, devolutas, aparece em todos os relatórios do governo na condição de "intrusos". Em 1941, a

correspondência de um diretor da inspetoria de terras e colonização no Norte, no atual município de Frederico Westphalen, indicava que:

> o número de concessionários com lotes pagos por saldo é 1.826 e os concessionários com lotes ainda não pagos é de 1.436. O número de *intrusos é de 4.873*, em lotes demarcados, e em terras a demarcar 5.000, aproximadamente. (Olkoski, 2002, p.76)

Em 1942, de acordo com a mesma fonte, o número de intrusos seria de 8 mil. Outra correspondência de 1947 afirma: "Nesta zona não existem terras devolutas propriamente ditas. Todas as glebas estão densamente intrusadas, em geral com mais de um morador para cada lote de 25 hectares em média" (Olkoski, 2002, p.78).

As vantagens oferecidas para os nacionais nessa área seguiram as mesmas propostas analisadas para o caso de Santa Rosa. Olkoski faz críticas aos projetos do estado, demonstrando mais uma vez a falência dos caboclos diante da colonização:

> Com o enxameamento de migrantes para o Médio Alto Uruguai, o espaço dos caboclos vai ser cada vez mais reduzido, sofrendo inclusive pressões diversas, por parte dos migrantes, o que fazia com que, muitas vezes, não suportando,vendia-a ao colono ou simplesmente a abandonava. Por outro lado, o Estado, mesmo fazendo promessas de protegê-los, na prática nada fazia. Portanto, perdendo a sua terra ou esta sendo reduzida a alguns hectares, os lavradores nacionais, na região, vão se tornar meeiros, trabalhar esporadicamente para algum migrante, emigrar para outras regiões ou viver em algumas encostas de rios da região. (2001, p.124)

RESISTÊNCIA CABOCLA

Os principais inimigos do caboclo numa perspectiva histórica da ocupação da terra tem sido o latifundiário pastoril, de um lado, e o processo de colonização e imigração das zonas da mata, de outro, uma vez que fechou os espaços costumeiramente utilizados por essa população.

A resistência que se observa na documentação histórica é difusa e complexa. Em relação aos estancieiros de gado, a correlação de forças tem sido nitidamente desfavorável ao lavrador nacional diante do poder representado por essa classe poderosa do Sul do Brasil, que organizava com facilidade um pequeno exército de milicianos com apoio do aparelho judiciário e policial do estado. As alternativas dos caboclos diante da colonização parecem ter sido essas:

a) Migrar e fugir para o mato: o principal movimento visível é a migração para as áreas distantes na fronteira agrícola, ainda que limitada pela resistência dos povos indígenas. Fugir para o mato tem sido uma característica da população subalterna do Brasil, tanto de caboclos como de escravos

africanos e indígenas, tornando o nomadismo uma prática histórica. Esse movimento implica adiar o confronto enquanto existem terras disponíveis no horizonte próximo.

A migração para as áreas inóspitas explica a existência ainda hoje de caboclos nas piores terras para agricultura, nas encostas de vales profundos dos rios do Norte do Rio Grande do Sul, onde a pressão dos colonizadores era menor.

Sobre mato como refúgio, Olkoski observou que:

> As revoluções de 1893 e 1923, no Rio Grande do Sul, contribuíram para a descoberta e exploração de novas áreas no Médio Alto Uruguai ... Com os dois movimentos revolucionários, muitos dos partidários do movimento de oposição, habitantes de Palmeira e arredores, fugiam para o norte que, sendo um espaço quase inabitado, intransitável e com densas matas, encontravam segurança. (2002, p.70)

b) Defender-se na justiça: as pesquisas recentes com base em processos judiciais e relatos de polícia indicam que à medida que a colonização avança em direção à fronteira agrícola, companhias de colonização, empresários particulares e o próprio estado procuram afastar os caboclos, que passam a ser acusados de intrusos. Diante dessa ameaça é comum ações na justiça como estratégia de resistências individuais ou de pequenos grupos, que reivindicam a posse da terra, mas nem sempre obtinham sucesso, considerando que os grupos dominantes controlam as forças policiais e jurídicas do estado. Essa estratégia tende a perder força à medida que a colonização avança para o Norte em pleno século XX, quando os direitos de posse com base na legislação anterior a 1850 tornam-se quase intangíveis. Mesmo após a Lei de Terras, os posseiros poderiam reivindicar a permanência na terra provando ocupação anterior a 1850, pagando para isso uma multa por não terem realizado o registro paroquial. Tal condição era muito difícil de provar no extremo Norte do estado, tradicional refúgio de caboclos, colonizado efetivamente nas décadas de 1930 e 1940.

c) Confronto direto com o Estado e com companhias de colonização: um dos exemplos mais representativos de confronto direto é o que ocorreu na década de 1920 quando os caboclos entram em conflito com a companhia colonizadora da Fazenda Sarandy, no Norte do estado, valendo-se do apoio de líderes da oposição política regional e chefes do movimento revolucionário de 1923. Rückert escreve com base nos relatos de Vencato:

> Os caboclos donos das terras da Fazenda Sarandy, por direito de uso e posse, vêem seus domínios, onde haviam construído seus ranchos, serem queimados e destruídos pelos gringos vindos de outros lugares. Assim, desalojados e despejados a ferro e afogo, tomam consciência das injustiças cometidas e, daí, ao ingresso nas fileiras dos revolucionários maragatos, que lhe dão apoio e guarida é apenas um passo, de vez que não lhes resta outra alternativa. (Rückert, 1997, p.131)

Nos confrontos, os caboclos atacaram uma turma encarregada da demarcação dos lotes para colonização, matando um agrimensor e um peão e ameaçaram invadir a Vila Sarandy. A represália do governo e da companhia de colonização foi violenta, mandando despejar a ferro e fogo os ocupantes dos lotes reivindicados pela empresa. Vencato relata que "o despejo era feito a tiros e os que não conseguiam fugir para as matas eram mortos e jogados no rio da Várzea" (apud Ardenghi, 2003, p.245).

O episódio da Colônia Sarandy foi descrito pelo historiador local Almedoro Vencato com base em depoimentos orais de testemunhas dos fatos. O parágrafo a seguir ilustra de forma sucinta as condições sociais e políticas do episódio e serve de referência para analisar os conflitos entre colonizadores e lavradores nacionais no Norte do estado:

> Sarandi passa a ser alvo da atenção dos maragatos, pois alem de ser reduto de muitos habitantes caboclos (intrusos da Fazenda dos castelhanos) aqui se processava uma colonização de elementos alienígenas que, para os caboclos, eram gringos, tidos (estes sim) como intrusos, indesejáveis, perturbadores do sossego e paz daquele meio que viviam os primitivos habitantes: criadores de gado, caçadores, mateiros, coletores de pinhão, fugitivos da justiça, negros libertos e outros tantos habitantes de arribação. (Vencato, p.99, apud Ardenghi, p.244)

Outro confronto direto, dessa vez com forças do governo, foi o movimento dos Monges Barbudos em 1938, com características messiânicas. O episódio violento teve seu ápice num massacre realizado durante uma comemoração religiosa de um grupo de caboclos no território do município de Soledade. Entre as explicações para o confronto destaca-se a preocupação com a propriedade e com a orientação dos monges contrária ao plantio de fumo, gerando conflito de interesses com os comerciantes da região. Ou seja, a recusa dos caboclos em se submeterem ao mercado através da produção de fumo parece ter sido um dos motivos do violento conflito. Detalhes do conflito podem ser lidos no artigo do professor Dejalma Cremonese, neste volume.

CONCLUSÕES

A ocupação das terras florestais no Rio Grande do Sul era uma alternativa histórica para os pequenos lavradores nacionais, os caboclos, que viam nelas uma chance para sobreviverem como camponeses e, em algumas áreas como extrativistas de erva-mate. As matas serviam de refúgio e sobrevivência aos homens livres que não se submetiam ao trabalho regular nas estâncias de gado e não tinham acesso às terras de campo nativo, próprias para a pecuária extensiva.

A política estatal de ocupação das terras florestais do Norte, sobretudo, foi feita na perspectiva de um olhar europeu com base numa idéia de

imigração e colonização européia como sinônimo de progresso e inovação tecnológica, tendo como contraponto a idéia de atraso e tradicionalismo dos agricultores nacionais.

O projeto de colonização com imigrantes europeus e seus descendentes deu origem a um processo de tentativa de eliminar um tipo de camponês, o camponês caboclo, submetendo-o ao mercado de trabalho assalariado ou sob formas arcaicas de relações de trabalho (agregados, meeiros, peões sem registro etc.). Outra proposta era a de transformá-lo num novo tipo de camponês, do tipo colono, fixando-o na terra e impedindo seu tradicional movimento de migração e ocupação das terras consideradas livres.

O projeto favorável ao camponês tipo colono se sustentou em interesses de companhias de colonização e do estado. Para as companhias de colonização colonizar significava realizar volumosos negócios imobiliários loteando terras adquiridas do estado ou de latifundiários, acumulando capital suficiente para desenvolver empresas comerciais e industriais. Para o estado, vender terras era uma forma de adquirir renda direta e indireta com a promoção do desenvolvimento comercial e industrial originado da expansão da população, da agricultura, do comércio e da indústria.

Os caboclos participaram ativamente da ocupação das fronteiras agrícolas do Sul do Brasil e estabeleciam relações com o mercado mediante a venda de erva-mate e de outros produtos da agricultura e do extrativismo. As práticas de cultivo dos caboclos baseadas em sistemas de rotação de terras foi em grande parte adotada pelos colonos no início da colonização, aproveitando a fertilidade natural do solo. Sendo assim a diferença étnica que atribui qualidades negativas para o caboclo e positivas para o colono branco europeu perde o sentido. A diferença está no papel distinto esperado pelos grupos dominantes do Estado para cada um dos grupos. Ao caboclo estava reservado um papel secundário na ocupação das terras: o de trabalhador disponível como mão-de-obra barata, enquanto do colono se esperava uma inserção numa rede de comércio de terras e de produtos agrícolas permitindo o acúmulo de capital nas mãos de empresários. No processo final da colonização, a resistência dos caboclos conduziu o governo à proposta de transformá-los em colonos, pela imposição de um estilo de vida completamente diferente em sua relação com a terra e ao modo de viver. Essa proposta fracassou e a responsabilidade foi atribuída aos próprios caboclos que por sua concepção de mundo não souberam imitar os colonos europeus.

Ultrapassando os limites dos documentos analisados neste capítulo, essa proposta parece orientar governos recentes e empresários em outras áreas do país, onde as práticas tradicionais camponesas são condenadas e pressionadas para dar lugar a projetos de colonização com bases em grandes propriedades com aporte de capitais e novas tecnologias, não importando o resultado para as populações atingidas.

BIBLIOGRAFIA CITADA E REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Jornais e periódicos

Correio Serrano, Ijuí. (Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana)
Aurora da Serra, Cruz Alta. (Acervo do colégio Santíssima Trindade)

Documentos

Projeto de emancipação de Horizontina. Assembléia Legislativa do RS. Projeto de Lei n. 409/54.

Folheto da Cia. Dahne e Conceição, com mapa das terras. Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí (Pasta 182/17).

Relatório da Comissão de Terras e Colonização. *Obras públicas*. Relatório do governo do estado apresentado pelo doutor Ildefonso Soares Pinto, secretário das obras públicas. Porto Alegre, 1917.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANNUÁRIO Estatístico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Secretaria do Interior, 1921.

ARDENGHI, L. G. *Caboclos, ervateiros e coronéis. Luta e resistência no Norte do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: UPF, 2003.

CARDOSO, C. F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CASSOL, E. *Carlos Torres Gonçalves*: vida, obra, significado. Erechim: São Cristóvão, 2003.

CHRISTENSEN, T. N. de S. *História do Rio Grande do Sul em suas origens missioneiras*. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 2001.

COUTY, L. *O Brasil em 1884*. Esboços Sociológicos. Brasília e Rio de Janeiro: Senado Federal/Casa de Rui Barbosa, MEC, 1984.

FAULHABERSTIFTUNG. *Neu Wurtemberg*: eine siedlung deustcher in Rio Grande do Sul. Brasilien. Stuttgart: Ausland und Heimat Verlags, 1933.

FAUSEL, E. De Elsenau a Panambi – Desenvolvimento da colônia Neu Württemberg, fundada pelo Dr. Harmann Meyer. *Cinqüentenário de Panambi*. S/ed., 1949. (No acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana).

GEHLEN, I. *Identidade estigmatizada e cidadania excluída*: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo A. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997.

GEHLEN, I. *Terres de Lutte et Luttes Pour la Terre*. Nanterre, 1991. Tese (Doutorado) – Universite Paris X.

GOMES, A. de M. *Fundação e Evolução das Estâncias Serranas*. Cruz Alta: A. Dal Forno Editor, 1966.

LOBATO, M. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1950.

MARCON, T. *Memória e cultura*: modos de vida dos caboclos de Goi-En. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História da PUC-SP.

MARTINS, J. de S. *Capitalismo e tradicionalismo*. São Paulo: Pioneira, 1975.

NAXARA, M. R. C. *Estrangeiros em sua própria terra. Representações do brasileiro 1870/1920*. São Paulo: Annablume, 1998

NEUMANN, R. *Uma Alemanha em miniatura*: o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2009. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História da PUC-RS.

OLKOSKI, W. *História agrária do médio alto Uruguai – RS*: colonização, reapossamento das terras e exclusão. 1900-1970. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, 2002.

PEIXOTO, J. T. *Panambi*: história da formação social de uma comunidade de imigrantes no Noroeste gaúcho. Londrina, 2003. Dissertação (Mestrado) – Curso de História da Universidade Estadual de Londrina.

PELLANDA, E. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1925.

PERES, S. *Os intrusos*: a discriminação contra os colonos nacionais no Rio Grande do Sul da república velha. III Encontro de História. ANPUH. Porto Alegre, 1996. (mimeo.)

PESAVENTO, S. J. *RS*: agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

RAMBO, B. A imigração alemã. In: BECKER, K. (Org.). *Enciclopédia Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1968. v.I.

RHEINGANTZ. C. G. *Colônia de S. Lourenço. Breve histórico de sua fundação por Jacob Rheingantz*. Rio Grande: Americana, 1907.

ROCHE, J. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 2v.

RÜCKERT, A. *A trajetória da terra. Ocupação e colonização do centro-norte do Rio Grande do Sul. 1827–1931*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

SCHALLEMBERGER, E.; HARTMANN, H. *Novas terras, novos rumos*. Santa Rosa: Barcelos, 1981.

SILVA, M. A. B. da. *Por uma lógica camponesa*: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900. Rio Grande do Sul, 2003. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977.

UFLACKER, H. Aurora da Serra. *Revista do clube literário Aurora da Serra*. Cruz Alta, dez. 1884.

VENCATO, A. *Sarandi*: um recanto histórico do Rio Grande do Sul. Sarandi: A Região, 1994.

WAIBEL, L. *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZARTH, P. A. *História agrária do planalto gaúcho*. 1850/1920. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 1997.

______. *Do arcaico ao moderno*: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: UNIJUÍ Editora, 2002.

11
Ligas Camponesas: história de uma luta (des)conhecida

Márcia Motta e Carlos Leandro da Silva Esteves

A existência de uma das mais importantes formas organizativas de trabalhadores rurais no Brasil – as chamadas Ligas Camponesas, entre 1954 e fim de 1964 – surpreende até nossos dias. A da Galiléia, em Pernambuco, do início da década de 1950, já foi contada, cantada e analisada sob diversos ângulos, perspectivas e enfoques por numerosos trabalhos, acadêmicos ou não, realizados por historiadores, sociólogos, antropólogos, jornalistas e militantes. Entre tantas abordagens, destaca-se em primeiro lugar o trabalho de Francisco Julião, *Que são as Ligas Camponesas,* escrito em 1962. São dignos de registro ainda os estudos de Bernadete Auede, *A vitória dos vencidos,* o de Fernando Azevedo, *As Ligas Camponesas* e, mais recentemente, o instigante enfoque do texto de Maria do Socorro Rangel, *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas.*[1]

Ainda que cada tentativa de retomar o tema das Ligas tenha-se proposto a vislumbrar aspectos até então encobertos, viabilizada e motivada pela formulação de novos questionamentos (o que se deve, em grande medida, a descobertas de novas fontes que se somam às já existentes), é inegável que um ponto em comum une a totalidade dos estudos já realizados: a im-

[1] AUED, B. W. *A vitória dos vencidos*: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986. AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. JULIÃO, F. *Que são as Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. MORAES, C. dos S. *História das Ligas Camponesas do Brasil.* Brasília: Iattermund, 1997. PAGE, J. A. *A revolução que nunca houve*: O Nordeste do Brasil, 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972. RANGEL, M. do S. *Medo da morte e esperança de vida*: uma história das Ligas Camponesas. Campinas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.

possibilidade de reconstruir a conjuntura brasileira do pré-64, com todos os seus embates e projetos em disputa, em especial no que se refere às lutas em torno da reforma agrária, sem deixar de reconhecer um lugar de liderança política conquistado pelas Ligas Camponesas naquele momento. Poderíamos acrescentar ainda o papel atribuído às Ligas de precursora dos modernos movimentos sociais rurais brasileiros surgidos a partir da década de 1980, notadamente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que não por acaso reivindica tal filiação. A consideração do MST como "herdeiro natural" das Ligas Camponesas é feita pelo próprio movimento por meio de entrevistas de suas lideranças. Recentemente João Pedro Stédile, uma das lideranças do MST com maior projeção nacional, em texto introdutório a uma coletânea de escritos sobre as Ligas Camponesas, reiterou essa visão.[2]

As Ligas Camponesas, como foram denominadas e seriam nacionalmente conhecidas, surgiram no ano de 1954, em Pernambuco, em razão do conflito ocorrido no Engenho da Galiléia, localizado no município de Vitória de Santo Antão. Galiléia era em princípios da década de 1950 uma propriedade rural cuja exploração se dava pelo sistema de arrendamento, onde o valor do aluguel das parcelas de terra era em muito superior às possibilidades de pagamento dos arrendatários. As tentativas para rediscutir o valor das rendas e evitar a expulsão de camponeses em débito fracassaram. A busca de melhoria de suas condições de vida levou um pequeno grupo de foreiros a formar uma associação – Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco (SAPPP). Como sociedade civil de cunho beneficente, a associação objetivava criar principalmente um fundo funerário para o pagamento do enterro de seus associados e fundar uma escola.

O grupo fundador havia feito um convite ao proprietário do Galiléia, o fazendeiro Oscar Beltrão, para que se tornasse presidente de honra da liga. No entanto, o convite não foi suficiente para dissipar a desconfiança dos fazendeiros e o proprietário do Galiléia procurou interditar a associação contando para tanto com o apoio de outros fazendeiros e donos de engenho próximos. A intimidação, com a presença de destacamentos militares, tornou-se a regra. Pressionados, os camponeses foram ao encontro de forças políticas progressistas da capital, com vistas a trazer a público a repressão a que estavam sendo submetidos os foreiros do Galiléia. Nasceria dessas idas e vindas à capital e dos contatos com políticos e personalidades que se propuseram a apoiar os camponeses do Galiléia o embrião das futuras Ligas Camponesas do Brasil.

A organização de trabalhadores rurais em ligas não se constituía, entretanto, uma novidade. As primeiras ligas camponesas surgiram na década de 1940. Constituídas pelo PCB, representavam naquele período um esforço

[2] Cf.: STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária brasileira*: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v.4.

dos comunistas na tentativa de ampliar suas bases políticas, cujo objetivo primordial era o de fundamentar a aliança operário-camponesa para fazer face ao latifúndio e ao imperialismo de acordo com a visão de revolução encampada pelo partido. Impossibilitados por obstáculos existentes no âmbito jurídico, que lançava mão de numerosos artifícios para impedir a sindicalização do trabalhador rural, ainda que não fosse legalmente proibida, a saída para os militantes do PCB foi promover no campo formas organizativas de cunho associativista, constituídas aproveitando brechas legais existentes no Código Civil, cuja legislação permitia a criação de associações rurais desde que não ficasse evidente que se tratava de organizações de trabalhadores com fins sindicais.

Entre 1945 e 1947, no breve período em que o PCB atuou nos marcos da legalidade vigente, foram criadas várias ligas camponesas por todo o Brasil. Constituídas a princípio tendo como foco o assalariamento rural nas diversas regiões do país, os comunistas logo ampliariam suas ações visando a mobilizar posseiros, arrendatários e trabalhadores rurais diante da progressiva percepção da importância de organização das ligas em bases camponesas. Tal fato daria um novo perfil a um movimento que demonstrava o papel que deveriam vir a desempenhar os camponeses no projeto comunista, cuja estratégia residia na aliança que pressupunha a subordinação destes aos operários da cidade. Com o partido posto na ilegalidade a partir de 1947, o processo de constituição de Ligas nos moldes concebidos pelos comunistas conheceria significativo declínio, ainda que tenham surgido em alguns locais tentativas de organização e mobilização nos limites da clandestinidade.

É muito comum encontrarmos na bibliografia especializada autores que traçam uma filiação entre as Ligas Camponesas, que surgiriam em Pernambuco na década de 1950, e aquelas organizadas pelo PCB na década anterior. Entendidas as "novas" Ligas Camponesas como um "ressurgimento" das ligas do PCB, seus traços de continuidade residiriam não apenas na maneira como ficaram conhecidas, por meio da própria denominação Ligas Camponesas, como pela atuação de importantes militantes que acumulavam a experiência de ter atuado na constituição de ligas na década de 1940 e que estiveram presentes na constituição da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco. Segundo Rangel, a denominação Ligas Camponesas para as organizações que surgiram a partir da SAPPP foi dada por latifundiários locais com o intuito de identificá-las às ligas camponesas comunistas da década anterior e que naquele momento já haviam desaparecido. Ainda segundo a autora: "cristalizado na historiografia como o propositor das Ligas Camponesas, o PCB é sempre o ponto de partida, a origem, o lugar de gênese, mesmo para aqueles que explicaram as Ligas a partir da atuação de Julião".[3]

[3] RANGEL, op. cit.

Clodomir de Moraes, ele próprio um dos organizadores das Ligas Camponesas em Pernambuco na década de 1950, em trabalho de 1969, chama a atenção para esse aspecto ao dar destaque à figura de José dos Prazeres.[4] Militante comunista entre as décadas de 1920 e 1940, Prazeres foi um dos principais articuladores em Pernambuco do trabalho dirigido pelo PCB na criação de suas Ligas, posição que continuaria exercendo mesmo não estando mais nas fileiras do partido. Dessa forma, destaca-se na mobilização para a criação da Liga Camponesa de Iputinga, em meados da década de 1940. José dos Prazeres desempenharia papel de suma importância, já em princípios dos anos 1950, na articulação para a mobilização que conduziria à fundação da Sociedade de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco, além de trabalhar intensamente na capital pelo apoio político de importantes personalidades sensibilizadas com a luta dos trabalhadores rurais do Galiléia. É a partir desses contatos realizados por Prazeres na capital que entra para a história das Ligas Camponesas um personagem cuja trajetória passa a confundir-se com a própria construção do imaginário acerca das lutas camponesas no Nordeste e no Brasil: Francisco Julião de Paula.

Francisco Julião fazia parte de início de um grupo de políticos e profissionais liberais que se constitui com vistas a oferecer respaldo legal à organização dos camponeses em Pernambuco. Tal grupo comporia mais tarde o Conselho Regional das Ligas, órgão responsável por amplo trabalho de arregimentação e defesa dos camponeses em nível estadual. Advogado e deputado pelo PSB, Julião logo seria escolhido presidente de honra das Ligas por sua projeção e empenho na defesa dos trabalhadores rurais, fato que se explicitava não apenas nas lutas travadas nos tribunais, como na costumeira disponibilidade com que recebia os trabalhadores rurais em sua casa e a conduta que demonstrava em relação a todos aqueles que recorriam à sua intervenção.

Ao analisar os escritos produzidos por Julião ao longo do período de atuação nas Ligas, Rangel chama a atenção para a "pedagogia" desenvolvida pelo advogado socialista com o intuito de "conquistar" o camponês para o projeto das Ligas. Segundo a historiadora, o método de Julião requeria primordialmente "paciência" e "obstinação", como parte de um processo pedagógico que estaria dividido em três momentos: 1) a participação no "mundo do camponês", o que significava que a tarefa de aproximação visando à arregimentação dos trabalhadores rurais para as Ligas deveria ser realizada nos "espaços de sociabilidade" desses trabalhadores; 2) a abordagem, a comunicação estabelecida deveriam ser feitas em "linguagem singela", tendo consciência dos altíssimos níveis de analfabetismo no campo, o que implicava a necessidade de se estabelecer um discurso repleto de metáforas que aludiam ao próprio "mundo camponês" ao qual estavam

[4] MORAES, op. cit., p.18.

acostumados; e, finalmente, 3) a conquista do camponês para a luta. Esse momento, no dizer de Rangel, seria o "mais profundo e mais pretensioso", posto que contava com a definitiva politização do camponês, convertido agora em sujeito preparado para as lutas que abarcariam espaços de atuação cada vez mais amplos.[5]

Na *Carta de alforria do camponês*, escrito de 1961, Julião assim se dirigia aos camponeses enfatizando a importância da união e apontando os "caminhos" a serem seguidos:

> Tu és com os teus irmãos quase todo o Brasil. És tu quem mata a nossa fome. E morre de fome. És tu quem nos veste. E vive de tanga. Dás o soldado para defender a Pátria. E a Pátria te esquece. Dás o capanga para o latifúndio. E o capanga te esmaga. Dás a esmola para a igreja. E a igreja te pede resignação em nome de Cristo. ... Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adiante a viagem se tu fores sozinho. Convida seu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa, ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. São muitos os caminhos por onde poderás viajar com os teus irmãos. ... Eu te explicarei tudo isso trocando em miudinho. Tenho a esperança de acender uma luz no teu espírito. De espantar o morcego que mora dentro dele chupando a tua coragem. Esse morcego é o medo. Acesa a luz que espanta o medo, essa luz, amanhã, crescerá como uma fogueira. E depois como um incêndio.[6]

Escrito em linguagem simples, o documento tinha um objetivo: ser lido *pelos* camponeses. Além disso, em razão do elevado índice de analfabetismo no campo, ele havia sido produzido também para sido lido *para* os camponeses. Manifestava-se a força do texto e a eficácia de sua mensagem, pois a forma como foi elaborado pressupunha um enunciador que fala diretamente com esse camponês, utilizando, mediante frases curtas e em tom de sentença, imagens de seu cotidiano, referências a espaços sociais de convivência e, sobretudo, signos que compõem o repertório prático e simbólico de seu "mundo camponês".

Em *O ABC do camponês*, após iniciar conclamando todos os camponeses a se unirem como condição primeira da conquista da liberdade e da terra, Julião "ensinava":

> Que é a reforma agrária? A reforma agrária é o direito à terra para o camponês trabalhar. É a luta contra o latifúndio. É a criação da média e da pequena propriedade. É a escola para o camponês aprender. É o remédio para o camponês se curar. É a

---

[5] RANGEL, op. cit., p.105-6.

[6] JULIÃO, F. *Que são as Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962, p.69 e 71.

> água para o camponês beber. É a semente para o camponês plantar. É o adubo para dar boa safra. É o arado contra a enxada. É o agrônomo indo ensinar o camponês a cultivar a terra. E a defendê-la de erosão. É o fim da seca do Nordeste. É a luta contra o travessão que acabou com a ação do bode e do carneiro. É a faixa verde m torno das cidades e à beira das estradas de ferro e rodagem. É o dinheiro emprestado em longo prazo. E a juros de 6% ao ano. É o transporte barato para a feira. É o salário justo contra a exploração. É a liberdade contra a escravidão.[7]

Ainda que não se deva atribuir exclusividade à estratégia pedagógica concebida por Julião no processo de expansão das Ligas Camponesas, é inegável que mesmo de maneira parcial ela parece ter contribuído significativamente para tal êxito, posto que o crescimento atingiu quase todos os estados da União entre meados dos anos 1950 e 1960. Estima-se que em 1963, em 18 das 22 unidades federativas estavam presentes várias Ligas, sendo que Pernambuco, com 64, era o estado com o maior número de Ligas organizadas, de um total de 218 pelo país.[8]

No campo jurídico, Francisco Julião atuou como representante legal das Ligas, de início na defesa dos interesses dos foreiros do Engenho Galiléia, e posteriormente assumindo a tarefa de representar as Ligas Camponesas em nível nacional. Como deputado, costumava utilizar-se da Tribuna da Assembléia Legislativa para trazer à luz as arbitrariedades a que eram submetidos os pobres do campo. No âmbito judiciário, Julião instaurou um processo apoiado na lei dos locatários. Apresentou ainda no Congresso um projeto de desapropriação das terras do engenho.

Aos poucos, num intenso processo de ampliação de suas bases, as Ligas ganham as ruas, sensibilizando a opinião pública e desnudando as reais condições de vida dos pobres do campo. Em 4 de maio de 1958, o SAPPP promove a Marcha da Fome, reunindo "centenas de camponeses e trabalhadores rurais, que denunciam em carta aberta ao governador a situação de extrema miséria e as violências a que estavam submetidos no campo.[9] Em maio, no primeiro Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores, sob a presidência de Julião, estiveram presentes – segundo a estimativa da imprensa – nada menos do que 5 a 6 mil delegados![10]

A realização do I Congresso Camponês de Pernambuco, ocorrido em Recife em 1959, consolida a estrutura orgânica das Ligas, ampliando sua ligação com as camadas populares. Foi ainda nesse congresso que ocorreu a primeira grande manifestação de massa em apoio à luta dos foreiros do

---

[7] Idem, O ABC das Ligas Camponesas. In: STÉDILE, J. P. (Org.). Op. cit., p.94.

[8] Os números estão em AUED, op. cit., p.62. Trata-se de números que devem ser aproximativos. A autora chama atenção para a cautela em relação aos números citados em função da fonte de pesquisa ser do Exército.

[9] AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.70.

[10] Ibidem.

Galiléia. Nesse ínterim, a oposição contra o governo estadual formalizou-se pela formação de uma frente única, que, uma vez vitoriosa, permitiu, segundo Azevedo, o estabelecimento de um governo mais democrático e favorável à ação das organizações populares. Foi ao longo desse período que as Ligas puderam enfim expressar-se como movimento social de base rural. Para os setores mais progressistas, era importante pôr um ponto final nas questões referentes ao Engenho da Galiléia, uma vez que o que ali ocorria adquiria uma dimensão nacional, simbolizando a situação dos camponeses de Pernambuco, em particular, e dos camponeses em geral.

Em 1959, o suplente de Francisco Julião, o deputado Carlos Luiz de Andrade, apresentou um novo projeto de desapropriação, baseando-se no artigo da Constituição que assegurava a desapropriação, por interesse social, mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Esse momento pode ser considerado um verdadeiro marco na trajetória das Ligas Camponesas. Rangel, por exemplo, considera o ano de 1959 o momento inaugural de sua reflexão, ao contrário da historiografia anterior que parte ou de 1945, quando da criação das primeiras ligas pelo PCB, ou de 1955, com a fundação da Liga Camponesa da Galiléia. Segundo a historiadora,

> 1959 é o ano da desapropriação do Engenho da Galiléia com tudo o que isso significou: entusiasmo dos camponeses que no Recife desfilavam vitoriosos pelas ruas e assim incentivavam a criação de muitas outras Ligas Camponesas no Nordeste; o recrudescimento da violência cotidiana dos donos de terra que, assustados, tentavam conter essa "explosão"; debates acirrados nos jornais; emergência de Francisco Julião como líder que anunciava sua intenção de espalhar as Ligas por todo o Brasil e era por isso visto como uma esperança e na mesma medida como um perigo.[11]

De fato, a desapropriação do Galiléia foi manchete de jornais de várias capitais do país, demonstrando a importância então adquirida por aquela Liga. Para os setores mais conservadores, a decisão judicial teve como efeito a propagação de um movimento subversivo e o desrespeito à propriedade particular. Temia-se a ampliação da experiência para outros estados tendo em vista que na maior parte deles organizações de trabalhadores rurais travavam lutas intensas reivindicando a posse da terra, o que poderia desencadear uma avalanche de desapropriações por todo o país. Em 18 de fevereiro de 1960 o jornal *O Estado de S.Paulo* registrou em editorial suas impressões, num artigo intitulado, "Demagogia e extremismo":

> Ao criticarmos, não faz ainda muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho da Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade distribuí-la aos empregados daquela empresa, prevíamos o que disso poderia resultar.[12]

[11] RANGEL, op. cit, p.24.
[12] Ibidem, p.71.

E continuava:

> o movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades, com invasão de oficinas, com o apossamento violento de fábricas, com assaltos a casas de residências, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o governo pernambucano incendiou, foi a revolução.[13]

Para além do tom apocalíptico anteriormente sinalizado por Fernando Azevedo, o jornal operava com as confusões concernentes ao direito da propriedade para confundir o leitor. Ao optar por não explicitar as normas legais que asseguraram a desapropriação, o jornal transformava a ação do governo de Pernambuco num ato de desrespeito. Além disso, e mais uma vez, a imprensa consagrava a noção de que os pobres do campo são invasores e de que a propagação do movimento de invasão se espalharia para propriedades urbanas, desconsiderando propositadamente os princípios do bem-estar social expressos claramente na Constituição de 1946, em seu artigo 147. Se, a bem da verdade, não havia sido registrada a noção de função social da propriedade, a Carta Magna já criara algum limite à ocupação sem constrangimento dos grandes potentados rurais.

Para os camponeses, o ocorrido no Engenho da Galiléia tornou-se o primeiro passo para a realização do sonho da reforma agrária em várias "galiléias" do país. No entanto, o ardil constitucional que impunha que a desapropriação só podia ocorrer mediante indenização em dinheiro tornava inviável na prática a generalização da decisão judicial encontrada para o caso do citado engenho. Além disso, a desapropriação não representou a concessão dos lotes aos camponeses que ali habitavam. No bojo da desapropriação, foram colocadas em pauta questões referentes a uma política de reforma agrária. Entendem-se assim porque os lotes do antigo engenho foram entregues à Companhia de Revenda e Colonização, cuja função era organizar a distribuição de terras e a exploração agrícola. Os critérios de dotação de lotes seguiram normas estranhas ao mundo rural e os esforços para realocar os camponeses do Galiléia em outras áreas objetivavam não a concretização de uma política de reforma agrária, e sim a desmobilização do movimento.

O protagonismo assumido pela atuação de Francisco Julião nas Ligas Camponesas criaria uma vertente no interior do movimento camponês, fato que levaria, senão a uma completa cisão, ao menos a um acirramento entre as linhas de atuação nas Ligas. Essa divergência se tornou evidente quando da delimitação no seio das Ligas entre as linhas de atuação "julianistas" e aquelas traçadas pelos comunistas. Em termos gerais, os primeiros alinhavam-se às teses de reforma agrária radical, "na lei ou na marra", en-

[13] Ibidem.

quanto os últimos seguiam a orientação sindical do PCB. A nosso ver não se pode, entretanto, absolutizar a oposição entre as Ligas Camponesas e a atuação do PCB no nível de posições inconciliáveis. O conflito entre visões distintas, tanto no interior das Ligas quanto entre estas e a linha oficial do PCB, dependeram da região e dos embates ali travados. Se a oposição era mais exacerbada em Pernambuco, por exemplo, na Paraíba a questão foi mais complexa. Com base em sua pesquisa sobre a trajetória de João Pedro Teixeira, Rangel revela que o líder da Liga Camponesa de Sapé foi influenciado tanto pelos escritos de Julião quanto pelo PCB, partido no qual militava, o que permite a autora trabalhar com a hipótese de que a experiência das Ligas Camponesas só foi possível por ter havido uma "confluência de projetos, de vários e sistemáticos empreendimentos".[14]

No início a estratégia usada pelas Ligas no processo de luta pela terra convergia para a tentativa de equacionamento legal das disputas, compreendidas como embates que deveriam ser prioritariamente travados no âmbito jurídico. Nesse primeiro momento predominavam ações que demandavam a defesa dos interesses dos camponeses contra os desmandos tradicionais dos latifundiários e seus capangas, objetivando o despertar de uma justiça para o campo que pudesse não só mobilizar os camponeses, como arregimentar um grande arco de alianças de setores urbanos progressistas para o cumprimento da lei. Nas palavras de Bernardete Aued, "as armas eram jurídicas; a violência, privilégio do proprietário, só deveria ser usada pelo camponês como último recurso: a justiça era o caminho".[15]

A despeito de conquistas obtidas no âmbito institucional e do fato de que tal estratégia nunca esteve divorciada das ações das Ligas, o que afasta qualquer visão de processo linear que atribua "momentos" de menor ou maior politização, esse caminho, entretanto, mostrar-se-ia a curto prazo pouco eficaz mediante o crescente terreno conquistado pelo discurso da reforma agrária radical, proposta que trazia em seu bojo uma reforma da estrutura agrária que deveria ser realizada já. Diante da impossibilidade concreta de obtenção de vitórias significativas no campo jurídico, passaram a ganhar cada vez mais espaço, como estratégia de atuação de amplos setores das Ligas Camponesas, mobilizações que levavam a intervenções que vislumbravam que uma reforma agrária somente seria realizada no Brasil se estivesse aliada a um projeto de revolução camponesa, concebido sobretudo tendo como referencial o modelo desencadeado pelos cubanos. Delineava-se já no início da década de 1960 a luta armada como caminho a ser seguido, o que em grande medida se devia à influência da Revolução Cubana nas pregações de Julião e no seio dos "julianistas", tanto entre aqueles que seguiam mais de perto sua principal liderança quanto setores mais

[14] Ibidem, p.335

[15] AUED, op. cit., p.57.

à esquerda, formados por grupos de comunistas que não seguiam a linha política oficial do PCB. No entanto, apesar de ganhar corpo um esquema guerrilheiro como setor clandestino de atuação militar em seu interior, a guerrilha camponesa das Ligas não obteve significativo apoio capaz de convertê-la em realidade para além de tentativas esparsas de constituição de campos de treinamento em alguns estados.

A opção pelo caminho da reforma agrária radical proposta pelos setores "julianistas" das Ligas acirraram tanto no campo teórico quanto na prática as divergências em relação às estratégias do Partido Comunista. A ênfase do PCB em constituir associações rurais sob seu controle, na defesa primordialmente da sindicalização e de melhores condições de trabalho, contrariava os interesses das Ligas, adeptas, como vimos, de uma reforma agrária radical. Em 1960, a decisão do V Congresso do Partido representou uma derrota para os militantes comunistas ligados às Ligas. Esses viam no campesinato a principal força revolucionária do movimento social do campo e condenavam a estratégia do Partido de defender uma reforma agrária que deveria ser limitada a terras dos estados e de grandes propriedades incultas. A luta contra o imperialismo tornou-se então a principal bandeira do PCB, secundarizando o embate contra o latifundiário.

O PCB atuava no campo, nesse período, sobretudo por intermédio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. Criada em 1955, a Ultab pretendeu desde o início organizar trabalhadores rurais em vários estados do país com vistas a expandir organizações e sindicatos rurais sob direto controle dos comunistas. Aliás, essa foi uma das principais características da Ultab desde sua criação: o rígido centralismo imposto pelo Comitê Central do PCB subordinava as ações da organização à tutela do partido. Faziam parte dos quadros da Ultab importantes líderes comunistas, como Lindolfo Silva, Nestor Veras, Geraldo Tibúrcio, além de lideranças camponesas de projeção nacional, como José Porfírio de Souza, em Goiás, e Jofre Correia, em São Paulo.

A atuação da Ultab divergiu em vários aspectos dos pressupostos concebidos pelas Ligas Camponesas, o que não impediu que ambas as organizações mantivessem relações próximas ao longo do período em que coexistiram. Apesar de jamais ter-se filiado à Ultab, como fizeram muitas associações de trabalhadores rurais e sindicatos por todo o país, as Ligas Camponesas estiveram presentes em diversos eventos promovidos pelos comunistas. Foi assim no próprio congresso de fundação dessa entidade, o I Congresso de Trabalhadores Agrícolas do Paraná, em 1959, e o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, em 1961.

Momento ápice da divergência entre a estratégia das Ligas e a linha de intervenção no campo delineada pelo PCB surgiu por ocasião do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte, em novembro de 1961. Convocado e organizado pela Ultab,

reuniram-se em Belo Horizonte após a realização de várias conferências em nível estadual, cerca de 1.600 delegados eleitos em treze conferências, dos quais pouco mais de oitocentos eram camponeses, divididos entre pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros, foreiros e assalariados, representados ainda por delegados da Ultab, das Ligas Camponesas, cerca de 215, e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), que atuava no Rio Grande do Sul sob inspiração do governador Leonel Brizola.[16]

O Congresso foi divido em comissões técnicas organizadas segundo prévia seleção de temas para os quais foram escolhidos delegados responsáveis pelas discussões e elaboração de um documento final. Entre os temas escolhidos para fazer parte do *Temário* do encontro estavam aqueles que diziam respeito às formas de propriedade e uso da terra; medidas para a execução da reforma agrária; discussões sobre arrendamento e parceria; auxílio ao cultivo dos trabalhadores; legislação sobre assalariados e semi-assalariados rurais; formas de organização das massas rurais.

O Congresso realizou-se num momento de intensos debates acerca das reformas de base, em particular da reforma agrária. As bases sociais rurais e suas organizações em nível regional e nacional vislumbravam a possibilidade de colocar definitivamente a reforma agrária como tema a ser resolvido no plano institucional. Um dos objetos de mais intensa disputa residia na mudança do parágrafo 16 do art. 141 da Constituição, que previa a desapropriação de terras por interesse social mediante indenização prévia e em dinheiro, o que acabava inviabilizando qualquer tentativa por parte dos setores progressistas e populares de atacar frontalmente e por vias pacíficas a estrutura agrária.

O tema da mudança constitucional era ponto convergente entre os delegados presentes em Belo Horizonte, e não seria, portanto, motivo de divergência durante o Congresso. O centro de maiores embates entre representantes "julianistas" das Ligas Camponesas e os comunistas organizados na Ultab esteve na II Comissão do Congresso, encarregada de discutir a "reforma agrária". Essa comissão, da qual fizeram parte Francisco Julião e vários dirigentes pecebistas, como Alberto Passos Guimarães, Armênio Guedes, Dinarco Reis e Nestor Vera, tornou-se o espaço de onde repercutiriam as maiores disputas do encontro, sendo responsável pela redação da conhecida "Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil", ou simplesmente *Declaração de Belo Horizonte*, como ficaria conhecido o documento. Um dos tantos pontos de discórdia residia nas teses de arrendamento e contrato de parceria, bem como da política salarial para o campo, defendidas pela Ultab como essenciais para a conquista de reivindicações imediatas dos camponeses. Opondo-se veementemente

[16] Os números estão em CARVALHO COSTA, L. F. *Sindicalismo rural brasileiro em construção.* Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996, p.71.

ao próprio caráter da discussão, posto que contrariava a orientação geral do Congresso baseado na reforma agrária radical, os delegados das Ligas Camponesas propunham a extinção, mediante lei do Congresso Nacional, de todas as fórmulas de arrendamento ou de parceria, o que pressupunha a anulação dos contratos existentes e a conseqüente distribuição das terras arrendadas aos arrendatários.

Expressando significativa vitória das teses das Ligas, os "julianistas" não só conseguiram imprimir a consigna da reforma agrária radical como orientação que deu o tom político ao Congresso, como também obtiveram vitórias estratégicas nos numerosos embates com os comunistas. Demarcando claramente o terreno a partir do qual contava desencadear ampla mobilização social pela reforma agrária, a Declaração aprovada no Congresso assim expressaria o posicionamento vitorioso no embate entre as Ligas e a Ultab:

> As massas camponesas oprimidas e exploradas de nosso país, reunidas em seu I Congresso Nacional, vêm, por meio desta declaração, manifestar a sua decisão inabalável de lutar por uma reforma agrária radical. Uma tal reforma nada tem a ver com medidas paliativas propostas pelas forças retrógradas da nação, cujo objetivo é adiar por mais algum tempo a liquidação da propriedade fundiária. A bandeira da reforma agrária radical é a única bandeira capaz de unir e organizar as forças nacionais que desejam o bem-estar e a felicidade das massas trabalhadoras rurais e o progresso do Brasil.[17]

Confrontando as posições pecebistas de mudança gradativa através de medidas parlamentares e de acumulação de forças mediante ampla disseminação da sindicalização dos trabalhadores rurais, a principal solução aprovada no Congresso e que explicitava a hegemonia dos setores "julianistas" entre os camponeses presentes no encontro se referia à emergência na transformação da estrutura agrária baseada no latifúndio, maneira verdadeiramente eficaz de combater o monopólio da terra no Brasil, tese que consagraria a *luta pela terra* como o único caminho viável de luta das massas rurais e definia o agrarismo campesinista das Ligas Camponesas como projeto de intervenção política no campo:

> Com a finalidade de realizar a reforma agrária que efetivamente interessa ao povo e às massas trabalhadoras do campo, julgamos indispensável e urgente dar solução às seguintes questões:
>
> a) Radical transformação da atual estrutura agrária do país, com a liquidação do monopólio da propriedade da terra exercido pelos latifundiários, principalmente com a desapropriação, pelo governo federal, dos latifúndios, substituindo-se a propriedade monopolista da terra pela propriedade camponesa, em forma individual ou associada, e a propriedade estatal.

[17] Declaração do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. In: STÉDILE, op. cit., p.73.

b) Máximo acesso à posse e ao uso da terra pelos que nela desejam trabalhar, à base da venda, usufruto ou aluguel, a preços módicos, das terras desapropriadas aos latifundiários e da distribuição gratuita das terras devolutas.[18]

Tais propostas, divulgadas na Declaração como resultado de consenso entre as correntes em disputa no interior do Congresso, evidenciavam, por um lado, o caminho radical da reforma agrária defendido pela maioria dos trabalhadores rurais presentes, numa demonstração de que as Ligas estavam sintonizadas com os anseios de parte significativa das massas rurais que vislumbravam uma reforma agrária distributivista e contrária à manutenção da estrutura monopolista da terra, e, por outro, as Ligas eram colocadas em previsível choque com amplos setores de esquerda e de organizações rurais que, mesmo favoráveis a uma reforma agrária de cunho campesinista, concebiam-na como um processo gradual de conquistas parciais, segundo interpretações a respeito das reais e mais imediatas necessidades dos trabalhadores rurais.

A vitória de João Goulart em 1961 significou, para muitos, a possibilidade da realização da reforma agrária. Iniciativas como a criação da Supra e seu "decreto" de março de 1964, que versava sobre a desapropriação das terras que margeavam as estradas federais num raio de 10 quilômetros, bem como a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, revelariam novas tentativas de pôr fim aos graves problemas sociais vividos pelos pobres do campo. Tais esforços foram, no entanto, abortados pela conjuntura de 1964, que tirou de cena pela força os defensores das reformas de base, em particular da reforma agrária.

Alguns autores defendem que a reivindicação por terra das Ligas Camponesas foi uma proposta puramente burguesa, outros ressaltam que havia o desejo de constituição da propriedade coletiva do engenho. Para além das visões contrárias, deve-se levar em conta que as Ligas Camponesas tornaram-se um exemplo da luta pela terra de uma comunidade de foreiros que ousou discutir o poder até então inconteste do fazendeiro. Nesse sentido, revelaram que os pobres do campo são também portadores de uma cultura plebéia, que, por sua vez, expressa um jogo de acomodação e de resistência pautada em noções de justiça, em concepções do que é legal ou legítimo.

Socorro Rangel recuperou algumas memórias dos camponeses que viveram naqueles emblemáticos anos. Ao se referir à relação de trabalho estabelecida com o dono da fazenda, o sr. Antonio Joaquim, um morador-foreiro, declarou:

> O combinado com o patrão era pegar o foro e trabalhar os dias de cambão, e assim eu e minha famia fazia. Lá na roça eu planejava tudo e os menino ajudava,

[18] Ibidem, p.76.

> sempre combinado com o patrão. E era assim que nós vivia, combinado. No dia que ele precisava, pronto! Ele mandava me chamar e eu ia, dava cambão e pronto.[19]

A clareza sobre os limites de imposição da dominação ficam claras no trecho:

> O trabalho ali no canto era tranqüilo, era de forma que eu determinasse e por isso, era bom trabalhar ali, naquele canto. Era como se eu tivesse no meu. Era um benefício muito grande... Às vezes até esquecia que aquela terra não era minha, por que era como se fosse, entende? Ali num tinha vigia, num tinha condição, num tinha aperto.[20]

O sentimento de posse de que nos fala Rangel é revelado pelo "esquecimento" (real ou imaginário, pouco importa) de quem era de fato o dono da terra. Não havia preocupação manifesta em contrapor posse e propriedade, pois ambos – foreiro e senhor de terras – estavam inseridos numa relação de dominação entre forças desiguais, é claro, mas sujeita a um limite expresso na noção de que a terra pertencia de alguma forma ao foreiro.

No processo de reconstrução de memórias, as percepções sobre o passado são sempre reatualizadas pelas novas questões postas no presente. De todo modo, é digna de registro a lembrança da perda de autonomia, recorrendo a imagens – ressalta Rangel – que comunicam angústia e sentimento de supressão.

> Eu podia ter vivido daquele jeito até hoje e o que eu queria mesmo era ter morrido ali, que tomei gosto pelo lugar. Era bonito o sítio! Era meu canto, minha morada! ... Não tinha luxo não senhora, mas também num passava fome, mais aí a cana começou a tomar conta do mundo. Foi de quando chamaro nós pra dizer que o foro tava muito baixo ... Aí aumentaram o foro. Foi o primeiro sinal. Daí pra aumentar os dia de cambão foi um pulo, que o home queria prantar cana de novo pra vender pras usina. (p.217)

O incremento da produção de cana e a demanda pelo aumento do pagamento do foro eram transformações em curso não previsíveis pelo camponês. No entanto, gestou-se de forma nítida a percepção de injustiça, marcando sua memória: "Aí já viu, né? *Nós já tava sentindo uma pontinha de injustiça*. Era foro alto, era cambão de mais dia. *Era o sinal*".[21]Ainda, segundo Rangel, Antonio Joaquim, nosso personagem, tinha acesso a um sitio, onde trabalhava com sua família. Ali era seu canto, marcado por uma idéia de liberdade, ainda que limitada.

---

[19] RANGEL, op. cit., p.215.
[20] Ibidem, p.216.
[21] Ibidem.

Para além das análises que sustentam as razões que deram origem às Ligas, aos debates sobre a atuação do PCB na formação das Ligas em todo o Brasil, acreditamos – conforme demonstra Rangel – que a experiência dos camponeses (expressas nas falas emblemáticas de Antonio Joaquim) "marcada pela tensão, pela supressão e, ainda assim, pela manutenção da esperança é o que orienta a filiação nas Ligas".[22]

> Por essa experiência eu posso lhe dizer que aquele tempo do sítio foi o tempo melhor que eu já vivi na vida, porque o grande benefício pra humanidade é a pobreza ter assim um sitiozinho pra morar, trabaiá e ter sossego. Uma rocinha que seja, é benefício, grande, num sabe? Num tem coisa mais melhor não: por isso, eu entrei na Liga, né, que era pra ter terra assim pra trabaiá e viver nela.[23]

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUED, B. W. *A vitória dos vencidos*: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas – 1955-1964. Florianópolis: Editora da UFSC, 1986.

AZEVEDO, F. A. *As Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO COSTA, L. F. *Sindicalismo rural brasileiro em construção.* Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.

JULIÃO, F. *Que são as Ligas Camponesas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

MORAES, C. dos S. *História das Ligas Camponesas do Brasil.* Brasília: Edições Iattermund, 1997.

PAGE, J. A. *A revolução que nunca houve*: o Nordeste do Brasil, 1955-1964. Rio de Janeiro: Record, 1972.

RANGEL, M. do S. *Medo da morte e esperança de vida*: uma história das Ligas Camponesas. Capminas, 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de Campinas.

STÉDILE, J. P. (Org.). *A questão agrária brasileira:* história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006. v.4.

[22] Ibidem.

[23] Ibidem, p.269-70.

Sobre os autores

Angelo Priori. Professor da Universidade Estadual de Maringá. Doutor em História e Sociedade pela UNESP.

Carlos Leandro da Silva Esteves. Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisador do Núcleo de Referência Agrária da Universidade Federal Fluminense.

Clifford Andrew Welch. Grand Valley State University e NERA/UNESP – Presidente Prudente. Doutor em História pela Duke University.

Dejalma Cremonese. Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Leonardo Soares dos Santos. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Márcia Maria Menendes Motta. Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, coordenadora do Núcleo de Referência Agrária e pesquisadora da Companhia das Índias, ambos da UFF.

Marcus Dezemone. Professor do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFF.

Vanderlei Vazelesk Ribeiro. Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, pesquisador do Núcleo de Referência Agrária da mesma instituição.

Lindomar Wessler Boneti. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Sociologia pela Universidade Laval-Québec, Canadá.

Paulo Afonso Zarth. Professor do Departamento de Ciências Sociais e do PPG em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Professor do PPG em História da Universidade de Passo Fundo. Doutor em História pelo PPG da Universidade Federal Fluminense.

Marluza Marques Harres. Professora do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos. Doutora em História pela UFRGS.